



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

LARISSA DA SILVA ARAUJO

**BAIANAS DE ACARAJÉ CONTRA FIFA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
DESENVOLVIMENTO E COLONIALIDADE**

Orientadora: Professora Doutora Rita Laura Segato

Brasília, agosto de 2015

LARISSA DA SILVA ARAUJO

**BAIANAS DE ACARAJÉ CONTRA FIFA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE
DESENVOLVIMENTO E COLONIALIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania**.

Orientadora: Prof. Dr^a. Rita Laura Segato

Brasília, 31 de agosto de 2015.

Baianas de acarajé contra FIFA: um estudo de caso sobre desenvolvimento e colonialidade

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania. Orientadora: Prof. Dr^a. Rita Laura Segato

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Rita Laura Segato (Presidente)
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania – CEAM/UnB

Prof^a Dr^a Tânia Mara Campos de Almeida (Membro)
Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Departamento de Sociologia – UnB

Prof^a Dr^a Vanessa Maria Castro (Membro)
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania – CEAM/UnB

Prof. Dr. Wellington Lourenço de Almeida (Membro-suplente)
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania – CEAM/UnB

Aprovado em ___/___/_____.

Dedico às mulheres de minha vida

Agradecimentos

A inspiração para a realização do mestrado em Direitos Humanos e dessa dissertação foi impulsionada por muitas pessoas. Família, companheiras e companheiros de militância, professoras e professores, amigas e amigos, e o ímpeto ético pela defesa dos direitos humanos e de um mundo novo e justo, que todas e todos compartilhamos na luta da vida, foram cruciais tanto para que eu começasse quanto para que pudesse terminar essa tarefa.

Agradeço, pois, à minha mãe, Zilda Pereira da Silva, amiga, companheira de luta, co-orientadora e professora, pela dedicação de anos, pelo amor, compreensão, e apoio à minha escolha e à escrita desse trabalho. A meu irmão, Luan Talles, que a seu modo, foi parceiro preocupado e compreensivo, pelo companheirismo que me serviu de conforto e aconchego. Ao meu pai, Carlos Alberto, e a toda minha família, pelo apoio, carinho e compreensão, e principalmente, às mulheres dessa família, guerreiras sábias que me ensinaram o que é o feminismo na vida. Vocês me inspiram.

À professora Doutora Rita Laura Segato, por aceitar ser minha orientadora, por amavelmente me ensinar e me instigar a ser autora, por compartilhar de sua sabedoria, cujos aportes me inspiravam antes mesmo de conhecê-la; pelo carinho e amizade. Aos professores do PPGDH, pelos ensinamentos, debates e reflexões que contribuíram para minha formação acadêmica em direitos humanos. Em especial, à professora Doutora Vanessa Maria de Castro, pela intensa dedicação à construção desse programa, por acompanhar de perto e acreditar com carinho e entusiasmo no potencial desse trabalho, e por aceitar ser parte da banca. À professora Doutora Tânia Mara Campos de Almeida, pelas contribuições teóricas e discussões em sala de aula, pela atenção e por muito gentilmente aceitar ser parte da banca. Ao professor Doutor Wellington Lourenço, por ler meu trabalho. Ao professor Doutor Roberto Goulart, por sua atenciosa e preciosa contribuição em discussões cruciais para esse trabalho e pela amizade.

Às companheiras e companheiros de militância, do Comitê Popular da Copa, do Rodamoinho, do Coletivo da Cidade, do Honestinas, da Marcha das Vadias e da Comissão Nacional da Verdade, muito obrigada, por compartilharem comigo anseios, desejos, expectativas e projetos de mudança do mundo. Essa dissertação foi inspirada em nossas lutas. Espero que sirva de apoio e inspiração para elas. Nominalmente, agradeço ao Chico Carneiro, por compartilhar comigo sua sabedoria de mundo e conhecimento sobre o tema e a Argemiro, exemplo de dedicação na militância, Vanessa e Lucas, pela acolhida em Salvador, pelos ensinamentos sobre a cidade e contribuições teóricas e práticas a essa pesquisa.

Às amigas e amigos, família de alma que escolhi, pelo carinho, compreensão, apoio, e principalmente, pelas risadas e alegrias que trazem à minha vida. Gui e Pri, especial agradecimento por me ouvirem em minhas elucubrações, compreenderem, contribuírem e instigarem. Anhamona de Brito, pela acolhida em Salvador, pelos ensinamentos e pela amizade genuína.

Às amigas, amigos e colegas do mestrado, pela convivência harmoniosa, aconchegante, pelos debates, indagações, ensinamentos e, principalmente, por tornarem a nossa turma também uma família acadêmica. A Fredson Carneiro e Priscila Godoy, irmãos do coração, muito obrigada por tudo que me ensinaram, me indagaram, pelas pistas teóricas, pelos estudos frutíferos, pelo carinho e apoio de sempre; Viviane Fecher, Julia Schirmer e Bruna Junqueira, exemplos de mulheres das quais me orgulho, pela amizade serena, carinhosa e sincera; Diego Mendonça e Érika Medeiros, queridos militantes, pelo exemplo da luta na vida e na academia, por me inspirarem a ser crítica e insurgente; Fábio, Vanessa, Vitor, Raul, Eliane e Irina, pelas boas risadas e pela parceria.

À CAPES, pela bolsa de estudos que possibilitou a realização desta pesquisa.

Finalmente, às baianas de acarajé, por me inspirarem com sua luta de séculos, pela possibilidade de realizar essa investigação, pelas conversas, ensinamentos e pela vossa bênção. À Rita Ventura e Danilo Moura, por gentilmente abrirem caminhos para essa pesquisa.

	Das Pretas do Acarajé, A FIFA agora proíbe Aos ambulantes inibe Mas as Pretas Fincam pé	É ouvir pra todo lado Que a FIFA é quem manda E que ela quem desmanda Na joça do nosso Estado”
A peleja do Acarajé Baiano contra o Big Mac Americano	Agora a FIFA lançou Mais uma licitação, Restringindo o comércio De quem faz o ganha pão No comércio ambulante E nem a preta mercante Escapou da restrição.	O Big Mac responde: “Escultai o meu recado Quem dá ordem é a Fifa Ela falou tá falado, Não adianta fincar pé, Esse tal de acarajé Na Copa não tem mercado...”
“(…) Vem ai copa do Mundo No Brasil ser sedeada, No ano dois mil, quatorze, Por muitos é esperada Com profunda euforia E com certa rebeldia Por outros é criticada	Arretadas com a FIFA Foram se manifestar Pelas ruas e na mídia Para conscientizar Sobre a situação Sobre toda essa questão Da Cultura Popular	O Acarajé Baiano Cabra muito arretado Era bom de capoeira Que num martelo rodado Era capaz de deixar Com duas pernas pro ar Um Big Mac lascado
Futebol também é arte E como toda arte tem O poder de encantar Na alma fazendo um bem E mesmo o que passa fome Quando a bola consome Se esquece do que não tem	Mas como é que se pode Fazer Copa no Brasil Sem se respeita seu povo Que foi quem lhe construiu Desprezando seu passado Como pode o próprio Estado Se meter nesse barril?	Mas como bom capoeira E honrado batuqueiro O Acarajé baiano Improvizou no pandeiro Um coco de embolada Pra deixar FIFA calada Pra ouvir verso ligeiro
Mas tem muito brasileiro Que tá vivo pra danar Que se encanta com a bola Mas não se deixa driblar Pela espúria vileza Pela maldosa esperteza De quem só quer lhe roubar	No Congresso, minha gente Deu se um fato intransigente Desceu de um helicóptero Um Big Mac gigante Pesava quinhentos quilos Mais pesado que aquilo Só mesmo um elefante!	Você diz que aqui na Copa Tu é dono do pedaço E que pela lei da FIFA Baiana não tem espaço, Olha aqui seu Big Mac For you home, go back Senão te sento o bagaço!
Ontem éramos escravos De um Reino colonial Que arrancou de nossa terra Tudo quanto é mineral, Ouro, prata, bronze e cobre Deixando a gente mais pobre E mais rico a Portugal	Mas do lado das baianas, No meio da capoeira, Rebimbou o berimbau Levantando a poeira Renovando nossa fé Eis que surge o Acarajé Com sua ginga brasileira	Apois o seu Big Mac Ficou tão amedrontado, Que mandou chamar polícia Em dois camburão blindado, Os policia veio vindo Mas o Acarajé tinindo Se escapou pros outros lados!(…)”
Não basta a intransigência Que abala nossa fé Eis que peitaram a tenda	Sem rodeio foi dizendo “O que me deixa arretado Tinhoso como o diabo	<i>Sabiá Duquesa</i>

RESUMO

Nesta dissertação investiga-se o conflito entre as Baianas de Acarajé contra a FIFA. Com realização da Copa do Mundo da FIFA de 2014, foi implementado um modelo de desenvolvimento por megaeventos que resultou na violação de direitos humanos de vários brasileiros, entre eles as baianas de acarajé. Inseridas nesse contexto, para fazer frente à coalisão FIFA, patrocinadores, elite nacional e Estado (denominada, aqui, de frente estatal-empresarial) e garantir a realização de seu ofício, as baianas de acarajé empreenderam várias estratégias de luta, da negociação à ação direta. Objetivando compreender, desde o ponto de vista das baianas de acarajé, o que significou esse conflito com a FIFA, fiz pesquisa de campo, realizada em Salvador em 2014, e pesquisa documental. A partir dessas investigações, identifiquei as estratégias e discursos da disputa, revelando uma tensão entre o desenvolvimento e a “diferença”, categorias que resumem as distintas visões em jogo. Assim, utilizando a metodologia da interseccionalidade e o marco teórico da (des)colonialidade, empreendo a discussão sobre a tensão entre direitos humanos universais – na figura do direito ao desenvolvimento – e direito à diferença. Uma discussão teórica sobre essas categorias desvela a realidade subjacente ao conflito e indica caminhos descoloniais para distender a tensão.

Palavras chave: direitos humanos, desenvolvimento, diferença, (des)colonialidade. Baianas de Acarajé, FIFA, modelo de desenvolvimento por megaeventos.

ABSTRACT

This work investigates the conflict between Baianas de Acarajé against FIFA. With the realization of FIFA World Cup in Brazil a model of development through mega events was implemented, resulting in human rights violations of many Brazilians, including baianas de acarajé. In this context, to fight against the coalition of FIFA, sponsors, national elite and State (called here front of business and state) and to guarantee the realization of their job, baianas de acarajé used many strategies of struggle, from negotiation to direct action. In order to understand, from baianas de acarajé stand point, which meant this conflict with FIFA, did field research, held in Salvador in 2014, and documentary research. From these investigations, identify the strategies and discourses of the dispute, revealing a tension between development and the “difference”, categories that summarize the distinct views on the line. Then, using the intersectionality methodology and the theory of decoloniality, undertake the discussion of the tension between universal human rights – represented as development right – and right of difference. A theoretical discussion about these categories reveals the reality under the conflict and indicates decolonial paths to distend this tension.

Key words: human rights, decoloniality, development, difference , Baianas de Acarajé, FIFA, model of development through megaevents.

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

Ao Direta de Inconstitucionalidade	ADI
Advocacia Geral da União	AGU
Articulação Nacional dos Comitês Populares	ANCOPI
Associação de Baianas de Acarajé e Mingau	ABAM
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	BNDES
Caixa Econômica Federal	CFC
Coaliso Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul	BRICS
Comitê Gestor da Copa do Mundo de 2014	CGCOPA
Comitê Olímpico Internacional	COI
Comitê Organizador Local da Copa do Mundo da FIFA TM	COL
Confederação Brasileira de Futebol	CBF
Confederação Sul-Americana de Futebol	Conmebol
Controladoria Geral da União	CGU
<i>Development Alternative with Women for a New Era</i>	DAWN
Empresa Brasileira de Comunicação	EBC
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária	INFRAERO
Empresa pública de promoção turística da Bahia no Brasil e no exterior	BahiaTursa
Escritório Municipal da Copa do Mundo da FIFA TM Brasil 2014/Salvador	ECOPA
Estados Unidos da América	EUA
Fédération Internationale de Football Association	FIFA
Fonte Nova Negócios e Participações SA	FNP
Grupo de Trabalho	GT
Grupo Executivo do Comitê Gestor da Copa do Mundo da FIFA 2014	GECOPA
ndice de Desenvolvimento Humano	IDH
ndice de Empoderamento de Gnero	GEM

Índices de Desenvolvimento relacionado ao Gênero	GDI
Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor	Idec
Instituto de Patrimônio Histórico Nacional	IPHAN
Instituto Nacional da Propriedade Industrial	INPI
Lei Geral da Copa	LGC
Ministério Público da Bahia	MP-BA
Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro	MPT-RJ
Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural	NUDEPHAC
Ônibus de Trânsito Rápido	BRT
Organização das Nações Unidas	ONU
Parceria Público-Privada	PPP
Procuradoria Geral da União	PGR
Produto Interno Bruto	PIB
Produto Nacional Bruto	PNB
Programa de Crescimento Acelerado	PAC
Programa de Crescimento Acelerado 2	PAC da Copa
Regime Diferenciado de Contratações Públicas	RDC
Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol	Recopa
Secretaria Especial para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA™ Brasil 2014	SECOPA
Secretaria Municipal de Ordem Pública	SEMOP
Segunda Guerra Mundial	2ª GM
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial	SENAC
Superior Tribunal Federal	STF
Tribunal de Contas da União	TCU
União Europeia das Federações de Futebol	UEFA

Sumário

Introdução.....	01
Capítulo I – Preparando o gramado para o jogo.....	09
1.1 Brasil: País-sede.....	10
1.1.1 O PAC da COPA.....	12
1.1.2 Lei Geral da Copa: os beneficiários e as atingidas e <i>atingidos da Copa</i>	16
1.1.3 Regime Diferenciado de Contratações Públicas.....	28
1.1.4 O Lucro da FIFA.....	30
1.2 Baianas de Acarajé no contexto: a cidade de Salvador como cidade-sede da Copa do Mundo da FIFA de 2014.....	32
1.2.1 Salvador como cidade-sede.....	32
1.2.2 SECOPA e ECOPA.....	34
1.2.3 Projetos para a cidade de Salvador.....	35
1.3 Conclusão.....	44
Capítulo II – Entrando em Campo para assistir ao jogo (e torcer!) – 1º tempo.....	47
2.1 Metodologia do campo e de análise.....	50
2.2 A Celeuma entre as Baianas de Acarajé e a FIFA.....	59
2.2.1 Copa das Confederações.....	65
2.3 As boas vindas de Salvador.....	67
2.4 Produção de Acarajé e Orixás: conhecimento mitológico sobre as baianas no espaço público.....	71
2.5 Conhecendo Salvador e as Baianas de Acarajé.....	75
Capítulo III – Entrando em Campo para assistir ao jogo (e torcer!) – 2º tempo.....	81
3.1 Meu retorno ao campo.....	81
3.2 As táticas das Baianas de Acarajé- <i>amefricanidade</i> dentro ou fora do jogo.....	89
3.3 As declarações das jogadoras – as entrevistas com as Baianas de acarajé.....	93
3.4 O curso de formação das baianas de acarajé – avaliando o jogo.....	99

3.5 Petição <i>online</i> – torcida mobilizada na internet.....	103
3.7 Revelando as táticas do jogo rasteiro da FIFA.....	107
3.8 Conclusão.....	115
Capítulo IV – Fim de jogo: debatendo os discursos e estratégias da FIFA, do Estado e das Baianas de Acarajé a partir da perspectiva da (des)colonialidade e do desenvolvimento.....	119
4.1 Teorias descoloniais: (des)colonialidade do poder, do saber e do ser.....	120
4.2 Discursos sobre desenvolvimento.....	132
4.2.1 O Discurso da FIFA.....	132
4.2.2 Discurso estatal.....	136
4.3 Discursos sobre a diferença das Baianas de Acarajé.....	141
4.4 A tensão entre direitos humanos universais e direito à diferença das baianas de acarajé.....	144
4.4.1 As precisões conceituais.....	145
4.4.1.1 Desenvolvimento.....	145
4.4.1.2 Diferença.....	160
4.5 As teorias que distendem a tensão.....	169
Considerações finais.....	184
Bibliografia.....	191
Anexos.....	203

Introdução

Mulheres de várias gerações se dedicam ao ofício de baiana de acarajé¹, um conhecimento popular disseminado há séculos no estado da Bahia. Em tempos coloniais, esse ofício significou para muitas mulheres a única alternativa de sustento familiar e sobrevivência, não só econômica, mas também simbólica e religiosa. Ainda hoje, famílias inteiras são sustentadas com a venda do acarajé e outras iguarias culinárias.

Com a popularidade, tanto do futebol no Estado quanto dos alimentos oferecidos em seus tabuleiros, não surpreende que as baianas sejam presença comum nos estádios, há pelo menos 50 anos, segundo relatos das próprias baianas². Mas, em tempos de Megaeventos no País, inúmeras violações de direitos humanos acontecem em nome da realização das obras e do cumprimento das exigências do capital internacional. A proposta dessa dissertação é compreender como se deu a relação entre o capitalismo internacional, representado pela Fédération Internationale de Football Association (FIFA) e patrocinadores, e a economia local, na figura das baianas de acarajé. Assim, procuro interpretar, a partir da narrativa que as baianas de acarajé me ofereceram, de que forma a realização da Copa do Mundo da FIFATM de 2014 interferiu em suas vidas e como elas reagiram a essa interferência.

A escolha e definição do tema e do caso que iria investigar se deu de forma descontínua. Primeiramente, eu tinha necessidade em fazer um recorte na pesquisa, que pretendia estudar o universo das mulheres trabalhadoras rurais. Além disso, o fato de que sempre convivi em um ambiente familiar perpassado por fortes relações de solidariedade comunitária me instigou a reflexão de tal maneira que compreendi que o recorte da pesquisa poderia se dar pelo estudo de uma comunidade ou um grupo de mulheres produtivas.

Tendo atuado como militante em diversos coletivos e movimentos durante os últimos anos e, principalmente, a atuação na luta contra as violações de direitos humanos decorrentes de megaeventos e megaempreendimentos³, me colocou vários questionamentos sobre modelos

¹ Ofício de baiana de acarajé inclui também outras iguarias, como abará, bolinhos de estudante, cocada, entre outros alimentos.

² Obtive essa informação em conversa com o assessor jurídico da Associação de Baianas de Acarajé. Ele relatou que havia cerca de 10 baianas que trabalhavam no estádio há anos e que 4 herdaram o “ponto” de familiares que trabalhavam na antiga Arena Fonte Nova desde a década de 60. Algumas baianas com quem conversei depois, durante o campo da pesquisa, me confirmaram tal informação.

³ Termo aqui utilizado para fazer referência a grandes projetos de infraestrutura e energia, como megamineradoras, hidroelétricas, portos, aeroportos, etc.

de desenvolvimento, e conseqüentemente ao Direito ao Desenvolvimento⁴. Em seguida, um imperativo ético me impelia a realizar um trabalho acadêmico que pudesse contribuir para a ação política e vice-versa.

Essas três motivações me fizeram chegar às baianas de acarajé – mulheres produtivas, integrantes de diversas comunidades, afetadas por projetos do “modelo de desenvolvimento de megaeventos”, cuja atuação política se destaca como ação de resistência e reivindicação da autonomia.

A primeira vez que visitei Salvador foi em setembro de 2013, quando participei de um encontro da Articulação Nacional dos Comitês Populares (ANCOP), reunião em que se promoveu visitas à comunidade de Saramandaia, ameaçada de remoção em virtude do projeto Linha Viva. Além disso, fez parte da programação do encontro a participação em um seminário chamado “Copa 2014: o que as mulheres tem a ver com isso?”, organizado pela ONG Instituto Odara e pelo Comitê Popular da Copa de Salvador. O seminário foi proposto com o objetivo de se discutir quais seriam os impactos da realização dos megaeventos sobre a vida das mulheres, com ênfase nas especificidades da Bahia e dos demais estados do Nordeste que também iriam ter cidades-sede.

Nessa ocasião, tive oportunidade de conversar pela primeira vez com baianas de acarajé, que estiveram e que não estiveram envolvidas diretamente na disputa contra a FIFA. Conforme me relataram participantes, no Grupo de Trabalho denominado “trabalho e renda pra quem?” discutiu-se a relação entre a luta das mulheres e o trabalho. Entre outras questões e reflexões apontadas pelas mulheres que participaram desse GT, resalto o seguinte: o grupo chegou à compreensão de que, normalmente, as mulheres ou sofrem um processo de exclusão, que opera sobre elas individualmente, ou são “incorporadas” como trabalhadoras de grandes empresas, perdendo autonomia e controle da gestão da produção e venda de seus produtos, resultando em uma perda coletiva de aspectos próprios do ofício⁵. Ainda, as mulheres que estavam no GT reafirmaram a falta de opção para manter a renda na época dos jogos e a importância, no caso daquelas que trabalham na rua, da presença delas no espaço público.

⁴ Esse direito foi reconhecido juridicamente na Declaração das Nações Unidas de Direito ao Desenvolvimento de 1986.

⁵ A produção de acarajé foi sendo ressignificada e modificada ao longo dos anos. Alguns aspectos, contudo, permanecem mais menos constantes ao longo do século XX: a presença no espaço público, detenção do conhecimento culinário e ritualístico passado de geração pra geração, autonomia de produção e venda (cf. TORRES, 2007; BRASIL 2007; SOUZA, 2012; SANTOS, 2013).

No encontro seguinte da ANCOP, denominado 1º Encontro de Atingidos por Megaeventos e Megaempreendimentos⁶, fiz minhas primeiras indagações ao assessor da Associação de Baianas de Acarajé e Mingau (ABAM), Danilo Moura, que me relatou o caso com um pouco mais de detalhes que as baianas em 2013. A experiência compartilhada com as centenas de atingidos pelos megaeventos e megaempreendimentos tornou possível a compreensão de características em comum à luta de todos os atingidos, bem como os aspectos que nos diferenciavam, como suas particularidades regionais, a relação com o poder público, o apoio de outros movimentos sociais, como as assessorias jurídicas populares, etc. Comecei a indagar, pois, em que circunstâncias se produziu a violação do direito ao trabalho (ou seria direito à diferença?) das baianas de acarajé, o que as aproximava de todos os atingidos e o que tornava a luta delas distinta dos demais.

Assim, a temática escolhida e a breve pesquisa inicial sobre a disputa suscitaram as seguintes perguntas de investigação: como se combinaram durante a copa do mundo a organização esportiva dos jogos com o interesse empresarial pelo lucro? Que papel teve a FIFA em articular essas duas facetas do megaevento? Que regras foram instituídas? Qual foi a justificativa para se instituir as regras? Essa justificativa se sustenta e resiste a uma análise objetiva? Como afetou a vida das diversas formas de comércio? As afetou de forma diferente ou essas regras foram democráticas e igualitárias? O resultado da aplicação dessas regras teve consequências de exclusão por raça e gênero? Se sim, que tipos de vulnerabilidades resultaram? Quais as estratégias a FIFA adotou para a instituição dessas regras? E quais as estratégias as baianas adotaram para fazer frente a essa instituição? Quais são os direitos envolvidos nessa disputa?

A partir daí, percebi que o campo de investigação era bastante complexo: havia muitos atores envolvidos, muitos materiais que poderiam ser utilizados e muitos aspectos a serem considerados. Procurei trazer o máximo de elementos que pudessem me ajudar a compreender essa complexidade. A principal fonte de informação foram os relatos que as baianas de acarajé me deram em entrevistas semi-estruturadas que realizei, bem como a observação do campo a partir da convivência com elas em um curso de formação organizado pela Associação de Baianas de Acarajé e Mingau (ABAM), entidade que organiza as baianas de

⁶ Cf. “Encontro dos Atingidos unifica pauta e dá voz às comunidades”, disponível em <<http://www.brasildefato.com.br/node/28395>>; “Belo Horizonte recebe o Encontro dos Atingidos por Megaeventos e Megaempreendimentos”, disponível em <<http://terradedireitos.org.br/2014/04/30/belo-horizonte-recebe-encontro-dos-atingidos-pelos-megaeventos-e-megaempreendimentos/>>; “I Encontro dos Atingidos”, disponível em <<https://comitepopularpe.wordpress.com/2014/04/18/i-encontro-dos-atingidos/>>. Acesso em 28 jul. 2015.

acarajé e responsável por encampar a luta dessas mulheres contra a FIFA, empresas concessionárias e patrocinadoras. Outras fontes de informação foram as legislações e materiais que tinham relação direta com o caso, produzidos pelo Estado, pela FIFA e pelas baianas, a saber: a Lei Geral da Copa, a Matriz de Responsabilidade da Copa e seus termos aditivos, a Recomendação do Ministério Público que defendia a venda de acarajé durante os megaeventos, o documento licitatório da FIFA que concedia concessão para comércio de alimentos e bebidas nas chamadas “zonas de exclusão” da FIFA, os materiais informativos e publicitários produzidos pelas empresas públicas de turismo e pela FIFA, a Petição *online* organizada pela ABAM e o documento de sistematização do curso de formação citado anteriormente.

Ainda, considerando que a pesquisa se realizou muito próxima ao desenrolar dos eventos que estavam sendo investigados, utilizei também reportagens e matérias jornalísticas, a partir das quais construí um relato de tais eventos, bem como apreendi os discursos oficiais que foram construídos para justificar a realização dos megaeventos. Procurei primeiramente material de fontes oficiais – reportagens publicadas no sítio da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), no Portal da Copa e no Portal da Copa de Salvador, canais do Governo Federal e Municipal sobre a Copa, nos sites dos Ministérios e Secretarias estaduais e municipais relacionados com a Copa, nos Diários Oficiais do Município de Salvador, e no sítio da FIFA. Também utilizei de fontes jornalísticas diversas, como o Estadão, o Portal UOL, BBC, entre outras.

As declarações que foram dadas publicamente, tanto por lideranças dos governos, dirigentes da FIFA, quanto pelas baianas de acarajé foram apresentadas aqui mantendo-se a identidade original dos sujeitos. Ao apresentar as informações e relatos que foram apreendidos a partir das entrevistas e do campo de pesquisa, optei por manter o sigilo da identidade dos sujeitos da pesquisa. Por isso, os nomes das pessoas que participaram das entrevistas semiestruturadas e do curso de formação da ABAM foram trocados por nomes fictícios.

Optei por fazer a análise desse estudo de caso a partir da metodologia da interseccionalidade e da perspectiva do conhecimento situado. Isso porque eu poderia fazer a análise a partir do enfoque em apenas uma das categorias de análise – enfoque nas relações de gênero, raça ou classe – mas não me sentia à vontade para delimitar o escopo da pesquisa com o olhar direcionado a investigar apenas uma das relações. Essa metodologia me deu a possibilidade de observar o campo considerando distintas categorias que, articuladas, compõem uma

estrutura de dominação e exploração que sustenta e constitui as relações de poder entre os sujeitos em interação. Já a perspectiva do conhecimento situado me permitiu investigar o estudo de caso a partir do olhar das baianas de acarajé, que, por ocuparem uma posição desprivilegiada nessa trama de relações, paradoxalmente, tem o privilégio de compreender o todo com mais riqueza de detalhes.

O resultado final da pesquisa se encontra articulado em 4 capítulos. No Capítulo 1, considerando que as baianas de acarajé estão inseridas em um contexto nacional e local de preparação da Copa do Mundo da FIFATM, descrevo como foi construído um país-sede e uma cidade-sede para a recepção dos megaeventos. Primeiro, realizo uma retrospectiva da candidatura do Brasil e depois de Salvador para sediarem os jogos do Mundial. Em seguida, apresento as mudanças promovidas na legislação nacional com o objetivo de atender as exigências da FIFA, bem como para acelerar e executar os projetos de transformações urbanas consideradas necessárias para essa recepção conforme o padrão FIFA. Considero importante também mostrar como os projetos, principalmente de Salvador, foram colocados em prática, detalhando os montantes gastos em dinheiro, bem como os impactos que tiveram na vida das populações que foram afetadas pelos megaeventos. A partir de todo esse cenário, identifico a formação de uma frente estatal-empresarial interessada em expandir o capitalismo global por meio da implementação do ‘modelo de desenvolvimento por megaeventos’, que procurou produzir “cidades negócio/cidades-espetáculo” competitivas e integradas nas redes globais do capitalismo.

Esse modelo é caracterizado pelos principais aspectos ressaltados nesse capítulo: com base na percepção de que os megaeventos são uma janela de oportunidade para o desenvolvimento e amparados por um quadro normativo de exceção criado para esse modelo, há a execução acelerada de programas e projetos voltados para a realização dos megaeventos, com o objetivo de atrair investimentos externos e geração de emprego, o que supostamente resultaria em crescimento de setores estratégicos e conseqüente promoção do desenvolvimento regional e nacional. Além disso, contraditoriamente, esse modelo se caracteriza por justificar violações de direitos e o aprofundamento permanente, ainda que com máscara de transitório, de discriminações e desigualdades em curso.

Nos Capítulo 2, metodológico-descritivo, apresento com mais detalhes a metodologia aplicada ao estudo de caso, bem como a categoria de *amefricanidade*, conceito de Lélia Gonzalez (1988) que me foi útil para compreender o que representava a resistência das

baianas de acarajé às arbitrariedades da FIFA e aos mandos e desmandos do Estado. Apresento, também, uma narrativa sobre a disputa das baianas de acarajé contra a FIFA, iniciada em 2012. A partir dessa narrativa, já é possível perceber a discriminação a que as baianas foram submetidas, pois desde o começo o diálogo com o Estado foi dificultado em virtude da precedência dos interesses da FIFA, que deviam ser resguardados a todo custo. Também nesse Capítulo, faço a descrição de uma parte do que foi observado no meu campo de pesquisa, realizado antes da Copa do Mundo da FIFA™. Já nessa primeira parte da pesquisa de campo, observei que as baianas de acarajé são vistas, na maioria das vezes, como símbolos da baianidade e da brasilidade, e por isso são tratadas como publicidade, atrativos turísticos, ou, como argumentarei no capítulo 4, são interpeladas a partir de suas identidades políticas, signo do diferente convertido em marca globalizada.

No Capítulo 3 sigo com a descrição da segunda parte da pesquisa de campo, realizada após o término da Copa do Mundo. Voltei aos locais em que havia baianas de acarajé antes da Copa e, tanto a partir das conversas informais e das entrevistas semiestruturadas quanto da Petição *online* pude ter uma dimensão mais detalhada do processo de luta e das estratégias de amefricanidade utilizadas para enfrentar a frente estatal-empresarial formada pela FIFA, pelas concessionárias, pelos patrocinadores e pelo Estado. A partir disso, compreendi uma característica fundamental do “modelo de desenvolvimento por megaeventos”: o *desenvolvimento* das populações em relação aos projetos que dizem respeito às suas vidas.

Conversei, pois, com as baianas que trabalhavam normalmente nas áreas que foram incluídas nas “zonas de exclusão” da FIFA, baianas que trabalharam dentro do Estádio e baianas que participaram do curso de formação da ABAM. Essas baianas me ensinaram vários aspectos a respeito do ofício que realizam, o qual tem características que vão além do conhecimento racional/científico, e que, por isso mesmo, as possibilita viver nas brechas descoloniais do sistema colonial/moderno capitalista. Descrevo também no Capítulo 3 as conclusões que encontrei analisando os materiais do Estado e da FIFA. Apesar da autorização concedida a algumas baianas para trabalhar no Estádio, a discriminação contra elas segue acontecendo, se manifestando ora explícita ou implicitamente. A partir dessas conclusões, compreendo que a FIFA atua com o olhar rapinador de uma máfia e o Estado adquire um caráter dual, que protege os direitos das baianas, ao mesmo tempo em que os viola.

No Capítulo 4 apresento as teorias com as quais articulo minhas leituras e compreensões dos dados da pesquisa de campo. As teorias descoloniais, principalmente os aportes teóricos de

Quijano (2014) e Segato (2007), foram utilizadas para explicar como a expansão dos interesses das elites internacionais e nacionais respondem a uma expansão da ordem colonial e, por conseguinte, do capitalismo. Elas foram particularmente relevantes porque afirmam que, na constituição desse sistema, a classificação dos povos a partir da biologização da diferença foi crucial: tanto raça, eixo articulador dessa classificação, quanto o gênero, ressignificado a partir do olhar colonizador, foram categorias fundamentais para permitir o controle do poder sobre os domínios da vida. Assim, o lugar das mulheres negras e a relação delas com as elites só podem ser compreendidos dentro de um quadro de formação nacional que é, desde sua fundação, racista e sexista. Esse sistema segue existindo, com suas mudanças históricas e contextuais, e por isso nos é relevante para a interpretação das relações de poder desse estudo de caso.

Uma leitura possível da interpretação do estudo de caso seria considera-lo como mais um exemplo de violação de direitos humanos perpetrado pelos Estados ou com a anuência deles, enveredaria pelas discussões sobre a eficiência e a eficácia dos direitos humanos para a proteção contra o sofrimento humano e apresentaria alguma solução institucional para a resolução do problema gerado pelo Estado.

Entretanto, ao analisar mais de perto os discursos que justificaram a realização dos megaeventos no país, pode-se verificar que também a linguagem dos direitos humanos foi mobilizada pelo Estado e pela FIFA. Em realidade, dois direitos foram colocados em tensão, o Direito ao Desenvolvimento e o Direito à Diferença, o desejo da “maioria” em tornar o Brasil um país desenvolvido e as necessidades de uma “minorias” em ter seu ofício preservado e poder trabalhar na Copa. Portanto, a tensão entre “universal” e “particular” se torna evidente.

Assim, considerando que a realidade também é constituída na e pela linguagem, apresento, também no Capítulo 4, esses discursos e suas regularidades discursivas, identificando o discurso do “legado” e do “desenvolvimento”, que justificou a realização do “modelo de desenvolvimento por megaeventos”, bem como o discurso sobre a diferença, do “patrimônio imaterial” e do “respeito e dignidade”, que justificou a resistência e o enfrentamento das baianas de acarajé. Discuto com diversas teorias que debateram sobre os significados que o “desenvolvimento” e “diferença” podem ter. Com efeito, procuro resolver, a partir dos aportes de acadêmicos que escreveram sobre direitos humanos, essa tensão entre o Direito ao Desenvolvimento e o Direito à Diferença e concluo – em consonância com a *perspectiva crítica*, de Herrera Flores (2011), e da *perspectiva do pluralismo histórico* de Rita Segato

(2014) –, que a tensão só pode ser resolvida quando deslocarmos o olhar para o que está subjacente: são as elites do sistema colonial/moderno, cuja finalidade está unidirecionalmente voltada à expansão do capitalismo, que promovem essa tensão, beneficiando-se dela para reforçar sua estrutura de controle do poder sobre os povos. Portanto, não é suficiente que a luta por direitos se dê no campo do reconhecimento da diferença; é preciso ir no cerne da questão, qual seja, a de descolonizar os direitos humanos a partir da pluralidade dos povos.

Finalmente, nas considerações finais destaco alguns ensinamentos das baianas de acarajé que me permitiram construir uma proposta teórica que dialoga com os anseios pela formação de uma nova totalidade, conformada não pelo capitalismo, mas pela pluralidade econômica dos povos.

Capítulo I

Preparando o gramado para o jogo

A disputa das baianas de acarajé contra a Fédération Internationale de Football Association (FIFA) iniciou-se em 2012. O campo dessa disputa era complexo e vinha se configurando há cerca de oito anos, desde a eleição do Brasil como País-sede. De um lado, havia diferentes esferas de poder trabalhando em conjunto e uma enorme pluralidade de atores estatais e privados envolvidos na preparação do país e das cidades para a recepção da Copa do Mundo. De outra parte, uma série de comunidades, coletivos e pessoas, de todos os cantos do País, afetadas com essa preparação, articularam-se para lutar por seus direitos e fazer a crítica ao modelo de desenvolvimento por megaeventos.

O termo megaeventos tem sido apropriado por alguns intelectuais brasileiros que se propuseram a debater questões relacionadas a grandes eventos de escala global e eventos de grande porte, como Copa do Mundo da FIFATM, Olimpíadas, Olimpíadas de Inverno, Jogos Pan-Americanos, Feiras e Exposições Internacionais (Vainer, 2009, 2011; Maricatto, 2013; Ferreira, 2014; Gaffner e Melo, 2010; Mascarenhas, 2009; Tavares, 2011, entre outros); pela mídia corporativa brasileira (Globo, Estadão, Folha de São Paulo, RBS), pelo governo (Ministério dos Esportes, 2008); pelas organizações e movimentos sociais (Comitê Popular Rio da Copa e das Olimpíadas, 2011, 2012; ANCOP, 2014) e também tem sido adotada pela população afetada (cf. GUTTERRES, 2014).

Defendo, portanto, que a interpretação do caso proposto nesse trabalho não pode prescindir de uma explicação mais aprofundada desse complexo, o campo da disputa. Desse modo, inicio a dissertação apresentando as mudanças promovidas em âmbito nacional e local que permitiram à FIFA e seus patrocinadores, em aliança com o poder público, implementar seu padrão monopólico de realização dos campeonatos mundiais de futebol, a despeito das violações de direitos humanos que tal modelo gera.

1.1 Brasil: País-sede

O Brasil foi eleito como País-sede da Copa do Mundo da FIFATM de 2014 em 2007. A saga do Brasil para conseguir hospedar esse megaevento iniciou-se em 2006. Neste ano, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva se encontrou com o presidente da FIFA, Joseph Blatter, e após a reunião, criou um Grupo de Trabalho interministerial para apresentar uma proposta de candidatura do País. De acordo com o novo sistema de rodízio apresentado pela FIFA, a América do Sul deveria ser o continente a sediar o Mundial de 2014.

Em junho de 2003, a Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol), associação-membro da FIFA, entidade representativa das Federações Esportivas de Futebol da região, anunciou que a Argentina, o Brasil e a Colômbia tinham interesse em se candidatarem como país-sede da Copa de 2014. Mas, em 17 de março de 2006, a Conmebol indicou, por unanimidade, o Brasil como candidato único para sediar o Mundial, apesar da pretensão manifesta do então Presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, em apresentar a candidatura de seu país à FIFA.

No final do ano de 2006, Brasil e Colômbia inscreveram formalmente suas candidaturas junto à FIFA, mas somente a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), na figura do seu presidente, Ricardo Teixeira, apresentou a proposta de candidatura oficial, em julho de 2007. A Colômbia desistiu de apresentar proposta porque entendeu que sediar a Copa do Mundo seria muito caro. Considero esse dado interessante, pois reforça a tendência de redução no número de candidatos a país-sede da Copa do Mundo da FIFATM, apontada por Zimbalist (2015). Além do fato da FIFA ter criado um sistema de rodízio entre continentes, o que faz com que menos países possam se apresentar, esse autor destaca que, desde o princípio do processo, os países gastam enormes quantias em dinheiro com regalias para os dirigentes da FIFA somente para apresentar suas propostas de candidatura, o que tem feito vários países desistirem de se candidatar⁷.

⁷ Em maio desse ano (2015) dirigentes da FIFA foram presos sob suspeita de colaborar com esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro da entidade. A mídia, notadamente a britânica e a estadunidense, tem veiculado que o Qatar, país-sede da Copa de 2022, teria pagado 10 bilhões de dólares à FIFA para ser eleito hospede do Mundial. Cf. "Qatar paid £17.17 billion to host the 2022 World Cup finals, and new research shows where all that Money went". *MailOnline*, 25/04/2015. Disponível em <<http://www.dailymail.co.uk/sport/football/article-3055550/Qatar-paid-17-17billion-host-2022-World-Cup-finals-new-research-shows-money-went.html>>. Acesso em 04 jul. 2015.

De acordo com João Sette Whitaker Ferreira (2014, p. 11), a FIFA agiu estrategicamente ao deslocar o Mundial de Futebol para os países do chamado Sul Global. Por duas razões: *cada vez mais as populações da Europa e América do Norte protestavam contra a realização do megaevento em seus territórios; e as estruturas governamentais dos novos anfitriões serem vulneráveis às pressões dos grandes players dos megaeventos, de modo que era mais fácil aprovar leis de exceção, mesmo que representassem retrocessos em conquistas sociais.*

Entre agosto e setembro de 2007, uma Comissão de Inspeção da FIFA visitou o Brasil e elaborou um relatório do país e das candidatas cidades-sede. No relatório, a Comissão recomendou o Brasil à FIFA, pois o país reunia as condições para realizar uma Copa do Mundo excepcional: um público extremamente entusiasta e amante de futebol, um Governo comprometido em todas as instâncias com a realização do torneio, além de uma economia em desenvolvimento, com um grande Produto Interno Bruto (PIB) e enorme orçamento para ser investido no megaevento (FIFA, 2007).

Entretanto, o relatório destacou também que a FIFA deveria trabalhar de perto, acompanhando o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo da FIFATM (COL), para garantir a perfeita realização da Copa, pois muitas obras deveriam ser realizadas para atender aos padrões da Federação. Além disso, o aspecto da segurança deveria ser observado, pois havia um ambiente pouco seguro para a realização do torneio no País. No final de setembro de 2007, o presidente Lula se reuniu com o presidente da entidade, Joseph Blatter. Ele disse a Lula que o país deveria provar sua capacidade antes da FIFA poder cancelar a candidatura do Brasil. Com efeito, a Federação de Futebol dos Estados Unidos apresentou este país como substituto e ainda Blatter considerou indicar o Canadá, caso a candidatura do Brasil não fosse aprovada. Finalmente, em 30 de outubro de 2007, a FIFA anunciou que havia aceitado a candidatura do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014.

De acordo com as exigências da FIFA, eram necessários 10 estádios para a realização do megaevento. À época, o Brasil não apresentava nenhum estádio em condições de receber o Mundial, e apenas a Arena da Baixada, em Curitiba, se encaixava minimamente nos padrões da FIFA. Mas o Brasil foi além – contando com lobby de Ricardo Teixeira – e das 18 cidades que se candidataram, 12 cidades-sede foram eleitas.

A partir daí, em cada cidade-sede foi criado um órgão estatal, as Secretarias da Copa, responsável por todas as atividades relativas à Copa do Mundo. Além disso, um Escritório da

Copa foi instalado em cada uma dessas cidades, para auxiliar o COL no cumprimento de suas obrigações e fazer a interlocução com as Secretarias da Copa.

O Comitê Organizador Local da Copa, criado em 2008, era o órgão de interlocução entre a FIFA e o Estado Brasileiro e do qual fazia parte a CBF. Era responsável, portanto, por preparar o país para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo da FIFATM, o que significava que o COL tinha que cuidar da avaliação técnica e do monitoramento dos Estádios em construção, da segurança no interior e ao redor dos estádios, do Programa de Voluntários, do Programa de Embaixadores, da logística, do transporte das delegações e das campanhas de sustentabilidade e responsabilidade social. O Comitê era financiado exclusivamente pela FIFA, por meio da empresa contratada Ernest & Young. O orçamento para o cumprimento das atividades desse Comitê era de 892 milhões de Reais. Sediado no Riocentro, edifício de Convenções no Rio de Janeiro, contava com cerca de 200 funcionários, e era presidido por José Maria Marin e pelo CEO Ricardo Trade⁸.

1.1.1 O PAC da Copa

A preparação do País para sediar o megaevento demandou diretrizes políticas e a criação de diversas instituições, órgãos, normativas e políticas. Em 2007, o GT interministerial criado com o objetivo de preparar a candidatura do Brasil, com o país já aprovado como sede, mobilizou diversos Ministérios, notadamente o Ministério do Planejamento e o Ministério dos Esportes. A partir dos trabalhos do GT, criou-se o Comitê Gestor da Copa do Mundo de 2014 (CGCOPA), instituído por decreto em 2011, com a função de definir, aprovar e supervisionar o Plano Estratégico de Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo da FIFATM de 2014. No total, 20 órgãos eram integrantes do CGCOPA: 16 ministérios, a Advocacia Geral da União, a Controladoria Geral da União e a Secretaria Especial de Portos da Presidência da República.

⁸Cf. “Comitê Organizador Local da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014” e “Como funciona o Comitê Organizador Local Responsável por planejar a Copa do Mundo”, *Zero Hora Esportes*, 23/05/2013. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Comit%C3%AA_Organizador_Local_da_Copa_do_Mundo_da_FIFA_Brasil_2014 > e <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2013/05/como-funciona-o-comite-organizador-local-responsavel-por-planejar-a-copa-do-mundo-4146988.html>>, respectivamente. Acesso em 04 mai. 2015.

Uma das principais ações previstas no Plano Estratégico era a execução de obras no bojo do Programa de Crescimento Acelerado 2, conhecido como PAC da Copa. Esse programa visava o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética no País, as quais, segundo o governo iriam acontecer mais cedo ou mais tarde e foram antecipadas pela oportunidade de realizar a Copa⁹. Conforme dados oficiais, o PAC 2 fez um investimento de mais de 200 bilhões de Reais nos últimos três anos¹⁰.

As obras da Copa apoiadas pelo PAC 2, em sua maioria foram incluídas na Matriz de Responsabilidade da Copa. Definida pelo Grupo Executivo do Comitê acima mencionado (GECOPA), essa Matriz foi assinada, em 2010, pelo então Ministro do Esporte, Orlando Silva, 11 prefeitos e 12 governadores. A matriz é o instrumento que define as responsabilidades de cada um dos signatários (União, estados, Distrito Federal e municípios) na execução das medidas conjuntas e projetos voltados para a realização do megaevento. Incluíram-se aí todos os projetos de aeroportos, portos, mobilidade urbana, estádios, segurança, telecomunicações e turismo das 12 cidades-sede necessários para a realização da Copa.

Dessa forma, ficou fixada a responsabilidade do poder público com o megaevento. Na cláusula terceira da Matriz fica definido que a os partícipes devem repartir as atribuições, executar e custear as intervenções associadas às “Competições” expressas no documento (Anexo I). À União compete executar e custear intervenções nos aeroportos (terminais de passageiros, pistas e pátios) e nos portos (terminais turísticos), enquanto que aos Estados e ou/municípios competia às obras de mobilidade urbana, estádios e seu entorno, além do entorno de aeroporto e portos. A definição dos projetos vinha discriminada na Matriz por meio de termos aditivos e resoluções.

A Matriz de Responsabilidade da Copa devia obedecer ao teto de endividamento público definido pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Lei Complementar 101/200, que estabelece endividamento máximo proporcional à receita corrente no ano. No caso do Estádio de Salvador, por exemplo, esse limite estava em torno de 400 milhões de Reais (Anexo II).

⁹ Cf. “Faremos a melhor Copa do Mundo, garante Ministro Orlando Silva”. *Ministério dos Esportes*, 30/10/2007. Disponível em <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39865-faremos-a-melhor-copa-da-historia-da-fifa-garante-ministro-orlando-silva>>. Acesso em 19 mai. 2015.

¹⁰ Cf. “Conheça os investimentos do PAC nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo”. Ministério do Planejamento, 11/06/2014. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/noticia/acc7b92b>>. Acesso em 19 mai. 2015.

Contudo, em agosto de 2010, o Senado aprovou duas resoluções que permitiam que, para a execução das obras da Copa, esse teto fosse ultrapassado. Em razão disso, houve um aumento do endividamento dos Estados e Municípios, financiados principalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal. Inclusive, havia um programa específico do BNDES para a construção dos Estádios, chamado BNDES ProCopa Arena, que tinha por objetivo apoiar os projetos de reconstrução dos Estádios e urbanização do entorno dessas arenas.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade¹¹, com base em dados do Banco Central, a dívida das cidades-sede com o Tesouro Nacional ou com os bancos públicos, em dois anos, aumentou em 51%, enquanto que nas capitais sem Copa, o aumento foi de 20% para o mesmo período. O Tribunal de Contas União (TCU), que dependia da atualização da Matriz de Responsabilidade da Copa para fazer seu controle, ressaltou, em diversas passagens do Relatório “O TCU e a Copa do Mundo de 2014”, que a dívida pública poderia aumentar se as obras que estavam previstas para serem terminadas até o fim de 2014 não fossem concluídas em tempo hábil, uma vez que saindo, da Matriz de Responsabilidade, deixariam de fazer parte do Regime Diferenciado de Contratações, e fez diversas recomendações ao Governo Federal no sentido de evitar esse endividamento (BRASIL, 2011a).

Nesse sentido, em Portaria nº 88 do Ministério das Cidades, de 19 de fevereiro de 2013, uma lista de obras foi retirada da Matriz de Responsabilidade da Copa e transferida para a lista de projetos do PAC 2. Foi o caso do projeto do Veículo Leve sobre Trilhos no Distrito Federal, da implementação do monotrilho que ligava o aeroporto de Congonhas à rede metroferroviária de São Paulo, da reestruturação da Av. Engenheiro Roberto Freire, no Rio Grande do Norte, entre outras obras de mobilidade urbana (BRASIL, 2013).

Ainda, obras que não estavam previstas na Matriz foram substituídas por outras de menor porte, sem haver, contudo, informações mais detalhadas aos cidadãos do porquê dessas trocas. Foi esse o caso das obras de micro acessibilidade e rotas de pedestre realizadas no entorno da Arena Fonte Nova, em Salvador, que aparecem pela primeira vez na resolução nº 22 de dezembro de 2012 da GECOPA (Anexo VII), dois anos depois da primeira resolução publicada por esse Grupo Executivo.

¹¹ Cf. “Dívida pública sobre mais em cidades-sede da Copa”. *Agência de Notícias – Conselho Federal da Contabilidade*, 24/04/2014. Disponível em <<http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=13871>>. Acesso em 28 mai. de 2015.

Em princípio, quando da eleição do Brasil para sediar o Mundial, a previsão era de não se gastar dinheiro público com a Copa¹². Mas, ao longo do tempo, isso foi se modificando e já na primeira Matriz Consolidada, previa-se um gasto global de 26,34 bilhões de Reais para a execução das obras da Copa, dos quais 11,45 bilhões proveniente de financiamento federal, 4,6 bilhões de investimento federal, 6 bilhões de investimento dos governos locais (estaduais e municipais) e 4,2 bilhões de investimento privado, geralmente via parceria público-privada (Anexo V).

Essa previsão foi consideravelmente modificada, como mostra a Matriz Consolidada de dezembro de 2014, publicada na Resolução nº 27 do GECOPA (Anexo IX): apesar do gasto global passar para 27,12 bilhões de Reais, o financiamento federal cai para 8,1 bilhões, o investimento federal aumenta para 5,6 bilhões, o investimento local aumenta para 9 bilhões e o investimento privado aumenta para apenas 4,3 bilhões. Disso tem-se que, como dito anteriormente, o teto para endividamento local foi aumentado, o que permitiu aos governos locais solicitarem mais empréstimos ao BNDES e à Caixa Econômica Federal.

É importante ressaltar a dificuldade de compreender como foi realizado o processo decisório de definição dos termos e resoluções da Matriz de Responsabilidade da Copa. Mesmo acompanhando relativamente de perto as modificações dos projetos ao longo do período de preparação da Copa, essa é uma tarefa técnica que o cidadão leigo em contas públicas não consegue acompanhar. A transparência quanto aos dados relativos às obras e seus custos não vem acompanhada de justificativa administrativa e política de tais modificações, o que dificulta a interpretação desses dados. Isso porque, como será visto mais adiante, mecanismos excepcionais permitiram que os projetos e seus orçamentos fossem modificados constantemente, conforme a discricionariedade das empresas responsáveis pela execução dos projetos e com a conivência dos órgãos públicos.

Por isso, destaco aqui a importância da realização de uma Auditoria da Dívida Pública da Copa, que tenha por objetivo esclarecer à sociedade sobre a maneira e sob que justificativas foram realizados gastos públicos com a Copa e que tipo de dívidas públicas foram contraídas para a realização da Copa do Mundo da FIFATM de 2014. Projeto semelhante vem sendo defendido pela organização não governamental “Auditoria da Dívida Pública”, da qual faz

¹² Cf. “Ministro descarta dinheiros públicos para estádios da Copa de 2014”. Agência *Reuters/Estadão*, 04/12/2007. Disponível em <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,ministro-descarta-dinheiro-publico-para-estadios-da-copa-2014,90335>>. Acesso em 31 mai. 2015.

parte Maria Lucia Fatorelli, economista que auxiliou na recente auditoria da dívida pública da Grécia e do Equador.

1.1.2 A Lei Geral da Copa: os beneficiários e as atingidas e atingidos da Copa

Além das instituições executivas criadas acima descritas, o País foi obrigado a criar um marco normativo para estabelecer sobre quais regras se mediariam as relações entre a FIFA, o Estado brasileiro e os seus nacionais. A Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012 (BRASIL, 2012a), conhecida como Lei Geral da Copa (LGC), dispunha sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo da FIFA™ 2014 e à Jornada Mundial da Juventude 2013 (evento que reúne a juventude católica). Foi através desse dispositivo jurídico que a FIFA logrou impor seus padrões de organização do evento, garantindo isenções de impostos e lucros para os patrocinadores oficiais dos megaeventos, da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.

A aprovação da Lei Geral da Copa ocorreu em um contexto em que a mobilização de movimentos sociais de setores afetados pela Copa gerou forte pressão sobre o legislativo e provocou episódios desgastantes do ponto de vista político entre o Brasil e a FIFA. Inicialmente, organizações não governamentais (como o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec) pressionavam para que fosse garantido o direito de meia entrada de estudantes, professores e idosos, além de se opor à venda casada de ingressos e pacotes turísticos¹³. Além disso, organizações que reuniam associações e coletivos de moradores desalojados e de trabalhadores afetados pelas obras da Copa¹⁴, os chamados Comitês Populares da Copa se articulavam nacionalmente¹⁵ e começavam a fazer as primeiras denúncias de violações de direitos humanos da Copa, inclusive nas sessões legislativas de discussão de tal projeto de lei. Cabe ainda ressaltar que o então deputado Romário, ex-jogador

¹³ Cf. “Idec pede alterações da Lei Geral da Copa no Senado”. *Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor*, 09/05/2012. Disponível em <<http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/idec-pede-alteracoes-da-lei-geral-da-copa-no-senado>>. Acesso em 27 mai. de 2015.

¹⁴ Como foi observado na seção anterior, consideram-se como obras da Copa todas aquelas que foram incluídas na Matriz de Responsabilidade da Copa, ou seja, os diversos projetos de infraestrutura de mobilidade urbana, aeroportos, portos, revitalização de zonas urbanas, pontos turísticos e estádios.

¹⁵ Ver mais em Portal Popular da Copa, da Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa, disponível em <<http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php>>, acesso em 18 mai. 2015.

de futebol, e presidente da Comissão de Turismo e Desporto, provocou audiências de debate em torno da Lei Geral da Copa.

Por conta dos atrasos com as obras da Copa e com a aprovação da LGC, o Secretário geral da FIFA, Jérôme Valcke, saiu à imprensa dizendo, de forma jocosa, que era necessário um “chute no traseiro e entregar a Copa do Mundo”¹⁶. A tradução de sua fala gerou controvérsias e um mal estar diplomático, pois foi interpretado como um desrespeito com o povo brasileiro. Destaco que, tempos depois, ao referir-se sobre os atrasos nas obras, Valcke declarou¹⁷ que “menos democracia às vezes é melhor para se realizar a Copa do Mundo”, em uma alusão à necessidade de mais centralismo nas decisões concernentes ao megaevento.

O primeiro aspecto a se ressaltar da LGC são os sujeitos de interlocução com o Estado Brasileiro, a partir das definições atribuídas à FIFA, ao Comitê Organizador Local, aos Patrocinadores e Eventos, entre outras. A FIFA é conceituada no artigo 1º nos seguintes termos: “*associação suíça de direito privado, entidade mundial que regula o esporte de futebol de associação, e suas subsidiárias não domiciliadas no Brasil*”. No mesmo artigo, o Comitê Organizador Brasileiro Ltda (COL) é também definido como “*pessoa jurídica de direito privado, reconhecida pela FIFA, constituída sob as leis brasileiras com o objetivo de promover a Copa das Confederações e a Copa do Mundo FIFA 2014, bem como os eventos relacionados*”. Os Eventos - competições e atividades arroladas no artigo – são aquelas “**oficialmente organizadas, chanceladas, patrocinadas** pela FIFA, subsidiárias FIFA no Brasil COL ou CBF” (BRASIL, 2012a) (grifos meus).

Entre as atividades listadas nesse mesmo artigo destacam-se: congressos da FIFA, cerimônias de abertura, de encerramento, de premiação e outras cerimônias, sorteio preliminar, final e quaisquer outros sorteios, lançamento de mascotes, coletivas de imprensa, partidas de futebol e sessões de treino, além de “**outras atividades consideradas relevantes** para a realização, organização, preparação, marketing, divulgação, promoção ou encerramento das Competições” (*op.cit.*) (grifos meus).

¹⁶ Cf. “Valcke não descarta ‘chute no traseiro’ do Brasil após a Copa do Mundo”, *UOL Copa*, 01/03/2014. Disponível em <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/01/valcke-nao-descarta-chute-no-traseiro-do-brasil-apos-a-copa-do-mundo.htm>>. Acesso em 18 mai. 2015.

¹⁷ Cf. “Excesso de democracia afeta organização da Copa, diz Valcke”. *UOL Copa*, 24/04/2013. Disponível em <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/24/excesso-de-democracia-no-brasil-afeta-organizacao-da-copa-diz-valcke.htm>>. Acesso em 18 mai. 2015.

Quanto à definição de Prestadores de Serviços da FIFA, a Lei estabelece que são “**peças jurídicas licenciadas ou autorizadas, com base em relação contratual**, para prestar serviços relacionados à organização e à produção dos Eventos”; já os Parceiros Comerciais da FIFA são “**peças jurídicas licenciadas ou autorizadas com base em qualquer relação contratual**, em relação aos Eventos, bem como os seus subcontratados, com atividades relacionadas aos Eventos (...)” (grifos meus).

É importante trazer também a definição dos chamados Locais Oficiais de Competição: são “locais oficialmente relacionados às Competições, tais como **estádios, centros de treinamento**, centros de mídia, centros de credenciamento, áreas de estacionamento, áreas para a transmissão de Partidas, **áreas oficialmente designadas para atividades de lazer destinadas aos fãs**, localizados ou não nas cidades que irão sediar as Competições, bem como qualquer local no qual o acesso seja restrito aos portadores de **credenciais emitidas pela FIFA** ou de Ingressos” (*op cit.*) (grifos meus). Essa definição é relevante aqui porque é a partir dela que se estabelecem as chamadas “Zonas de Exclusão”.

É possível observar que a principal interlocutora com o Estado brasileiro como sujeito de direito, é a própria FIFA. Isto porque é ela quem define todos os termos da relação contratual com o País: a) é essa associação privada que chancela a composição do Comitê Organizador Local, já que este deve ser reconhecido por ela; b) ainda, é a FIFA, por meio de relações contratuais, que define quais são as prestadoras de serviço e os parceiros comerciais dos megaeventos; c) além disso, as atividades que entram ou não no espectro de eventos relacionados à Copa também é determinado pela FIFA.

Adiante, ao apresentar mais pormenores da lei, veremos que essa determinação significa o estabelecimento de um regime jurídico diferenciado, criado especialmente para a realização da Copa, mas que reverbera em vários aspectos da vida dos brasileiros antes e depois do Mundial. Por ora, depreendemos que a festa do futebol mundial é uma festa que tem um único dono, a FIFA.

No capítulo II da Lei, na Seção sobre Da Proteção Especial aos Direitos de Propriedade Industrial Relacionados aos Eventos, é estabelecido que as marcas que a FIFA poderia apresentar ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) como Símbolos Oficiais de sua titularidade eram o emblema da FIFA, o da Copa das Confederações, o da Copa do Mundo, os mascotes, entre outros. “Entre outros” significa todas as combinações possíveis

entre os símbolos oficiais, como Brazil 2014, Brazil Cup, Copa do Mundo, Brasília 2014, Rio 2014, Manaus 2014. A discricionariedade na definição da lista a ser enviada ao INPI foi motivo de piada pela população brasileira, pois a entidade chegou a solicitar termos e expressões que pouco teriam a ver com as competições como símbolos oficiais de titularidade da FIFA, como a palavra pagode. À boca pequena dizia-se em “Copacabana, se tirar Copa, o que fica? Só a cabana!”.

Gracejos à parte, a LGC determina que a exploração comercial sobre as marcas oficiais só poderiam ser feitas pelos parceiros comerciais determinados conforme interesses da FIFA, como explicitado no artigo anterior. Isso significa que os patrocinadores da Copa, que são definidos antes mesmo da eleição do país-sede e pagam vultosos milhões de dólares para garantir exclusividade nas competições, são os únicos titulares de direitos comerciais durante a Copa. Nesse sentido, a FIFA estabeleceu, em seu Manual de Diretrizes Sobre as Marcas e Símbolos Oficiais, que o uso indevido de tais identidades visuais colocaria em risco os interesses da comunidade do futebol mundial (FIFA, 2013).

Sobre essa matéria, a Lei ainda determina que à FIFA não será exigida “a comprovação de alto renome de suas marcas ou caracterização de suas marcas como notoriamente conhecidas”; o INPI adotará um *regime especial* para os procedimentos de registro da marca apresentados ou relacionados à FIFA, a qual fica dispensada do pagamento referente aos procedimentos no âmbito do INPI. Dessa forma, aparece explícito o *status* de excepcionalidade atribuído a determinados entes privados, notadamente a FIFA e os patrocinadores da Copa. O estabelecimento desse *status* resulta inconstitucional devido ao tratamento discriminatório aos outros entes privados não beneficiados com a Lei e à violação do direito à livre iniciativa.

O Capítulo II da Lei também suscitou insatisfação em muitos setores da sociedade civil, constituindo, na visão das organizações sociais envolvidas com as atingidas e os atingidos pela Copa, uma violação expressa dos direitos dos trabalhadores. Essa seção em especial interessa aqui porque tem relação direta com o caso das baianas de acarajé. A Lei previa no artigo 11, que

A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para

assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso. (BRASIL, 2012a) (grifos meus).

No artigo anterior já estava anunciado que haveria exclusividade na exploração das marcas e dos símbolos relacionados às competições. Contudo, além de direitos de propriedade industrial, a FIFA e seus patrocinadores passavam a ter exclusividade sobre o comércio de produtos e serviços, inclusive no espaço público.

A titularidade de direitos exercida exclusivamente sobre um território considerado espaço público – e, por conseguinte de uso comum e coletivo – se converteu em privilégio. Além disso, produziu um discurso legal da exclusão de grupos de trabalhadores e trabalhadoras que usam esse espaço público para comercializar produtos e oferecer seus serviços os quais, geralmente, são pessoas que trabalham informal e autonomamente e por isso mesmo não gozam das chamadas “garantias trabalhistas”. Isso significa que esses trabalhadores e trabalhadoras, que são pouco protegidos pelo Estado, poderiam ser intensamente afetados pela legalização da exclusão. Nos parágrafos 1º e 2º do artigo 11, materializa-se ainda mais explicitamente o estatuto da exclusividade e da exclusão:

§1º *Os limites das áreas de exclusividade* relacionadas aos Locais Oficiais de Competição serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, *considerados os requerimentos da FIFA ou de terceiros por ela indicados*, atendidos os requisitos desta Lei e observado o *perímetro máximo de 2 km* (dois quilômetros) *ao redor dos referidos Locais Oficiais de Competição*.

§ 2º A delimitação das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição não prejudicará as atividades dos estabelecimentos regularmente em funcionamento, **desde que sem qualquer forma de associação aos Eventos** e observado o disposto no art. 170 da Constituição Federal (*op.cit.*) (grifos meus).

Como se pode observar, novamente é a FIFA quem decide quais serão as áreas restritas para seu uso e de interesse dos prestadores de serviço e patrocinadores das competições. Nesses

parágrafos, além de instituir uma restrição ao direito de ir e vir de qualquer cidadão, ainda há uma limitação ao comércio regular, que fica impedido de vincular-se aos megaeventos.

Nos artigos seguintes (12, 13, 14 e 15) a Lei dispõe sobre os direitos de captação de imagens, sons, radiodifusão e sobre o acesso aos locais oficiais de competição, nos seguintes termos:

Art. 12 A FIFA é a titular exclusiva de todos os direitos relacionados às imagens, aos sons e às outras formas de expressão dos Eventos, incluindo os de explorar, negociar, autorizar e proibir suas transmissões ou retransmissões.

Art. 13 O credenciamento para acesso aos Locais Oficiais de Competição durante os Períodos de Competição ou por ocasião dos Eventos, inclusive em relação aos Representantes de Imprensa será realizado exclusivamente pela FIFA, conforme termos e condições por ela estabelecidos.

[...] § 2º As credenciais conferem apenas o acesso aos Locais Oficiais de Competição e aos Eventos, **não implicando o direito de captar, por qualquer meio, imagens ou sons dos Eventos.**

Art. 14 A autorização para captar imagens ou sons de qualquer Evento ou das Partidas exclusivamente concedida pela FIFA, inclusive em relação aos Representantes de Imprensa.

Art. 15 A transmissão, a retransmissão ou a exibição, por qualquer meio de comunicação, de imagens ou sons dos Eventos somente poderão ser feitas mediante prévia e expressa autorização da FIFA.

I – que o Evento seja uma Partida, cerimônia de abertura das Competições, cerimônia de encerramento das Competições ou sorteio preliminar ou final de cada uma das Competições;

II – que a transmissão se destine à Inclusão em noticiaria, sempre com a finalidade informativa, sendo [...]

[...] § 5º Os veículos de comunicação solicitantes não poderão, em momento algum:

I – organizar, aprovar, realizar ou patrocinar qualquer atividade promocional, publicitária ou de marketing associada às imagens ou aos sons contidos no conteúdo disponibilizados nos parágrafo 2º e

II – explorar comercialmente o conteúdo disponibilizado nos termos do § 2º, inclusive em programas de entretenimento, documentários, sítios da rede mundial de computadores ou qualquer outra forma de veiculação de conteúdo. (op. cit.) (grifos meus).

Aqui, novamente é a FIFA a titular exclusiva dos direitos relacionados às imagens e aos sons, além de ser a entidade que determina e autoriza o acesso aos eventos. Dessa forma, a LGC legaliza e consolida uma situação de exclusividade que já era esperada, uma vez que uma das maiores fontes de renda dos mundiais esportivos são os lucros relativos aos direitos de

imagem e transmissão, como se pode verificar na obra de Zimbalist (2015). Esse autor traz uma interessante comparação dos lucros obtidos ao largo da história das Copas e Olimpíadas, demonstrando que a partir da década de 80 há uma guinada na transmissão em âmbito global dos megaeventos esportivos e que vem se constituindo em um importante fator para conferir prestígio a tais competições.

Na seção sobre sanções legais, bem como na seção de sanções penais, estabelecem-se que aqueles que realizarem qualquer das atividades previstas nos artigos anteriores, sem a autorização prévia da FIFA ou de pessoa por ela indicada seria penalizado com multa ou detenção de três meses a um ano. Aqui é importante destacar que isso vem de encontro a uma prática social do povo brasileiro, como torcedor entusiasta e amante do futebol (uma condição essencial para a realização da Copa da FIFA), que é de exibir em espaços públicos as partidas de futebol, em especial as de Copa do Mundo, como ocorreu nos Campeonatos anteriores. Era costume, onde não havia espaços públicos criados oficialmente e destinados aos fins de exibição dos jogos, criar-se tais espaços nas casas das pessoas: era possível ver bandeirinhas com as cores do Brasil nos quintais, mascotes e motivos da Copa pintados no asfalto das ruas; as pessoas compravam uma televisão nova e maior para que pudessem assistir às partidas do campeonato com a família, os amigos, os vizinhos e quem mais quisesse se achegar.

Essa prática foi proibida com a Lei Geral da Copa. Em outros termos, é importante ressaltar que a FIFA coibiu atividades que contribuam para a ocupação coletiva do espaço público e que unia as pessoas em torno do esporte.

Assim,

Art. 16. Observadas as disposições da [Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 \(Código Civil\)](#), é obrigado a indenizar os danos, os lucros cessantes e qualquer proveito obtido aquele que praticar, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, entre outras, as seguintes condutas:

[...] IV - **exibição pública das Partidas por qualquer meio de comunicação em local público ou privado de acesso público**, associada à promoção comercial de produto, marca ou serviço ou em que seja cobrado Ingresso; [...]

Art. 30. **Reproduzir, imitar, falsificar ou modificar indevidamente quaisquer Símbolos Oficiais de titularidade da FIFA:**

Pena - **detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.**

Art. 31. Importar, exportar, vender, distribuir, oferecer ou expor à venda, ocultar ou manter em estoque Símbolos Oficiais ou produtos resultantes da reprodução, imitação, falsificação ou modificação não autorizadas de Símbolos Oficiais para fins comerciais ou de publicidade:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses ou multa.

Marketing de Emboscada por Associação

Art. 32. Divulgar marcas, produtos ou serviços, com o fim de alcançar vantagem econômica ou publicitária, por meio de associação direta ou indireta com os Eventos ou Símbolos Oficiais, **sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada**, induzindo terceiros a acreditar que tais marcas, produtos ou serviços são aprovados, autorizados ou endossados pela FIFA:

Pena - **detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.**

Parágrafo único. Na mesma pena incorre quem, sem autorização da FIFA ou de pessoa por ela indicada, vincular o uso de Ingressos, convites ou qualquer espécie de autorização de acesso aos Eventos a ações de publicidade ou atividade comerciais, com o intuito de obter vantagem econômica.

Marketing de Emboscada por Intrusão

Art. 33. **Expor marcas, negócios, estabelecimentos, produtos, serviços ou praticar atividade promocional, não autorizados pela FIFA ou por pessoa por ela indicada, atraindo de qualquer forma a atenção pública nos locais da ocorrência dos Eventos, com o fim de obter vantagem econômica ou publicitária:**

Pena - **detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano ou multa.**

Art. 34. Nos crimes previstos neste Capítulo, somente se procede mediante representação da FIFA. (*op. cit*) (grifos meus).

Ademais, com a Lei Geral da Copa, a FIFA impõe a criação de novos tipos penais, acima destacados em itálico: marketing de emboscada por associação e marketing de emboscada por intrusão. Esses tipos penais não existiam no regramento brasileiro sobre direitos de propriedade intelectual. Contudo, verificou-se que, na prática, a própria FIFA possibilitou que casos semelhantes ocorressem durante a venda de ingressos, conforme denúncias da mídia nacional. Além disso, à entidade não é imputada nenhuma responsabilidade no uso de símbolos locais e nacionais em suas peças de marketing. Esse é o caso do pôster oficial da Copa¹⁸, que traz vários símbolos nacionais, como a baiana de acarajé.

No Capítulo III, que diz respeito aos vistos de entrada e permissões de trabalho, resumidamente, nos artigos 19 a 21, estabelece-se que o País fica obrigado a conceder, sem qualquer restrição quanto à nacionalidade, raça ou credo, vistos a todos os membros da delegação da FIFA (que inclui Comitê da FIFA, convidados, qualquer outro indivíduo indicado pela entidade, funcionários das Confederações de futebol e Associações Estrangeiras membros da FIFA, competidores, árbitros e profissionais que irão atuar durante os Eventos), equipe de patrocinadores da FIFA, da equipe da Emissora Fonte da FIFA, da equipe dos Prestadores de Serviço da FIFA e expectadores que possuam ingressos. Tais vistos seriam emitidos em caráter prioritário e sem qualquer custo para os requerentes. Dessa vez, o

¹⁸ No capítulo 2, o pôster oficial da FIFA será melhor examinado.

tratamento migratório menos restritivo se dá em benefício exclusivo dos estrangeiros que tenham relação com os megaeventos, além de constituir uma reserva em relação à soberania do País.

O Capítulo IV, que trata da responsabilidade civil, determina nos artigos 22 e 23 que é o Estado brasileiro a pessoa que responderá pelos danos causados à FIFA, assumindo responsabilidade civil. Nesse caso, o Estado brasileiro eleva a FIFA a *status* de igualdade jurídica, no sentido de que passam a ter uma prerrogativa que só entidades da Administração Pública possuem.

Art. 22. *A União responderá pelos danos que causar, por ação ou omissão, à FIFA, seus representantes legais, empregados ou consultores, na forma do [§ 6º do art. 37 da Constituição Federal](#).*

Art. 23. *A União assumirá os efeitos da responsabilidade civil perante a FIFA, seus representantes legais, empregados ou consultores por todo e qualquer dano resultante ou que tenha surgido em função de qualquer incidente ou acidente de segurança relacionado aos Eventos, exceto se e na medida em que a FIFA ou a vítima houver concorrido para a ocorrência do dano.*

Parágrafo único. **A União ficará sub-rogada em todos os direitos decorrentes dos pagamentos efetuados** contra aqueles que, por ato ou omissão, tenham causado os danos ou tenham para eles concorrido, devendo o beneficiário fornecer os meios necessários ao exercício desses direitos (*op. cit.*) (grifos meus).

Ainda sobre a responsabilidade do Estado Brasileiro, os artigos 51 a 55 obrigam a União a participar das causas demandadas contra a FIFA, além de arcar com os custos de todo o processo judicial decorrentes dessas demandas.

Art. 51. *A União será obrigatoriamente intimada nas causas demandadas contra a FIFA, as Subsidiárias FIFA no Brasil, seus representantes legais, empregados ou consultores, cujo objeto verse sobre as hipóteses estabelecidas nos arts. 22 e 23, para que informe se possui interesse de integrar a lide.*

Art. 53. **A FIFA, as Subsidiárias FIFA no Brasil, seus representantes legais, consultores e empregados são isentos** do adiantamento de custas, emolumentos, caução, honorários periciais e quaisquer outras despesas devidas aos órgãos da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, em qualquer instância, e aos tribunais superiores, assim como não serão condenados em custas e despesas processuais, salvo comprovada má-fé. (*op.cit.*) (grifos meus).

Contudo, sem entrar em pormenores de uma análise jurídica, é possível afirmar que há desproporcionalidade no contrato estabelecido entre o País e a FIFA, uma vez a Lei estabelece uma onerosidade excessiva para uma das partes, que no caso desse contrato é a União.

Um dos Capítulos da Lei que mais gerou discussões entre os parlamentares, devido à pressão de entidades estudantis, organizações e associações de aposentados e pensionistas, organizações de torcedores, bem como de organizações de proteção ao consumidor foi o Capítulo V. Este versava sobre a venda dos ingressos para as partidas. Com toda essa pressão da sociedade civil, a redação da Lei foi mudada para proteger os pagantes de meia entrada e terminou da seguinte forma: os ingressos seriam divididos em 4 categorias, com preços fixos determinados pela FIFA e estudantes, idosos e participantes de programa federal de transferência de renda poderiam comprar com desconto de 50% apenas para ingressos da categoria 4 (a categoria com preços mais baixos).

No Capítulo VI, sobre as condições de acesso e permanência nos locais oficiais de competição, destaca-se:

Art. 28. São condições para o acesso e permanência de qualquer pessoa nos Locais Oficiais de Competição, entre outras:

I - estar na posse de Ingresso ou documento de credenciamento, devidamente emitido pela FIFA ou pessoa ou entidade por ela indicada;

§ 1º É ressalvado **o direito constitucional ao livre exercício de manifestação e à plena liberdade de expressão em defesa da dignidade da pessoa humana.** (BRASIL, 2012a) (grifos meus)

Apesar de estar explícito que o direito constitucional de liberdade de manifestação e expressão seria respeitado, a proteção desse direito se daria apenas nos locais oficiais de competição. Do lado de fora, durante as manifestações que questionavam a realização dos megaeventos no Brasil, tanto em 2013 quanto em 2014, a prática foi outra. As polícias de todas as cidades-sede foram acionadas para garantir a segurança dos jogos, mesmo em detrimento da liberdade dos manifestantes. Enquanto isso, do lado de dentro, os torcedores xingavam a presidenta com palavras de baixo calão, expressando ódio de gênero e misoginia, pois estavam protegidos pelo direito à “liberdade de expressão”. Mais uma vez tem-se o

exemplo de um Estado de exceção se estabeleceu no País com vistas a garantir a realização do Mundial.

Finalmente, a Lei Geral da Copa estabeleceu, nos artigos 56 e 64, a possibilidade de a União declarar feriados nacionais nos dias dos jogos da seleção brasileira de futebol, bem como a necessidade de ajustar o calendário escolar em 2014 para que as férias escolares coincidisse com o período em que fosse ocorrer a Copa do Mundo da FIFATM.

Contudo, destaco a atuação dos Comitês Populares da Copa e das organizações de defesa dos direitos das crianças e adolescentes no sentido de fazer frente a tais artigos. Cientes das falhas no sistema de proteção às crianças e adolescentes e do risco do aumento de casos de exploração do trabalho infantil e da exploração sexual das crianças e adolescentes, que estariam de férias e ociosas durante o mês do Mundial, tais organizações se articularam¹⁹ para pressionar os governos para a realização de campanhas contra as violações dos direitos das crianças e dos adolescentes. Importante ressaltar que a LGC tinha um capítulo sobre as campanhas sociais nas competições, no entanto, nada nesse sentido foi decidido e nem mesmo mencionado na Lei.

Assim, no entendimento dos movimentos sociais, com o qual coaduno, a Lei fere direitos dos consumidores, a soberania nacional, direitos dos trabalhadores, entre outros. Isso porque, com essa Lei, legalmente há a formação de um Estado de exceção que em seu bojo reforça e aprofunda um estado de exclusão. Vainer (2011), ao refletir sobre as modificações urbanísticas que sofreu o Rio de Janeiro com a eleição para cidade-sede da Copa e das Olimpíadas de 2016, explica que a cidade de exceção surge quando as regras gerais que regem o funcionamento e a vida urbana são submetidas a regras excepcionais. Trata-se, pois, de situações em que as normas que regem o Estado de Direito ficam suspensas.

Contudo, não se tratam de regras passageiras (ainda que assim sejam apresentadas legalmente), uma vez que podem permanecer mesmo com o fim dos megaeventos para as quais foram criadas. Isso aconteceu em relação à securitização das cidades brasileiras: durante

¹⁹ No dia 10 de abril de 2013, o Fórum de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador no Distrito Federal (Fórum PETI-DF) realizou a Audiência Pública “Proteção Integral de Direitos de Crianças e Adolescentes durante os Megaeventos Esportivos”, em conjunto com outras organizações da sociedade civil (Comitê Popular da COPA-DF; Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA); Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Distrito Federal (CEDECA-DF); Movimento de Adolescentes e Crianças (MAC); Coletivo da Cidade; Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA); Rede de Adolescentes e Jovens pelo Direito ao Esporte Seguro e Inclusivo do Distrito Federal (REJUPE-DF) e Conselho Tutelar Asa Norte), com o objetivo de deliberar uma agenda de políticas públicas de proteção a criança e adolescente no contexto dos megaeventos.

a Copa das Confederações e da Copa do Mundo, fez-se necessário aumentar os orçamentos da pasta de segurança pública, com mais contratação de servidores, importação de equipamentos sofisticados de segurança, entre outras medidas que seguem sendo utilizadas depois dos megaeventos.

Conforme explica Jorge Luiz Souto Maior, em seu artigo *Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente*, quando se forma um estado de exceção, previsto na ordem vigente, há uma lógica subjacente de continuísmo, que faz da exceção um apêndice da própria regra. Nas palavras do autor, “como a situação de desajuste se apresenta em risco cada vez mais crescente, o estado de exceção se edifica como estado permanente, fazendo-o de modo que não se apresente explicitamente” (MAIOR, 2014, p. 34).

Nessa análise, Souto Maior evidencia que a “exceção permanente” é continuada na medida em que as contradições por ela criadas não são reveladas. E isso acontece justamente porque a justificativa de sua instalação se assenta na transitoriedade. Essa lógica trata os fenômenos sociais de forma pontual, descontextualizados, e destaca somente os aspectos que a justifiquem. No Caso da Copa de 2014, a lógica do estado de exceção “impulsionou uma visualização restritiva do evento, pautada por uma justificativa atomizada, sem contextualização histórica e feita de forma parcial, para não permitir uma revelação de suas intensas contradições” (*op.cit.*).

Em 31 de maio de 2013, a Procuradoria Geral da União (PGR) entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4976) no Superior Tribunal Federal contra a Lei Geral da Copa. A PGR interpelou o STF porque considerou que os seguintes artigos da LGC violavam a Constituição: artigo 23, 37 a 47 e 53. A PGR entendeu que o artigo 23 impunha à União a assunção da responsabilidade por danos que não foram causados por seus agentes, além de dispensar a comprovação da falha administrativa. Conforme consta na ADI, “ao se admitir a responsabilidade pelo risco integral, tem-se a inserção dessas exceções, no contexto da regra de imputação, o que contraria a disciplina constitucional da matéria” (BRASIL, 2013a, p. 5).

Já em relação aos artigos 37 a 47, que concedia prêmios aos jogadores vencedores de Copas anteriores, a PGR considerou tratamento diferenciado entre brasileiros, o que fere o princípio da igualdade perante a lei; e o artigo 53, que concedia isenção à FIFA e entidades a ela relacionadas, violava o princípio da isonomia tributária, pois desigualava o contribuinte (pessoas físicas e jurídicas privadas) à FIFA (entidade privada) e concedia a ela um

tratamento dado a entidades públicas. Conforme a PGR, o tratamento desigual se dá na medida em que há uma razão que o justifique, de modo que “a isenção concedida não se qualifica como um benefício constitucionalmente adequado, mas como um verdadeiro favorecimento ilegítimo” (BRASIL, 2012, p. 10).

O STF julgou a ADI em 8 de maio de 2014, entendendo como improcedente o recurso da Procuradoria Geral da República. Por sete votos contra um, a Lei Geral da Copa foi considerada constitucional pelos ministros e ministras. O Ministro Luiz Fux, que acompanhou o voto do relator, o Ministro Ricardo Lewandowski, argumentou que “nem todos são iguais, trata-se de um tratamento igual para os iguais e um tratamento desigual para os desiguais, na medida em que se desiguam”. O voto minoritário, do Ministro Joaquim Barbosa, veio acompanhado da seguinte interpretação: “aqui o que está em jogo é a capacidade contributiva dessa organização e seus satélites que vão ganhar bilhões de Reais e nós brasileiros vamos ficar com a conta”²⁰.

1.1.3 Regime Diferenciado de Contratações Públicas

A lógica da exceção criada no bojo dos megaeventos também se manifestou em outros mecanismos legais. Cabe aqui destacar o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instrumento que modifica as exigências, os prazos, entre outros aspectos da Lei de Licitações e da Lei de Responsabilidade Fiscal com vistas a garantir que as obras da Copa e das Olimpíadas sejam realizadas com maior rapidez e sem entraves burocráticos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) grosso modo determina que há limites para o endividamento público dos entes federativos. Caso ultrapasse esses limites, o ente poderá endividar-se novamente apenas para se tornar adimplente novamente. A Lei de Licitações (Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993) define os mecanismos de contratação pública (pregão, licitação, carta-convite, etc). Para os casos de obras públicas, normalmente, a modalidade utilizada é o pregão. No pregão eletrônico, a Administração Pública divulga o projeto básico de referência para que os licitantes apresentem suas propostas em torno da expectativa do contratante, tanto do ponto de vista

²⁰ Cf. “Pleno - STF julga improcedente ADI contra dispositivos da Lei Geral da Copa (2/2). Canal STF, 08/05/2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=F_duOkJ4-I0>. Acesso em 11 jun. 2015.

orçamentário como executivo. No caso de obras de infraestrutura, geralmente licita-se as partes de uma obra, por fases licitatórias.

O RDC modifica a modalidade de pregão eletrônico em diversos aspectos: a) permite a apresentação de proposta global de anteprojeto, de modo que um licitante execute toda a obra (pode-se subcontratar outras pessoas físicas ou jurídicas para realizar as diferentes fases dos projetos); b) não torna público o projeto base do licitador; c) não permite a celebração de termos aditivos, exceto nos casos de “recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de fortuito ou por força maior” (Artigo 9º, III, §4, BRASIL, 2011).

De uma parte, o RDC traz mais celeridade na execução de obras de interesse público. Sem o RDC, os projetos têm todas as fases licitadas e tardam em ser concluídos, pois cada fase é passível de contestação jurídica, o que torna o processo mais demorado. De outra parte, a falta de publicidade do projeto base traz duas principais consequências: a) o controle social se torna mais difícil, pois não é transparente no que se refere aos parâmetros que a Administração Pública contratou determinado licitante; b) abre-se demasiada margem para superfaturamento das obras, já que ou os projetos tendem a estar aquém do projeto base. Uma vez terminado o pregão, o licitante vencedor pode aumentar os custos de execução para enquadrar o projeto à necessidade do contratante, ou o licitador “direciona” o pregão, pois como o projeto base exige uma metodologia, técnica e tecnologia específica, elege-se uma proposta que se adeque a essa especificidade, justificando uma eleição onerosa.

No contexto de urgência da execução das obras, como se pode observar nos termos aditivos da Matriz de Responsabilidade da Copa, as empresas prestadoras de serviços ou executoras das obras reajustaram várias vezes os preços de suas obras e serviços, de modo que fez saltar o montante global de financiamento público da Copa e das Olimpíadas, ultrapassando os limites de endividamento público. Como exemplo, temos o caso da reforma do Estádio Maracanã. Realizado pelo Consórcio das empresas Odebrecht, IMX e AEG, com recursos provenientes de investimento e financiamento do governo federal, estadual e municipal, BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco de Desenvolvimento da América Latina, o projeto estava orçado inicialmente em 883,5 milhões de Reais, conforme resolução nº 3 de 2011 do GECOPA (Anexo IV).

Contudo, por diversos motivos de “força maior” (inclusão de obras do entorno, detecção de que a marquise estava deteriorada e necessitava ser demolida), os custos da obra foram

aumentando ao longo dos meses, por meio de termos aditivos à matriz de responsabilidade, de modo que na última matriz (Anexo IX) observei que o Estádio passou a custar 1,05 bilhão de Reais, o projeto de reurbanização do entorno do estádio e ligação com a Quinta da Boa Vista custaria 109 milhões de Reais e para a reformulação e modernização da estação multimodal do Maracanã seriam gastos 178 milhões de Reais. Isso sem levar em conta as estruturas complementares da Copa das Confederações e Copa do Mundo, exigidas pela FIFA nos *Stadium Agreement*, que custaram 37,7 e 66 milhões respectivamente.

Como afirmado anteriormente, a necessidade do controle social sobre esses megaempreendimentos é prejudicada com o RDC. Exemplo disso é a dificuldade dos órgãos de controle em realizar auditorias dos gastos públicos invertidos na execução das obras da Copa e Olimpíadas. A Arena Pantanal, estádio construído em Cuiabá especialmente para a Copa do Mundo também foi uma das obras em que há suspeitas de superfaturamento dos custos. No escopo dessas realidades paralelas do mercado, criadas pelas empresas detentoras de grandes fortunas e de capital político, capazes de mobilizar o Estado a seu favor²¹, tem-se uma omissão do Estado em não averiguar esses superfaturamentos, ou ainda em mascarar essas investigações²².

1.1.4 O Lucro da FIFA

Entre todas as edições, a Copa do Mundo da FIFATM de 2014 foi o torneio mais lucrativo para a FIFA. As informações acerca dos valores recebidos e gastos no Mundial abundam em várias fontes jornalísticas, variando de 10 a 16 bilhões de Reais arrecadados com o Mundial. De acordo com Relatório Financeiro de 2014 da FIFA, os lucros do campeonato no Brasil foram de cerca de 4,82 bilhões de dólares, dos quais 2,48 bilhões provenientes da venda de direitos de transmissão, 1,6 bilhões da venda de direitos de marketing, 527 milhões da venda de ingressos, **184 milhões da venda de direitos de hospitalidade** e 107 milhões de direitos de licença (grifos meus) (FIFA, 2015). Lembram-se dos gastos com a candidatura, que a Colômbia se recusou a pagar e por isso se retirou das eleições? Aí estão os direitos de

²¹ No capítulo 3 será melhor discutido o argumento das duas realidades, dos dois “Estados” que co-existem, um legal e um mafioso. Cf (Segato, 2013).

²² Cf. “CPI contrata empresa fantasma para fazer auditoria de corrupção na Copa”. *Portal UOL*, 09/06/2015. Disponível em <<http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2015/06/09/cpi-contrata-empresa-fantasma-para-fazer-auditoria-de-corrupcao-na-copa.htm>>. Acesso em 14 jun. 2015.

hospitalidade correspondem a esses gastos com a candidatura, e o Brasil, de saída pagou 184 milhões à FIFA para poder receber os jogos no país.

Por outro lado, os gastos da FIFA com a realização do campeonato ficou em torno de 2,25 bilhões de dólares, dos quais 453 milhões foram para o COL, 358 milhões para as seleções que chegaram até as oitavas de final, 369 milhões gastos com tecnologia de transmissão, 70 milhões de contribuições para clubes, entre outros gastos. Segundo a FIFA, mais de 78% dos gastos tinham “relação direta com o futebol”, dando a entender que gastaram a maior parte do dinheiro no que chamam de “desenvolvimento do esporte mundial” (FIFA, 2015). Contudo, no plano de investimentos anunciado em janeiro de 2015, a FIFA pretende aplicar apenas 100 milhões, dos mais de 2 bilhões de lucro, no futebol: 60% para construção de novas obras, 15% para futebol de base, 15% para futebol feminino, 4% para projetos de saúde pública, 4% para projetos sociais e 2% para custos de administração e logística²³.

Outra aspecto que devo ressaltar sobre realização da Copa no País é a isenção de impostos sobre a FIFA, patrocinadores, construtoras dos 12 estádios e outras empresas relacionadas à organização do evento. Antes da Copa de 2010, nenhum país-sede havia concedido isenção; no Mundial de 2010, a África do Sul isentou de impostos o comércio de produtos da FIFA, comercializados no site oficial da entidade. Na Copa do Mundo de 2014, pela primeira vez na história das Copas, a FIFA obteve isenção total de impostos, por meio do Regime Especial de Tributação para Construção, Ampliação, Reforma ou Modernização de Estádios de Futebol (Recopa) (BRASIL, 2010). Assim, segundo o Tribunal de Contas da União, em relatório relativo à auditoria de 2010 a 2012 (Registro Fiscalis 960/2011), o Brasil concedeu isenção em todo tipo de comércio de bens e serviços, deixando de arrecadar mais de 1 bilhão de Reais.

É importante ressaltar que além do tributo não contabilizado como parte da receita gerada pela Copa para a FIFA, essa entidade também se valeu do trabalho voluntário, previsto na Lei Geral da Copa, para a realização do Mundial no Brasil. Entre 14 e 18 mil pessoas²⁴ trabalharam como voluntários na organização do megaevento, tanto antes quanto durante os jogos. Houve voluntários que trabalharam por 20 dias em jornadas de até 10 horas diárias. Não foi divulgado o montante de verba economizada com o não pagamento de salários para as

²³ Cf. “Fifa vai investir R\$ 260 milhões no futebol brasileiro; saiba como e onde”. *ESPN/UOL*, 20/01/2015. Disponível em <http://espn.uol.com.br/noticia/476510_fifa-vai-investir-r-260-milhoes-no-futebol-brasileiro-saiba-como-e-onde>. Acesso em 15 jun. 2015.

²⁴ Não foi possível obter, por meio das fontes jornalísticas e dos relatórios apresentados pela FIFA, os dados precisos sobre a utilização de mão de obra voluntária.

pessoas que trabalharam como voluntárias. Considerando como base atual o salário mínimo do Brasil, de R\$ 788,00, multiplicado pelo número de voluntários, chegamos a 14,18 milhões de Reais economizados pela entidade.

Tendo em conta esse fato, o Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro (MPT-RJ) entrou com uma ação civil pública para suspender o trabalho voluntário para a FIFA. O MPT considerou que a legislação brasileira trabalhista deveria prevalecer sobre a Lei Geral da Copa, pois esta cria uma exceção que viola os direitos dos trabalhadores brasileiros. Segundo a legislação brasileira, admite-se a utilização de mão de obra voluntária apenas em entidades públicas, associações e outras organizações sem fins lucrativos, o que não é o caso da FIFA, entidade de direito privado com fins lucrativos. Contudo, a Justiça do Trabalho negou a ação pública e a FIFA e o COL ficaram desobrigados de pagar indenização por dano moral coletivo²⁵.

1.2 Baianas de Acarajé no contexto: a cidade de Salvador como cidade-sede da Copa do Mundo da FIFATM de 2014

1.2.1 Salvador como cidade-sede

Durante o mês de agosto de 2007, as cidades candidatas a sub-sedes da Copa do Mundo de 2014 apresentaram suas propostas ao Comitê de Candidatura do Brasil, encabeçado pelo então dirigente da CBF, Ricardo Teixeira. As cidades brasileiras candidatas a sub-sede foram: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife/Olinda, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Assim como a União, o Estado da Bahia logo se apressou em criar uma estrutura estatal de apoio à candidatura da cidade de Salvador. Um Grupo de Trabalho (GT) foi instituído pelo então governador da Bahia, Jacques Wagner, e oficialmente passou a integrar a estrutura estatal a partir da publicação do Decreto 10.629 de 2007. A estrutura era composta pelo chefe do Gabinete de Governo do Estado da Bahia, que iria coordenar o GT, Secretarias da Casa

²⁵ Cf. “Justiça nega pedido de suspensão de trabalho voluntário na Copa”. *EBC/Agência Brasil*, 05/06/2014. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/06/justica-nega-pedido-de-suspensao-de-trabalho-voluntario-na-copa>>. Acesso em 01 jul. 2015.

Civil, de Indústria, Comércio e Mineração, Meio Ambiente, de Desenvolvimento Urbano, de Cultura, de Segurança Pública, de Planejamento, Superintendência de Desportos (que funcionava dentro da Secretaria de Trabalho e Emprego), Procuradoria Geral do Estado da Bahia e Assessoria de Comunicação Social da Casa Civil (BAHIA, 2007).

Em 25 de agosto de 2007, uma Comissão de Inspeção da FIFA, responsável por elaborar um relatório à FIFA sobre as condições do Brasil para receber o Mundial, visitou Salvador. A Comissão foi recepcionada pelo Grupo de Trabalho Executivo, que apresentou a proposta de candidatura de Salvador para cidade-sede do Mundial. Na ocasião, o então coordenador do GT, Fernando Schmidt, afirmou que Salvador tinha plenas condições econômicas, sociais e de infraestrutura para receber os jogos da Copa.

Além disso, destacou-se a importância do Estado da Bahia como um destino turístico no país e um local com tradições e costumes peculiares, rico em folclore. Com o objetivo de ilustrar as tradições e costumes, o GT levou um grupo de capoeira e de baianas vestidas com trajes de baianas de acarajé, conhecidas como baianas de receptivo. Baiana de receptivo é a baiana de acarajé que trabalha em eventos específicos, como as festas de largo (Bonfim e Rio Vermelho), Santa Bárbara, Reis, Cosme e Damião, ou ainda em ocasiões de recepção. Ainda, há as baianas que fazem o papel ritualístico das “lavagens”, as quais devem ser “baianas de terreiro”, pois estas não são apenas a recepção, mas também cumprem a função de benzedeira de algum monumento ou pessoa recepcionada.

Em setembro de 2008, a FIFA divulgaria as cidades-sede da Copa do Mundo de 2014, mas o anúncio foi postergado até 31 de maio de 2009. A partir de 2009, foi oficialmente sabido que Salvador seria uma cidade-sede, e desde então as autoridades da cidade se empenharam na empreitada de conseguir com que Salvador fosse o local da cerimônia de abertura do Mundial. Em agosto de 2010, o Secretário Extraordinário para Assuntos da Copa, Ney Campello, entregou ao então ministro do Esporte, Orlando Silva, uma carta-protocolo especificando as condições de Salvador para ser sede da abertura. As cidades de São Paulo e Belo Horizonte também se apresentavam como candidatas para esse evento. Contudo, Salvador desistiu de sediar a abertura, porque o considerou que era um desgaste político e econômico desnecessário insistir na candidatura.

1.2.2. SECOPA e ECOPA

Uma vez eleita, fez-se necessária a criação de uma estrutura governamental permanente que fosse responsável pelo planejamento e pela organização e execução das políticas e projetos para a recepção da Copa do Mundo no Estado da Bahia. Não só a cidade de Salvador iria receber as partidas de futebol da Copa das Confederações, em 2013, as partidas da Copa Mundo em 2014 e a FIFA *Fan Fest*, como outras cidades iriam recepcionar as seleções de futebol e servir como centros de treinamento. Os municípios de Santa Cruz de Cabrália, Mata de São João e Porto Seguro receberiam as seleções da Alemanha, Croácia e Suíça, respectivamente.

Assim, em 04 de maio de 2011, o governo da Bahia editou a Lei nº 12.212, que modificava a estrutura da organização da Administração do Poder Público Executivo Estadual, criando diversas secretarias. Entre elas figurava a Secretaria Especial para Assuntos da Copa do Mundo da FIFATM Brasil 2014 – SECOPA. De acordo com os artigos 59 a 61 da Lei, essa Secretaria tinha por finalidade coordenar, articular, promover, acompanhar e integrar as ações e projetos prioritários da Copa do Mundo da FIFATM, monitorando as ações necessárias ao cumprimento do calendário definido pela FIFA e pelo COL. Além disso, era atribuição da SECOPA a coordenação dos Grupos de Trabalho que já haviam sido criados por ocasião da candidatura da cidade (BAHIA, 2011).

Dessa forma, sob a administração Ney Campello, a SECOPA era a secretaria responsável por articular junto às demais instituições da Administração Pública Federal e ao COL as ações e atividades conjuntas relativas ao megaevento, bem como a Secretaria que encabeçou as demais Secretarias e órgãos estaduais na realização do Mundial. Os projetos e ações diziam respeito às obras de infraestrutura destinadas ao Mundial, aos projetos voltados para o setor turístico da cidade (hotelaria, restaurantes, transportes), às ações de comunicação, entre outros.

Aqui cabe ressaltar que as ações e projetos considerados prioritários eram definidos com o objetivo de atender aos interesses de setores específicos, direcionados a um projeto de cidade traçado conforme o interesse das elites do setor imobiliário, da construção civil, do setor hoteleiro, e sem o atendimento às exigências ambientais e aos processos de consulta pública.

Além disso, a escolha de tais ações e projetos também deveria atender ao calendário definido pela FIFA e pelo COL, duas entidades privadas.

ECOPA

Outra estrutura da organização do Mundial em Salvador foi o ECOPA. Representante das ações municipais com foco na Copa do Mundo da FIFATM 2014, tendo atuado como agente articulador entre o poder público, iniciativa privada e sociedade em geral, com o objetivo de preparar a capital baiana para receber o Mundial de futebol, o Escritório Municipal da Copa do Mundo da FIFATM Brasil 2014/Salvador cidade-sede (ECOPA) encerrou suas atividades no último dia 31 de julho de 2014. Atualmente, as atividades remanescentes e compromissos decorrentes da Copa estão sob responsabilidade da assessoria do Gabinete do Prefeito. Apesar de ser, de certa forma, o correspondente do COL em Salvador, pouca ou nenhuma relevância política tinha essa entidade.

Contudo, ela serviu à burocracia estatal como uma instância de interlocução. Segundo relata a presidente da ABAM, no “empurra-empurra” a que foi submetida a Associação quando do processo de negociação, a ECOPA foi iluminada pela burocracia estatal como uma entidade responsável por responder à demanda das baianas, o que se revelou completamente inútil.

1.2.3 Projetos para a cidade de Salvador

O objetivo dessa sessão é mostrar quais foram as mudanças produzidas no espaço urbanístico da cidade de Salvador e o que significou para a população soteropolitana. Foi nesse contexto que se inseriu a disputa das baianas de acarajé contra a FIFA, relatada no capítulo subsequente. Apesar de que a Copa afetou de diferentes formas os diversos segmentos da população de Salvador, considero que o caso das baianas de acarajé é representativo do impacto da cidade de exclusão sobre os soteropolitanos.

Assim como outras cidades-sede, a FIFA exigiu que uma série de obras, principalmente relacionadas com a melhoria dos estádios, fosse feita para a realização da Copa do Mundo de 2014. Após observar o padrão das obras realizadas nas cidades-sede, compreendo que as transformações promovidas foram direcionadas por e para favorecer os interesses das elites internacionais, nacionais e locais. Consorte Maricato, sob as categorias de revitalização, reabilitação, revalorização, requalificação, promoveu-se os “capitais internacionais

‘especializados’ no urbanismo do espetáculo, que utiliza como álibi megaeventos esportivos, culturais ou tecnológicos” (MARICATO, 2014, p. 16).

Aproveitando a disponibilização facilitada de créditos e recursos, os governos estaduais e municipais incluíram na Matriz de Responsabilidade da Copa diversos projetos de infraestrutura e mobilidade urbana como obras relacionadas à Copa do Mundo. Além disso, projetos de modificação urbanística de regiões turísticas também entraram no bojo das obras da Copa, como a revitalização da orla de Salvador. Assim, as empresas construtoras poderiam se beneficiar do crédito do BNDES, responsável por financiar os projetos do PAC da Copa, além de entrar em um processo licitatório diferenciado, como previa o Regime Diferenciado de Contratações Públicas.

Em Salvador, estavam incluídas ou na Matriz de Responsabilidade da Copa ou no PAC da COPA: a reconstrução do então Estádio Octávio Mangabeira; o novo Terminal Marítimo de Passageiros no bairro do Comércio, a ampliação do Aeroporto Luís Eduardo Magalhães, com nova torre de comando e estacionamento; a criação do trajeto para o Ônibus de Trânsito Rápido (BRT) que uniria o Aeroporto à região do Iguatemi e da Arena Fonte Nova; obras de acessibilidade ao estádio e a construção de rotas de pedestres na região. O projeto de inauguração da linha 1 do Metrô de Salvador (semi pronto desde o ano 2000) e as obras de revitalização da orla da cidade, apesar de não fazerem parte daqueles programas, foram inseridas no PAC Mobilidade Urbana ou foram financiadas com recursos públicos, e o prazo de entrega foi acelerado por conta da Copa, o que me permite colocá-las no escopo de obras realizadas com o objetivo de transformar a cidade para os megaeventos.

A reconstrução do Estádio Octávio Mangabeira (conhecido como Fonte Nova) foi a principal obra realizada em Salvador no período de preparação para os megaeventos. As empresas paulista Setepla Tecnometal Engenharia e a alemã Schulitz & Partner Architekten, em parceria com a Tetra Projetos, desenharam o novo projeto da Arena. As obras de construção foram realizadas pela Fonte Nova Negócios e Participações SA (FNP), concessionária formada pelas empresas Odebrecht e OAS em parceria. Em 2010, foi celebrada uma Parceria Público-Privada (PPP) entre o Governo da Bahia e essas concessionárias. Com a celebração da PPP, as empresas passaram a ser responsáveis pela administração, operação e manutenção da Fonte Nova pelos próximos 35 anos.

Em 2010, começaram as obras de reconstrução do Estádio, que foi totalmente demolido. O projeto original, no formato de ferradura, com abertura para o Dique, foi mantido. O estádio passou a ter capacidade para 50 mil pessoas, com assentos cobertos, camarotes, restaurante panorâmico com vista para o Dique do Tororó, sala de imprensa, 39 quiosques de alimentação, elevadores e um centro de negócios²⁶.

Em 2013, a cervejaria Itaipava, do grupo Petrópolis (parceira da empresa Odebrecht), estabeleceu um contrato de patrocínio com as concessionárias de 100 milhões de Reais, constituindo-se o primeiro contrato de *naming rights* estabelecido para estádios da Copa. Com esse contrato, a Arena Fonte Nova passou a se chamar Itaipava Arena Fonte Nova, e a Itaipava passou a ter o direito de exclusividade na comercialização de seus produtos nos estabelecimentos dentro da Fonte Nova²⁷.

De acordo com o Portal da Copa²⁸, canal *online* de informação do Governo Federal sobre as atividades da Copa, a reconstrução da Arena Fonte nova custaria um total de 591,7 milhões de Reais. Contudo, no termo aditivo de 2013 da Matriz de Responsabilidade da Copa (Anexo VIII) consta que a Arena passou a custar 689,4 milhões de Reais, dos quais 323,6 milhões oriundos de financiamento federal via BNDES. O restante, os 365,8 milhões, foi custeado pelo Estado e Município, que fizeram empréstimo no Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Se por um lado a reconstrução da Arena movimentou grandes quantias de capital para alguns setores, houve também casos alvos de críticas e motivo por violar os direitos da população soteropolitana. Além do caso discutido nesse trabalho, devo mencionar também o caso dos operários que construíram o Estádio. Em 2012, os trabalhadores da construção civil da cidade de Salvador entraram em greve por tempo indeterminado. A maioria deles estava empregada nas obras da Matriz de Responsabilidade da Copa, submetidos, pois, à pressão de entregar os projetos em tempo hábil. Eles reivindicavam melhores salários, plano de saúde e garantias contra acidentes, e a contabilidade do trabalho realizado aos sábados como hora extra²⁹.

²⁶ Cf. Site da Itaipava Arena Fonte Nova. Disponível em <<http://www.itaipavaarenafontenova.com.br/a-arena/estrutura.html>>. Acesso em 10 mai. 2015.

²⁷ Cf. “Fonte Nova é o primeiro estádio a acertar naming rights”. *Agência Estado*, 01/04/2013. Disponível em <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fonte-nova-e-1-estadio-da-copa-a-acertar-naming-rights,1015641>>. Acesso em 10 mai. de 2015.

²⁸ Cf. Portal da Copa. Disponível em <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/sedes/salvador/arena>>. Acesso em 11 mai. de 2015.

²⁹ Cf. “Funcionários da Arena Fonte decidem encerrar a greve”. *G1*, 18/04/2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/04/funcionarios-da-arena-fonte-nova-decidem-encerrar-greve-em-salvador.html>>. Acesso em 11 mai. de 2015.

Além disso, em 2013, o governo municipal iniciou um processo de gentrificação nas zonas adjacentes à Arena. Em 2014, diversas foram as denúncias de maus-tratos à população em situação de rua, que foi sistematicamente retirada dos arredores do estádio. Isso porque era necessário tornar as regiões turísticas locais seguros para os turistas, “limpos” das representações de “atraso” e “subdesenvolvimento” que essas populações são aos olhos dos visitantes. Segundo Fabiana Almeida, defensora pública de Salvador, há uma ação contra a prefeitura de Salvador por jogar jatos de água na população em situação de rua, atentando contra o direito à dignidade humana. A ação atualmente tramita na 6ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, mas encontra-se parada desde junho de 2014³⁰.

O Aeroporto Internacional de Salvador – Deputado Luís Eduardo Magalhães também passou por reformas. Contudo a maioria das construções não foi finalizada, por diversos motivos, em especial devido ao atraso para o início das obras. A nova reforma, iniciada em 2012, foi realizada pela empresa NM Construtora. Previa-se a ampliação da capacidade de funcionamento, com mudanças nos pátios de manobras e estacionamento de aeronaves, a construção de uma nova torre de controle, a reforma e ampliação do terminal de passageiros (que havia sido inaugurado em 2002) e a construção de um novo Destacamento de Controle do Espaço Aéreo³¹. Além disso, em 2013, a INFRAERO assinou um contrato de concessão com uma nova administradora, responsável pela ampliação e operação do estacionamento³².

Na resolução nº 2 de 2011 a Matriz de Responsabilidade da Copa (Anexo III) observa-se que as obras do aeroporto iriam custar um total de 47,6 milhões de Reais, custeadas pelo governo federal, via Infraero. Já na resolução nº 11, de julho de 2012 (Anexo VI), nota-se que a reforma da ampliação do terminal de passageiros e a ampliação do pátio de aeronaves saltou de um montante de 30 milhões em 2010 para 32,2 milhões. Na resolução nº 25, de novembro de 2013 (Anexo VIII), só a obra de reforma do terminal de passageiros saltou de 15,4 milhões para 79,23 milhões de Reais e o pátio de aeronaves saiu de 16,8 milhões para 17,5 milhões de Reais.

³⁰ Cf. “Defensora denuncia situação de moradores de rua em SSA: ‘não temos abrigo nenhum’”. *Bahia Notícias*, 04/06/2015. Disponível em <<http://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/51509-defensora-denuncia-situacao-de-moradores-de-rua-em-ssa-039nao-temos-mais-abrigo-nenhum039.html>>. Acesso em mai. de 2015.

³¹ Cf. Copa Transparente – Portal de Acompanhamento de Gastos para a Copa de 2014; Senado Federal. Disponível em <<http://www.copatransparente.gov.br/acoes/contratacao-de-empresa-para-execucao-obras-servicos-de-construcao-da-torre-de-controle-e-edificacoes-destinadas-ao-dtcea-2013-destacamento-de-controle-do-espaco-aereo-do-aeroporto-internacional-de-salvador-deputado-luis-eduardo-magalhaes-2013-salvador-ba>>. Acesso em 12 mai. de 2015.

³² Matriz de Responsabilidade da Copa – anexos e aditivos.

Às vésperas da Copa do Mundo, a torre de controle e o novo estacionamento de aeronaves não ficaram prontos, enquanto no terminal de passageiros concluiu-se apenas 36 dos 64 guichês de *check-in*, os quais se apresentavam como estruturas temporárias. O pátio maior para aviões foi concluído³³. Recentemente, o governo anunciou uma lista de equipamentos que passariam a ser administrados por empresas privadas, em regime de concessão, dentre os quais estava incluído o aeroporto de Salvador³⁴.

O ônibus de trânsito rápido (BRT), que ligaria o aeroporto de Salvador ao centro financeiro da capital, a região de Iguatemi, por meio da Avenida Paralela, estava orçado em 567,7 milhões de Reais, conforme Matriz de Responsabilidade da Copa (Anexo II). Contudo, já em 2012 a obra não configurava mais na lista da Matriz de Responsabilidade, tendo sido trocada pelas obras de micro acessibilidade ao Estádio. Apesar das discussões sobre os melhores modais que podem ser utilizados para a ampliação da mobilidade urbana, essa seria uma das poucas obras que, juntamente com o metrô, promoveriam certa integração entre duas das zonas da cidade. Como explica Carvalho & Pereira (2013), há diferentes vetores de ocupação na cidade de Salvador, de modo que a zona norte, por onde passa a BR 324, de maior precariedade e onde se concentra a maior população de baixa renda da cidade, estaria minimamente conectada com uma zona conhecida mais estruturada e onde se concentra a elite de Salvador.

As obras de acessibilidade – duas pequenas pontes que ligavam as avenidas paralelas ao estacionamento da Arena Fonte Nova – e a construção de rotas de pedestres na região, que deram lugar ao BRT, teriam um custo de 19 milhões de Reais, dinheiro aplicado pelo governo federal e estadual, conforme se pode ver na Resolução nº 27 de 2014 (Anexo IX). Estas obras foram parcialmente concluídas (finalizaram somente as obras de acessibilidade) e foi construído um “Fan Walk”, pavimentação provisória de um trecho que ligava o Mercado Modelo à Arena.

Uma importante obra para a cidade de Salvador foi a inauguração da Linha 1 do Metrô, com 4 estações. Curiosamente, o metrô, que estava semifinalizado há cerca de 14 anos, foi tornado intermunicipal, uma vez que uma das linhas ligaria o município de Lauro de Freitas à capital.

³³ Cf. “Após anúncio de concessão, obras do Aeroporto de Salvador não tem prazo de conclusão”. *Bahia Notícias*, 11/06/2015. Disponível em <<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/173735-apos-anuncio-de-concessao-obras-do-aeroporto-de-salvador-ainda-nao-tem-prazo-de-conclusao.html>>. Acesso em 22 mai. 2015.

³⁴ Cf. “Governo confirma concessão dos aeroportos de Salvador, Porto Alegre e Florianópolis”. *Estado de São Paulo*, 24/03/2015. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-confirma-concessao-dos-aeroportos-de-salvador-porto-alegre-e-florianopolis,1656797>>. Acesso em 22 mai. de 2015.

Com isso, foi possível inseri-la no bojo das obras de responsabilidade do governo estadual, de modo que o governo do estado da Bahia pode concluí-la para ser utilizada na Copa. De acordo com Ney Campello, a agenda do Mundial permitiu a aceleração de projetos de infraestrutura, como o metrô³⁵. Assim, a obra do Metrô, apesar de não estar na Matriz, foi incluída no PAC Mobilidade Urbana, com um orçamento de 3,5 bilhões de Reais.

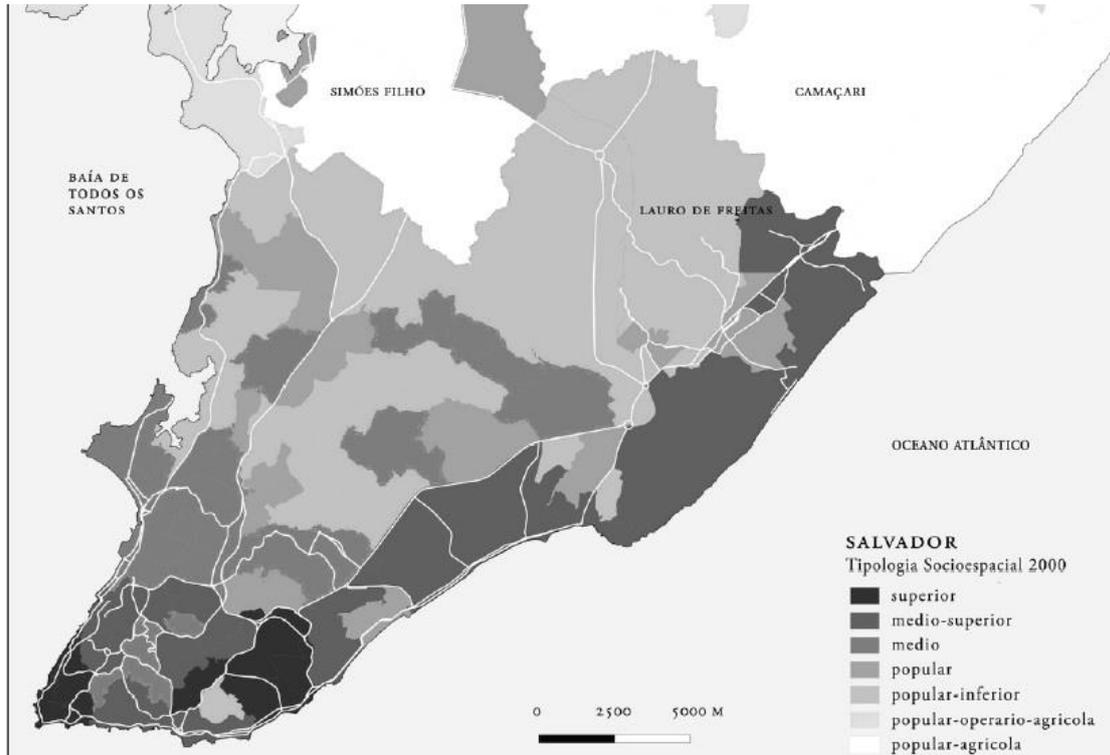
O projeto de revitalização da orla de Salvador foi apresentado em junho de 2013 pela prefeitura da cidade. O investimento realizado pelo governo municipal seria de 116 milhões de Reais, com a implantação de 50 mil m² de novas calçadas, 16 mil m² de espaço compartilhado entre carros e pedestres, 6 km de ciclovia e 10 km com iluminação pública e 250 equipamentos (como quiosques) destinados à venda de produtos. Executada como contrapartida da empresa Odebrecht, a previsão para o fim da obra seria maio de 2014, antes da Copa do Mundo. A obra seria realizada nos seguintes trechos: São Tomé de Paripe, Ribeira e Barra – na região da Baía de Todos os Santos –, Jardim de Alah/Armação, Rio Vermelho, Boca do Rio, Piatã e Itapuã – na região da orla Atlântica. O Diário Oficial do Município trazia a informação de que as obras na Boca do Rio já haviam sido iniciadas e anunciava que haveria uma Salvador antes e depois da Copa do Mundo (SALVADOR, 2013).

Entretanto, conforme me foi relatado por várias baianas, por causa das obras de revitalização da orla, os vendedores ambulantes das areias das praias estavam sendo impedidos de trabalhar. Havia uma determinação da Justiça Federal para embargar o comércio dos trabalhadores ambulantes, ação que recaiu também sobre as baianas de acarajé. De acordo com a Presidenta da ABAM, cerca de 500 baianas de acarajé estavam sem autorização para trabalhar, e a perspectiva apresentada pela prefeitura era a de que após o término das obras, quiosques seriam liberados para que apenas 80 dessas baianas colocassem tabuleiros ao longo da orla.

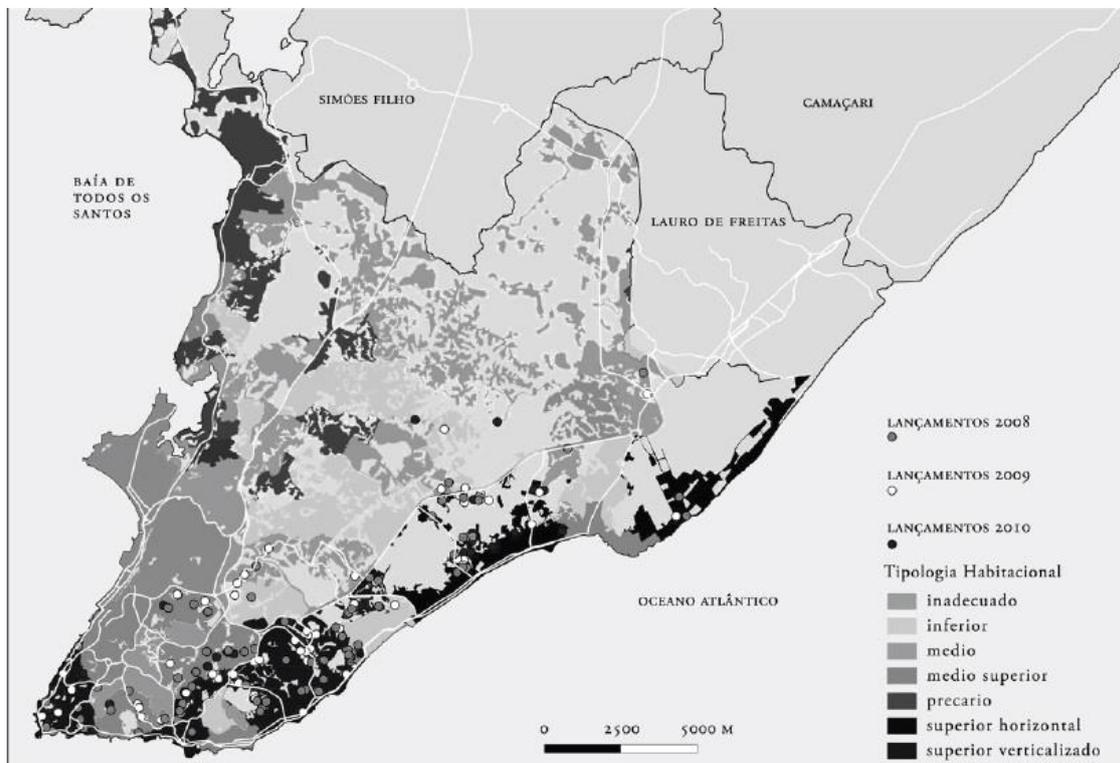
Pelo menos até o presente momento, a prioridade foi a revitalização de trechos da orla soteropolitana de bairros habitados pela população de maior renda per capita da cidade, justamente onde estão sendo criados novos condomínios verticais, conforme metodologia de avaliação das mudanças recentes da cidade desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles e explorada por Carvalho e Pereira (2013) e Vainer (2013), conforme mapa da Tipologia Socioespacial, a seguir.

³⁵ Cf. “Em 2013, 14 obras foram retiradas da matriz da Copa”. *EBC/Agência Brasil*. 18/01/2014. Disponível em <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2014-01-18/em-2013-14-obras-foram-retiradas-da-matriz-da-copa>>. Acesso em 12 jun. 2015.

Mapa 1- Tipologia Socioespacial. Região Metropolitana de Salvador, 2000³⁶.



Mapa 2 – Tipologia habitacional e lançamentos imobiliários. Salvador, 2008-2010³⁷



³⁶ Fonte: Carvalho & Pereira (2008 *apud* CARVALHO&PEREIRA, 2013, p. 14).

³⁷ Fonte: Pereira (2008) e Levantamento dos autores. Elaboração dos autores (CARVALHO & PEREIRA, 2013, p. 16).

Como explicam aqueles autores, as transformações urbanísticas em Salvador têm sido feitas em torno de vetores de crescimento orientados conforme o perfil socioeconômico dos cidadãos, revelando uma desigualdade no investimento público. Compreendi, a partir da interpretação dos mapas 1 e 2, que pelo menos de 2010 até os dias atuais tem havido um processo de concentração dos projetos urbanísticos em regiões onde moram pessoas com um padrão de renda mais elevado, que os autores denominaram superior e médio superior.

Inclusive, as obras viárias previstas pelo poder público (BRT e Linha Viva) serviriam para desafogar a Avenida Paralela, principal via de acesso dos moradores da Orla Atlântica ao centro da cidade. Além disso, as demais obras (Terminal Marítimo, Estádio, revitalização da orla) também foram priorizadas claramente em virtude do perfil da população que vive no seu entorno – superior e médio superior. O objetivo tem sido garantir que haja infraestrutura e serviços públicos que deem suporte para que a oferta do setor imobiliário seja consumida por essa população, favorecendo o processo de acumulação do capital desse setor.

A essa divisão que vinha ocorrendo na cidade de Salvador os autores denominaram de “cidade moderna” (a Orla Atlântica), “cidade tradicional” (Centro Histórico e região da Barra) e “cidade precária” (orla da Baía de todos os Santos no extremo oeste, nordeste e norte agrícola) (CARVALHO & PEREIRA, 2013).

Finalmente, cabe ainda ressaltar o projeto de infraestrutura de mobilidade urbana denominado Linha Viva. O projeto visava à construção de um anel viário que ligaria o centro da cidade ao Aeroporto em Lauro de Freitas, interligando também o acesso Norte (BR-324) à Estrada CIA-Aeroporto (BA-524). Orçado em 1,5 bilhões de Reais, elaborado pela empresa TCC Engenharia, este seria um dos projetos que mais modificaria a paisagem urbana da região por onde passaria. Isso porque se previa que o rodoanel passaria por dentro da comunidade de Saramandaia, um bairro ocupado por população de baixa renda há cerca de 40 anos. Dessa forma, cerca de três mil famílias seriam removidas forçadamente da comunidade, violando, portanto, o direito à moradia digna dessas pessoas, conforme explicou Raquel Rolnik, relatora especial das Nações Unidas para o direito à moradia, que visitou a cidade em 2014³⁸. Além disso, para a execução da Linha Viva, seria necessária a destruição de uma das poucas áreas remanescentes de Mata Atlântica.

³⁸ Cf. “Relatora da ONU para moradia analisa projeto Linha Viva e outras intervenções em Salvador”. Blog *Deputada Maria del Carmen*, 24/02/2014. Disponível em: <<http://www.deputadamariadelcarmen.com.br/fique-por-dentro/relatora-da-onu-para-moradia-analisa-projeto-linha-viva-e-outras-intervencoes-em-salvador/>>. Acesso em 01 jul. 2015.

A Linha Viva passaria por dentro não só de Saramandaia, mas também de um condomínio residencial Alphaville, habitado por população de classe média alta. Com a pressão dos moradores desse condomínio, o governo municipal deu um passo atrás e resolveu modificar o projeto para que não os afetasse. A partir desse precedente, a população de Saramandaia vem lutando de diversas formas para impedir a realização da remoção das famílias em razão do projeto Linha Viva. Ainda que não estivesse previsto nos PACs e na Matriz de Responsabilidade da Copa, os megaeventos eram usados como justificativa para execução desse projeto.

Além disso, informa Carvalho & Pereira que no início de 2010, a prefeitura de Salvador lançou um conjunto de projetos articulados em um frágil planejamento estratégico elaborado e doado por empresas do setor imobiliário à cidade, o que significou uma tentativa dos empresários de direcionar os projetos que seriam priorizados pelo governo. Curiosamente, o título do relatório desse planejamento se chamava “Salvador Capital Mundial”. Ainda, segundo os autores, com o pretexto de que Salvador precisava se preparar para sediar a Copa, a prefeitura encaminhou à Câmara Municipal propostas de mudança do PDDU, afirmando que “Para receber hotéis para a Copa, ainda é preciso mudar as regras” (*Jornal Metrôpoles*, 2011 *apud* CARVALHO & PEREIRA, 2013, p. 18 e 20).

Assim, para convencer a população e os investidores estrangeiros de sua relevância, o poder político de Salvador, aliado aos setores privados considerados “estratégicos”, utilizou-se de estratégias de promoção e venda da imagem da cidade como uma cidade global, completamente inserida no processo de globalização e apta a integrar a rede de fluxos desse processo. Para Carvalho & Pereira (2013, p. 8), isso significou mercantilizar e espetacularizar a cidade, “com a edificação de grandes equipamentos culturais, a gentrificação de certas áreas, a atração de grandes eventos internacionais, o estabelecimento de parcerias público/privadas e uma maior flexibilidade e liberdade para operação do capital”.

Carvalho & Pereira (2013), assim como Maricato (2014) e Vainer (2011) compreendem, portanto, que Salvador passa a se configurar como “cidade-negócio”, ou “cidade-mercadoria/cidade-empresa”. Conforme a interpretação desses autores, nessa configuração, o “planejamento estratégico” adquire a função de desregular, fragmentar e privatizar diversos espaços, dando a impressão de que se tem uma cidade autônoma e instrumentalizada para produção de renda.

A receita do “urbanismo do espetáculo” também é exemplificada pela renovação das docas em Londres, do museu Guggenhaus em Bilbao, do Porto Maravilha no Rio de Janeiro ou na revitalização da orla de Salvador. Essa receita, como explica Ferreira (2014), Maricato (2014) e Zimbalist (2015), consiste em enorme comprometimento de recursos públicos, mais a necessidade de tornar a cidade competitiva do ponto de vista global, somado à justificativa da urgência dos megaeventos. O resultado é o “circo máximo” (ZIMBALIST, 2015) da cidade de exclusão.

Dessa forma, fica evidente que é necessária a realização de auditorias das obras da Copa e das obras impulsionadas/justificadas pela Copa. Assim, será possível verificar o porquê do aumento dos recursos gastos com tais obras, bem como por que, ao passar do tempo, umas obras foram retiradas e outras incluídas na Matriz de Responsabilidade da Copa. Algo semelhante começou a ser realizado pelo TCU no Distrito Federal, mas ainda resta muito por fazer em todas as cidades-sede.

1.3 Conclusão

Nas páginas anteriores busquei identificar e evidenciar os aspectos relativos às transformações produzidas no País e em Salvador a partir da chegada dos megaeventos. Os diversos mecanismos institucionais mobilizados para legalizar situações específicas relacionadas aos megaeventos, em realidade, produziram precedentes para legalizar situações de exceção.

Não só a Lei Geral da Copa, O LGC, o Recopa e a criação dos órgãos específicos para a organização dos megaeventos configuraram-se como mecanismos de legalização da exclusão. Conforme explicitou Carvalho & Ferreira, no caso de Salvador, um aumento do poder das elites pode ser notado com a estreita e explícita articulação deles com o poder político local. Este poder veio realizando um desmonte de suas equipes técnicas, desvalorizando a organização burocrática e abandonando a ênfase na esfera pública, que tinha caracterizado as propostas de urbanização de décadas anteriores (CARVALHO & PEREIRA, 2013, p. 17).

Sobre essa questão, vale destacar a interpretação dada por Gutterres (2014) à legalização da exceção. Para essa autora, a Copa se tornou uma aporia. Ela era usada tanto pelos governantes, pelos adversários políticos dos governantes, pelas pessoas afetadas com as modificações urbanas realizadas de 2008 em diante, quanto pelos habitantes das cidades,

como justificativa para tudo, de bom ou ruim, que daí decorresse. Inclusive metaforicamente, a população começou a avaliar e criticar tais transformações, valendo-se da expressão “imagina na Copa”, no sentido de que se a situação estava de tal maneira em um dado momento, na época da Copa tal situação certamente se agravaria.

Comumente os entusiastas dos megaeventos compreendem que tais eventos aparecem como oportunidade de urbanização, ordenada e benéfica para a população, em virtude do sucesso de Barcelona nas Olimpíadas de 1992. Inspirados nessa cidade, os governantes entendem que poderão tornar as cidades “desenvolvidas” e mais bem adaptadas ao turismo. Contudo, conforme explica Zimbalist (2015), Carvalho & Pereira (2013) e Ferreira (2014), não só as cidades brasileiras, como outras que receberam a Copa e as Olimpíadas, iriam falhar porque tentaram promover as mudanças a partir dos megaeventos, e não o contrário.

Explicando melhor: Barcelona, com todas as suas especificidades históricas e disputas, só “deu certo” porque a população e os governantes vinham gestando as transformações da cidade pelo menos 10 anos antes que a cidade fosse eleita cidade-sede das Olimpíadas. Havia sido amplamente discutido e minimamente deliberado quais projetos eram considerados estratégicos para o reordenamento urbanístico e as mudanças para as Olimpíadas foram “encaixadas” nesse reordenamento (ZIMBALIST, 2015). No caso brasileiro, e especificamente de Salvador, o reordenamento se deu conforme as prioridades estabelecidas em virtude dos megaeventos, segundo um planejamento terceirizado e privatizado.

Assim, entendo que, a partir do precedente produzido legalmente no âmbito estatal, as situações de exceção que violam direitos e excluem as pessoas e as coletividades, apartando-as de suas formas de vida, deixaram ser circunstâncias e contextuais e se estenderam, tornando-se permanentes e reproduzidas sobre todos.

Além disso, procurei evidenciar que a FIFA e parceiros comerciais lograram construir um modelo institucional e legalizado, exercendo seu poder capitalista e monopolista, a partir da expropriação do Estado. Valem-se, pois, dele, e interferem em economias locais, desestabilizando relações ou contribuindo para o agravamento de dinâmicas de discriminação e desigualdade em curso.

Conforme explica Andrew Jennings

Se a corrupção é definida como abuso do ofício público para benefício próprio, então, na minha opinião, a Fifa criou um modelo institucionalizado de corrupção global. A Fifa exporta corrupção de Zurique ao mundo. Junto ao COI, reivindica “autonomia” para o esporte, alegando que governos não devem ter permissão e interferir na “independência” das federações esportivas. E a sugestão de que essas federações devem operar acima da lei é aceita pela maior parte dos governos, na maior parte do tempo. (...) Eles estavam se movendo em direção a um mundo extraterritorial com pouca imprensa ou crivo regulatório, com uma determinação candente de lucrar com o esporte. Esse lucro nem sempre foi medido em dólares; influência e hegemonia se mostraram tão importantes quanto. Dominação cultural garantiria os objetivos do capitalismo. (JENNINGS, 2014, p. 56)

Ainda, destaco que, apesar da força do poder corrupto e mafioso que a FIFA, patrocinadores, parceiros e empresas como Odebrecht tem, em aliança com o Estado, considero que os megaeventos produziram um momento histórico que mobilizou as pessoas por algo que parecia positivo. Essa mobilização também tinha muita força. Contudo, o que se percebeu foi que o estado de exceção instalado serviu para justificar, acelerar e aprofundar as desigualdades que existem no país.

Essa não era a primeira vez que as baianas se deparavam com outros poderes econômicos e simbólicos que ameaçavam o trabalho delas. Inclusive é parte da história dessas mulheres a luta constante pela permanência no espaço público. Mas, como afirmou Rita Ventura³⁹, a mobilização em torno do episódio de proibição da FIFA serviu de exemplo para outros grupos, que perceberam a possibilidade de se organizarem e reivindicarem os seus direitos (tropeiros no Mineirão, tapioqueiras em Recife-PE). Assim, se antes “ninguém aparecia para reclamar”, a partir da Copa e das mobilizações de Junho de 2013, despertou nas pessoas a chama da cidadania insurgente⁴⁰, principal herança que os megaeventos poderiam deixar.

³⁹ Entrevista ao Correio Nagô: “A Baiana que desafiou a FIFA – Rita Santos”. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=8klDx7aIqTg&feature=share>>. Acesso em 27 jul. de 2015.

⁴⁰ Esse conceito será discutido nos capítulos 2 e 3.

Capítulo II

Entrando em Campo para assistir ao jogo (e torcer!) – 1º tempo

A investigação de campo dessa pesquisa foi realizada ao longo do ano de 2014. Em três momentos fui a campo para observar, conviver, indagar e aprender com as baianas de acarajé e outras atingidas e atingidos pela Copa. Como adiantei na introdução desse trabalho, em maio de 2014 estive no 1º Encontro de Atingidos e Atingidas por Megaeventos e Megaempreendimentos. Depois, em junho de 2014, antes da Copa do Mundo da FIFATM, fui a Salvador para mapear onde estavam as baianas de acarajé, bem como para me apresentar a elas como interlocutora interessada em contribuir para a luta. Por fim, em setembro de 2014, depois da Copa do Mundo, voltei a Salvador para observar se houveram mudanças na vida das baianas de acarajé depois dos megaeventos, conversar com elas, fazer as entrevistas e participar de um curso de formação.

Nessas oportunidades, as pessoas e coletivos com as quais conversei, ao relatarem suas experiências, mecanismos de resistência e estratégias de negociação e enfrentamento, me apontaram o caminho para uma leitura/interpretação dessa realidade. Algo que era comum aos participantes do evento era a constante indagação: a Copa do Mundo e os megaempreendimentos realmente valem a pena para eles, suas comunidades e famílias? Esse questionamento, a partir de experiências diversas, provocou a compreensão de que, a menos que houvesse resistência, crítica e enfrentamento, esses megaeventos e megaempreendimentos não valeriam a pena. Deste modo, compreendo que uma leitura centrada no questionamento dos modelos de desenvolvimento dos megaeventos nos possibilita evidenciar relações de dominação e subalternização, as quais possuem raízes históricas e coloniais.

Sobre essa questão, compartilho da ressalva feita pela autora Gutterres (2014), com quem convivi nos anos de militância na ANCOP. Para ela, uma preocupação que sempre esteve presente nos coletivos e grupos, que integravam militantes partidários de esquerda, novos militantes autônomos e atingidos pelos megaeventos e empreendimentos, foi a de não limitar e encaixotar a “luta” e a “resistência” que estavam sendo empreendidas em vários lugares do país, pois poderíamos cair na própria trama do que havíamos criado e perdermos potência de ação.

Portanto, a compreensão de que há estruturas de opressão e hierarquias não significa que haja uma previsibilidade nas ações e um sentido inequívoco dos processos históricos nos quais os sujeitos das relações estão contextualizados. Os textos e tessituras⁴¹ escritos nesses contextos dependem da ação política desses sujeitos. Dito de outra forma, “a certeza de uma hegemonia sistemática do imperialismo, não pode fazer com que ignoremos as lutas dos povos por sua autonomia cultural e assim tornamo-nos cúmplices da dominação ocidental” (GUTTERRES, 2014, p. 27).

Compreendo, pois, que para não incorrer nessa lógica, é preciso realizar a interpretação do caso desde uma perspectiva do conhecimento situado, uma vez que investigar a partir dessa perspectiva significa possibilitar que os sujeitos da pesquisa falem sobre ela, sobre si, sobre o mundo, na própria pesquisa. Assim, ao longo da descrição do campo, procurei, pois, trazer os sentidos que as muitas interlocutoras atribuem à realidade e os saberes que elas constroem sobre o mundo.

De início, cabe aqui explicar que essas interlocutoras se definem como baianas de acarajé. Essa é, portanto, o que os antropólogos definem como categoria nativa. Importante dizer que também me deparei com uma designação por exclusão: havia mulheres que compartilhavam certos espaços com as baianas, porque integravam as redes de produção e solidariedade a que as baianas pertenciam. Assim, havia em torno das baianas de acarajé as baianas de receptivo, as auxiliares e aquelas que não eram baianas, mas produziam richilieu (tecido delicado cosido à mão, utilizado nas roupas típicas de baianas de acarajé), por exemplo.

Há uma vasta literatura sobre o acarajé e sobre o ofício de baiana de acarajé, e curiosamente, na maioria desses trabalhos, a designação do que são ‘baianas de acarajé’ está pressuposta. De acordo com Maria Cleyber Cunha (2011), também há estudos que as designam de ‘baianas do acarajé’ (CASTRO, 2001) e ‘novas quituteiras’ (LODY, 1998), além das que estão ligadas diretamente ao Candomblé, as ‘baianas tradicionais’. Nos últimos anos, uma nova designação, referida no Decreto nº 12.175/98, que regulamenta esse ofício no estado da Bahia, vem delineando uma nova identidade, a de ‘baiana de acarajé e mingau’. Segundo a autora, essa designação adquire um sentido próprio – interdito – a partir do texto legal. Mais recente, essa designação também guarda relação com o tombamento do ofício pelo Instituto de Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN), uma identidade circunscrita à concepção de patrimônio imaterial nacional.

⁴¹ Cf. Segato (2014a).

Assim, muito frequentemente, na maioria das definições,

as baianas vestem-se com trajes específicos das religiões de matriz afro-brasileira, assumem os valores de uma baiana que “vende” acarajé e outras comidas ofertadas aos seus “Santos”, no Candomblé de culto a Orixá (CUNHA, 2011, p. 5).

Mas ‘baiana de acarajé’ não se resume a essa definição. Nesse sentido, a tese de doutorado de Gerlaine Torres (2007) foi dedicada a refletir sobre a uniformização do que é típico nas baianas de acarajé. E aí a autora alerta para os sentidos modernos relacionados com as definições de baiana de acarajé.

No caso dessa pesquisa, as auto definições de baiana de acarajé adquirem sentidos e usos a depender dos contextos de fala das baianas, conforme serão apontadas ao longo da descrição do campo. Nessas falas, identifiquei auto definições que podem contribuir para o nosso entendimento do que é ser baiana de acarajé: é ser mulher, negra, trabalhadora, autônoma. Ressalto que embora seja possível encontrar baianos de acarajé, frequentemente o aprendizado do ofício se deu por meio de uma mulher.

Pude observar que há uma complexidade em torno do sujeito baiana de acarajé e não é o propósito aqui encaixar as baianas de acarajé que fazem parte desta pesquisa numa ou noutra definição atribuída a cada designação. A respeito desse assunto, destaco, porém, a afirmação a seguir:

O acarajé se encontra, a partir de sua trajetória histórica, no cruzamento entre mercadoria palpável e consumível e um complexo sistema simbólico religioso que permeia os cultos afro-brasileiros, que o construíram como uma oferenda, sem buscar uma separação ou especialização que pudesse diferenciar o plano mercadológico do plano sagrado (TORRES, 2007, p. 240).

Essa afirmação me serviu de apoio para desenvolver o raciocínio de que a interpretação da realidade das baianas de acarajé, específica por se tratar de um coletivo de mulheres que constituem signos (raça, gênero e classe) e são constituídas por eles, necessita de uma modelo de compreensão que articule/desarticule todos esses signos sociais e as opressões que veem a reboque de tais signos e que mesmo tempo os reforçam.

A articulação seria necessária porque esses signos constituem a subjetividade e as relações dessas mulheres, juntos e ao mesmo tempo sem uma hierarquia interna.

E a desarticulação se daria porque é preciso tornar evidente que estes são signos que, na forma como integram os sistemas de opressão racista, sexista e capitalista, precisam ser desconstruídos e desmascarados como interpretações sociais elaboradas a partir do lugar dos privilegiados. Ou, como diz Julieta Paredes (2008), gênero já não é a categoria revolucionária que era; se converteu em simples descrição de papéis sociais. Antes a categoria era reveladora das causas das relações de opressão dos homens sobre as mulheres, e foi convertido em conceito descritivo. Não devemos, pois, endossar o gênero, mas destruí-lo como signo de dominação patriarcal.

2.1 Metodologia do campo e de análise

Na esteira desse raciocínio, observei que uma metodologia que me permite articular/desarticular os signos é denominada Interseccionalidade. Conforme Cláudia Cardoso (2011) essa metodologia ganhou força no final dos anos 80, com a emergência científica das categorias que fazem referência à multiciência de diferenciações que permeiam o social. Nesse contexto, a interseccionalidade permitiu que mulheres que questionavam o feminismo hegemônico pudessem refletir sobre as experiências dos sujeitos que viviam nos nós de um entrelaçado de diversas posições de opressão e discriminação, como é o caso das mulheres negras.

Assim, feministas de diversas partes do mundo – negras estadunidenses, latino-americanas, pós-coloniais, descoloniais, feministas islâmicas – começaram a indagar como o patriarcado se constituía e era ressignificado ao ser articulado com outros sistemas de opressões. Essas indagações buscavam dialogar com e criticar o feminismo hegemônico que universalizava o quadro ideológico do poder e das relações de poder presentes no paradigma ocidental das relações de gênero.

Já em 1977, o coletivo *Combahee River*, de feministas negras lésbicas criticou a visão que uniformiza a opressão de todas as mulheres, e “embrionariamente aborda as experiências simultâneas com o racismo, sexismo e classe na vida das mulheres negras”. De acordo com Cardoso, algumas dessas críticas vieram a constituir as concepções teóricas pós-coloniais e

descoloniais, como as de Glória Anzaldúa, Bell hooks, Patrícia Hill Collins, Gayatri Spivak, Maria Lugones (CARDOSO, 2011, p. 126).

Para Chandra Mohanty (1984; 2008 *apud* CARDOSO, 2011), há no discurso feminista ocidental três pressupostos que ela considera perigosos porque acabam servindo para “codificar o Outro”: a) ‘mulheres’ são um conceito constituído e coerente, que significa diferença sexual ou de gênero; b) a partir desse conceito, a noção de patriarcado como sistema de opressão pode ser aplicado universalmente, já que é um sistema que age igualmente sobre todas as mulheres; e c) o conceito ‘mulher’ se converte em uma categoria de representação binária, com dois sujeitos do feminismo – um sujeito educado, moderno, com liberdade para tomar suas próprias decisões e controle sobre seu corpo e um sujeito oposto, pobre, sem educação, limitada pela tradição, limitada pela família, vítima. A perpetuação desses pressupostos garante ao feminismo hegemônico ocidental a manutenção do privilégio de um grupo particular como norma, referente (CARDOSO, 2011, p. 83).

Bell hooks (2000 [1984]) empreende uma crítica semelhante, ao afirmar que o domínio do discurso feminista por mulheres brancas, de classe média e letradas, resulta na insistência do feminismo hegemônico de que gênero é o único ou o aspecto determinante do destino das mulheres. E, por isso, a teoria de gênero é transformada em ideologia e acaba amparando a universalização do feminismo hegemônico (*op. cit.* p. 83-84).

A partir de distintos lugares de fala e de distintas experiências, as teóricas feministas seguiram debatendo sobre a definição do caminho da interseccionalidade, também chamado de categorias em articulação (MCKLINTOCK, 1995) ou consubstancialidade (KERGOAT, 1978 *apud* HIRATA, 2014). O feminismo negro contou com importantes contribuições de Angela Davis (1981), Collete Guillaumin (1995), Bell hooks (1984; 2000), Patrícia Hill Collins (2000), que procuraram tornar evidente as estruturas racistas, sexista e classista em interação, invisibilizadas no feminismo hegemônico.

Assim, os essencialismos encontrados nos diferentes movimentos, que elegiam apenas uma categoria como centro de análise e articulação, a exemplo do feminismo hegemônico, também foram alvo das críticas feministas afro-latinoamericanas, pós-coloniais e descoloniais. Rosalva Aída Castillo (2003), em seu texto sobre etnocentrismo feminista e essencialismo étnico, identifica que as mulheres indígenas têm contribuído para determinadas reflexões metodológicas. Essas reflexões apontam para a necessidade de contextualizar e historicizar as

dinâmicas de gênero, considerando cultura como um processo histórico e compreendendo as lutas locais dentro de um processo de resistência contra a dominação capitalista.

Como exemplo, Adriana Piscitelli (2008) propõe refletir sobre a experiência de migração das mulheres do Terceiro Mundo, acrescentando ao debate da interseccionalidade outras “categorias de distinção social”, como a nacionalidade. A autora explica que a interseccionalidade tomou dois vieses: uma leitura sistêmica, representada pelos estudos de Crenshaw (1989) e Collins (2000), a qual dá ênfase às estruturas/sistemas de opressões e matrizes de dominação, que conformam a formação da diferença e das identidades; e uma leitura construcionista, representada por Anne McKlinton (1995) e Avtar Brah (2006), em que se compreende que as categorias de diferenciação não são equivalentes a sistemas de discriminação e opressão; os indivíduos estão sujeitos a relações de poderes, mas as formas de categorização que baseiam essas relações não são exclusivamente limitantes – gênero, classe e etnicidade oferecem recursos que possibilitam a ação.

Tanto a leitura sistêmica da interseccionalidade como a leitura construtivista recebem críticas. A leitura sistêmica é criticada por desconsiderar a possibilidade de ação dos sujeitos considerados oprimidos pelos sistemas de opressão, determinados que estão por estes sistemas. As críticas a essa leitura questionam, pois, “a validade dos modelos que buscam analisar e explicar as transformações históricas pressupondo, por exemplo, a continuidade de certas estruturas e/ou instituições”. Já a leitura construtivista tende a trabalhar com uma noção pulverizada de poder, demasiadamente relacional e relativista. As críticas, recaem, pois, à compreensão da diferença que tem como “referência um Outro exógeno, externo, procedimento que mantém o princípio de uma unidade e coerência cultural interna” (PISCITELLI, 2008, pp.268 e 264, respectivamente).

Assim, de acordo com a autora, a proposta da interseccionalidade se dá no sentido de

(...) oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo para dar cabida às interações entre possíveis diferenças presentes em contextos específicos (PISCITELLI, 2008, p.266).

Tendo a me aproximar mais da leitura sistêmica, pois concordo que a colonialidade do poder, do ser e do saber⁴² são ideologias que são co-constitutivas da colonialidade do gênero⁴³. Conforme irei mostrar a partir da descrição do campo, identifico a relação das baianas de acarajé com a FIFA como sendo representativa dessa colonialidade do poder, de modo que a frente estatal-empresarial⁴⁴ mobiliza recursos materiais e constrói discursos de modernidade que garantem os privilégios e poderes do Estado e das elites mafiosas, isto é, cujas práticas corporativas e de controle territorial são de tipo mafioso⁴⁵. Entretanto, percebo que a construção desse poder também é relacional e há brechas⁴⁶ na colonialidade, nas quais os sujeitos colonizados agem e resistem, questionam as desigualdades a que são submetidos e recriam suas diferenças histórica e discursivamente.

Segundo Ochy Curiel (2010), houve uma redefinição no caminho da chamada interseccionalidade através do caminho da pós-colonialidade. Se as feministas negras norte-americanas foram exitosas em estabelecer conexões entre racismo, sexismo e classismo, como o fez Angela Davis em *Women, Race and Class* (1981), Curiel compreende que o debate pós-colonial indaga as relações centro-periferia e coloca as experiências das mulheres no contexto do racismo, do imperialismo e do patriarcado.

Mais recentemente, o debate em torno da trama das estruturas de opressões ganhou a contribuição fundamental de teóricas descoloniais. Os aportes trazidos por María Lugones (2008) e Rita Segato (2012) acerca da colonialidade do poder de Aníbal Quijano (2014); e de Julieta Paredes (2008) sobre o feminismo comunitário, conduzem a um caminho metodológico que se apresenta apropriado para a compreensão das relações em análise nesta pesquisa, entre mulheres autônomas negras, detentoras de conhecimento ancestral e tradicional e elites internacionais ‘modernizadoras’.

Objetivando compreender a indiferença dos homens colonizados às violências sistemáticas sobre as mulheres de cor e a disrupção dos laços práticos de solidariedade, Lugones (2008) parte de dois quadros de análise: das teorias descoloniais e do conceito de interseccionalidade. A partir desses dois quadros de análise, a autora elabora o que chamou de *sistema moderno/colonial de gênero*, que sujeita a homens e mulheres em todos os domínios da existência.

⁴² Cf. Quijano (2014) e Lander (2005).

⁴³ Cf. Segato (2012).

⁴⁴ Cf. Segato (2014a)

⁴⁵ Cf. Segato (2013)

⁴⁶ Cf. Segato (2012).

Em diálogo com Quijano (2014), Lugones compreende que a lógica dos eixos estruturais (trabalho, sexo, autoridade e subjetividade/intersubjetividade) daquele autor é interessante e ajuda a compreender como eles são constitutivos e constituídos de todas as relações de poder. Para a autora, a lógica dos ‘eixos estruturais’ funciona de forma semelhante à interseccionalidade, pois a interseccionalidade revela o que não é visto quando categorias como gênero e raça são conceitualizadas separadamente. O objetivo da interseccionalidade é negar a separação. Somente quando vemos gênero e raça integrados/associados é que podemos ver a mulher de cor.

Contudo, Lugones considera que ao elaborar o conceito de colonialidade do poder, Quijano prescinde de uma análise aprofundada sobre como o gênero se articula com as estruturas coloniais na colonização das mulheres. Para Lugones, esse autor falha ao aceitar a visão eurocentrada e heterossexual sobre de gênero. Segundo ela, implica-se da definição de Quijano que a diferença de gênero é constituída na disputa pelo controle do sexo, seus recursos e produtos. As diferenças são configuradas através da forma como o controle é organizado. Assim como o feminismo hegemônico, ele entende sexo como atributo biológico que começa a ser elaborado como categoria social, o que provoca um “dimorfismo biológico”, que binariza as relações de gênero. Deste modo, ao mesmo tempo em o autor dá um salto ao compreender raça como elemento central da colonialidade do poder, um construto elaborado para hierarquizar as posições de colonizadores e colonizados nas relações de poder, falha em não considerar gênero da mesma forma.

A partir dos estudos de Paula Gunn Allen (1986) e Oyeronke Oyewumi (1997), que analisam o gênero nas sociedades indígenas norte-americanas e africanas pré-coloniais, respectivamente, Lugones conclui que o gênero também é uma invenção moderna, tal como raça, e, portanto, o patriarcado como sistema de opressão foi constituído e constituiu a colonialidade do poder. Assim, o aporte oferecido por Allen e Oyewumi é pivotal para a compreensão da natureza e do escopo das mudanças impostas pelo novo modelo. Essas mudanças foram introduzidas através de um processo vagaroso, descontínuo e heterogêneo que violentamente inferiorizou as mulheres colonizadas.

Paredes e Segato discordam de Lugones, pois não compreendem que havia inexistência do gênero como categoria que explicava as relações entre homens e mulheres antes da colonial-modernidade. Paredes (2011), ao teorizar sobre as práticas do feminismo comunitário compreende que o gênero estava presente nas sociedades indígenas pré-coloniais. Segundo a

autora, o gênero em comunidade representava uma complementaridade (chacha-warmi) na compreensão das diferenças entre homens e mulheres, uma complementaridade hierárquica e vertical.

Assim, a autora explica que, sim, existia uma construção social do masculino e do feminino, que assignava papéis sociais a partir dos papéis sexuais. A partir da colonização, entretanto, essa concepção é modificada, o que teve um efeito devastador sobre as comunidades, e especificamente sobre as mulheres. O par complementariedade comunitário passa a ser visto como par heterossexual, e tudo o mais que daí pode advir. Conforme afirma Paredes:

O chacha-warmi além de tudo é confuso, porque uma coisa é o par complementariedade e outra coisa é o casal heterossexual. O par complementariedade é a representação simbólica das comunidades que por causa das tergiversações machistas hoje é interpretado como o par heterossexual nas comunidades (2008, p. 83)⁴⁷.

Para essa autora, o que acontece com a colonização das Américas é um encontro, uma articulação entre as hierarquias sociais pré-coloniais e as hierarquias sociais coloniais, resultando em um *entroncamento de patriarcados*.

Dessa forma, para Paredes, atualmente, a construção dos corpos das mulheres indígenas se dá a partir de um lugar específico: um lugar que possui uma memória longa e outra memória curta da existência. Memórias que são construídas, portanto, a partir da história dos povos indígenas e movimentos sociais contemporâneos. Com isso, Paredes afirma uma característica que parece óbvia “as mulheres somos a metade de cada povo”, mas que ilustra o que para ela devem ser as relações entre homens e mulheres na comunidade: há que se lutar pra que homens e mulheres sejam percebidos como complementariedades do todo, complementariedade horizontal, sem hierarquias. O feminismo comunitário deve se concentrar em buscar, junto com os homens das comunidades indígenas, o viver bem em comunidade, com a humanidade e com a natureza.

Em diálogo com Lugones e Paredes, Segato (2012) concorda com Paredes no sentido de que percebe a existência de estruturas de gênero no mundo aldeia antes da intrusão estatal-

⁴⁷ Tradução livre do original: “El chacha-warmi es además confuso, porque una cosa es el par complementario y otra la pareja heterossexual. El par complementario es la representación simbólica de las comunidades que por las tergiversaciones machistas hoy se interpreta como la pareja heterossexual en las comunidades”.

moderna nas comunidades. Contudo, o gênero não significava uma distinção binária dos papéis sexuais e sociais das pessoas que viviam em comunidade. Segundo a autora, o gênero em comunidade representava uma dualidade na compreensão das diferenças entre homens e mulheres.

Qual diferença entre binarismo e dualidade? Segato explica que o binarismo não abre possibilidade para o outro, para o transgênero, para o intragênero, para o sem gênero, e invariavelmente hierarquiza o masculino sobre o feminino. A dualidade é a composição da comunidade em duas partes, complementares. Assim, existia a construção social do masculino e do feminino, que assignava papéis sociais a partir dos papéis sexuais. Contudo, a unidade estava aberta para outras possibilidades, para a triabilidade, para a pluralidade de formas de ser, e por isso era possível a realização de práticas transgenéricas nas comunidades pré-coloniais. A “Pré-história patriarcal da humanidade” teria a característica de se realizar em uma temporalidade lentíssima, em uma “longue-durée” (SEGATO, 2012).

Contudo, para essa autora, a partir da colonialidade/modernidade, essa dualidade passa a ser binária: ao examinar a relação entre a colonialidade e o patriarcado, percebe-se que o discurso moderno penetrou as comunidades, modificando as estruturas de gênero e produzindo uma nova estrutura que ela chama de *patriarcado colonial-moderno, de alta intensidade*. Portanto, houve, com a formação da colonialidade do gênero, o “agravamento e a intensificação das hierarquias que formavam parte da ordem comunitária pré-intrusão” (SEGATO, 2012, p. 21), ou seja, tornou tais hierarquias mais perversas e autoritárias. Para essa autora, um sintoma da barbárie do gênero moderno são os feminicídios, violência perpetrada contra os corpos femininos e feminizados, que se realiza com uma função política.

E deste modo,

A posição masculina ancestral, portanto, se vê agora transformada por este papel relacional com as poderosas agências produtoras e reprodutoras da colonialidade. É com os homens que os colonizadores guerrearam/negociaram e é com os homens que o Estado da colonial/modernidade também o faz (SEGATO, 2012, p.12).

Assim, a autora explica que as nomenclaturas comunitárias sobre as relações entre seus membros permanecem, mas adquirem novos significados, pois passam a ser relações reelaboradas à luz da ordem moderna. Uma ordem hierárquica em articulação com o discurso

igualitário da modernidade passa a ser uma ordem ultra hierárquica, já que há: “uma superinflação dos homens no ambiente comunitário e no seu papel com o mundo exterior (...), [a] emasculação dos homens no ambiente extracomunitário, frente ao poder dos administradores brancos, (...) [a] superinflação e universalização da esfera pública (...) [e] consequente privatização da esfera doméstica” (SEGATO, 2012, p. 10).

Dessa forma, a autora defende que o gênero não é um tema entre tantos outros da crítica descolonial ou um aspecto mais da dominação no padrão da colonialidade. O gênero possui um estatuto teórico e epistêmico, e é imprescindível examiná-lo como categoria central que possibilita lançar luz a outros aspectos da vida das comunidades capturadas pela nova ordem colonial/moderna (SEGATO, 2012).

Por isso, Breny Mendoza (2010) defende que os desafios daquelas que têm feito a crítica tanto ao feminismo hegemônico quanto à produção de conhecimento latino-americano são reclamar os direitos epistemológicos, descolonizar a teoria, questionando os aparatos conceituais dos feminismos metropolitanos, sem se esquecerem de desestabilizar nossos próprios discursos. Assim, “necessitamos questionar os aparatos conceituais dos feminismos metropolitanos, inclusive o pós-colonial, e, sobretudo, o pensamento proveniente do aparato do desenvolvimento” (MENDOZA, 2010, p.35).

Seguindo esses ensinamentos e aproveitando-me da agenda de pesquisa aberta pelos atingidos pela Copa e pelas Olimpíadas, me proponho, pois, refletir sobre a experiência de resistência ao poder da FIFA e questionar, ao mesmo tempo, o modelo de desenvolvimento por megaeventos. Considerarei que a experiência das baianas de acarajé é representativa do impacto da implementação da cidade de exclusão sobre os soteropolitanos porque, conforme explica Rosalva Castillo (2012), ao elucidar como as diferentes relações de poder, em articulação, oprimem mulheres subalternizadas, podemos compreender como essas relações de poder, separadas, oprimem outros sujeitos subalternizados.

Nesse sentido, temos que uma das estratégias das feministas afro latino-americanas e descoloniais é adotar a chamada epistemologia do *stand point*, ou perspectivista ou do conhecimento situado⁴⁸. Essa epistemologia parte do entendimento de que os membros dos grupos oprimidos têm a vantagem epistêmica de conhecer e compreender tanto as ações do

⁴⁸ Donna Haraway (1995 *apud* CARDOSO, 2011) foi a primeira feminista a explicar e adotar a epistemologia do *stand point*, traduzida como epistemologia da perspectiva ou do conhecimento situado.

seu grupo quanto de seus opressores, o que, paradoxalmente, torna-se um privilégio dos oprimidos.

De acordo com Patrícia Hill Collins (1990) citada por Cardoso (2012, p. 70), aqueles que estão nos grupos oprimidos encontram-se em vantagem epistêmica, já que podem conhecer e compreender os comportamentos e as ações tanto dos opressores quanto dos oprimidos. Isso porque eles têm conhecimento das práticas de seus próprios contextos quanto dos opressores. Apesar das críticas a essa perspectiva, Sandra Sardemberg explica que a “vantagem” das mulheres não significa uma compreensão essencialista desse sujeito, pois não é uma característica da natureza do feminino, mas, sim, produto das relações de poder nas sociedades. Por isso, o conhecimento situado permite a construção de um saber embasado na experiência e na perspectiva das mulheres (SARDEMBERG, 2002, p. 103, *apud* CARDOSO, 2012, p.69)

É importante destacar que o conhecimento situado sempre será parcial, seletivo e incompleto. Mas isso não resulta em um conhecimento que prescinde da objetividade. Mas a objetividade, nesse caso, é diferente da objetividade das epistemologias hegemônicas, é corporificada, pois “situa um sujeito cognoscente dentro de um campo de visão” (HARAWAY, 1995, p. 106, *apud* CARDOSO, 2012, p.70). Assim, “somente uma visão parcial e corporificada promete uma visão objetiva” (CARDOSO, 2012, p. 70).

Tendo isso em conta, como havia dito antes, a investigação se deu a partir da vida cotidiana das baianas, para poder identificar, aí, as chaves de interpretação das relações de poder que estão envolvidas. Encontra-se em tais experiências as chaves de interpretação e compreensão da discriminação e exclusão a que são submetidas, identificando o que há de comum nas práticas das instituições dominantes e das relações sociais (SARDEMBERG, 2002, p. 108 *apud* CARDOSO, 2012, p.69).

Dessa forma, optei por fazer a investigação no campo por meio de uma observação participante. Conforme Becker, o observador participante se engaja em diferentes atividades, distinguindo-se diferentes modalidades de procedimento, a depender do grau de participante e de observador (1997, p. 119-120).

Becker também explica que

o cientista social que realiza um estudo de caso de uma comunidade ou organização tipicamente faz uso do método de observação participante em uma de suas muitas variações, muitas vezes em ligação com outros métodos mais estruturados, tais como entrevistas. A observação dá acesso a uma ampla gama de dados, inclusive tipos de dados cuja existência o investigador pode não ter previsto no momento em que começou a estudar, e portanto, é um método bem adequado aos propósitos do estudo de caso (1997, p. 118).

Já no primeiro momento, antes mesmo de decidir por estudar esse objeto, havia entrado no coletivo de apoiadores das baianas de acarajé, tendo assinado e divulgado a petição pública que elas organizaram, participando, deste modo, da ação política delas, ainda que indiretamente. Assim, decidi ir a campo em dois momentos diferentes, cujas observações e conversas com as baianas serão descritos nas seções a seguir e também no capítulo 3. Nas idas ao campo, tive a oportunidade de participar ativamente das atividades das baianas de acarajé, principalmente no cotidiano da ABAM.

Além disso, fez-se necessário analisar os documentos produzidos pelos agentes envolvidos no caso (baianas, Estado e FIFA), para compreender quais os instrumentos, estratégias e discursos estão sendo mobilizados em jogo. Algumas das perguntas de investigação mencionadas na introdução foram já debatidas no primeiro capítulo. A observação em campo, as conversas informais e as entrevistas semiestruturadas com as baianas de acarajé me permitiu encontrar maneiras para responder às demais questões propostas.

Por uma questão cronológica, relato primeiro o embate que se deu entre as baianas e a FIFA, para então descrever as observações do campo e as reflexões que fiz durante a pesquisa.

2.2 A celeuma entre as Baianas de Acarajé e a FIFA

Segundo relatos das baianas de acarajé, a primeira vez que elas souberam que não poderiam vender nos eventos da FIFA se deu quando a presidente da Associação de Baianas de Acarajé e Mingau, Rita Santos Ventura, recebeu uma ligação de um repórter do jornal *ATarde*, no começo do mês de outubro de 2012.

Conforme relata essa baiana, o repórter indagou se a ABAM conhecia a licitação que possibilitava a venda de produtos nas áreas das zonas exclusivas da FIFA e patrocinadores. A FIFA havia enviado para o Governo do Estado da Bahia o documento, intitulado *Invitation to*

tender for the rights of the FIFA Food & Beverage Concessionaire Programme Phase I (FIFA, 2012), pedindo divulgação da licitação. O Governo do Estado encaminhou para a Associação de Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), que circulou entre os associados dessa entidade e não foi repassado para demais interessados, como as baianas de acarajé. Dessa forma, empresas multinacionais e nacionais de diversos estados participaram da licitação para vender na Arena Fonte Nova, e apenas uma empresa do estado da Bahia enviou a documentação para participar da licitação da FIFA. Como não participaram da licitação, as baianas de acarajé estavam automaticamente proibidas de requerer cadastramento para entrar como vendedoras no perímetro estipulado pela FIFA.

A reportagem de Davi Lemos foi publicada no Jornal *A Tarde* no dia 03 de outubro de 2012. A matéria afirmava que a Chefe de Gabinete da SECOPA, Liliam Pitanga, informou que não havia certeza do local onde as baianas de acarajé ficariam durante os jogos, “mas seriam contempladas”. Segundo Pitanga, a FIFA também estaria participando da discussão, “mas não havia informações concretas”. Além disso, o Comitê Organizador Local (que até hoje não compreendi se seria a ECOPA, a SECOPA ou o COL) havia sido contatado, mas não havia dado um posicionamento concreto sobre a venda de acarajé nos estádios.

É importante destacar que, pelo menos desde 2007, quando parte do teto caiu e o estádio foi fechado, as baianas tiveram que procurar outros “pontos” onde colocar seus tabuleiros ou outra atividade para obter renda, já que a partir dessa data começaram as obras de demolição e reconstrução do estádio. À época, cerca de 10 baianas de acarajé trabalhavam no interior do estádio, e estavam aí havia pelo menos 40 anos. Outras baianas vendiam também em outros estádios, como o Barradão, que seria transformado em centro de treinamento. Quando souberam da licitação, da qual não puderam fazer parte, e da proibição da FIFA, as baianas começaram a se articular e pensar em estratégias para negociar com o poder público.

Em pesquisa no sítio da FIFA, verifiquei que, no dia 29 de maio de 2013, a entidade esportiva tornou público o resultado do processo licitatório para concessão de vendas de alimentos e bebidas nos estádios brasileiros durante a Copa das Confederações e da Copa do Mundo da FIFATM de 2014⁴⁹. As concessionárias Aramark e Convivas Brasil foram escolhidas para

⁴⁹ Cf. “ARAMARK and Convivas Brasil named Food and Beverage Concessionaire for 2014 FIFA World Cup”, *FIFA.com*, 29/05/2013. Disponível em <<http://www.fifa.com/worldcup/news/y=2013/m=5/news=aramark-and-convivas-brasil-named-food-and-beverage-concessionaire-for-2-2086172.html>>, e “Definidas as concessionárias de comidas e bebidas para as Copas das Confederações e do Mundo”, 29/05/2015. Disponível em <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/definidas-concessionarias-de-comidas-e-bebidas-para-copas-das-confederacoes-e-do-mundo>>. Acesso em 31 mai. 2015.

realizarem as vendas dos produtos das empresas patrocinadoras do megaevento. A Aramark, empresa estadunidense do setor alimentício e do setor de vestuário, está presente em mais de 22 países e possui um orçamento anual em torno de 15 bilhões de dólares. A empresa atua em grandes eventos esportivos nos Estados Unidos (EUA) e em outros países, como nos campeonatos estadunidenses de baseball. A empresa já esteve envolvida em escândalos relacionados à exploração de trabalhadores, bem como por oferecer comida de má qualidade às detentas de presídios em vários estados nos EUA. A Convivas Brasil é uma filial no Brasil de uma empresa transnacional suíça, responsável por uma plataforma de fornecedores de serviços na área de hospitalidade corporativa e gestão de eventos. A empresa já havia prestado serviços a entidades esportivas antes da Copa do Mundo da FIFATM de 2014, como a Liga da Europa da União Europeia das Federações de Futebol (UEFA).

Nas reportagens que traziam a informação sobre as concessionárias de comidas e bebidas, a FIFA anunciava que, no cardápio de alimentos oferecidos pelas empresas teriam opções de pratos típicos regionais, como o acarajé em Salvador, o feijão tropeiro em Belo Horizonte e o bolo de rolo no Recife e que as empresas iriam trabalhar com prestadoras de serviços locais brasileiros.

Isso que gerou uma preocupação de que outras baianas que não trabalhavam antes no estádio fossem lá trabalhar, o que vai contra o respeito mútuo que se tem em relação aos pontos (uma baiana não “toma” um ponto de outra⁵⁰). Além disso, havia uma perspectiva ainda mais preocupante: a de serem retiradas de vários pontos não só durante a Copa do Mundo, mas também depois do megaevento. Estava evidente para elas que a situação excepcional, temporariamente instalada em decorrência da Copa, poderia deixar de ser provisória e tornar-se uma situação permanente. Ademais, um “detalhe” estava sendo deixado de lado: o acarajé não é apenas uma comida diferente, produzida com ingredientes exóticos e típicos da culinária afro-brasileira. Essa comida está inserida em um sistema alimentar⁵¹ que envolve diferentes sujeitos e conhecimentos, desde sua produção até o seu consumo.

⁵⁰ Essa informação foi observada e obtida em conversações com as baianas em diversas situações informais, e é confirmada pela literatura acessada sobre o ofício das baianas de acarajé. Cf. Torres (2007) e IPHAN (2007). Exceções a essa prática podem ocorrer nas festas – festas de largo (como do Bonfim e do Rio Vermelho), festa de Santa Bárbara, Carnaval, São João.

⁵¹ Cf. Lima (2010 *apud* SANTOS, V. 2013) e Machado (2013). Há uma extensa literatura da antropologia da alimentação que trata dos significados que a alimentação pode ter. De acordo com Lima (2010, p. 40, *apud* SANTOS, V. 2013), a alimentação pode ser tomada em um sentido abrangente, como um sistema que vai da produção ao consumo e que envolve as formas de interação social, expressão simbólica e ritualização. Machado (2013, p. 241) explica que o comensal, ao comer, “partilha de um sistema de definições do que é ‘comestível’ e ‘gostoso’, incorporando propriamente as definições de um sistema alimentar que o torna parte de um grupo. E

Fora desse contexto, oferecido ao público por empresas estrangeiras, o alimento deixaria de integrar esse sistema alimentar e passaria a ter um valor simplesmente material, de mercadoria. Somando-se a isso, o saber que envolve a produção do acarajé é chamado de ofício justamente porque é em torno dele há um segredo, um oculto que quem conhece são os integrantes desse sistema alimentar. Finalmente, as baianas de acarajé são comerciantes, autônomas, e não empregadas. Assim, de maneira nenhuma figurava como expectativa positiva em relação aos megaeventos trabalharem como empregadas de empresas multinacionais, vendendo o acarajé como simples mercadoria, retirando-o do sistema alimentar do qual faz parte e revelando o segredo do ofício.

Depois que a matéria foi publicada, a ECOPA fez contato com a ABAM para discutirem a situação das baianas. Contudo, até a data da inauguração da Arena Fonte Nova, em abril de 2013, a dois meses da Copa das Confederações da FIFA, considerado o evento “termômetro” da Copa do Mundo, a entidade não havia se pronunciado se às baianas seria concedida permissão para realizarem seu ofício no interior e arredores do estádio e zonas de interesse da FIFA.

Voltando um pouco na cronologia da narrativa, trago aqui uma informação que considero importante para a compreensão desse caso. No dia 26 de outubro de 2012, o governador do Estado da Bahia, Jacques Vagner, convocou as baianas para lhes entregar o título de Patrimônio Imaterial Estadual. Em síntese, esse título, semelhante ao concedido pelo IPHAN em 2005⁵², ressaltava a importância das baianas de acarajé como patrimônio do Estado, reconhecendo o trabalho delas como ofício que deve ser preservado e perpetuado, inclusive com o apoio de políticas públicas.

Diante do público, na cerimônia de entrega do título, o governador concedeu uma entrevista dizendo que era inconcebível dentro da Arena Fonte Nova não ter baiana de acarajé. Contudo, conforme relata Rita Santos, sempre que as baianas procuraram o poder público estadual não tiveram nenhuma resposta.

Faço um adendo que mais à frente será alvo de maiores discussões. No caso em questão, o IPHAN ficou absolutamente omissos e não contribuiu na proteção do ofício das baianas

este sistema tem profundas relações com o sistema cultural mais amplo, em uma relação significativa de mão dupla”.

⁵² Em 2005, o Ofício das Baianas de Acarajé foi incluído no Livro de Saberes como Patrimônio Imaterial Cultural.

conforme me relatou a Presidenta da ABAM. O IPHAN, resumidamente, é o órgão responsável por salvaguardar os edifícios, locais, práticas culturais e religiosas, os grupos, entre outras características materiais e imateriais de representação da sociedade brasileira. Ao conferir o título de patrimônio a algo ou alguém, esse órgão se compromete em assegurar sua permanência e usufruto para as gerações presentes⁵³.

Desde o começo dos anos 2000, como consequência de disputas cotidianas sobre o que seria a típica baiana de acarajé, por conta de uma polêmica em torno dos “bolinhos de Jesus” ou “Acarajé de Jesus” e devido à crise sobre segurança alimentar (TORRES, 2007), a ABAM iniciou um processo de solicitação de tombamento. Após um inventário realizado em 2004, no ano seguinte o IPHAN, tombou o ofício da baiana de acarajé como patrimônio imaterial do Brasil, inscrevendo-o no Livro de Registro dos Saberes. Assim, ainda que o reconhecimento como patrimônio passe pelo entendimento de que a ocupação do espaço público também é parte do ofício da baiana de acarajé⁵⁴, o IPHAN não empreendeu nenhum esforço em garantir a permanência nos espaços historicamente ocupados por elas, e que foram tornados exclusivos da FIFA.

A responsabilidade de definir quais seriam as regiões das cidades-sede que entrariam no raio de 2km que configurariam a “zona de exclusão” da FIFA era dos governos municipais, por meio da ECOPA e da Secretaria de Assuntos Relacionados à Copa (SECOPA). Por isso, na segunda tentativa de diálogo com o poder público, a ABAM procurou o então prefeito de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto – ACM Neto. Contudo, ainda não havia essa definição e as baianas novamente ficaram sem resposta quanto à possibilidade de retornarem ao estádio e permanecerem nos arredores durante os megaeventos. Importa lembrar que uma grande área da cidade poderia entrar no raio de 2km, incluindo-se o famoso ponto turístico conhecido por Pelourinho.

A Presidenta da ABAM relatou ainda que procurou apoio da então Ministra da Cultura, Marta Suplicy, que respondeu que “a Copa do Mundo é uma festa, quem paga a festa é quem manda, e quem manda é a FIFA”. Rita Santos tentou ainda reuniões com o então Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, e reuniu-se com o Secretário geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, responsável pela interlocução com a sociedade civil. Porém, com o apelo às autoridades do executivo federal as baianas não lograram êxito até então.

⁵³ A função e as políticas do IPHAN podem ser encontradas em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em 02 jul. 2015.

⁵⁴ Cf. TORRES, 2007.

Diante da omissão dos governos executivos, merece destaque a atuação do Ministério Público do Estado da Bahia, que por meio do Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, expediu a Recomendação nº 02/2012, que recomendava aos órgãos competentes que tomassem providências para permitir a presença das baianas de acarajé nos estádios e arredores. Essa recomendação é detalhada em seção mais à frente, quando da discussão sobre os direitos mobilizados/violados no caso.

Concomitantemente, com o apoio da ONG *Change.org*, que organiza petições na Internet, a ABAM realizou uma campanha para colher assinaturas em apoio à permanência das baianas de acarajé nas zonas de exclusão, para garantir a elas o direito ao trabalho. A petição foi direcionada ao representante nacional do Comitê Organizador Local, o ex-jogador de Futebol Ronaldo Nazareno, ao então Presidente da FIFA, Joseph Blatter, ao Ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, ao Secretário da SECOPA, Ney Campello, e à Chefe de Gabinete da SECOPA, Lilian Pitanga. Durante oito meses, a campanha na Internet logrou o apoio de mais de 17 mil assinaturas⁵⁵.

Faltando dois meses para a Copa das Confederações e 433 dias para a Copa do Mundo de 2014 da FIFA, no dia 05 de abril de 2013, dia da inauguração da Arena Fonte Nova, as baianas protestaram na Avenida Dique, em frente ao estádio. Elas distribuíram camisetas dos times de futebol mais conhecidos do Estado, o Bahia e o Vitória, bem como acarajés aos transeuntes e aos condutores de veículos que por lá passavam. O objetivo era chamar a atenção das autoridades públicas que chegavam para a inauguração do estádio. O assessor da Presidência da República, José Claudionor, recebeu a petição com mais de 15 mil assinaturas solicitando o retorno permanente das baianas para o estádio, não só durante os megaeventos.

Segundo as baianas, apesar de sempre participarem de eventos no Estado, representando a tradição e a cultura afro-baiana, elas não haviam sido convidadas para a inauguração. E, por isso, queriam manifestar sua indignação em frente à Fonte Nova. Além disso, é importante ressaltar que as baianas também faziam uma reclamação contundente contra o consórcio que reconstruiu a Arena (Fonte Nova Negócios e Participações SA), posto que não previu espaços de comercialização para elas dentro do estádio.

⁵⁵Cf. “Queremos baianas e acarajés na Copa de 2014 #baianasnacopa”, *Change.org*, s/d. Disponível em <<https://www.change.org/p/queremos-baianas-e-acaraj%C3%A9s-na-copa-de-2014-baianasnacopa>>. Acesso em 13 mai. 2015.

Ainda, diante da inatividade dos órgãos estaduais que haviam recebido a recomendação do Ministério Público, este órgão entrou com uma liminar para garantir a entrada das baianas durante a Copa das Confederações. A partir daí, as baianas conseguiram apoio do Governo Federal, que intercedeu junto à FIFA. Segundo relatos da presidente da ABAM, cerca de um mês antes da Copa das Confederações, o Secretário da SECOPA, Ney Campello, lhe avisou que a FIFA havia autorizado que seis baianas entrassem para vender acarajé na Arena Fonte Nova. Contudo, a autorização ainda não era definitiva, pois seria um “teste” para a Copa do Mundo de 2014.

2.2.1 Copa das Confederações

Com essa autorização, as baianas puderam anunciar à sociedade soteropolitana que o acarajé seria vendido durante a Copa das Confederações. No dia 07 de junho de 2013, foi realizada uma coletiva de imprensa, no Hotel Portobello, no bairro de Ondina, da qual participou a ABAM, a SECOPA e a ECOPA. Nessa coletiva foi apresentado o Projeto de Comercialização de Acarajé durante a Copa das Confederações. O Projeto, criado pelo arquiteto Giuseppe Mazzoni e patrocinado pela Coca-Cola, previu a criação de quatro estruturas, duas de 25m², com dois tabuleiros, e duas de 50m², com quatro tabuleiros. Dessa forma, seis baianas, com suas auxiliares, poderiam vender na área externa da Arena Fonte Nova.

Para tanto, ABAM escolheu seis baianas de acarajé, três que já trabalhavam outrora no Estádio e três que atuaram no processo de mobilização contra a FIFA, dentre elas Rita Ventura, Presidenta da ABAM, que seria obrigada a supervisionar as baianas por exigência dos organizadores do evento. Uma turma de vinte e cinco a trinta baianas que haviam recebido treinamento do SEBRAE (durante a Copa das Confederações e antes da Copa do Mundo) tiveram que passar por curso de capacitação para atendimento do público oferecido pela SEBRAE e tiveram o seu trabalho supervisionado também pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-Ba). Inclusive, o SENAC foi responsável também por visitar as casas das baianas, onde se prepara a massa de feijão fradinho, que depois de frita vira o bolinho de acarajé, embora, legalmente no País, quem realiza esse tipo de inspeção nos estabelecimentos de produção de alimentos é a Vigilância Sanitária. Ainda, por “questões de segurança”, as baianas tiveram de utilizar fritadeira elétrica no preparo dos acarajés, quando usualmente a fritura dos acarajés ocorre em panelas e fogões/fogareiros a gás.

Nessa mesma coletiva de imprensa, o consórcio responsável pela gestão da Arena afirmou que pretendia manter as baianas dentro do Estádio, mesmo depois de passadas as competições da Copa das Confederações e da Copa do Mundo.⁵⁶

Durante a Copa das Confederações, o acarajé foi vendido a R\$ 5 reais sem camarão e R\$ 8 reais com camarão. Nesse evento, as baianas ocuparam as estruturas fornecidas pela empresa Coca-Cola, que plotou os quiosques com essa logomarca.

Após a Copa das Confederações, conforme me foi relatado na ABAM, as negociações com a FIFA para que as baianas pudessem ficar dentro do estádio na Copa do Mundo de 2014 foram realizadas pela SECOPA, em diálogo com o Ministério dos Esportes. Destaco que apesar de toda a movimentação em torno dessa disputa, as baianas só obtiveram contato com o consórcio depois da Copa das Confederações. A partir daí, as começaram-se as tratativas para a autorização de baianas nos jogos estaduais.

A Copa das Confederações foi um “teste” da FIFA em relação ao Brasil, Salvador e as baianas. Foi o evento que possibilitou a entidade avaliar se havia condições de realizar a Copa do Mundo em conformidade com suas exigências. Mas foi um “teste” também do país com a FIFA, pois os governantes verificaram o limite da transigência e resistência dessa entidade para as especificidades do País na organização do megaevento. Antes de entrevistar as baianas, eu vislumbrava que a Copa das Confederações significaria para elas uma oportunidade de avaliar se seria oportuno investir na Copa do Mundo.

Entretanto, conforme me foi relatado, a Copa das Confederações teve um resultado muito baixo em termos econômicos para as baianas que puderam entrar no estádio, e as que estavam nos arredores ainda não tinham sido impedidas de trabalhar, de modo que estas e aquelas não sentiram o impacto da proibição da zona de exclusão da FIFA. Ainda, devo lembrar que o conflito em torno da entrada das baianas com seus tabuleiros no estádio teve um objetivo que ia além da necessidade financeira: as baianas ansiavam por mostrar suas caras e ocupar seus lugares no espaço público, como forma de reforçar sua identidade e de exigir o respeito à sua diferença.

⁵⁶ Cf. “Acarajé será vendido na área externa da Fonte Nova na Copa das Confederações”, *Portal da Copa*, 07/06/2013. Disponível em <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/acaraje-sera-vendido-na-area-externa-da-fonte-nova-na-copa-das-confederacoes>>. Acesso em 30 jun. 2015.

Digo isso porque, motivada pelos escritos de Hannah Arendt ([1958] 2014), vim refletindo sobre essa insistência das baianas em aparecer durante os megaeventos. De forma resumida, essa a autora, ao citar Dante no epílogo do capítulo sobre discurso e ação, de seu livro “A condição humana”, explica que em “(...) toda ação o que é visado primeiramente pelo agente (...), é revelar sua própria imagem. (...) Assim, nada age, a menos que [ao agir] torne patente seu si-mesmo latente”. Isso significa que a condição básica da ação e do discurso, a pluralidade humana, tem o duplo aspecto da igualdade e da distinção. O discurso e a ação são reveladores da distinção única: são os modos pelos quais os homens aparecem uns aos outros, *qua* homens (ARENDR, 2014, p.219-220).

Assim, a ressignificação que as mulheres negras deram ao espaço público, tornado, na Modernidade, equivalente à esfera política, é um aspecto essencial da subversão da colonialidade do gênero e do poder. A presença dessas mulheres nas ruas era a pedra no sapato das elites branqueadas, pois os “signos abjetos”, “inferiores”, não podiam compartilhar o local que possibilitava a igualdade entre todos. Há uma potência de permanência no compartilhar do espaço público: uma vez visto nesse lugar não se pode negar a existência; uma vez ouvido, não se pode ignorar a diferença.

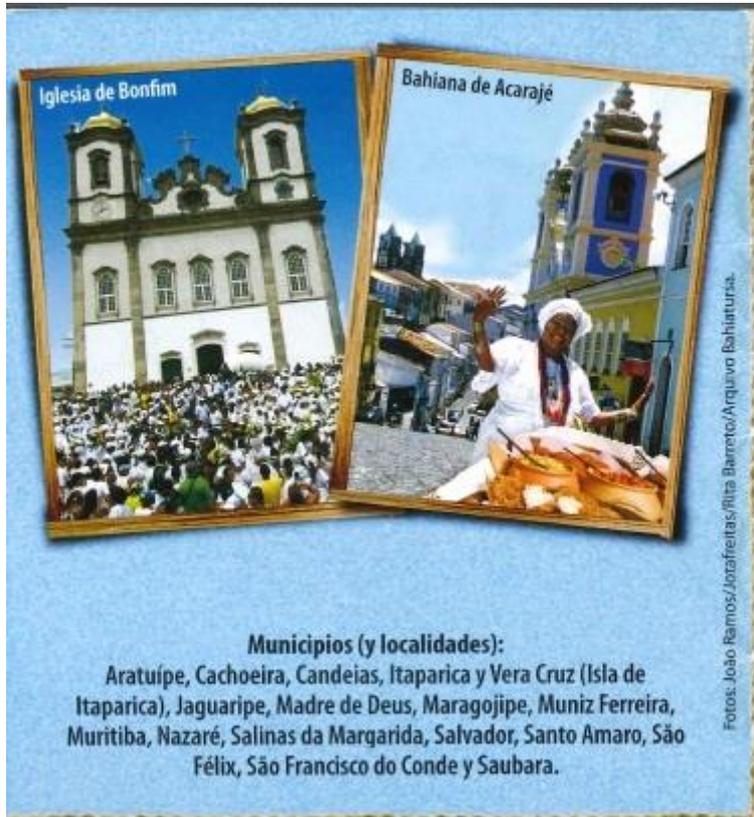
2.3 As boas vindas de Salvador

Minha segunda visita a Salvador – e primeira com o olhar orientado para a pesquisa – aconteceu entre os dias 30 de maio de 07 de junho de 2014. Logo que cheguei à cidade pude observar as obras que estavam ainda em andamento no Aeroporto Internacional Luís Eduardo Magalhães. No aeroporto, também pude observar alguns painéis de combate ao tráfico de pessoas e o estande da FIFA de informações ao turista, onde pude obter o Guia do Espectador – Salvador, produzido pela FIFA em parceria com o governo da Bahia e a prefeitura de Salvador. Além disso, nos estandes de empresas turísticas, obtive material de divulgação de pontos turísticos traduzidos para o espanhol e o inglês assim como mapas da cidade, também traduzidos.

Como se pode ver a seguir, um dos *folders* de informação turística, elaborado pela BahiaTursa (empresa pública de promoção turística da Bahia no Brasil e no exterior) e pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, trazia uma baiana de acarajé como figura representativa das

atrações que o estado tem a oferecer. A baiana está em uma ladeira do Pelourinho, e, sorridente, convida o turista a conhecer a cidade, em sinal de receptividade e hospitalidade.

Figura 1 – Excerto do Folder Turístico da Bahia Tursa



Fonte: Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, 2014. Cf. Anexo X

Em uma rápida pesquisa na Internet, percebe-se que a baiana de acarajé e o acarajé também figuram em um dos sites mais importantes de divulgação da Copa do Mundo: o Portal da Copa, sítio oficial do Governo brasileiro para a Copa do Mundo da FIFATM de 2014. Para o *link* serviços em Salvador, vê-se as baianas vestidas para a festa de Santa Bárbara, na aba de “cultura” e o acarajé completo na aba de “gastronomia”. A seguir, a figura mostra a primeira página desse sítio, com os elementos acima descritos.

Figura 2 – Portal da Copa – Salvador⁵⁷.



O que primeiro observo ao sair do aeroporto são os enormes *banners* pendurados nos postes, com boas vindas ao turista que vem a Salvador. Na maioria deles, está uma mulher negra, com torso azul, balangandãs e sorriso no rosto. Ora o banner focaliza o rosto da mulher, ora o enquadramento é ampliado e mostra um tabuleiro com acarajés ao lado da baiana.

É, perceptível, pois, nesses *banners* que aí estão as baianas de acarajé dando as boas vindas aos visitantes de Salvador. Isso realmente me surpreendeu bastante, porque tive a impressão de que teria havido uma mudança radical na relação entre as baianas de acarajé e o poder público desde as conversas nas quais pude me acercar do caso, tanto em setembro de 2013 quanto em maio de 2014. Entendi que seriam as baianas de acarajé importantes agentes da promoção do setor turístico na Bahia, já que eram as garotas propaganda em todos os materiais turísticos que tinha visto até então. Ou, nas palavras das próprias baianas ouvidas na ocasião das entrevistas semiestruturadas, elas são o cartão-postal da cidade, vendidas como parte integrantes do turismo da cidade.

A esse respeito, Gerlaine Torres (2007) nos explica que do resultado das trocas que atualmente se define como universo afro-brasileiro, frequentemente encarado como representação nacional da afro-brasilidade, uma face étnica específica se torna cada vez mais global. E as baianas de tabuleiro têm relação muito próxima desse tipo de representação: elas são parte disso (TORRES, 2007, pp. 16-17) Como veremos no Capítulo 3, ao analisar um

⁵⁷ Fonte: Brasil, 2014. Disponível em: <www.copa2014.gov.br/pt-br/servicos/salvador>. Acesso em 01 jul. 2015.

pôster da FIFA, percebo que as baianas integram uma unidade, como representação *da e na* nação.

Como parte dessa unidade, dessa nação, que está sendo conquistada/explorada pela FIFA, as baianas se tornam *corpos-territórios*⁵⁸, a ser visitados e explorados. Vários estudos mostram o domínio dos corpos femininos tanto como emblemas da singularidade e da diferença de um povo quanto da conquista de um território. Aos estrangeiros, mostrar-lhes as mulheres para mostrar o que se pretende ou escondê-las para manter em segredo o que se quer resguardar. No documentário *On boys, girls and the veils* (NASRALLAH,1995), por exemplo, discute-se a função que a proibição ou a liberação do uso do véu no Egito, nas décadas de 70, 80 e 90 tem estreita relação com o objetivo das elites dirigentes de mostrar um determinado Egito ao mundo. O Egito moderno tem mulheres liberadas do uso do véu; o Egito tradicional, resistente às pressões da modernidade, tem disseminado entre as mulheres o uso do véu como forma de resguardo do orientalismo frente à expansão da universalização dos padrões ocidentais de conduta e de comportamento.

As baianas de acarajé representam o tradicional, o colonial, o diferente que é a Bahia. Ao mesmo tempo, o tradicional convive com o moderno, já que as baianas circulam por uma cidade que está sendo modernizada, recebendo diversos investimentos para ser transformada em uma “cidade global”, completa, no sentido de que é capaz de reunir beleza e atrações turísticas, eficiência e competitividade necessárias para atrair investidores e entrar na rede de fluxos globais de capital.

Se que queria mostrar nos materiais turísticos acima mencionados era que o tradicional, diferente e exótico pulsa livremente nas ruas modernas/modernizadas de Salvador, uma cidade onde as mulheres têm autonomia econômica, circulam livremente, alegres e satisfeitas, e ocupam a cidade. Isso em parte é verdade. Contudo, subjacente ao que está evidenciado é a tentativa de encobrir a opressão e vulnerabilização a que foram submetidas essas mulheres: mostra-se a cara da baiana, bonita, com seu trabalho; esconde-se sofrimentos e angústias delas em não saber do dia de amanhã, já que a FIFA e os poderes públicos tem o poder de decidir até onde vai essa autonomia e liberdade.

Uma situação muito parecida é analisada por Alejandra Cebrelli (2005): a autora busca compreender a relação entre as mudanças nas fachadas dos edifícios em Salta e as violências cometidas contra mulheres nessa cidade. Salta é uma cidade argentina bastante visitada por

⁵⁸ Cf. Segato (2013), Grosz (2003) e Jimenez (2003).

turistas, e é considerada bela (“Salta, la linda!”). Por outro lado, aí também é local de uma percentagem bastante alta de feminicídios, além de outras violências consideradas parte dos “costumes” dessas terras: frequentemente ocorre o “chineo” (violação de meninas e adolescentes índias e mestiças por homens brancos) e o “derecho de pernada” (“direito” que os fazendeiros têm sobre as esposas de seus peões, numa relação literalmente feudal).

A autora compreende que a mudança na estrutura arquitetônica da cidade com fins de atração turística não consegue esconder a memória de violência impregnada nas paredes reformadas. Memória essa constituída na experiência das mulheres na cidade. Ou seja, paradoxalmente, as elites pretendiam mostrar uma cidade linda e bela, como um perfil de mulher, e esconder a violência realizada em seus corpos-territórios.

Em diálogo com Cebrelli (2005), concluo que, paradoxalmente, à semelhança de Salta, em Salvador, as elites procuram mostrar uma cidade modernizada que convive com o tradicional, mas não conseguem esconder as ações que promovem a vulnerabilização das mulheres negras, uma vez que discriminação das baianas de acarajé é explícita (não só no caso da relação com a FIFA, mas também com a retirada das baianas das praias, no processo de revitalização das orlas, descritas no capítulo 1).

2.4 Produção de acarajé e Orixás: conhecimento mitológico sobre as baianas no espaço público

Retomando o relato do campo, no dia seguinte, vou à Associação de Baianas de Acarajé, localizada no Pelourinho, bairro histórico de Salvador. Antes de ir à ABAM faço uma visita ao Memorial da Baiana de Acarajé, localizado na Praça da Cruz Caída, próximo à Praça da Sé – Pelourinho. O Memorial, inaugurado em 2009 e registrado pelo IPHAN como Patrimônio Cultural do Brasil, é gerenciado e mantido pela associação, com o apoio da Coca-Cola. Nesse espaço, é possível encontrar registros históricos sobre as mulheres vendedoras de rua, vestimentas e indumentárias, textos sobre as diferentes nações africanas que vieram no período colonial das quais as baianas são descendentes, filmes sobre temas relacionados à baiana de acarajé (na época em que fui estava sendo exibido o documentário *Ajeum Dendém – etnografia do dendezeiro*).

Foi no Memorial o primeiro lugar em que descobri que as baianas de acarajé que participam da religião de terreiro de candomblé fazem o acarajé em oferenda à Oiá ou Iansã e, geralmente, são aquelas cujo ori é guiado por esse orixá. Por isso, o acarajé é considerado um alimento votivo, já que é alimento produzido não só para venda e subsistência das baianas que o fazem, mas podem adquirir função simbólico-religiosa quando são feitos como “obrigação de santo”.

Dessa forma, há baianas de acarajé que fazem o acarajé para serem vendidos nas ruas, com a finalidade de sustentar suas famílias, e baianas que o fazem para cumprir com suas obrigações como filhas de Iansã, contribuindo com o sustento de suas comunidades de terreiro (seja porque os membros da comunidade consomem o alimento, seja porque elas o vendem na rua). Há também aquelas que desempenham esses dois papéis, de mãe de família e de filha de santo, de modo que o acarajé ocupa um papel central em suas vidas (TORRES, 2007; SANTOS, V., 2013).

Em uma das paredes do Memorial, constava a seguinte inscrição: “Diz o itã (lenda): Foi Oiá ou Iansã, que é também Santa Bárbara, a mulher que ensinou para as outras mulheres como fazer o acará, o nosso acarajé. Começou então o ofício, o trabalho para que elas pudessem criar seus filhos” (Tradição Oral).

De acordo com mitos sobre o acarajé, ele era a bola de fogo feita por Oxum e comida por Xangô. Oxum preparava o alimento em segredo e entregava a panela tampada à Iansã, que assim a levava na cabeça para Xangô. Ao receber a panela, Xangô se retirava, como que para comer o alimento em segredo, fora do olhar de Iansã. Certa feita, Iansã (instigada ou não por Oxum, a depender da narrativa) viu o que tinha na panela. Xangô a interpelou se Oiá havia visto o que ele comia, ao que ela respondeu afirmativamente. Xangô então a chamou para comer (jé⁵⁹, em iorubá) o acará, dividindo a bola de fogo com Iansã (IPHAN, 2007; TORRES, 2007).

Considero que os mitos, ao falar do poder de Iansã sobre o acarajé e sobre o caráter secreto e hereditário do ofício, explicam que esse alimento se torna, pois, poder/direito conquistado que traz consigo responsabilidades. Assim, a permanência das baianas nas ruas de Salvador é

⁵⁹ Há ainda quem explique que acarajé não significa comer acará, mas sim vender acará, bolinho para venda, comercial, pois ajé em yorubá significa vender. Essa explicação foi dada às participantes do curso de formação realizado em Vera Cruz, pelo professor Denilson Oluwafemi, estudioso da língua e cultura yorubá na Nigéria.

garantia não só do domínio sobre o acarajé (direito) como garantia de perenidade na história, de ofício que existirá no futuro porque passado para as jovens (dever).

A partir daí, nas ocasiões em que tive oportunidade de conversar sobre esse assunto, indaguei às baianas e a moradores de Salvador o que conheciam da história do acarajé e busquei em literatura sobre baianas de acarajé e orixás em Salvador, o que me permitiu interpretar, à luz do conhecimento mitológico, a relação entre as baianas e a FIFA.

Apesar de não ter sido foco dessa pesquisa a investigação das práticas religiosas das baianas de acarajé, posso fazer uso do conhecimento mitológico delas e sobre elas porque como explica Segato (2005), o *corpus mitológico* é um discurso que valida posições em confronto, servindo de argumento para legitimar o que se está sustentando. Mesmo que haja baianas de acarajé que não professem a religião do candomblé, compreendo que há possibilidade de explicação das ações dessas mulheres a partir do *corpus* mitológico desse culto. Isso porque, conforme assevera a autora, conhecer o panteão dos orixás e usá-lo para mapear a realidade é uma forma de conhecer o mundo e é o aspecto menos religioso do culto do Candomblé; é um método para descrever e um vocabulário analítico e descritivo do mundo. De acordo com Segato, nesse tipo de mitologia, “(...) a verdade divina se realiza só na medida em que ela é verdade sobre o mundo” (SEGATO, 2005, p. 355).

Em pesquisa recente sobre a religião das baianas de acarajé, Vagner Santos (2013) diz que encontrou, entre as entrevistadas que informaram ser adeptas do candomblé, filhas de várias orixás do panteão afro-brasileiro: Iansã, Oxum, Xangô, Oxalá, Obaluaê, Ossaim, Iemanjá, Nanã, Oxumarê, Ogum e Logum Edé. Os orixás mais recorrentes foram Iansã, Oxum e Xangô. Ora, conforme mostrei anteriormente, Oxum, Xangô e Iansã tem papéis protagonistas no mito sobre o acarajé. Além disso, destaco que Santos observou em seu campo que todas as entrevistadas de candomblé possuem respeito enorme por Iansã, pois se sustentam trabalhando com a “comida dela”, e chegam pedir permissão para poder desse orixá para poder sentar no tabuleiro (SANTOS, V. 2013, p. 84).

A estreita relação das baianas de acarajé com Iansã, orixá guerreira, que carrega a espada e que faz justiça⁶⁰ explica, como irei detalhar mais adiante, porque elas saíram à luta. Por ora, importa deixar claro que as baianas de acarajé, por sua relação com o candomblé, ocupam o espaço público de outra forma: conforme nos explica Segato (2005) o público, no candomblé,

⁶⁰ Cf. Segato (2005) e IPHAN (2007).

é sempre traduzido às linguagens do doméstico. As baianas de acarajé, portanto, domesticam o público, entram nesse espaço como se fosse doméstico. Assim, são mulheres que não se enquadram nos espaços que o gênero colonial pretende lhes assignar, e transita nos espaços femininos e masculinos/masculinizados (como a rua). Essa é uma estratégia fundamental do candomblé para se esconder e sobreviver.

Acrescento aqui um aprendizado que considero importante de relatar: tive dúvidas quanto a considerar a narrativa do mito como mecanismo de compreensão do caso. Não porque eu não o visse como conhecimento válido e possível de ser colocado em diálogo com o conhecimento racional/moderno/científico, mas porque receava estender para o “mundo extracomunitário” as chaves de interpretação do conhecimento produzido nas comunidades e para as relações intracomunitárias.

Esse meu pensar, ainda constituído no espaço racional/moderno que é a universidade atualmente, estava encerrado no esquema binário que divide o mundo, sujeitos e saberes em esferas modernas/tradicionais. Entretanto, essa divisão, se existe, é fictícia, porosa e permeável, pois a relação entre as comunidades, povos, nações é histórica, dinâmica e plural. Inclusive, percebi o que parecia óbvio: as baianas de acarajé transitam por essa fronteira, a despeito da “divisão” do tradicional/moderno, comunitário/extracomunitário. De acordo com Segato (2005), essa é precisamente uma estratégia central do mundo negro ao gerar uma religião no Novo Mundo: falar do público categorias do doméstico, ou seja, dialogar com o “extracomunitário” com o código “comunitário”.

Por isso, entendo que estando elas no que pensei ser o mundo externo, tendo sido interlocutoras da FIFA e interpeladoras do Estado, tornaram, elas mesmas, possível que o conhecimento narrado no mito fale também sobre essa relação. Talvez esse também seja um exemplo do que teóricas feministas negras convencionaram chamar de epistemologia perspectivista, ou do ponto de vista. É a partir do olhar da baiana, que traz consigo o conhecimento mitológico, que se pode empreender a compreensão da relação de poder que se estabeleceu entre elas, a FIFA e o Estado.

2.5 Conhecendo Salvador e as Baianas de acarajé

Depois de visitar o Memorial da Baiana de Acarajé, fui até a ABAM e passei três dias convivendo com as baianas da Associação. Durante esses dias, tive oportunidade de acompanhar o cotidiano da associação e obter algumas informações importantes para a pesquisa. Primeiro, ressalto que logo que me apresentei e expliquei o que pretendia naqueles dias, fui informada de que havia negociações entre a ABAM e a ECOPA, para ajustar os detalhes sobre a venda de acarajés dentro do Estádio. Contudo, havia o descontentamento com o fato de que àquela altura (menos de uma semana para a Copa do Mundo) a Associação, na figura de sua Presidenta, não tinha opinado sobre os quiosques da Arena. A FIFA tinha decidido como seriam e onde ficariam, sem qualquer consulta e a despeito das exigências da Vigilância Sanitária – que exigia que os quiosques tivessem pias e água corrente.

Nos dias subsequentes iriam acontecer dois eventos importantes, um dos quais pude participar e o outro não. O primeiro evento foi a lavagem das escadarias do metrô de Salvador, por ocasião da inauguração da linha 1, no dia 08 de junho de 2014, solenidade da qual participaria a presidenta Dilma Rousseff, o então governador Jacques Wagner e outras autoridades políticas. Para esse evento, também seria necessário recrutar baianas de receptivo, de terreiro, pois são as únicas que tem competência/permissão para fazer rituais de lavagem. Não pude participar dessa cerimonia porque era restrita, devido à presença da Presidenta da República. Interessante observar a organização desse evento, porque vários elementos presentes em práticas rituais de festejos foram mobilizados: roupa específica para datas especiais (todas vestidas de branco), compra de alfazemas e outras flores e vasos para as lavagens na Feira de São Joaquim.

O segundo foi um *Workshop* que ocorreu no dia 09 de junho de 2014. Esse evento foi organizado junto com a Secretaria de Turismo, intitulado “O papel do turismo na salvaguarda do ofício das baianas de acarajé”, que objetivava reunir secretários de turismo e cultura de vários municípios da Bahia, representante do IPHAN, entre outros representantes de secretarias de Estado para discutir políticas públicas de fomento ao ofício por meio do turismo. A organização do *Workshop*, apesar de ser de responsabilidade da Secretaria de Estado e da BahiaTursa, ficou ao encargo da ABAM, pois era a entidade que mais tinha condições de convidar os representantes do poder público e reunir baianas de acarajé para participarem do evento.

Principalmente na organização desse evento, pude perceber uma interlocução maior entre a ABAM e as instituições do Estado, notadamente a Secretaria de Direitos Humanos, na figura do então Secretário Adailton Ferreira, com quem a Presidenta da Associação comunicava-se diretamente. Apesar do esforço de articulação empreendido pela Associação, poucos secretários municipais compareceram. Estiveram no evento o Secretário de Turismo, Pedro Galvão, o Diretor da BahiaTursa Diogo Medrado, o Secretário de Promoção da Igualdade Racial, Ataíde Oliveira, a representante do Banco do Nordeste, Soraia Sena, e um historiador-biógrafo Ubaldo Porto Filho. Ressalto, aqui, a fala do secretário de Turismo, que enfatizou novamente o caráter icônico da baiana de acarajé, “cartão-postal” da Bahia.

O lado positivo foi que a participação das baianas de acarajé no *Workshop* acabou transformando o evento em uma espécie de audiência pública. Uma reclamação feita por mais de uma baiana foi o fato de haver pouca iluminação pública nos locais onde elas trabalhavam. Além disso, houve interpelação aos representantes do Estado quanto ao tratamento desigual em relação aos comerciantes lojistas, pois estes possuíam autorização para estacionar em determinados locais, enquanto elas tinham de subir as ladeiras a pé com os tabuleiros, uma vez que não possuíam a autorização. Ressalto ainda que várias baianas reclamaram sobre o fato de que tinham de pagar licenças a mais para poder vender nas festas, e aparentemente não poderiam trabalhar durante a Copa do Mundo. Destaco o fato de que faltava menos de uma semana para a abertura dos jogos e ainda não havia informação sobre o que seria feito com as baianas nas ruas. Apesar de terem cumprido com suas obrigações com o poder público, por precaução, não se sentiam seguras de que estavam autorizadas.

A resposta das autoridades públicas sempre se dava no sentido de selar um compromisso de atender às demandas das baianas, sem, contudo, apresentar propostas concretas. As autoridades se valeram do jogo de empurra-empurra, atribuindo a responsabilidade pela resolução dos problemas trazidos por elas a outras Secretarias, ou ainda destacando que a competência em tais matérias eram do município ou do governo federal. Veremos no Capítulo 4, com mais ênfase, como se articulou o discurso dos representantes estatais e quais implicações tiveram e têm na proteção e defesa dos direitos dessas mulheres.

Trago ainda outros episódios que vivenciei ao acompanhar as atividades das baianas que trabalham na ABAM: duas baianas que trabalham na Associação foram fazer seus cadastros no local de credenciamento da FIFA. No caminho, passamos na Secretaria Municipal de Ordem Pública (SEMOP), pois havia uma reclamação de uma terceira baiana que estava

reclamando junto à SEMOP da cobrança de mais uma licença para instalar o seu ponto, em um local que estava em obras e que havia sido escolhido pela prefeitura. O Secretário havia pedido para a ABAM “acudir”, porque tinha uma baiana fazendo barulho na secretaria, brigando porque não considerava a medida justa. A baiana Lúcia, que já paga uma licença anual à prefeitura, teve de mudar o local do seu tabuleiro porque estavam ocorrendo obras públicas. A prefeitura escolheu um novo local para ela, que também tinha obras por perto, e enviou-lhe uma nova cobrança de licença. Ora, as licenças são retiradas por pessoa, para que possa trabalhar, e não sobre os pontos.

Nessa oportunidade, já reunidas as três baianas e acertada a negociação junto à secretaria, enquanto aguardávamos para ser atendidas, a baiana Vera⁶¹ me relatou que a Associação estava tendo outro problema com a Secretaria de Ordem Pública, pois estava impedindo que mais de 500 baianas vendessem nas areias da praia. Havia obras de revitalização da orla que estavam em andamento ou iam ser iniciadas e nenhum vendedor ambulante podia ficar nas praias. Apesar de entrarem com recurso contra embargo de terceiros, a decisão da Justiça Federal, na figura do juiz Carlos D’Ávila, era de impedir a venda de alimentos e bebidas nas praias. Em entrevista com Vera, ela voltou a reforçar essa história, dizendo que “o Estado bate com uma mão e afaga com a outra”.

Na Secretaria, havia uma fila de vendedores ambulantes que se cadastravam para receber o crachá e a licença para vender produtos durante a Copa do Mundo da FIFATM. Foram cadastrados 300 vendedores ambulantes, os quais saíam da prefeitura com caixas de isopor vermelhas com as fotos dos produtos que seriam vendidos: cervejas e outras bebidas da empresa Itaipava e cervejas Budweiser. Para mim, ficou evidente, aí, que a relação de conflito entre a FIFA e as baianas de acarajé se estabeleceu porque elas eram vendedoras de seus próprios produtos. Os demais vendedores ambulantes puderam ser cadastrados e puderam trabalhar porque funcionaram como mão de obra gratuita para as empresas que tinham o monopólio do mercado nas zonas de exclusão da FIFA, fossem eles patrocinadores estrangeiros ou nacionais da Copa do Mundo. Contudo, era necessário esperar passar a Copa para verificar se realmente esse dado se confirmaria.

Depois que saímos da SEMOP, nos encaminhamos para o local de credenciamento da FIFA, na Avenida Joana Angélica. Durante o trajeto de retorno para a ABAM, cuja sede se localiza

⁶¹ Conforme expliquei na Introdução, os nomes são fictícios, por necessidade de garantir o anonimato das pessoas que me narraram fatos e histórias e me concederam entrevistas.

no Pelourinho, passamos por dentro do Centro Histórico da cidade, na Baixa do Sapateiro e subimos as ladeiras de ruas menos movimentadas do Pelourinho. Nessas ruas, podia-se já notar a presença ostensiva de policiamento, e presenciei o fechamento de um ferro velho. Nessa ocasião, a baiana Antônia relatou que há alguns meses a polícia e a prefeitura estavam “maqueando a cidade, pra parecer bonita e segura” e, por isso, fechavam estabelecimentos literalmente “feios”, como o caso do ferro velho ou de botecos, e ainda promoviam a expulsão de pessoas consideradas uma ameaça aos turistas – mendigos, andarilhos, trabalhadores de rua, como camelôs, e prostitutas. Na cidade mais negra do País, os corpos negros que a habitam são considerados “ameaça” e “feios”, signo abjeto que o turista estrangeiro branco/branqueado não pode ver.

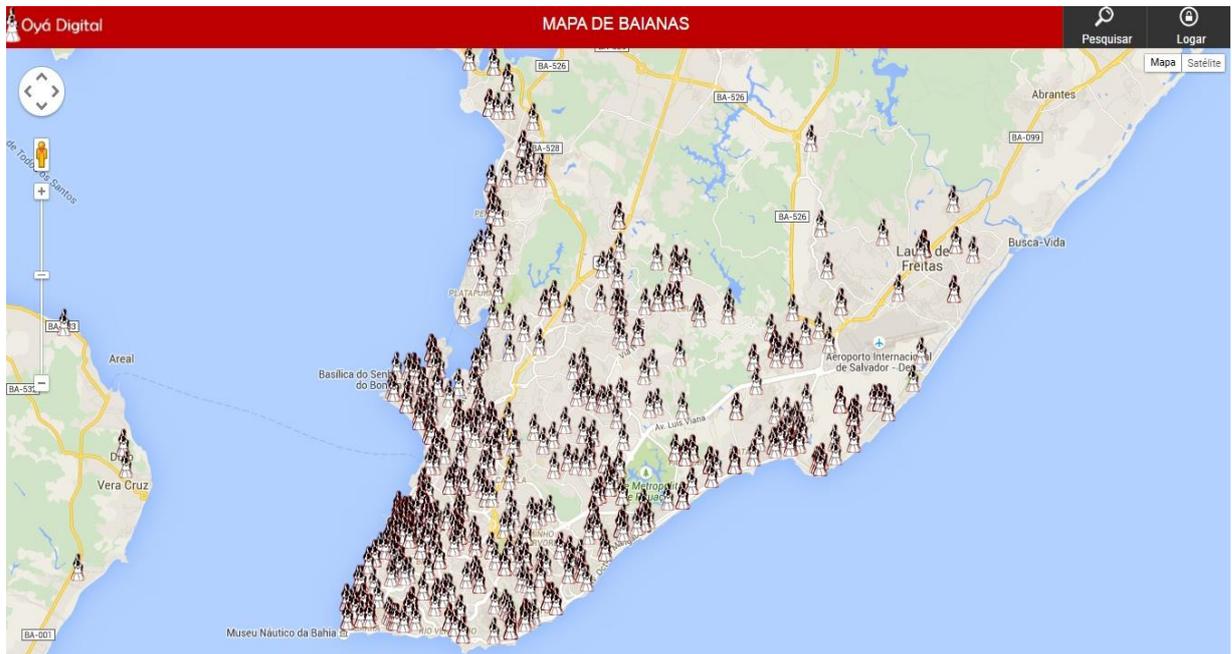
Além de acompanhar as atividades das baianas que trabalhavam na ABAM, me dediquei ainda em identificar os locais onde havia tabuleiros de baianas de acarajé que poderiam ser proibidos, uma vez que estavam dentro das zonas de exclusão da FIFA. Visitei bairros e regiões turísticas, bem como os locais mais próximos da Arena Fonte Nova e do local onde foi realizada a FIFA *Fan Fest* (Farol da Barra, de frente para o Museu Náutico, local turístico famoso da cidade). Assim, pude observar que as regiões de Brotas, Nazaré, Dique do Tororó, Pelourinho e Barra seriam afetadas pela zona de exclusão da FIFA, estabelecida em um raio de 2km a partir da Arena Fonte Nova e da área da FIFA *Fan Fest*.

À época, infelizmente, ainda não contava com o mapa apresentado a seguir, construído pela ABAM em parceria com o IPHAN. Nos mapas, pode-se ver como estão distribuídas os tabuleiros das baianas pela cidade. No mapa 2, procurei tornar mais fácil a identificação das áreas que estão dentro do raio de dois quilômetros que constituem as zonas de exclusão da FIFA. Nas ruas que se localizavam nessa região, onde havia um toldo ou já montado um tabuleiro, anotei as informações necessárias para que pudesse retornar depois da Copa. Nessa oportunidade, já conversei informalmente com algumas baianas, com objetivo de encontrar pistas sobre suas expectativas e frustrações no ofício de baiana de acarajé, bem como me apresentar e pedir autorização para realizar entrevistas em outra ocasião, quando voltasse depois da Copa. Visitei, pois, mais de quinze baianas de acarajé que estavam nas áreas afetadas pela zona de exclusão⁶² (três no Farol da Barra, duas na Orla da Barra, quatro no Largo dos Salesianos, uma no Largo do Fórum de Justiça, duas próximas ao supermercado Bom Preço e mais de quatro no Largo Terreiro de Jesus).

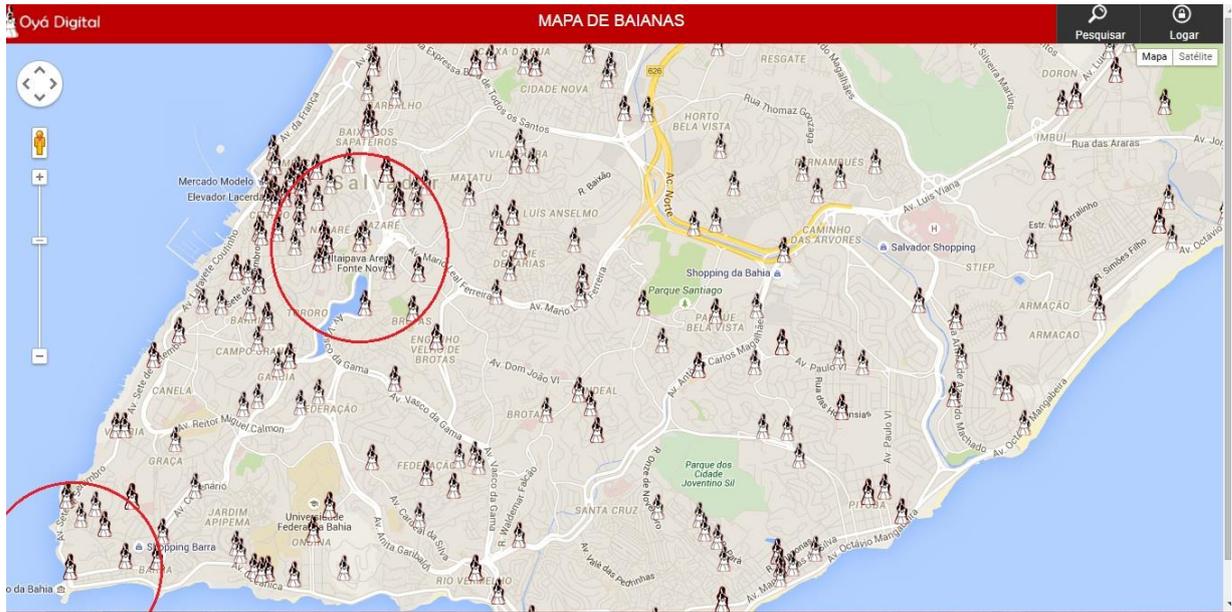
⁶²Zona de Exclusão é o termo mais corrente, usado nos veículos de comunicação dos governos e pela mídia, ou zonas de restrição comercial, como chama a FIFA.

Nessa época, havia um clima de apreensão e total falta de informação sobre a possibilidade de trabalhar nas zonas de exclusão. Das baianas com quem falei nessa ocasião, havia quem não soubesse que seriam retiradas (não sabiam que existia essa possibilidade, estavam na expectativa de que iriam obter renda a mais na Copa) e havia as que sabiam que poderiam ser retiradas, mas não tinham essa confirmação. Na ABAM, a informação que obtive era que a FIFA tinha autorizado 6 baianas, com suas auxiliares, e que ninguém mais poderia trabalhar nas zonas de exclusão.

Mapa 3 – Baianas de Acarajé em Salvador⁶³



⁶³ Fonte: ABAM/IPHAN, 2015. Disponível em < <http://www.oyadigital.com.br/>>, acesso em 08 jul. 2015.

Mapa 4 – Baianas nas Zonas de exclusão da FIFA⁶⁴

Finalmente, pude notar também que vários estabelecimentos que estavam dentro das zonas de exclusão estavam plotados com as cores e a marca da Coca-Cola. Restaurantes, lanchonetes, pastelarias, bares e quiosques tinham os outdoors em vermelho, estampado com o símbolo da empresa. Fiquei curiosa para entender o que significava aquilo e indaguei dois comerciantes o porquê dessa mudança, ao que me responderam que “nos mandaram colocar”, “agora só pode vender produtos da Coca-Cola”. Aparentemente, a Coca-Cola subsidiou a plotagem dos outdoors dos estabelecimentos e reduziu o preço dos produtos fornecidos aos comerciantes, de modo que eles teriam mais lucro com a venda destes produtos. Guardei essa informação para verificar depois da Copa o que aconteceu com esses estabelecimentos.

Por uma questão metodológica e de construção narrativa da dissertação, apresento minhas conclusões sobre o campo de pesquisa no próximo capítulo. Por enquanto só assistimos ao primeiro tempo do jogo e é preciso, antes de contar vitória, esperar o segundo tempo e ver o que acontece até o fim da partida.

⁶⁴ Fonte: Elaboração própria a partir de ABAM/IPHAN, 2015. Disponível em <<http://www.oyadigital.com.br/>>, acesso em 08. Jul. 2015. Elaboração própria.

Capítulo III

Entrando em Campo para assistir ao jogo (e torcer!) – 2º tempo

3.1 Meu retorno ao campo

Por uma série de razões, não pude ficar em Salvador durante a Copa do Mundo: não tinha autorização para entrar no Estádio, o preço dos serviços aos turistas estavam muito altos por conta do megaevento, e não poderia acompanhar as baianas que estavam trabalhando. Resolvi, pois, retornar depois das competições, para confirmar as informações que ficaram em suspenso e realizar as entrevistas.

Retornei aos locais onde havia identificado baianas de acarajé antes da Copa e ora em conversas mais informais, ora em entrevistas semiestruturadas pude compreender melhor como se deu o processo total de luta e enfrentamento de tais mulheres ao poder da FIFA e do Estado. Procurei também entrevistar as baianas que estiveram dentro da Arena Fonte Nova, para saber quais as avaliações que elas faziam do que aconteceu durante a Copa do Mundo. Contudo, das seis baianas que estiveram dentro do estádio, pude entrevistar apenas duas, pois razões de cunho pessoal que fogem à minha alçada. Fora do estádio, realizei ainda outras oito entrevistas, com baianas que puderam e que não puderam ficar em seus tabuleiros durante a Copa do Mundo.

Em retrospectiva, notei que o número de baianas foi sendo cada vez mais reduzido: 10 baianas trabalhavam na Arena Fonte Nova antes da reconstrução; 6 puderam entrar na Copa das Confederações, mas apenas 4 (com suas ajudantes) compareceram. Uma das baianas que trabalhou na Copa das Confederações não quis trabalhar na Copa do Mundo, e sua mãe foi em seu lugar. Na Copa do Mundo também 6 baianas foram cadastradas para trabalhar dentro do estádio. Mas pude observar que mais baianas trabalharam dentro na Arena Fonte Nova, pois as baianas cadastradas empregavam outras como “ajudantes” e ao final elas repartiam os lucros das vendas. Na FIFA *Fan Fest*, três baianas trabalharam, apesar de não ter autorização da FIFA.

Afinal, as baianas de acarajé trabalharam durante a Copa do Mundo? Sim e não. Do universo de entrevistadas (10 mulheres), 40% puderam trabalhar nas zonas de exclusão da FIFA, duas com autorização da FIFA e duas sem autorização da FIFA. As autorizadas tiveram de pagar uma licença especial para a prefeitura, assim como os outros ambulantes que foram

cadastrados, para a prefeitura. As outras baianas⁶⁵ com quem conversei não colocaram o tabuleiro no mesmo ponto (procuraram outro local), ou simplesmente não venderam acarajé (buscaram outros trabalhos para obter alguma renda).

As notícias sobre o cadastramento das baianas pela prefeitura e pela FIFA para trabalharem nas zonas de exclusão indicavam que apenas às baianas associadas seria liberada uma licença especial. Porém, ao que pude averiguar, nem todas as baianas que puderam trabalhar durante a Copa do Mundo eram associadas da ABAM, pois uma das baianas que trabalhou na Copa das Confederações e teve autorização para trabalhar na Copa do Mundo (apesar de ter desistido e passado a licença pra sua mãe) não era mais associada da ABAM. Infelizmente não consegui obter nenhuma informação do porquê da desistência dessa baiana, pois ela se recusou a conversar comigo sobre esse assunto.

Do contingente de baianas que não puderam trabalhar havia baianas associadas e baianas não associadas. Dessa forma, parece não ter tido diferenciação entre associadas e não associadas, pois, havia exemplos de ambas que foram impedidas de trabalhar pelo poder público, em face do cumprimento das exigências da FIFA.

Todas as baianas entrevistadas afirmaram que sustentavam suas famílias com a renda da venda dos acarajés. A mais velha, dona Joana, trabalhava há tantas décadas como baiana de acarajé que nem se recordava mais. Bisavó, dona Joana, criou todos os filhos com a venda do bolinho. As demais trabalhavam há muito tempo com o ofício, entre dez e vinte cinco anos. A baiana Vera, que não senta sempre no tabuleiro porque é ativa na ABAM, coloca outras baianas de várias idades em seu lugar: a mais velha que senta no tabuleiro dela tem 76 anos e a mais jovem 35. Contudo, como me relatou essa baiana, a mais jovem é baiana de acarajé desde os nove anos de idade, pois “a vó dela foi baiana de acarajé, a mãe dela foi baiana de acarajé e ela foi baiana de acarajé, então ela começou aos nove anos. E todas elas se sustentam com esse trabalho”.

As baianas que trabalharam, com ou sem autorização, tiveram experiências divergentes quanto ao cumprimento de suas expectativas mais imediatas: obter mais renda durante a Copa do Mundo. A baiana Vera e a baiana Lúcia, que trabalharam dentro da Arena Fonte Nova, tiveram impressões diferentes: Vera obteve renda suficiente para dividir com as demais baianas que foram suas auxiliares e cobrir os custos de produção, mas não obteve lucros.

⁶⁵ Havia um baiano de acarajé que trabalhava nos arredores da Arena Fonte Nova. Por uma questão de forma, para não ficar repetitivo, irei incluí-lo no plural feminino, baianas de acarajé.

Entretanto, o objetivo Vera ao sentar no tabuleiro é se livrar do estresse da vida diária, tirar toda energia negativa de si, além de sentir-se satisfeita em oferecer o acarajé aos visitantes. Segundo me relatou, nas festas de São João, por exemplo, ela não senta no tabuleiro, porque tem outras baianas que precisam mais, e ela entende que não há necessidade de criar mais uma concorrência. No carnaval, outra grande festa em Salvador, ela faz questão de sentar todos os dias, porque vem muita gente e ela se sente muito alegre em oferecer-lhes acarajé. Assim, considerando que não teve prejuízos e pode contribuir com a renda de outras baianas, ficou satisfeita com o que recebeu.

Já a baiana Lúcia trabalhou dois jogos no Estádio, mas como não estava rendendo, resolveu ir para o ponto que tem fora, onde lucrou, conforme me relatou, até 4 vezes mais por jogo que dentro da Arena. O tabuleiro de Lúcia, há anos, se localiza em frente ao Museu Náutico, no Farol da Barra, onde foi organizada a FIFA *Fan Fest*. A baiana não tinha autorização para ficar lá, mas resolveu enfrentar o poder público e a FIFA, para conseguir trabalhar. Ela me relatou que “eu peitei, né, e assim, comecei a denunciar em redes sociais, e fui nas rádios, emissoras de televisão, e comecei a reclamar, né, porque eu não achava justo que nos tirasse daqui, três baianas, patrimônio, pra colocar três baianas de fora”. Ela conta que não aceitou, denunciou aos órgãos competentes e a prefeitura finalmente permitiu que ela, e outras duas baianas que também trabalham há anos no Farol da Barra, pudessem ficar. Contudo, também tiveram de pagar uma licença especial para a prefeitura.

A baiana Lúcia destacou ainda que não é só por causa da FIFA que tentaram tirá-las de seus pontos, pois sempre que há eventos no Farol da Barra, o poder público encontra uma justificativa para tal. Ela relatou que antes da Copa das Confederações, quando fizeram filmagens para a Eurocopa, também tentaram impedir que elas “atrapalhassem as filmagens”.

O impacto da retirada de baianas de acarajé de seus pontos se estende para além da vulnerabilização econômica dessas mulheres e de suas famílias. Conforme me relatou Vera, isso afeta um hábito que os soteropolitanos tinham há décadas e que continuou ao longo dos anos: quando não se tinha celular, as pessoas necessitavam marcar pontos para se encontrar, os tabuleiros das baianas de acarajé eram ponto de referência.

Até os dias de hoje, quando se pretende encontrar alguém, indica-se o ponto do acarajé de Cira ou de Dinha (pontos mais famosos em Salvador). Dentro da Arena Fonte Nova, as baianas também tinham uma função referencial no espaço, pois serviam para que os torcedores pudessem se encontrar no meio da multidão. De acordo com a baiana, mesmo

dentro da *Fan Fest*, as pessoas marcavam de se encontrar em frente ao seu ponto, e já aproveitavam e faziam um lanche. Trata-se de um elemento de identificação importante, porque a pessoa tem condições não só de se localizar na cidade, mas também, no caso dos habitantes, de afirmar sua baianidade⁶⁶, e no caso do turista de se apropriar dessa baianidade e sentir que conheceu a cidade em seus aspectos mais cotidianos.

Essa observação está de acordo com o que afirma as pesquisadoras Lígia Amparo da Silva Santos (2008) e Taís Sant'Anna Machado (2013). Segundo Machado, ao comer, o comensal torna-se parte do grupo, e, por conseguinte, de um ideário: “comer é pertencer” (MACHADO, 2013, p.243). Já de acordo com Santos, ao consumir o acarajé, tanto os soteropolitanos quanto os turistas estão consumindo uma “Bahia longínqua”. Isso significa recuperar e reconstruir a história da cidade, contribuindo para a descoberta e a reafirmação da memória coletiva da Bahia. Assim,

comer um acarajé representa muito mais do que consumir uma iguaria exótica e saborosa, mais do que um alimento calórico na sua matéria é um produto afro-barroco no seu espírito, no qual o dendê se transforma no ouro que enriquece as igrejas da velha cidade da Bahia, compartilhada por ricos e pobres nesta amálgama cidadina (SANTOS, 2008, p. 253).

As baianas Vera e Lúcia contaram, ainda, que apesar de poderem vender dentro do Estádio, ficaram invisibilizadas, pois os quiosques em que foram colocadas eram em um local escondido e já próximo à saída da Arena Fonte Nova. Elas ainda relataram que havia divulgação de que estavam sendo vendidas bebidas e comidas, como cachorro quente e churrasquinho, nos letreiros e nos sistemas sonoros do estádio, mas não anunciaram a venda de acarajés. Segundo as baianas, houve um completo descaso em relação a elas, tendo sido a autorização para vender nos jogos muito mais para “inglês ver”, e consideraram a falta de divulgação uma falta de respeito ao trabalho delas. Quando interpelada sobre a falta de apoio da Coca-Cola na Copa do Mundo, já que é uma parceira da ABAM, a baiana Vera contou que a Coca-Cola havia ajudado com o toldo plotado com a marca da empresa e outros materiais

⁶⁶ Nesse trabalho utilizo o termo “baianidade” como usado de modo corrente pela mídia e por estudiosos do tema para designar a essência do que é ser baiano. Como visto por Milton Moura (2001), trata-se de um “texto identitário” composto de signos como familiaridade/intimidade, sensualidade e religiosidade, e que remete a um povo vinculado a um passado rememorado e de forte ligação com o continente africano (MOURA, 2001 *apud* MACHADO, 2013, p.242).

(como cardápio traduzido) na Copa das Confederações, mas por interferência da empresa Budweiser, a Coca-Cola não colaborou na Copa do Mundo, tendo apenas oferecido água e refrigerante às baianas durante os jogos.

Fora do estádio, a baiana Rosa trabalha no ofício há 20 anos e tem seu filho como ajudante. Ela relatou que “teimou” e conseguiu trabalhar durante a Copa, no seu ponto no Largo dos Salesianos, sem ter autorização da FIFA ou licença especial da prefeitura. Contudo, por conta das ruas fechadas e vigiadas, o movimento caiu em 80% e teve muito pouco retorno. Teve de aumentar o preço do acarajé para compensar a falta de demanda e o aumento do preço dos ingredientes. Rosa me contou ainda que o “rapa”, isto é, os policiais e agentes da SEMOP, estava de olho em quem tinha autorização e quem não tinha, e atribuiu ao “medo dos rapas em mexer com baiana de acarajé” o fato de não terem pedido para verificar se ela tinha autorização.

Essa informação me havia sido passada pelo assessor jurídico da ABAM, lá no encontro dos atingidos, em 2013: a permanência das baianas nas ruas de Salvador por tantos anos, mesmo com o enorme controle sobre seus corpos por meio de vários discursos, se devia, entre outras coisas, a que o “rapa” tinha medo ou respeito às baianas de acarajé, pois sabiam da relação religiosa que elas têm com os terreiros e casas de candomblé. Assim, o medo de “receber um feitiço” ou o respeito a essas mulheres que estão cumprindo com suas obrigações de santo eram motivações para que esses agentes públicos fizessem vista grossa a supostas irregularidades e não interferissem no trabalho delas.

De acordo com Gerlaine Torres (2007), ao longo de sua história, as baianas foram discriminadas pelas elites e pelo poder público, principalmente nos Séculos XIX e XX. Os saberes médicos, na tentativa de manipular as patologias do feminino, contribuíram para a reorganização do espaço urbano e do espaço público. Torres explica que o ‘descontrole’ dessas mulheres, consideradas histéricas porque praticavam rituais relacionados a entidades desordeiras, era usado como mote para o controle da circulação delas nas ruas e do que era vendido.

Para essa autora, outra forma de controle sobre as mulheres negras que circulavam pelas ruas se deu por meio da vigilância sanitária. Muito fortemente o discurso de higiene era invocado para uniformizar as vestimentas, os utensílios e aparelhos de trabalho, a produção, a venda e, não menos importante, os corpos das vendedoras ambulantes. Antigamente, “o problema era a manipulação dos carvões nos fogareiros, pois sendo uma substância suja, produzia um

enegrecimento indesejável das mãos” (TORRES, 2007, p. 159) (grifos meus). Ao longo dos anos, o controle recaiu sobre os alimentos do tabuleiro (proibiu-se a venda de fatos de animais e outras carnes, depois de frutas e verduras) e sobre o tabuleiro, que passou a ser coberto com uma tampa, contra os raios ultravioletas. De acordo com a autora,

o desejo de uniformização do alimento é o desejo de eliminação da alteridade e de sua visão de mundo, ambos encarados como atributos demoníacos ou resquícios atávicos perigosamente próximos de pulsões agressivas e transgressoras. Essas fórmulas biologizantes, que parecem saídas do século XIX ou da primeira metade do século XX, se revestiram com nova roupagem e terminaram por se ancorar no discurso da higiene. Por isso, a higiene, nesse caso das comidas de tabuleiro, ainda é uma questão de domesticação e de controle (TORRES, 2007, p. 160).

Na atualidade, conforme me relataram as baianas, uma das escusas utilizadas para que se prescindissem das baianas dentro dos estádios foi o fato de que usam um pequeno botijão de gás e uma panela com azeite de dendê quente, instrumentos que representavam risco aos clientes. Como não foi argumento suficiente para substituir as baianas de acarajé por empresas que produzissem o alimento, impuseram a utilização de itens de segurança, os quais deveriam ser aprovados pelo corpo de bombeiros, como uma fritadeira elétrica. A despeito do fato de o incêndio da boate Kiss provocou uma maior vigilância do Corpo de Bombeiros em relação a utilização de itens inflamáveis, considero que a exigência da fritadeira elétrica se insere em um contexto específico de controle do trabalho das baianas de acarajé. Não fosse isso, as exigências do uso valeriam para o ano todo, inclusive nos carnavais, o que não tem sido o caso.

Destaco um detalhe que considero relevante, porque as informações que obtive eram truncadas e diversos são os atores envolvidos na cena de controle e coerção dos corpos negros e femininos: foi difícil compreender de onde vinha tal exigência – da FIFA, das concessionárias da Arena Itaipava, da Federação Brasileira de Futebol ou do Estado. Segundo a baiana Vera, mesmo depois da Copa, elas continuaram usando fritadeira elétrica, como no show de Elton John que ocorreu dentro do estádio, pois o uso de fogão a gás foi proibido pelo Corpo de Bombeiros. A baiana acrescentou ainda que os bombeiros estavam cumprindo uma ‘exigência do Comitê Esportivo de Futebol’.

Acerca disso Torres comenta que

as constatações a respeito da existência da sujeira e as expressões de exigência dessa higiene, entretanto, tornaram-se mais sofisticadas, menos perceptíveis como interferência, por vezes, arbitrária. A dificuldade ocorre precisamente no ponto em que é necessário identificar o que é a demanda real e legítima de assepsia e o que é um jogo de impureza disfarçado. Com a ascensão do discurso da higiene, o acarajé vai ficando cada vez mais próximo do laboratório, domínio masculino dos mestres de gastronomia que agora querem associá-la à química (TORRES, 2007, p. 160).

Sobre isso, a baiana Vera relatou que houve um controle bastante intenso sobre as baianas que iam entrar no Estádio: exigiram, desde a Copa das Confederações, que se realizasse um curso de boas práticas em alimentação da SEBRAE. Para incluir mais mulheres e permitir que houvesse um rodízio maior de baianas trabalhando nos megaeventos, a ABAM conseguiu inscrever 30 baianas de acarajé no curso do SEBRAE. Além disso, os agentes da vigilância sanitária visitaram o local onde ela prepara o acarajé, colheu água para ser testada em laboratório, e fez uma inspeção minuciosa, incluindo uma verificação do guarda-roupa onde ela guardava suas roupas típicas de baiana de acarajé. Normalmente, antes de a prefeitura conceder licença, a secretaria municipal de saúde envia agentes da vigilância sanitária nos locais onde as baianas preparam o alimento, mas Vera admitiu que, dessa vez, a inspeção foi mais meticulosa.

Apesar disso, as baianas que conseguiram trabalhar, diferente das que não puderam, consideraram que as exigências não eram demasiadas, não afetaram a forma delas de produzir o acarajé e se esforçaram para cumpri-las. A fritadeira elétrica, inclusive, foi bem recebida, pois é mais leve que o botijão de gás e o fogareiro e é mais fácil de proteger do vento. Conforme relatou a baiana Lúcia, “todos os cursos de higiene, de administração, de tudo, atendimento ao cliente, idiomas, tudo eu saio à frente e boto as meninas pra fazer. Então assim, eu procurei me adequar dentro do que a vigilância sanitária requer, e tô sempre à frente”.

Essa estratégia de adequar-se às exigências da FIFA e dos poderes públicos, cumprir com elas e seguir adiante é considerada por elas como uma forma de “luta”. “Sair na frente”, “não se deixar ser passada para trás”, “colocar a testa frente”, “seguir adiante”, características bastante presentes nos mitos sobre Oiá, foram expressões utilizadas nas conversas e entrevistas para falar da adaptação das baianas às mudanças e dinâmicas que os organizadores do megaevento impuseram, bem como outras situações em que o ofício é colocado em xeque.

Acerca disso, a pesquisadora Anelise Gutterres (2014), em sua análise sobre as práticas políticas de moradoras ameaçadas de remoção nas cidades-sede da Copa de 2014, categoriza essas “estratégias de ‘luta’ e experiências de dignidade” no termo *resiliência*. A autora explica que a pressão, as angústias, o tempo curto, as incertezas e opressões serviram de alimento para as táticas de flexibilidade, de maleabilidade frente às tensões; um desejo as movia: o desejo de seguir em frente, expressado em “seguir com a luta”, que a autora entendeu como luta pela vida (GUTTERRES, 2014, p. 301).

Nessa luta pela vida, a autora destaca a importância do conflito, fundante para a ação e sociabilidade entre as pessoas. Segundo Gutterres, o conflito é a capacidade de debate, de produção e reprodução de comunidade, de unidade, nos termos de Simmel (GUTTERRES, 2014, pp. 34-35). O conflito é relevante na medida em que produz um “mundo comum” das relações humanas, mundo esse implícito ao processo de compreensão. Ela traz o conceito de “desentendimento” de Rancière para explicar que é pelo desentendimento que se evidencia as diferentes comunidades de sentido, no próprio ato da linguagem (GUTTERRES, 2014, p. 36).

Percebo o “mundo comum” a que se refere a autora como o “espaço público” de Hannah Arendt (2014 [1958]), já que é o lugar onde os homens aparecem *qua* homens, ou seja, como seres humanos. Conforme expliquei no capítulo anterior, esse espaço são as ruas, a cidade como arena pública ainda aberta para o conflito e para o diálogo. Acerca disso, Gutterres destaca o trabalho de James Holston (2013), que considera a experiência da cidade crucial para o surgimento de uma nova formulação de cidadania. Segundo esse autor, “as cidades fornecem a densa articulação das forças globais e locais em resposta a qual as próprias pessoas pensam e agem na política, tornando-se novos tipos de cidadão” (HOLSTON, 2013, p. 48 *apud* GUTTERRES, 2014, p. 41).

Nesse sentido, essa autora compreende a existência de uma “cidadania insurgente” construída nessa experiência mais digna na cidade. Assim, a autoconstrução das atingidas a partir dessa experiência é criadora de autonomia desses sujeitos frente à hegemonia da cidade legal e formal. A resiliência é, pois, produzida “enquanto resultado do compartilhamento de um comum, é prática política” (GUTTERRES, 2014, p. 44).

Nessa linha de raciocínio, argumenta a autora:

Meu pressuposto inicial, todavia, foi de que conhecendo os processos de exclusão promovidos por grandes reformas urbanas nas cidades, e os eventos

esportivos se propunham a promover essas reformas, haveria exclusão. Como ação, a exclusão tinha um objeto, o excluído, que podia reagir ou não a exclusão. A reação não fazia dele melhor ou pior, mais morador ou menos morador, mas fazia dele um resistente. (...) Assim como nascer e se criar faz parte de um percurso narrativo que estabelece pertencimento a um espaço; resistir, também tem um percurso, a luta é o nome que se dá a esse caminho. A luta move para uma capacidade de resiliência e ela não é só de quem vive, ela é de quem compartilha os sentimentos que a moldam, que nutre os vínculos de amizade que a sustentam (GUTTERRES, 2014, pp. 365-366).

Assim, resiliência é o que ela compreende como um “projeto que parte do reconhecimento de si enquanto um ator de sua luta: ‘vou com minha luta até o final’ é uma alternativa ao seguimento, é não ter mais saída senão viver e exigir ser humano” (GUTTERRES, 2014, p. 348). É também resiliência a reflexão sobre sua vitimização. Porém, não uma vitimização que as faz perder-se nela, senão que produz táticas emocionais para disputar e resistir às pressões e privações. Essas táticas lhes garantem integridade e insurgência enquanto prática política.

O processo de resistência e luta das baianas de acarajé se assemelha ao das moradoras atingidas por obras da Copa, na medida em que a experiência de disputa do espaço público, que são as cidades, também resultou em uma “cidadania insurgente”. Além disso, as baianas vinham refletindo sobre sua agência – em diversos sentidos – quando questionaram a negação de seu papel como agente do turismo, quando discutiram entre si de que forma iriam garantir suas autonomias frente aos poderes da frente-estatal empresarial, quando pensaram em formas de ação, negociação, adaptação.

3.2 As táticas das Baianas de acarajé – amefricanidade dentro ou fora do jogo

Entretanto, compreendo que na luta das baianas há ainda dois aspectos que são distintivos do processo de resistência delas: há um sistema simbólico que constitui as identidades afro-brasileiras, construído coletivamente e ao longo de séculos, e está em jogo e pelo qual elas lutam para preservar. Além disso, esse processo não se iniciou na disputa com a FIFA, nem se encerra com o fim dos megaeventos; é parte da história de mulheres negras no Brasil. Os saberes herdados quando se aprende o ofício não diz respeito somente ao sistema alimentar no qual o acarajé está inserido, mas também à sabedoria relativa aos conflitos da vida cotidiana.

Para Torres, “a insistência na preservação de um sistema simbólico religioso afro-brasileiro como respaldo de sua atividade durante essa trajetória se assemelha ao que Michel Foucault (1989, p. 89) denomina de ‘resistência difusa’” (TORRES, 2007, p. 249). Como dito anteriormente, há diversos exemplos dos controles das instituições disciplinadoras sobre as baianas: “vigilância policial, tentativas de formalização do comércio, medicalização do universo de trabalho através do sanitarismo”, e em tempos mais recentes, “as exigências de eficiência pautadas num modelo fabril e as tentativas de escolarização do aprendizado tradicional a partir dos cursos de culinária e higiene, técnicas de capacitação disciplinadoras em função da indústria do turismo soteropolitana” (TORRES, 2007, p. 250)

Assim, a autora explica que num contexto mais amplo de uma cultura de trabalho afro-brasileira, o novo tipo de subordinação instaurado pela disciplina do modelo fabril foi historicamente recusado pelas baianas de acarajé, muito provavelmente em decorrência da devastadora experiência no regime exploratório escravista. Segundo Reis (2003) citado por Torres (2007, p. 252) essa cultura de trabalho, que foi delineada ainda no período colonial, está baseada na valorização da autonomia.

Em razão disso, afirma Torres que as vendedoras resistiam de um jeito próprio, com respostas culturais às situações adversas imediatas que se lhes eram colocadas no caminho: “escapavam da cobrança de impostos, ignorando portarias, aliando-se aos que precisavam de sua renda, através do ganho, constituindo grandes famílias, buscando novos pontos, buscando prestígio e construindo uma rede de relações indispensável para a sociedade”. Esse saber mercantil expressava uma herança cultura de povos africanos, “com valores pré-capitalistas, que foi adaptada a Salvador” (TORRES, 2007, pp. 252-253).

Considero, pois, que essas experiências de “luta”, seja pelo embate direto, pela teimosia, pela negociação, pela adaptação, são parte do repertório de estratégias que os negros escravizados durante a colônia e seus descendentes acionaram para realizar seu “projeto de povo”, ou seja, para definir-se e garantir a continuidade dos povos na história (cf. SEGATO, 2012). A esse repertório Lélia Gonzalez (1988) denominou *amefricanidade*.

A expressão *amefricanidade* surge no contexto de diálogo da autora com os autores estadunidenses que estavam refletindo sobre as relações raciais que se estabeleceram e se perpetuavam nos EUA. Frequentemente, ao falar das formações identitárias nesse País, esses teóricos se autodenominavam africano-americanos (*african-american*), em referência aos

sujeitos que vieram da África e foram escravizados nos EUA ou afro-americanos (*afro-american*) descendentes de negros com raízes africanas, mas nascidos nos EUA.

Refletindo a partir de uma perspectiva considerada descolonial⁶⁷, Lélia Gonzalez propôs questionar que lugar, na geopolítica das universidades, os negros escravizados nas terras do Sul da América e no Caribe e seus descendentes ocupavam. Questionando por que os autores dos EUA se “esqueciam” que existiam negros em outros espaços também colonizados e afirmando haver uma posição imperial desses autores ao considerarem os EUA como América, Lélia propôs o termo *amefricanidade* como uma expressão capaz de designar a todos nós, todos os povos colonizados na América.

Assim, Gonzalez define *amefricanidade* nos seguintes termos:

As implicações políticas e culturais da categoria *amefricanidade* são, de fato, democráticas: exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de *Amefricanidade* incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewefon. (GONZALEZ, 1988, p. 76)

Em outras palavras, *amefricanidade*, para Gonzalez, reflete a experiência histórica da diáspora e a herança africana que revificaram as forças da resistência e a criatividade na luta contra a escravização, o extermínio, a exploração, a opressão e a humilhação que a colonialidade do poder criou (GONZALEZ, 1988, p. 78). Há uma ênfase de Gonzalez em lembrar da luta e do sacrifício dos antepassados que abriram caminhos e perspectivas para o ser *amefricano* hoje. Segundo a autora, sua insistência se deve ao fato de querer dar destaque ao caráter histórico da categoria que floresceu e se estruturou no decorrer dos séculos que marcam a presença de *amefricanos* no continente e mesmo antes, na chamada América Pré-Colombiana.

Nessa perspectiva, Gonzalez explica que a *amefricanidade* já se manifestava, no período colonial, “nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre” (GONZALEZ, 1988, p.

⁶⁷ Cf. Cardoso (2011).

79) que, hoje em dia, materializa-se nos quilombos, por exemplo, e no ofício da baiana de acarajé. Conforme disse antes, considero que o ofício, que é passado de mãe para filha, é exemplo de amefricanidade; é diferença descolonizada e estratégia de resistência, que se constitui.

Mas o ofício de baiana de acarajé não é constituído só de saber prático relacionado ao alimento e à herança de resistência; há também um segredo, próprio dos ofícios, compartilhado entre as baianas por meio de códigos e conhecimentos que não podem ou não devem ser totalmente traduzidos à linguagem do colonizador. A partir disso, devo acrescentar à amefricanidade de Gonzalez o conhecimento e código próprios dos povos originários e povos diaspóricos do Brasil.

Assim, compreendo, a amefricanidade como as estratégias de negociação, adaptação, luta e sobrevivência desenvolvidas a partir das experiências, pensadas e refletidas em um processo de intersecção entre o conhecimento próprio e o conhecimento do Outro, entre o código do Outro e o código próprio desses resistentes. A autora fala do “pretuguês”, português negro criado no Brasil a partir de expressões compartilhadas pelos negros escravizados, mas não fala, por exemplo, do corpus mitológico como discurso de verdade e conhecimento sobre a realidade.

Isso, pois – como havia trazido antes, e nas explicações do porquê as baianas tinham decidido lutar para garantir que trabalhassem durante a Copa – aparecem elementos do ‘código ordinário’ e do código ‘comunitário’: “não é justo”, “não é correto”, “é falta de respeito”, “a FIFA não é melhor que as baianas”, “o McDonalds não pode fazer acarajé”.

Entendo aqui, por falta de outra forma melhor de me expressar, ‘código ordinário’ como os signos construídos, utilizados e constituintes dos poderes coloniais/modernos e ‘código comunitário’ como os signos construídos, utilizados e constituintes dos povos colonizados. Tal divisão não é excludente, de forma que há intercâmbios entre esses códigos nas relações entre os diversos sujeitos; contudo, em acordância com eixo argumental da colonialidade do saber (QUIJANO, 2000 *apud* SEGATO, 2013), compreendo que esses códigos são frequentemente hierarquizados, de modo que se hegemonomizam as formas de interpretação e compreensão da realidade em torno do pensamento eurocentrado e, por isso, considero importante distingui-los.

Sobre esse assunto é particularmente interessante a seguinte explicação que me foi dada: “Sabe por que a gente não deixou barato essa história da FIFA? A gente tá acostumado, quando é festa chique, eles tiram a gente, depois a gente volta. Mas você sabe, acarajé é de Iansã, né, então você acha que ela ia ficar quieta?”. Ora, segundo os mitos iorubanos, Iansã é orixá guerreiro, a qual se posiciona na frente de Xangô nas batalhas, o auxilia e abre caminhos para esse orixá nas guerras. Dessa forma, a orixá estaria guiando as baianas de acarajé a irem para luta, impelindo-as a se rebelar, a enfrentar um poder mais forte.

Isso ajuda a compreender também porque era importante para as baianas servirem de “exemplo” para outros grupos e coletivos que também estiveram interpelando a FIFA contra a violação de seus direitos. Em entrevista ao *Correio Nagô*⁶⁸, a Presidenta da ABAM, Rita Santos, afirmou que “o mais importante não é estar lá vendendo, é estar lá e mostrar que nós conseguimos! Porque nós abrimos portas para que outros estados conseguissem estar agora na Copa, que foi as tapioqueiras de Recife e o feijão tropeiro de Minas Gerais”.

Assim, a amefricanidade reúne não só as experiências práticas de negociação e resistência na luta cotidiana das relações coloniais, como também o conhecimento mitológico que reflete as expectativas, frustrações, desejos, necessidades e proposições de verdade que os povos colonizados compartilhavam e compartilham na continuação dessa luta por projeto de ser.

3.3 As declarações das jogadoras – as entrevistas com as Baianas de acarajé

As baianas que não trabalharam com o acarajé tiveram entre si experiências semelhantes quanto à realização da expectativa de obter mais renda com a Copa do Mundo. Entretanto, lidaram com o problema da proibição da venda do acarajé próximo às zonas de exclusão de maneiras diferentes. Algumas que não puderam trabalhar em seus pontos relataram que mudaram o ponto de lugar, para outros locais ou em ruas próximas às zonas de exclusão, mas onde não fossem afetadas pela restrição. As baianas Dandara e Maria, que têm pontos na Avenida Joana Angélica, paralela à Arena Fonte Nova, a baiana Divina, que fica na Praça dos Salesianos, e as baianas Dona Joana e Eva da Barra (Av. Oceânica) foram retiradas pelo “rapa” e decidiram mudar de lugar. Outras, como a baiana Constância, que tem ponto na Avenida Joana Angélica, e a baiana Zulma, da Praça dos Salesianos, disseram que não

⁶⁸ A Baiana que desafiou a FIFA – Rita Santos. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=8klDx7aIqTg&feature=share>>. Acesso em 27 jul. de 2015.

sentaram no tabuleiro. Constância relata que teve prejuízo no mês da Copa, além de ter perdido permanentemente sua ajudante, que teve de encontrar outro trabalho; Zulma disse que preferiu “se virar com encomendas de abará”.

Segundo as baianas, a decisão de mudar o local do ponto deveu-se ao fato de que não tinham outro ofício e precisavam garantir alguma renda no mês da Copa. De acordo com uma pesquisa recente, que avaliou o perfil socioeconômico das baianas de acarajé de Salvador, a renda mensal das baianas está na faixa entre um e dois salários mínimos. Conforme Santos (2013), quase todas as baianas que participaram da pesquisa não possuíam outra atividade remunerada além do ofício no tabuleiro de acarajé. As poucas baianas que tinham outra renda a obtinham também em trabalhos no mercado informal, como empregadas domésticas, vendedoras de feijoada, revendedoras de produtos cosméticos e somente uma baiana era professora do Estado (SANTOS, 2013, p. 87).

As baianas Dona Joana e Eva mudaram seus pontos para ruas próximas. A baiana Eva relatou que o “rapa” a obrigou a sair de pontos diferentes três vezes, tendo ficado, finalmente, na terceira rua paralela à Avenida Oceânica. O movimento da clientela nessas ruas foi baixo e as baianas tiveram prejuízos, pois os clientes não as encontravam onde estavam normalmente. A baiana Divina trabalhou em um ponto que a filha tem no Pelourinho. Finalmente, as baianas Maria e Dandara fizeram tabuleiros ambulantes, como se faz nas praias. Dandara conta que ficou “perambulando pelos becos e vielas” e teve muito prejuízo, de modo que acabou por baixar o valor do seu acarajé para 2 reais, pois havia estocado material para a produção da Copa e tinha que utilizá-lo para não estragar.

Um aspecto importante do ofício de baiana de acarajé é o fato de ser um trabalho cujo retorno financeiro varia muito a depender de diversos fatores: fluxo turístico, mudanças meteorológicas, variação no preço da matéria prima, realização de festas comemorativas, divulgação pela mídia. Em temporadas de férias, o número de turistas na cidade de Salvador tende a aumentar, o que faz aumentar as vendas; em meses chuvosos é mais difícil manter-se nas ruas só com o toldo que protege o tabuleiro ou nas areias das praias, desprotegidas; nas datas comemorativas, como festas de Largo ou São João, aumenta o consumo de acarajé, ao passo que também aumenta o valor da matéria-prima; a propagação de informações negativas sobre as baianas e o acarajé podem resultar em redução no consumo, como no começo da década de 2000, quando propalou-se a informação de que havia coliformes fecais nos acarajés.

Em razão disso, as baianas relatam que estão acostumadas com essa instabilidade do ofício e criam diferentes formas de equilibrar a renda a partir dos ganhos que tem ao longo do ano. Os métodos e técnicas para fazer esse equilíbrio dependem de cada baiana, segundo as experiências próprias de produção, venda e relação com o público, com a rede de familiares que as apoia e na relação que estabelecem entre ofício e religiosidade. As relações que se estabelecem no ‘negócio’ das baianas de acarajé apresentaram-se para mim como diferentes das relações capitalistas, pautadas na mais-valia, na austeridade, no acúmulo, na exploração e na racionalidade instrumental do *homo economicus*. Destaco, pois, que o conhecimento econômico que as baianas de acarajé produzem são pouco conhecidos e provavelmente não traduzíveis segundo o padrão de construção do conhecimento da disciplina Economia.

De acordo com Torres, é o cotidiano imediato que pauta a adaptação das baianas. Diante de qualquer possibilidade de falência em um curto prazo, uma opção a que se recorre é parar, sem que se tenha grande prejuízo, uma vez que o investimento de recursos é mínimo (não foi esse o caso, pois investiram em grande quantidade de matéria prima, contando que iriam vender muito na Copa); outras opções também estão disponíveis, como mudar o ponto de venda ou esperar por tempos melhores (TORRES, 2007, p. 248).

Por isso, para a autora, torna-se equivocado interpretar as baianas foram do contexto de seu próprio saber. Segundo Torres (*op. cit.*, p. 247),

Se conseguirmos enxergá-las minimamente dentro desse contexto, uma atitude que parece pouco hábil para os negócios – aos olhos de quem geralmente esquece o peso histórico da atividade – se configura numa outra visão do comércio, mais de acordo com um cotidiano palpável do que com uma economia racional e suas previsões a longo prazo.

Consorte a lógica dissidente que apresentei acima, a baiana Lúcia me relatou que ela não tinha a noção exata do que produzia e recebia por mês, destacando que tentaram ensiná-la, em vão, métodos de contabilidade micro empresarial:

nenhuma baiana tem, especificamente, específico, detalhado, quanto que ela tira mensal. Eu tenho meu controle por quilos de massa; já tentei fazer controle junto com os cursos, né, que eles oferecem, mas não consegui, de auxiliar de administração e tudo mais, eu não consegui fazer. Até porque a baiana pode aumentar ou diminuir o tamanho do acarajé pra ter um

rendimento maior na quantidade de massa, então fica difícil, a quantidade real.

Considero que a atitude das baianas frente aos saberes hegemônicos, que procuram encaixá-las em um padrão de racionalidade ou lhes oferecem métodos e técnicas de construção do conhecimento pré-fabricadas, revela o que Mignolo (2008) chama de desobediência epistêmica. Nesse caso, o saber eurocentrado⁶⁹ das disciplinas acadêmicas se revela inútil como ferramenta de interpretação e ação no mundo. As baianas estão, à sua maneira, descolonizando o saber instituído pela racionalidade/modernidade, pois o ato de desobediência cotidiana dessas mulheres “afeta o estado e a economia” (MIGNOLO, 2008, p.313).

Também desobedeceu epistemicamente a essa pesquisa uma das baianas que interpelou-me sobre a utilidade de contar a história das baianas contra a FIFA. Na opinião dela, não faz nenhuma diferença, “sabe dessas teorias, não dão em nada, não vão dar em nada”, pois em outras situações a prefeitura retirou e retirará as baianas de acarajé e outros vendedores ambulantes das ruas. Tomei essa crítica com muita seriedade e só me senti autorizada a seguir em frente a partir de um episódio que relatarei adiante.

Destaco que, em todos os relatos, em diversas situações, durante conversas informais, entrevistas, antes e depois da Copa, as baianas ressaltavam o desejo de que fossem respeitadas. As expressões “a gente quer respeito”, “queremos ser respeitadas”, “nosso trabalho merece respeito”, “quero que me tratem com respeito e dignidade”, “sem respeito nenhum e dignidade nenhuma... a gente num sustenta”, apareceram constantemente, frequentemente atreladas à avaliação sobre o ‘ser patrimônio’, como “nos deram o título de patrimônio, então tem que nos respeitar”, “a gente pensou que quando fosse patrimônio o Estado ia nos abraçar e nos proteger como se nós fôssemos filhas, mas a gente é desrespeitada mesmo assim”, “eu gostaria que eles respeitassem mais e fizessem valer o documento do IPHAN, porque baiana é patrimônio imaterial nacional”.

Observei, pois, que a expressão que representa o desejo das baianas para que possam continuar exercendo o ofício que representam é o *respeito*. Percebi que o sentimento de

⁶⁹ Cf. Quijano (2014). Saber eurocentrado significa o modelo epistemológico fundado na perspectiva instrumental da racional/modernidade, conhecimento ilustrado criado na Europa e tornado modelo de compreensão hegemônico.

indignação e revolta dessas mulheres foi impulsionado pela falta de respeito que resultou das relações de poder que se estabeleceram. Na minha interpretação, o respeitar aqui significa reconhecer a diferença, atender às necessidades, permitir a presença delas e não interferir no seu ofício. Raras foram as vezes em que elas se expressaram por meio da linguagem dos direitos humanos, que classificaria a ‘falta de respeito’ nesse caso como violação do direito ao trabalho. Conforme explica Sueli Carneiro (2003), a trajetória das mulheres negras no Brasil as impulsiona a demandar direitos e desejar coisas distintas do que o feminismo hegemônico vinha pautando. A saída do espaço doméstico e a participação no mercado de trabalho, por exemplo, demanda do feminismo branco da primeira onda como direito das mulheres ao trabalho não era novidade para as mulheres negras, que foram escravas de ganho, quituteiras, amas-de-leite, etc., utilizando no espaço público saberes, práticas, e modos de relacionamento próprios da domesticidade.

Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto (CARNEIRO, 2003, p. 1).

A pauta da libertação sexual, por exemplo, também não figurava como pauta para o feminismo negro, pois as mulheres negras sempre foram vistas como disponíveis sexualmente, o que historicamente resultou em violências sexuais contra elas de todos os tipos. Tanto no mercado de trabalho quanto no domínio das sexualidades e afetividades, as mulheres negras no Brasil têm demandado respeito. Assim, o que as feministas negras e as baianas nos mostraram é que a formulação dos direitos das minorias como direitos humanos parte de um espaço-tempo específico, e pode ser problematizada e criticada desde as diversas perspectivas dos que fazem partes dessas minorias. Especialmente essa crítica será desenvolvida no Capítulo 4.

Os relatos também me provocaram a refletir sobre o papel que o reconhecimento através do título de patrimônio exerce nesse jogo entre as baianas, a FIFA e o Estado. Conforme disse anteriormente, havia uma expectativa das baianas de que o respeito à sua condição de mulher negra, trabalhadora autônoma, mãe de família, integrante de comunidades de afrodescendentes, herdeiras de um saber específico finalmente acontecesse. Além disso, nos

relatos das baianas pude perceber também a expectativa de que o título de patrimônio às alçaria a um patamar de interlocução maior com o Estado e com a FIFA, abriria canais de diálogo com a institucionalidade e as permitiria conquistar políticas públicas de proteção e salvaguarda ao ofício e fomento à iniciativa autônoma de outras mulheres.

No caso da expectativa em relação a uma maior interlocução com o Estado e com a FIFA, pude perceber que as baianas consideraram que a utilização do título de patrimônio foi uma estratégia importante. Segundo a baiana Vera, as baianas “colocaram o título de patrimônio na frente” e foi com o argumento de que era uma obrigação do Estado proteger o saber que estava resguardado por esse título que elas conseguiram garantir a autorização das vendas nas zonas de exclusão. Tanto na coleta de assinaturas *online*, produzidas por elas em parceria com a plataforma virtual Change.org, que resultou na petição entregue à Presidenta Dilma Rousseff, quanto na recomendação do Ministério Público às secretarias estaduais, o título de patrimônio foi mobilizado como um conceito chave.

Apesar de ter se passado quase 10 anos desde que o IPHAN incluiu o ofício no Livro de Saberes, poucas políticas de salvaguarda a esse trabalho foram realizadas. A falta de apoio desse órgão à causa das baianas também se verificou na celeuma com a FIFA. Apenas recentemente a ABAM conseguiu parceria com o IPHAN para o lançamento do mapa interativo que foi utilizado nas figuras (Mapa 1 e 2) do Capítulo 2, uma ferramenta considerada importante para o que público possa saber onde se encontram baianas de acarajé em diferentes lugares de todo o país.

No caso específico da disputa contra a FIFA, houve um completo descaso das secretarias de turismo estadual e municipal. Segundo as baianas de acarajé, os órgãos relacionados ao turismo da Bahia e de Salvador as veem como cartão postal, exibindo-as como representantes exóticas das tradições africanas no País. Contudo, não existem políticas que integrem as baianas às ações de turismo e, nem mesmo quando conseguiram a autorização para entrar no estádio, não houve um apoio elas, como uma linha de crédito específica para a Copa ou subsídio à instalação apropriada dos tabuleiros. Curiosamente, a Secretaria de Direitos Humanos tomou para si essa responsabilidade e doou uma verba para que as baianas comprassem as fritadeiras elétricas e outros utensílios para que pudessem se adequar às normas da FIFA.

Ao título de patrimônio está implícito o reconhecimento da singularidade da identidade de baiana de acarajé, *identidade política* que diferencia o ofício dessas mulheres como um saber

próprio. Nos relatos, observa-se que há um orgulho em torno desse reconhecimento. Por outro lado, ao falar sobre esse assunto, as baianas de acarajé me interpelavam também sobre a utilidade desse título, pois lhes traz obrigações (usar as vestimentas e indumentárias típicas todos os dias, por exemplo) sem contrapartidas concretas de incentivo e proteção.

Sobre isso destaco o seguinte trecho de uma das conversas que tive com a baiana Vera:

A gente botou o título de patrimônio na frente. Foi com esse título que a gente foi lá brigar com a FIFA. Talvez, se a gente não tivesse um título, a FIFA não desse um passo atrás. Entendeu? Mas por outro lado, a mesma mão que beija bate, porque nós somos patrimônio imaterial nacional, então foi a esfera federal que nos deu esse título; o mesmo poder tá tirando 550 baianas da areia da praia, porque é um juiz federal que tá tirando a baiana de trabalhar. O que ele tá fazendo? Tá acabando com o patrimônio que eles mesmos criaram, porque é o setor de patrimônio que tá mandando tirar as barracas de praia. É o setor de patrimônio que tá tirando as baianas da praia. Então, ao mesmo tempo eles mandaram preservar e ao mesmo tempo tá acabando, porque se tira 550 mulheres de trabalhar, tá perdendo 550 patrimônios, a gente corre o risco de... (faz um gesto com as mãos – fixa um lugar e corre os dedos, indicando descontinuidade histórica, como se dali em diante pudessem desaparecer). Se essas mulheres deixar de trabalhar vão ser outra coisa, elas tão passando a ser doméstica, tão sendo vendedoras de outras coisas (...)

É perceptível que o título de patrimônio adquiriu um caráter ambíguo: as baianas compreendem a importância dele como método de tradução de seus anseios e demandas para a linguagem do Direito, necessária para interpelar o Estado. Entretanto, tornou-se um direito vazio de conteúdo material, pois as ações no plano das políticas públicas necessárias para dar forma a esse direito não são realizadas; na realidade, gera para elas uma obrigação de manter-se na forma que o patrimônio as concebeu. Em síntese, são reconhecidas como sujeitas ao direito, mas não são reconhecidas como agentes desse direito.

3.4 O curso de formação das baianas de acarajé – avaliando o jogo

Além das entrevistas e conversas que tinha planejado realizar, fiz meu retorno coincidir com o V Curso de Formação para Baianas de Acarajé – Vera Cruz, ao qual fui convidada a participar. No curso, organizado pela ABAM, pude ter contato com baianas de vários municípios da Bahia, conversar com elas sobre suas vidas, expectativas e frustrações. O curso,

coordenado pela Coordenadora de gênero do Instituto Palmares Jeovane Marússia R. Fernandes, financiado com recursos da Associação, durou uma semana e teve diversas atividades: oficinas corporais, de história de vida, feminismo negro, língua e cultura iorubá e reuniões de avaliação e planejamento.

Destaco aqui a Oficina de História de Vida, momento enriquecedor e revelador para a pesquisa. Cerca de trinta baianas participaram da oficina, na qual se dividiram em grupos e relataram sobre suas vidas, como chegaram a ser baianas de acarajé, o que o ofício significava para elas e o que poderiam fazer para manter o ofício vivo. Nos relatos, as baianas demonstravam orgulho em realizar o ofício de comerciantes ou ainda de fazer outras atividades relacionadas com a figura da baiana de acarajé, como coser *richilieu* (tecido delicado que faz parte da vestimenta típica), desempenhar o papel de baianas de receptivo ou ainda atuar como ajudantes de outras baianas de acarajé.

Ainda, as baianas destacaram em seus relatos a importância do ofício como trabalho, que adquiriu duas acepções diferentes e correlacionadas: trabalho que as constitui e trabalho que as sustenta e dignifica. Pelo que pude apreender, ser baiana de acarajé significa ser mulher, igual aos homens, porque podem ser poderosas e autônomas. Isso as torna merecedoras de respeito, pois têm condições de sustentarem a si e a seus filhos, seus pais e ancestrais, suas famílias e comunidades. Conforme relatou uma das participantes do curso, “o acarajé já matou muito a minha fome e a fome de meus filhos”, confirmando que saber fazer acarajé permite-lhes, ao menos, garantir alimento aos seus parentes.

Conforme foi ensinado na oficina de língua e cultura iorubana, a expressão dos sentimentos não se dá com o coração, mas com o estômago. Várias expressões linguísticas dos sentimentos são constituídas com palavras que derivam da ideia de estômago (inú, em iorubano): “Inúmidú morié” – o meu estômago está muito feliz em te ver; “Inubajé” – estou zangado. Oferecer comida, nessa perspectiva, é mais do que satisfazer uma necessidade vital; tem relação com a oferta de sentimentos, além de significar partilha/renúncia. Assim, ser conhecedora de uma prática que resulta em produção de alimentos é extremamente importante, porque significa ter poder de distribuir bem-estar, fazer proliferar sentimentos e renunciar a usura e o egoísmo.

Nas histórias de vida, também foi bastante enfatizado o enorme vínculo entre as baianas de acarajé e suas famílias. Como dito antes, é o acarajé, para comer ou para vender, que permite a sobrevivência econômica delas e de seus filhos. Para além disso, esse vínculo é estabelecido

também pelo fato de ser um saber que é passado entre mulheres, avós para netas, mães para filhas, tias para sobrinhas e agregadas, sogras e noras, vizinhas, amigas, e inclusive entre pais e filhas, cônjuges. Enfim, o parentesco é reafirmado ou estabelecido por meio do aprendizado e do ensinamento do ofício.

Ademais, como também já foi dito, a resistência – às más condições socioeconômicas e às tentativas tanto de seus maridos como das elites e do Estado de impedi-las de trabalhar – foi aprendida com as mães e avós. Segundo relatou uma participante,

minha mãe começou a vender acarajé quebrando o feijão na pedra. Nós guardamos a pedra em casa até hoje. Minha mãe foi uma mulher que ela resistiu ao meu pai que dizia que mulher dele não trabalhava e minha mãe começou a vender escondido, com a avó de minha avó. Então eu já venho dessa história de luta porque eu já vim desde minha avó (...).

Em todos os grupos, foi ressaltado o caráter conflitivo da realização do ofício, sempre inserido em contexto de lutas coletivas e individuais, o que revela uma característica também muito falada por elas, ser baiana de acarajé é ser guerreira, tal como afirmou uma das participantes das oficinas: “tenho que fazer que nem minha mãe, Oiá, guerreira, né, não ter medo de lutar pelas minhas coisas, pra cuidar dos meus filhos”.

Ao fim da oficina de histórias de vida, foi solicitado que as participantes dos grupos que resumissem as histórias contadas nos grupos em uma palavra. As palavras que surgiram foram: “persistência”, “fé”, “identidade” e “sustento”. Além disso, pude perceber na fala de uma participante a ressignificação da palavra empoderamento (ouvida por elas na oficina de feminismo negro):

Decidimos todas contar nossas histórias e a partir dessas contarmos juntas o que nós fizemos. O que de fato nós quatro somos. Quem conseguiu, quem não conseguiu tem que procurar avançar porque a gente precisa se empoderar. E o que é isso? É cada vez mais ocupar aqueles espaços que a gente acha que não é nosso, mas que é.

Ainda, algo muito importante de ser registrado é o que foi indagado por uma participante durante a oficina de feminismo negro: se antes de suas ancestrais serem trazidas de vários países africanos, na época colonial, elas eram “donas de si”. Ao que a facilitadora da oficina

respondeu que havia diferentes interpretações sobre o lugar da mulher nas sociedades pré-coloniais e as demais participantes começaram a fazer interpretações a partir dos códigos que elas compartilham: a sociedade devia ser matriarcal, as mulheres deviam ter mais voz, pois a maioria dos terreiros que elas conhecem na Bahia são chefiados por mães-de-santo.

Nessa linha de raciocínio, algo mais importante de se registrar foi ouvi-las dialogar sobre as relações de poder durante os tempos coloniais: as mulheres, na concepção delas, foram as que mais sofreram porque foram submetidas a todo tipo de violência, inclusive sexual; foram separadas de suas famílias e obrigadas a dar de comer para os filhos das mulheres brancas. Houve ainda uma participante que lamentou o fato de que os homens não as valorizam até hoje, mesmo elas tendo a autonomia que o ofício as proporciona, pelo fato de serem negras. Ressalto isso aqui porque, apesar de a maioria delas terem pouco grau de instrução e pouco contato com as teorias feministas, as experiências delas e as interpretações do mundo, a partir do conhecimento que lhes é passado, são de uma riqueza epistemológica muito significativa.

Também no curso houve debates sobre a questão do título do patrimônio, já que se aproxima a reavaliação do IPHAN. No curso, destacaram-se as ações que a ABAM tem empreendido para garantir a salvaguarda do ofício e demandar ações de fomento ao trabalho das baianas. O próprio espaço de formação política que o curso estava proporcionando foi lembrado como uma ação de salvaguarda do ofício, pois estava incentivando a partilha de histórias, desejos e frustrações das mulheres para os próximos anos como baianas de acarajé. Além do que já foi apontado na sessão anterior, no curso, foi problematizado ainda dois aspectos da relação das baianas com o Estado na salvaguarda do ofício. Primeiro, o estranho fato de que são as baianas que precisam mostrar que estão mantendo as características levantadas pelo IPHAN em 2005, quando foi concedido o título de patrimônio. Essa problematização contribui para a compreensão de que o Estado interpela as baianas a partir da categoria de *identidade política*. Segundo, o fato de que se pode encontrar o acarajé sendo vendido congelado em diversos estados do País, sob o selo de comida artesanal, concedido pelo SEBRAE. a entidade responsável, geralmente, por oferecer cursos de boas práticas alimentares, gastronomia, gestão de negócios, línguas e aulas de como fazer um acarajé. Ora, parece que o SEBRAE tomou para si a legitimidade de conceder e autorizar outras pessoas e empresas a praticarem o ofício e o IPHAN não tinha se manifestado sobre isso.

Finalmente, considero importante relatar que, participando da Oficina de Histórias de Vida, ao lhes contar sobre o motivo de estar ali, me senti emocionada com a recepção e a alegria delas.

Contei que pretendia fazer uma pesquisa que relatasse a luta das baianas de acarajé contra a FIFA e, por esse motivo havia me juntado a elas. Uma baiana de acarajé idosa se levantou, me abraçou e me agradeceu por “escrever nossa história, com certeza os orixá vão guiar seu ori pra contar nossa história de luta, que você também faz parte, porque resolveu contar ela”. Em seguida as demais vieram me abraçar e agradecer, me oferecer sorrisos e se dispor a me ajudar para o que eu precisasse. Aqui percebi que tinha a benção delas para seguir adiante com a pesquisa.

3.5 Petição online⁷⁰ - torcida mobilizada na internet

A utilização de uma plataforma *online* de mobilização popular foi uma estratégia de ação política que as baianas adotaram para conseguir atenção internacional para o problema no qual estavam envolvidas. Diferente das tradicionais formas de manifestação política, a Internet se mostrou um importante meio de veiculação de uma pauta, bem como de conquista de adesão popular a essa pauta. Após recolher mais de 17 mil assinaturas, as baianas entregaram a petição impressa para a Presidenta Dilma Rousseff, ressaltando a grande comoção pública que se instalou entre pessoas de diversos lugares devido à e discriminação contra elas.

As baianas conseguiram “agendar” a FIFA e o governo brasileiro através desse meio de comunicação, pois conforme me foi relatado assim que cheguei na ABAM na segunda visita à cidade, a partir da divulgação da petição *online*, o ‘problema baianas de acarajé’ foi tema de pauta única de uma reunião da FIFA, em Zurique.

Além disso, por meio da petição foi possível pautar também a agenda política da população durante a Copa, pois fez com que as pessoas discutissem sobre o tema e se questionassem sobre a finalidade da Copa no País, já que até as baianas de acarajé, símbolo da baianidade, estavam sendo excluídas.

Assim, a agenda construída na Internet⁷¹ foi também constituinte do meio, em um processo constante de constituição, pois contribuiu para a construção desse veículo como espaço de

⁷⁰ Cf. Anexo XI. A carta peticionária também pode ser encontrada em <<https://www.change.org/p/queremos-baianas-e-acaraj%C3%A9s-na-copa-de-2014-baianasna-copa#petition-letter>>, acesso em 20 jul. 2015.

⁷¹ Cf. Castells (2001), [Bauman (2001); Wolf (2005); Fairclough (2003) apud SILVA, 2012]. Apesar de conhecer alguns teóricos que debatem cidadania virtual, democracia 2.0, agenda política, arena pública virtual,

interlocução política, como uma arena política moderna. Os indivíduos que aderiram à pauta estavam construindo a Internet como espaço de cidadania e de articulação política. Dito de outra forma, o meio virtual ainda está sendo constituído e constantemente ressignificado como espaço de ação política, enquanto tem possibilitado aos indivíduos e coletividades agirem politicamente, ressignificando também as formas modernas de cidadania e de participação política.

A Internet possibilitou, pois, que as baianas *aparecessem*, nos termos arendtianos, e agissem politicamente. Se a FIFA e o Estado estavam agindo para impedir que fossem vistas, que aparecessem e manifestassem sua pluralidade como condição humana, a Internet foi um importante meio de publicizar esse sujeito político, pois a causa delas ganhou visibilidade e não podia mais ser ignorada.

Na petição, figuram os mesmos elementos argumentativos que as baianas haviam mobilizado anteriormente. A carta, dirigida diretamente à FIFA e ao COL, na figura do presidente do Comitê Local, Ronaldo Nazareno (o famoso jogador Ronaldinho), pedia que às baianas fossem garantidos espaços específicos no Estádio e seus arredores para que pudessem vender acarajés. A petição afirmava ainda que as baianas deveriam vender o acarajé, e não empresas terceirizadas. Além disso, a carta argumentava que era preciso salvaguardar esse ofício das baianas de acarajé, pois este fora reconhecido pelo IPHAN como patrimônio imaterial do Brasil. As peticionárias destacaram ainda que elas têm se enquadrado nos padrões comerciais e sanitários exigidos pelo país, desde antes da Copa, e que este não seria motivo para alijá-las de seu trabalho. Na concepção das baianas, esse é um falso argumento criado para garantir que as empresas concessionárias e patrocinadoras tivessem o monopólio sobre a venda de produtos e serviços durante o Mundial.

me abstive de trazer esse debate de forma mais apropriada aqui, pois exigiria um aprofundamento em teorias da comunicação e da linguagem que não são o foco desta pesquisa. Casos sobre a mobilização social em torno da rede virtual que a internet proporciona abundam: no site <<http://www.participa.br/>>, por exemplo, é possível participar virtualmente da elaboração de políticas públicas, por meio das chamadas conferências de cultura. Esse processo de mobilização via rede, que vai além do local, tem sido dinâmico e tem se transformado cada vez mais com a criação de novas tecnologias da informação. Podem ser citados também os ciberativistas da revolução zapatista que, em meados da década de 1990, se valeram das tecnologias eletrônicas e digitais da época para a articulação política e comunicação insurgente. Podem ser citadas ainda as mobilizações altermundistas do final do Século XX e começo do Século XXI, como a mobilização na Rodada de Seattle em 1999, que se estenderam em vários momentos disruptivos contra os encontros de organismos internacionais, até chegar aos Fóruns Sociais Mundiais. Recentemente, temos os casos de mobilização via redes sociais na Primavera Árabe; no 15M, na Espanha e nas manifestações de junho de 2013, no Brasil.

3.6 Ministério Público – juiz apitando as faltas dos jogadores

Apesar da ação ora discriminatória, ora omissa dos poderes públicos frente ao caso das baianas contra a FIFA, devo destacar que o Ministério Público da Bahia (MP-BA) foi um ator importante, que contribuiu para o desfecho considerado positivo pelas baianas. Em 25 de outubro de 2012, o MP-BA abriu um inquérito civil, de número 003.0.222967/2012, instaurado pelo Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico e Cultural (NUDEPHAC). Proposto pelo promotor Ulicess Campos, o inquérito visava apurar denúncias de que as baianas não poderiam trabalhar durante os eventos da FIFA (BAHIA, 2012).

Havia uma complexidade jurídica que impedia uma ação mais direta do MP: a denúncia era de que um ente privado nacional (as baianas de acarajé) que estava tendo direitos violados por um ente privado internacional, com a aquiescência e intervenção do próprio Estado. O conflito de interesses entre um privado nacional e um internacional deveria ser solucionado segundo que instrumentos jurídicos?

O MP encontrou duas saídas para agir nesse caso: a primeira foi arrolar o Estado como possível perpetrador de violações e recomendou aos órgãos públicos competentes a agirem conforme a legalidade, cessando a ação omissa e prejudicial aos cidadãos nacionais. Assim, no desenrolar do inquérito, o MP encaminhou a Recomendação, nº 02/2012, ao IPHAN, ao Ministério dos Esportes, à SECOPA, à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, à ECOPA, à Prefeitura Municipal de Salvador, à Secretaria Municipal de Saúde – Coordenadoria de Saúde Ambiental e Vigilância Sanitária e à Saltur (Empresa de Turismo de Salvador). Nessa recomendação, o MP solicitou que o IPHAN encaminhasse recomendações técnico-jurídicas aos órgãos acima citados, bem como recomendou ações específicas que deviam ser tomadas por tais órgãos.

A segunda saída se deu a partir da argumentação principal do Ministério Público, que se desenvolveu em torno do conceito de patrimônio imaterial nacional. As baianas de acarajé são apresentadas como bem público, já que são detentoras do saber tombado como patrimônio imaterial. O MP fez saber aos órgãos

1. Que tal iguaria é detentora de “saber específico” junto à culinária do Estado da Bahia com acréscimo de ingredientes oriundos da região metropolitana da cidade do Salvador, Recôncavo Baiano e Região do Baixo-Sul do Estado da Bahia;

2. Que tal iguaria é produzida a partir de rituais ancestrais com contexto cultural, regional e religioso;
3. Que tal iguaria é de ávido consumo pela população local, turistas e visitantes, apresentada como “prato típico”;
4. Que tal iguaria deverá ser comercializada DENTRO DO ESTÁDIO DE FUTEBOL chamado de “ARENA FONTE NOVA” por VENDEDORAS E VENDEDORES DE ACARAJÉ, nos moldes da já tradicional maneira que o é na cidade do Salvador, com essas e esses profissionais vestidos em trajes típicos da sua expressão cultural e/ou religiosa ou comercial, cadastrados na ASSOCIAÇÃO DE BAIANAS DE ACARAJÉ E MINGAU DO ESTADO DA BAHIA;
5. QUE POR NENHUMA HIPÓTESE SERÁ TOLERADA A COMERCIALIZAÇÃO DESTA IGUARIA POR OUTRA FORMA, QUE NÃO A DESCRITA ACIMA, SOB PENA DE BUSCAR O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL O AMPARO DA JUSTIÇA PARA VER-SE PROTEGER O PATRIMÔNIO IMATERIAL DO ESTADO DA BAHIA; (BAHIA, 2012)

Conforme argumentei anteriormente, uma maior interlocução com o Estado se deu devido ao título de patrimônio imaterial. Não só os relatos das baianas me confirmam isso, mas também a recomendação do Ministério Público. Percebam que o argumento econômico só é citado na recomendação como um aspecto secundário do ofício. Os vendedores e vendedoras devem ser respeitados porque o ofício é patrimônio imaterial. Inclusive prescreve-se qual o comportamento dos vendedores e vendedoras de acarajé: com vestimentas típicas e cadastrados pela ABAM.

Em conversa com o assessor jurídico da ABAM, ele me explicou que essa Associação preza que as baianas e os baianos de acarajé utilizem vestimentas típicas para garantir a perpetuação da forma tradicional do ofício, resguardando suas características afro-brasileiras. Contudo, A associação entende que não tem o papel de repreender e cercear as baianas e baianos que não estejam nos padrões típicos, já que o importante é que as pessoas possam garantir sustento para si e seus familiares, perpetuando os saberes que envolvem a produção do acarajé.

Dessa forma, fica evidente que o Estado dialoga com o “Outro” a partir do código que ele mesmo criou para classifica-lo e interpelá-lo, no caso a identidade política de baiana de acarajé, fixada no título de patrimônio imaterial nacional.

3.7 Revelando as táticas do jogo rasteiro da FIFA

A posição da FIFA não só nessa disputa das baianas de acarajé, como em outras situações em que foi confrontada, sempre foi ambígua: ora autoritária, ora omissa. Tanto a autoridade quanto a omissão se expressavam através da voz do Estado brasileiro e, raras vezes, a FIFA falou ao povo brasileiro diretamente, por meio de seus canais de comunicação. Por isso, até aqui dei ênfase à relação das baianas de acarajé com o Estado, pois o canal de interlocução delas com a FIFA se dava por meio do aparato burocrático estatal criado para a realização do Mundial no País.

Nessa seção me dedico a interpretar as informações encontradas nos materiais produzidos pela FIFA. A partir deles, é possível encontrar elementos que indicam o tipo de relação entre a FIFA, o Estado e as baianas de acarajé.

A figura a seguir foi retirada do sítio da FIFA. Trata-se de uma foto do dia 16 de setembro de 2011, quando foi instalado o relógio da Copa na cidade de Salvador, ao lado do Dique do Tororó. A cerimônia de instalação contou com a participação do grupo musical Olodum e da presença das baianas de acarajé. Essas duas figuras, o músico do Olodum e a baiana de acarajé estavam representando os habitantes da cidade, que esperavam ansiosos pelos jogos da Copa do Mundo. Assim, para legitimar a realização da Copa em Salvador, a FIFA usou a baiana “cartão-postal” e outros expoentes da cultura baiana para abrilhantar o evento de instalação do relógio.

Figura 3 – Fotografia: inauguração do relógio da Copa⁷²



Como descrevi na seção sobre a celeuma das baianas contra a FIFA, até os meses finais de 2012 as baianas não souberam da impossibilidade de trabalhar durante a Copa. Como era possível a FIFA não saber da existência dessas comerciantes, se a figura da baiana já havia sido utilizada, em 2011, pela entidade? Ora os sujeitos envolvidos nessa cena, não ser considerados atores, pois o sujeito que o interpela, a FIFA, os olha com um olhar rapinador racista/colonial, retirando-lhes qualquer agência. Em uma postura oportunista, a FIFA apenas se fez valer do apoio popular para legitimar sua ação rapinadora e forjar um sentimento de pertença aos habitantes da cidade, como se aqueles expoentes estivessem inclusos no processo de preparação da Copa em Salvador.

Analisando a licitação, *Invitation to tender for the rights of the FIFA Food & Beverage Concessionaire Programme Phase I* (FIFA, 2012), que foi publicada pela FIFA no sítio da entidade no dia 30 de janeiro de 2012, pode-se observar que esse documento é direcionado a um público específico: empresas transnacionais, com experiência em gestão e organização de eventos, de grande porte e com enorme capital de giro.

⁷² Fonte: Sítio da FIFA, disponível em <http://www.fifa.com/worldcup/photos/galleries/y=2011/m=9/gallery=000-days-until-brazil-2014-1511793.html>. Acesso em 25 jul. 2015.

A licitação exigia que as candidatas tivessem experiência com atendimento ao público em grandes eventos esportivos, demonstrassem ter operado em outras cidades-sede da Copa, tivessem recursos humanos na ordem de 1000 empregados para implementar o Programa Concessionário de Alimentação da FIFA, enviassem relatórios relativos ao funcionamento da empresa nos últimos três anos e deveriam provar condições financeiras para investir na implementação do programa acima citado. Curiosamente, as baianas de acarajé preenchiam alguns dos requisitos da FIFA, pois de acordo com a ABAM⁷³, há, em Salvador, cerca de cinco mil baianas que vendem acarajé diariamente, em jogos esportivos e em grandes festas como o Carnaval e o São João (que recebem milhares de turistas todo ano). Faltava-lhes apenas demonstrar as condições financeiras para investir na implementação do programa.

Contudo, esse documento foi publicizado unicamente em inglês e a documentação das empresas candidatas deveria ser entregue no escritório da FIFA, em Zurique, também em inglês, até o dia 17 de fevereiro. Isso excluía, ou pelo menos dificultava, a participação de prestadores de serviços locais, pois partia-se do pressuposto elitista de que é preciso dominar uma língua estrangeira para realizar o megaevento no País. Fica explícita aqui a perpetuação do eurocentrismo⁷⁴, no sentido de que as elites capitalistas internacionais seguem utilizando mecanismos relacionados com o saber, como o domínio da língua de prestígio, no caso aqui, o inglês, para impor relações de hierarquia com os povos subalternizados dos países periféricos.

⁷³ 'Mapa do acarajé' localiza e traça perfil de 5 mil baianas em plataforma digital Disponível em <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/mapa-do-acaraje-localiza-e-traca-perfil-de-5-mil-baianas-em-plataforma-digital/?cHash=6afdbf4b2bba9a74ef5ddcbb643e2322>>. Acesso em 31 jul. 2015.

⁷⁴ Migolo (2008, p. 301) explica que eurocentrismo “não dá nome a um local geográfico, mas à hegemonia de uma forma de pensar fundamentada no grego e no latim e nas seis línguas européias e imperiais da modernidade; ou seja, modernidade/ colonialidade”.

Figura 4 – Pôster oficial da Copa do Mundo da FIFA™ 2014⁷⁵



⁷⁵ Fonte: Portal Oficial da Copa – Governo Brasileiro. Disponível em <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/embaixadores-da-copa-do-mundo-da-fifa-2014-apresentam-cartaz-oficial>>. Acesso em 25 jul. 2015.

A figura da página anterior é um material produzido para a Copa do Mundo de 2014 que me chamou muita atenção. Percebo o pôster oficial da FIFA como a materialização icônica das relações de poder entre a FIFA, o Estado e as baianas de acarajé. O pôster apresenta o território brasileiro constituído por diversos elementos. Em todo, no mapa, mas principalmente no norte, podemos ver elementos relacionados à natureza, representantes da fauna e da flora brasileira, como o beija-flor, o tucano, o tatu-bola, o mico leão dourado, o calango, os coqueiros, o guaraná, as bananeiras, o café, etc. Espalhados pelo mapa há também símbolos regionais, como a cuia do chimarrão, o boi das festas de Bumba-Meu-Boi, o chapéu de cangaceiro; elementos musicais, como o berimbau e o pandeiro, monumentos arquitetônicos ou que compõem as paisagens das cidades, como o Corcovado, o Cristo Redentor, o Calçadão de Copacabana, os Lençóis Maranhenses. Representantes das expressões culturais brasileiras também compõem a figura, como a dançarina de Frevo, o capoeirista e a baiana de acarajé. O contorno do mapa é delineado a partir das pernas de dois jogadores de futebol, que estão disputando uma bola. No centro da bola está a baiana de acarajé, com um tabuleiro na cabeça. Todos esses elementos compõem, pois, um todo, uma unidade, a nação brasileira. Segundo a Crama, empresa que criou a peça, o conceito, "Todo um país a serviço do futebol – Brasil e futebol, uma identidade compartilhada", foi o que inspirou a criação desse pôster.

Podemos fazer, pelo menos, duas leituras da baiana no centro da bola. Em uma primeira leitura, compreende-se que a baiana, mulher, negra, signo subalterno na relação colonial, está entre dois homens, sendo literalmente jogada de um lado para o outro. É metaforicamente o corpo-território (integra o território brasileiro, na composição do mapa) com o qual os homens da elite mafiosa da frente estatal-empresarial jogam todo tempo.

Essa leitura se apoia em articulações de categorias utilizadas por Segato (2013a) e em entrevista, intitulada “La pedagogia de la crueldad” recentemente publicada na revista Página 12⁷⁶. No texto, a autora se propõe a apresentar uma perspectiva dos crimes contra as mulheres em Ciudad Juárez, articulando o corpo como território de disputa política e *lócus* de enunciação de mensagens sobre poder, controle, soberania, lealdade, entre outras.

De acordo com a autora, na recorrência dos crimes contra mulheres por mais 11 anos está implícito que os perpetradores desses crimes possuem recursos de toda ordem, incutidos

⁷⁶ “La pedagogia de la crueldad”, entrevista a Rita Laura Segato, por Veronica Gago. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-9737-2015-05-29.html>>. Acesso em 31 jul. 2015.

inclusive nas esferas federais de poder, a exemplo das máfias. A impunidade desses crimes é reflexo da ingerência que as máfias têm na administração. E funcionam, pois, como um Segundo Estado.

Articulando a posse de recursos com a posse do corpo feminino/feminizado, a autora explica “que a desigualdade econômica (...) respalda simbolicamente o sentido de propriedade e de domínio que subjaz as relações de gênero (...)” (SEGATO, 2013a, p. 16), o que configura uma desigualdade. Essa desigualdade interna pode ser facilmente estendida para as relações entre o local e o internacional, como nesse caso. A relação que se estabeleceu entre as baianas de acarajé e a FIFA nos fala, portanto, da hegemonia das máfias do capital internacional sobre o nacional.

Em Ciudad Juárez, a violência que expressa o poder da máfia do Segundo Estado se dá sobre os corpos femininos e feminizados das mulheres trabalhadoras da cidade; no Brasil, sabe-se que a violência que expressa o poder colonial se deu durante muitos séculos sobre os corpos das mulheres negras, escravizadas, abusadas, violadas. Também nesse caso, a violência sobre as mulheres subalternizadas expressa o poder de legislar sobre os territórios em que tais mulheres podem exercer sua profissão e seu trabalho. Todos são gestos expropriadores de territórios e de corpos como territórios.

Assim, como explica Segato em sua entrevista, as situações dispersas de violência contra as mulheres, ainda que cada vez mais frequentes, são epifenômenos de circunstâncias históricas das relações sociais com a natureza. Ela considera, pois, haver uma estranha afinidade entre a exploração econômica característica de nossa época (com nosso uso abusivo do cosmos natural) e o agir de uma elite que predica e pratica um projeto econômico, cuja tendência é a concentração extrema e que tem como horizonte o mercado global. Os antagonistas desse mercado global acabam sendo os mercados locais. Na figura, percebo haver também essa afinidade entre o proceder da FIFA, que colocou seu olhar de rapinha sobre o mundo e a exploração do corpo-território representado no mapa.

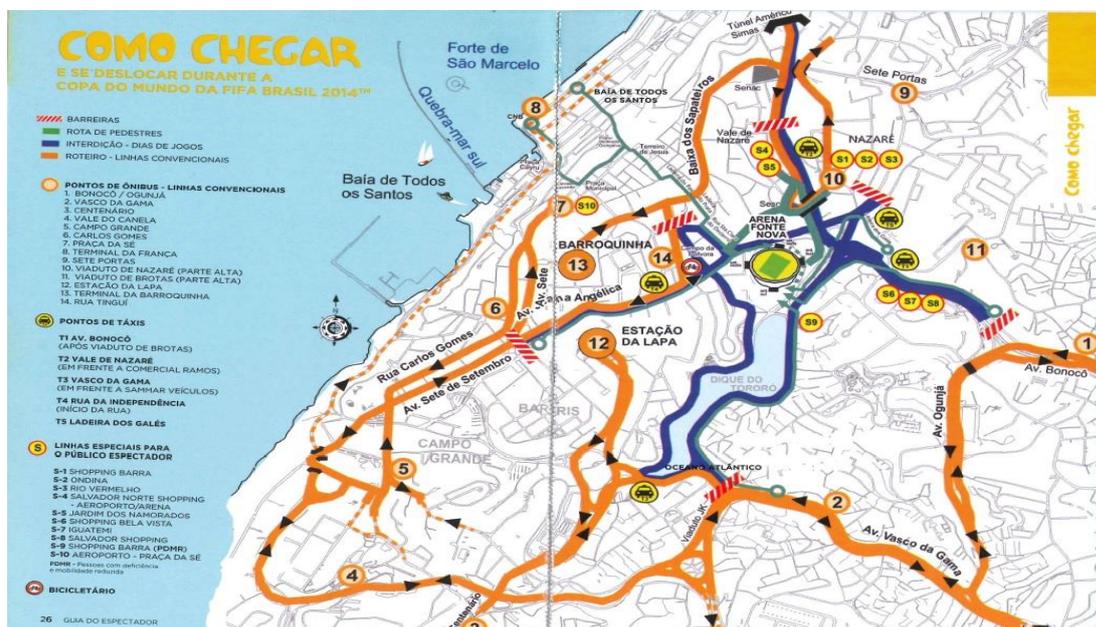
Por isso, conforme essa primeira leitura, através do mapa, as elites demonstram, simbolicamente, que detém poder econômico e poder político, e conseguem mobilizar, inclusive discursivamente, recursos econômicos e jurídicos para legitimar a violência e a exclusão que estão produzindo. Como apontei no Capítulo 1, a FIFA se valeu de vários recursos para justificar a exceção, que se aprofunda e se torna permanente, o que Segato

(2015) tem construído conceitualmente como “conquistualidade do poder”, uma fase nova de conquista dos territórios, de rapinha de tudo, sem limites legais.

Por outro lado, em uma segunda leitura percebe-se que, estando na bola, as baianas estão em movimento, em ação, e vão para onde elas querem, como a bola. Os jogadores parecem ter o controle da direção para a qual a bola vai, mas, frequentemente são surpreendidos com a mudança de rumo que ela toma. Assim foram as baianas na celeuma com a FIFA: mulheres negras em movimento, sujeitos ativos politicamente que, como vimos, utilizaram várias estratégias de visibilização de sua luta e de resistência ao controle estatal-empresarial, que não aceitaram o rumo que a FIFA e o Estado queriam dar para elas – a exclusão da Copa e a expulsão do espaço público.

Por falar em exclusão, trago a seguir o mapa produzido pela FIFA em um encarte distribuído no estande da FIFA no aeroporto e aos torcedores que compravam ingressos, o Guia do Espectador – Salvador.

Mapa 5 – Zona de exclusão da FIFA – Arena Fonte Nova⁷⁷



Nesse mapa, fica evidente o que significam as zonas de exclusão da FIFA. As linhas azuis representam as ruas interditadas nos dias de jogos e as barreirinhas vermelhas onde houve controle da segurança privada, responsável por permitir a passagem de pessoas autorizadas na zona de exclusão. Nas ruas marcadas em azul também haveria policiamento de agentes públicos, que cobririam o evento para eventuais “perturbações à ordem”.

⁷⁷ Fonte: Guia do Espectador – Salvador (FIFA, 2014).

Ademais, no Guia, há informações sobre Salvador, pontos turísticos, patrimônios históricos, culturais e naturais e gastronomia. Nele há também informações sobre como proceder para entrar no Estádio e quais as regras operam dentro das “zonas de exclusão”. Ainda pode-se encontrar informações de mobilidade urbana, como pontos de ônibus próximos ao estádio e rotas de acessibilidade para o pedestre. Finalmente, há informações de utilidade pública (serviços de policiamento, bombeiros, sinalização) e uma página dedicada às logomarcas de empresas que financiaram a Copa do Mundo de 2014. Consta aí que os parceiros da FIFA são a empresa esportiva Adidas, a empresa de bebidas Coca-Cola, a empresa aérea Emirates, a empresa de carros e motos Hyundai/KiaMotors, a empresa de tecnologia Sony e a empresa de crédito Visa.

Há também as logomarcas das patrocinadoras da Copa do Mundo da FIFATM: empresa de bebidas Budweiser, empresa de lubrificantes para carros Castrol, empresa de pneus Continental, empresa de produtos de higiene e alimentícios Johnson&Johnson, grupo Marfrig/Maypark de alimentos, empresa telefônica Oi, empresa de *fast food* McDonalds, empresa de energia solar Yingli. Finalmente, figuram como apoiadores nacionais a agência ApexBrasil, a empresa de produtos esportivos Centauro, a empresa de alimentos Garoto, o banco Itaú, a seguradora LibertySeguros e a escola de línguas Wise Up.

Considerei importante nomear aqui e em outras oportunidades as empresas que estiveram envolvidas direta ou indiretamente, como uma estratégia de enfrentamento aos responsáveis pelas violações de direitos humanos ocorridas em decorrência dos megaeventos. Ao nomear, faço dar a conhecer os sujeitos que pertencem à frente-estatal empresarial a que me referi todo o tempo; eles tem, sim, nome e conta bancária.

Quando retornei a Salvador depois da Copa, estive nessas ruas da zona de exclusão para conversar com as baianas que trabalhavam aí. Além disso, conversei com trabalhadores de alguns estabelecimentos comerciais que também se localizavam nas ruas que foram interditadas. Vários comerciantes me confirmaram que os estabelecimentos que estavam plotados com a marca da Coca-Cola puderam ficar abertos; os que não estavam plotados não podiam fazer propaganda ou eventos relacionados à Copa (como um bolão ou a exibição em televisão dos jogos), pois eram notificados pela polícia e eram avisados que se voltassem a fazer algo nesse sentido poderiam ser multados por estar praticando *marketing de emboscada*, delito criado na Lei Geral da Copa.

No Guia não constavam informações sobre a *Fan Fest*, pois ela mudou de lugar. Originalmente a FIFA *Fan Fest* seria ao lado do Mercado Modelo, no bairro Comércio, próximo do Pelourinho. Como seria muito difícil produzir duas zonas de exclusão muito próximas e no Centro Histórico da cidade, o local para os fãs foi mudado para o Farol da Barra. De maneira semelhante à zona de exclusão da Arena Fonte Nova, ruas próximas à *Fan Fest* foram interditadas e ficaram sob vigilância de agentes públicos e privados de segurança.

A produção da *Fan Fest* em Salvador estava orçada em 20 milhões de reais. Entretanto, o Ministério Público da Bahia entrou com uma ação civil pública contra o município caso realizasse a festa com dinheiro público. Isso porque o MP-BA considerava que a festa não incluía previsão orçamentária e não havia “legado” que justificasse o uso de dinheiro público para realizar uma festa privada, cujo objetivo era garantir mais lucro para os patrocinadores da FIFA.

Segundo relatos das baianas que estiveram na FIFA *Fan Fest*, a vigilância sobre a entrada das pessoas com bebidas e comidas foi menor do que o esperado, de modo que não só produtos das empresas patrocinadoras do megaevento foram consumidos nessa zona de exclusão, o que demonstra que apesar da vontade da FIFA e patrocinadores em deter o monopólio sobre o comércio, os torcedores e vendedores agiram subversivamente e fizeram parte da festa a seu modo.

3.8 Conclusão

Nas páginas anteriores, tanto no Capítulo 2 quanto neste, propus descrever o meu campo de observação, cena da disputa das baianas de acarajé contra a FIFA. O objetivo principal era permitir que as vozes das baianas me guiassem na interpretação desse estudo de caso. A partir da descrição do campo e dos materiais produzidos pelas baianas, pelo Estado e pela FIFA pude perceber de que forma as jogadoras e jogadores dessa disputa agiram, relativizando suas posições, na geopolítica do caso, que identifiquei como exemplo de relações de *colonialidade do poder e colonialidade do gênero*. No próximo capítulo, detenho-me a delinear melhor essas categorias teóricas que me permitiram fazer certas leituras do estudo de caso. Por ora adianto que compartilho da compreensão dos teóricos descoloniais de que a colonialidade do poder e do gênero são grades categoriais mundiais, que instauram hierarquias entre os povos classificados conforme a biologização de desigualdades, de raça e de gênero.

A partir do campo, identifiquei uma relação desigual, pois percebo ter havido discriminação com as baianas de acarajé tanto fora quanto dentro estádios. Fora dos estádios porque outros vendedores ambulantes tiveram a possibilidade de ser cadastrados para vender bebidas, ainda que limitados à venda das marcas dos patrocinadores da FIFA, e outros comerciantes também puderam manter seus estabelecimentos abertos, com ou sem atrativos para os turistas. Houve condicionamentos sobre os ambulantes e os sobre comerciantes, mas não ficaram impedidos de trabalhar. As baianas não tiveram essa possibilidade, exceto nos casos em que insistiram, teimaram, resistiram, “rodaram a baiana”. Dentro do estádio porque ficaram escondidas, mal localizadas e não fizeram propaganda do acarajé, da mesma forma que fizeram de outros produtos que estavam sendo vendidos. A todo custo, a FIFA tentou resguardar o monopólio de vendas das empresas concessionárias e do mercado das empresas patrocinadoras.

Destaco também um aspecto que considero muito importante para se compreender o caso: há uma insistência das elites da frente estatal-empresarial (na figura da FIFA, das concessionárias do Estádio, das empresas patrocinadoras da Copa) em alijá-las do evento, dos olhos do público, que vai para além da necessidade econômica de reserva de mercado. Primeiro houve uma tentativa de retirá-las de dentro do Estádio e das zonas de exclusão; depois marginalizaram-nas como puderam, com táticas discriminatórias com um verniz de inclusão. Essas tentativas, que objetivaram negar qualquer possibilidade de empatia dos visitantes com as baianas, uma vez que o signo abjeto e diferente que elas representam aos olhos dos organizadores da Copa não poderia habitar o imaginário do consciente e do inconsciente dos torcedores, são exemplos de racismo.

Também percebo que a FIFA quis transformar os espaços públicos em locais privados, ou seja, onde os habitantes são privados de exercerem sua liberdade. Para tanto, a FIFA exerceu poder de máfia, rapinadora e exploradora de territórios por meio do controle total de seus recursos e sobre qualquer legalidade. A novidade é que a frente-estatal empresarial criou uma nova legalidade, embutida no discurso do “padrão FIFA”. Como argumentei no Capítulo 1, a cidade negócio/cidade-empresa é também cidade de exceção.

O Estado, por sua vez, jogou um papel de caráter dual (SEGATO, 2013a, p.64). É um Estado que protege aos direitos na “primeira realidade”, mas que contribui para a violação de direitos na “segunda realidade”. Nesse estudo de caso, o Estado cria, julga e executa, em uma articulação dos três poderes republicanos, as restrições da FIFA e seus patrocinadores de

distintas maneiras, com instrumentos da primeira realidade. É o Estado a serviço do Segundo Estado, duas realidades confundidas⁷⁸.

Por outro lado, é possível perceber que a luta das baianas de acarajé contra a FIFA não se tratava apenas de uma peleja para exigir respeito e retomar a garantia do direito ao trabalho. Havia outras motivações, de ordem política, cultural e religiosa traduzidas nas palavras persistência, respeito, dignidade, reconhecimento, igualdade e, parcialmente, compreendidas por meio de seus mitos relativos ao ofício do acarajé e da orixá Iansã.

A reafirmação do local público como o lugar de aparência, onde se pode dialogar e agir politicamente, foi um aspecto importante para a compreensão dessa luta. As baianas queriam permanecer nas ruas e no estádio, ter contato direto com o público, fazer-se vistas e dialógicas. Para tanto, usaram estratégias mais usuais de ação política, como a estratégia mais recente de manifestação e articulação em rede por meio da Internet.

Além disso, as baianas chamam para si a responsabilidade da necessidade de reafirmação da baianidade e da brasilidade. Elas trazem para si a representação de identidades locais e nacionais, ostentada através do título de patrimônio imaterial, com o objetivo de manter vivo, no imaginário coletivo, o fato de que os povos negros, africanos e afrodescendentes são constituintes da formação nacional. Se as elites brancas usaram o mito da democracia racial sobre o qual se forjou a nossa república para sustentar a colonialidade do poder, as baianas dialogam com esse mito de duas formas: questionam se de fato existe essa democracia racial, já que foram constantemente apagadas como signo que constituiu a nação e negam tal mito ao rechaçar qualquer possibilidade de que os megaeventos aconteçam sem a participação delas. Não admitem que os estrangeiros conheçam o Brasil e a Bahia sem conhecer as baianas de acarajé e não admitem que outras empresas façam o acarajé, pois o valor dele não é só mercadológico.

Percebi, também, no campo, aspectos do ofício das baianas de acarajé que me permitiram a elaboração de uma outra perspectiva econômica. A diferença das baianas de acarajé não se manifesta apenas em suas roupas, simpatia e outros tantos elementos que estudiosos se empenharam em caracterizar e o IPHAN se encarregou de compilar e delimitar. Essa diferença indica outra lógica econômica, uma entre tantas possibilidades de ação nas brechas do sistema capitalista mundial, brecha descolonial. Me concentrarei nessa ‘diferença’ com

⁷⁸ Cf. Segato (2013a).

mais detalhes no Capítulo 4 e farei reflexões sobre essa perspectiva econômica nas considerações finais.

Finalmente, percebi que apesar de todas as classificações que as teorias sociais possibilitava enquadrá-las, como subalternas, oprimidas, vulnerabilizadas, as baianas consideram que foram vitoriosas, ainda que soubessem que muitas mulheres não trabalharam. A disputa era, além de tudo, simbólica, discursiva. Assim, para completar a análise e a compreensão do estudo de caso, procurarei no próximo capítulo me ater melhor sobre que discursos e que direitos essa guerra simbólica se apoiou e se articulou.

Capítulo IV

Fim de jogo: debatendo os discursos e estratégias da FIFA, do Estado e das Baianas de Acarajé a partir da perspectiva da (des)colonialidade e do des-envolvimento

O estudo de caso proposto nessa dissertação constitui-se como manifestação da colonialidade do poder, do ser e do saber. Em torno da relação estabelecida entre as baianas de acarajé, a FIFA e o Estado (em suas diversas esferas de poder e entidades federativas) os interesses capitalistas da frente estatal-empresarial foram articulados e garantidos a partir de instrumentos construídos com essa finalidade. Como vimos no capítulo 1, a FIFA e demais empresas envolvidas na preparação da Copa no País se fizeram valer das exceções para garantir privilégios às elites. Por outro lado, justamente porque os megaeventos foram articulados pelas elites, com a participação/conivência do Estado, a perspectiva das populações que poderiam se beneficiar diretamente de tais eventos e das populações que foram afetadas negativamente não foi tomada em conta.

Para completar a análise e compreensão do estudo de caso, me dedico a apresentar os discursos que foram construídos em torno deste problema, analisando os significados implícitos em tais discursos. Em seguida, faço a apresentação teórica da literatura que embasa os conceitos utilizados até aqui, que me auxiliam a fazer a crítica ao modelo de desenvolvimento por megaeventos e uma reflexão sobre o Direito ao Desenvolvimento, articulando, pois, os discursos, as teorias e a prática verificada no campo e apresentada nos capítulos anteriores.

Compreendendo que a “Outredade” das baianas de acarajé foi constantemente mobilizada no caso, apresento que significados teve essa “diferença”, por meio da discussão teórica sobre identidade e diferença. A partir dessa discussão, articulo a diferença das baianas de acarajé com os direitos humanos que estiveram em jogo, provocando a discussão ainda em aberto sobre a tensão entre Direitos Humanos e o Direito à Diferença. Finalmente, discuto as opções teóricas alternativas apresentadas aos direitos humanos hegemônicos (notadamente ao Direito ao Desenvolvimento) e proponho uma perspectiva de compreensão e ação que ajuda a resolver a tensão entre direitos humanos e direito à diferença.

4.1 Teorias descoloniais: (des)colonialidade do poder, do saber e do ser

O conceito de colonialidade do poder foi apresentado pela primeira vez por Aníbal Quijano (2003), autor que contribuiu com a teoria da dependência durante boa parte de sua vida acadêmica. Nos últimos anos, Quijano se concentrou em compreender quais as raízes históricas da dependência latino-americana, o que o levou a desenvolver a teoria da colonialidade do poder, fundamental para a conformação do campo de estudos das teorias descoloniais.

Apesar das semelhanças que existem entre as teorias pós-coloniais⁷⁹, herdeiras dos estudos coloniais, e as teorias descoloniais (conhecidas a partir do Grupo Colonialidade/Modernidade⁸⁰), que se aproximam de outros estudos desenvolvidos na América Latina, considero importante fazer uma distinção entre elas. As teorias descoloniais se diferem das teorias pós-coloniais, no meu entender, em pelo menos dois aspectos. O primeiro diz respeito aos sujeitos tornados “objetos” do conhecimento. Para a pós-colonialidade, o colonialismo produziu sujeitos colonizadores e subalternizados. Essa construção se deu a partir de uma alteridade entre as colônias e metrópoles, que significou a classificação e inferiorização dos povos “outros” em identidades de “não-brancos”, “não-europeus”, justificando e reproduzindo as relações de dominação e opressão entre a metrópole e a colônia. Os descoloniais (ou decoloniais) compreendem que na história da colonização mundial, apesar da formação das identidades se dar no sentido da reprodução da dominação e da opressão, os sujeitos “inferiorizados” nem sempre serão dominados e oprimidos em decorrência de suas alteridades, pois elas ensejam também memórias e conhecimentos de resistência e luta. Ser sujeito é parte, pois, de uma relação de poder que se dá contextualmente, ainda que *a priori* as classificações sociais criadas na colonialidade lhes

⁷⁹ Cf. Ballestrin (2013). Essa autora faz uma breve genealogia da construção do campo teórico pós-colonial, identificando Franz Fanon, Aimé Césaire, Albert Memmi (a tríade francesa) e Edward Said como percussores desse campo. Segundo a autora, os chamados estudos subalternos são derivados desse campo, do qual fazem parte Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty, Gayatri Chakrabarty Spivak. Outros importantes autores do campo teórico pós-colonial são Homi Bhabha, Stuart Hall e Paul Gilroy. Um Grupo de Estudos Subalternos Latinoamericano foi criado em 1993, no entanto, devido a críticas internas, face à impossibilidade de ruptura com o eurocentrismo, já que Foucault, Derrida e Lacan seguiam sendo teóricos que balizavam os estudos dos subalternos, o grupo foi dividido em 1998, resultando na criação do Grupo Colonialidade/Modernidade.

⁸⁰ Cf. Ballestrin (2013). De acordo com a autora, o Grupo se reuniu pela primeira vez em 1998, em um encontro organizado pela CLACSO, do qual participaram Edgardo Lander, Arturo Escobar, Walter Mignolo, Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Fernando Coronil. Em 2000, o grupo lança uma das publicações mais importantes da teoria descolonial, a coletânea *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*. Seguem se reunindo durante os anos 2000 e paulatinamente outros autores e autoras vão se incorporando na formação do “programa de investigação” descolonial.

prediquem um lugar subordinado de fala e ação. Assim, os teóricos descoloniais defendem que a América Latina é *locus* de enunciação, que existe uma identidade latino-americana, construída na colonialidade e perpetuada na história heterogênea dos povos desse continente.

Compreendo, assim, que, segundo a perspectiva pós-colonialista, as baianas de acarajé em sua relação com a FIFA seriam sujeitos à dominação e oprimidos, tornados emudecidos⁸¹ pelo controle de poder que a FIFA e o Estado exerceram sobre elas.

O segundo aspecto diz respeito à centralidade do discurso⁸² e das estruturas de poder nas interpretações de ambas as teorias. Para os pós-coloniais, a formação de identidade se dá prioritariamente em nível discursivo, importando-lhes, pois, investigar como se constituem os discursos de desumanização e subordinação dos povos subalternizados. Também lhes importa resgatar as “outras modernidades” que foram marginalizadas à modernidade hegemônica, tornada universal, ou apresentar “modernidades alternativas” que existem entre os povos subalternos. Já a teoria descolonial identifica um sistema colonial/moderno global⁸³, instaurado a partir da colonização da América, que perpetua a dominação e a opressão. Esse sistema, uma trama articulada de estruturas heterogêneas, constitui e é constituído pelas relações de poder, transformou o gênero, o trabalho e as subjetividades, além de instituir a raça como padrão de classificação global. Assim, os discursos são importantes na medida em que constituem e são constituídos nos e pelos conhecimentos e subjetividades dos sujeitos, mas a investigação das relações entre eles não pode prescindir da compreensão dessa totalidade heterogênea e histórica. Aqui, os discursos são, pois, colocados em contexto. Assim, a modernidade é constitutiva desse sistema e não pode ser analisada separada da colonialidade.

O argumento principal de Quijano centra-se na ideia de que a chamada colonialidade/modernidade (com a racionalidade eurocentrada, racializada, patriarcal e colonizadora)⁸⁴ é inaugurada a partir e com a constituição de sua primeira identidade, a América Latina, e de sua respectiva alteridade, a Europa. Isso significa que o atual padrão de poder dominante é fruto da construção da Europa como centro e da América como periferia,

⁸¹ Cf. Spivak (2010 [1985])

⁸² Cf. Silva (2011). Discurso é entendido, aqui, como dimensão constitutiva da realidade social que se materializa *na e pela* linguagem, conforme Foucault (2002 [1969]).

⁸³ Cf. Quijano e Wallerstein (1992). O conceito de sistema-mundo foi cunhado por Immanuel Wallerstein em *The Modern World-System* (1984), mas a proposta foi reconceitualizada a partir do encontro com os escritos de Quijano sobre a colonialidade/modernidade. Juntos, publicaram *Americanity as a concept or the Americas in the Modern World-System* (1992).

⁸⁴ Cf. Quijano (1991).

no processo histórico-estrutural que se realizou de modo concomitante e intrínseco de formação dos continentes e conseqüentemente da moderna sociedade internacional de Estados. De acordo com o autor, “aqui se configuraram e se estabeleceram a colonialidade e a globalidade” (QUIJANO, 2005, p.9).

A Europa do Século XVI pode ser comparada com um Dom Quixote, um cavaleiro com ganância de ganhar o mundo: a Espanha que se encontra com a América é o novo que não terminou de nascer e o velho que não terminou de morrer, pois, apesar de sentar bases no mundo feudal tem vontade de ser Estado mercantil. Essa constituição se dá justamente na intersubjetividade da relação com o Novo Mundo. Contudo, esse processo de nascer/morrer é contrário, complexo, contraditório, descontínuo e que promove uma colonização que não é apenas externa, mas também, interna, o que significa ação impositiva e opressora de identidades na própria península. Isso, aliado às características feudais impediu que a Espanha, a despeito de toda riqueza acumulada com a colonialidade do poder, fizesse o mesmo que suas rivais e sucessoras do centro-norte da Europa: constituísse uma sociedade nacional e ao mesmo tempo aburguesada (QUIJANO, 2005).

A priori, essa argumentação de Quijano parece confluir com a linha de pensamento dos teóricos da dependência. Contudo, o autor se diferencia desses teóricos porque defende que essa colonização ainda se perpetua e garante a continuidade da divisão do mundo em centro-periferia porque traz consigo uma categoria pouco explorada por aqueles teóricos: a noção de raça.

Quijano explica que, na produção desse novo espaço-tempo que foi a id-entidade América, convergiram e associaram-se dois processos históricos. De um lado a “codificação das diferenças entre os colonizadores e colonizados em torno da ideia de raça, uma classificação social baseada em uma suposta estrutura biológica” que assignava uma situação natural de inferioridade aos povos colonizados. De outro, a articulação sob o mesmo padrão capitalista “de todas as formas de controle do trabalho, seus recursos e produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (QUIJANO, 2014, p. 778).

Dessa forma, explica o autor que ‘negros’, ‘índios’, ‘criollos’, ‘mestiços’ constituem identidades sociais totalmente novas, fundadas na ideia de raça e, termos que antes indicavam somente origem geográfica, como ‘espanhol’ e ‘português’, e mais tarde ‘europeu’, passaram também a fazer referencia a identidades com conotação racial (*op. cit.*, p. 778).

O autor afirma que a categoria raça adquire importância e significação enormes para o padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno e eurocêntrico, pois a classificação social universal do capitalismo se estabeleceu e se reproduziu a partir da atribuição dessas novas identidades sociais e da distribuição delas nas relações de poder capitalistas: produziu novas relações intersubjetivas de dominação e esteve na base de uma perspectiva de conhecimento mundialmente imposta como a única racional. Isso porque os dominadores, ‘europeus’ foram associados à raça ‘branca’, e os dominados, ‘não-europeus’, foram associados à raça ‘não-branca’/‘raça de cor’/‘negro’/‘índio’, e por consequência foram construídos sob as classificações raciais de ‘superiores’ e ‘inferiores’. Isso em associação com o controle do trabalho, a “raça” justificou toda a ação de dominação e exploração decorrentes dessas classificações sociais (*op. cit.*, pp. 318 e 319).

O outro eixo constitutivo do padrão mundial do capitalismo, para Quijano, se deu por meio da distribuição mundial do trabalho em torno do capital. Parece redundante, mas esse autor explica que o capitalismo não prescinde das outras relações sociais de trabalho e, na verdade, organiza a exploração do trabalho em torno de uma complexa engrenagem mundial, cujo centro era a relação capital-salário. Essa nova forma de relação do trabalho convivia e era interdependente de todas as demais (escravidão, servidão, produção mercantil simples, reciprocidade) (*op. cit.*, p. 320).

Esse padrão histórico-estrutural do capitalismo era, portanto, heterogêneo, pois articulava em torno da relação de poder central as outras relações historicamente construídas e heterogêneas entre si. Em associação com o primeiro eixo, o da racialidade, apresentado anteriormente, as relações de controle do trabalho foram racialmente divididas, de modo que principalmente a escravidão e a servidão foram “naturalmente” assinalados aos povos inferiorizados, às ‘raças de cor’, aos negros e índios. Por outro lado, a associação das identidades raciais dos colonizados com as relações de controle de trabalho não pago provocou a percepção nos europeus de que a eles estaria ‘naturalmente’ atribuído o privilégio do trabalho assalariado (*op. cit.*, p. 781). Essa estrutura de divisão racial do trabalho persiste até hoje, conforme observamos em pesquisas que identificam que pessoas negras recebem menos salário para realizar o mesmo trabalho que pessoas brancas realizam.

Assim, a “colonialidade do poder” foi a categoria criada por Quijano para designar a malha/trama de relações sociais de poder, racializadas, de exploração/dominação/conflito articuladas em torno do trabalho (o eixo central do padrão mundial capitalista se dava em

torno da relação capital-trabalho) e seus produtos. Além do controle do trabalho, outros âmbitos da existência também foram articulados nessa trama, de modo que, para o autor, também o “sexo, seus produtos e a reprodução da espécie”, “a natureza e seus recursos de produção”, “a subjetividade e seus produtos materiais e intersubjetivos, incluído o conhecimento” e “a autoridade e seus instrumentos, de coerção em particular” se tornaram parte, constituíram e foram transformados e reconstituídos por esse novo padrão de relações sociais (*op.cit.*, p. 289).

É importante observar que Quijano considera que, ainda que algum desses âmbitos da vida tenha primazia sobre os outros – no caso do capitalismo, o controle do trabalho atrelado ao da autoridade –, nenhum é base ou determinante dos demais, como no sentido do materialismo histórico, mas sim funciona estritamente como eixo de articulação da colonialidade (*op. cit.*, p. 296).

Logo, fica evidente que, se as relações de poder de controle do trabalho têm implicações sobre a intersubjetividade, também uma intersubjetividade específica foi escolhida e tornou possível a organização e o controle do trabalho sob a forma capitalista. Por isso que as determinações, para o autor, não podem ser unilineares, nem unidirecionais. São, não só recíprocas, mas heterogêneas, descontínuas, inconsistentes e conflitivas. Portanto, a estrutura comum de âmbitos da vida com as características acima descritas, só pode ser um campo de relações com as mesmas atribuições. Por isso, a colonialidade do poder é também do saber e do ser⁸⁵, ao mesmo tempo em que é um campo de relações heterogêneo, descontínuo e conflitivo. (*op. cit.*, p. 295)

Assim, explica o autor que

a incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado por Europa, (sic) significou para esse mundo uma configuração cultural e intelectual, em suma, intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos, terminaram também articulados em uma só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental (QUIJANO, 2014, p. 787)⁸⁶.

⁸⁵ Cf. Mignolo (2003 *apud* Maldonado-Torres, 2007)

⁸⁶ Tradução livre do original: “La incorporación de tan diversas y heterogêneas historias culturales a un único mundo dominado por Europa, significó para ese mundo una configuración cultural e intelectual, en suma, intersubjetiva, equivalente a la articulación de todas las formas de control del trabajo en torno del

De que maneira se deu essa articulação em uma só ordem cultural global hegemônica? Quijano explica que, em primeiro lugar, os colonizadores promoveram a expropriação das populações colonizadas; em segundo lugar, reprimiram tanto quanto puderam, o que significou, de formas distintas, de acordo com os casos, a opressão de suas “formas de produção do conhecimento, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e objetivação da subjetividade” e em terceiro lugar “forçaram, também a depender de cada caso, aos colonizados a aprender parcialmente a cultura dos dominadores em tudo que fosse útil para a reprodução da dominação (...)” (*op.cit.*, p. 787-788).

A partir daí, o autor define eurocentrismo como sendo não só a perspectiva cognitiva dos europeus exclusivamente, senão do conjunto dos educados sob sua hegemonia, (*op.cit.*, p. 287). A formulação intelectual da modernidade produziu-se, pois, a partir de uma perspectiva de conhecimento que está intrinsecamente articulada com o padrão mundial da colonialidade do poder, do saber e do ser. Dito de outra forma, a modernidade se refere a uma racionalidade específica que se faz mundialmente hegemônica, colonizando e sobrepondo-se sobre as demais, prévias ou diferentes (*op. cit.*, p. 798-799).

A racionalidade moderna foi, pois, imaginada como experiência e produto pertencente exclusivamente à história evolutiva europeia. É de se ressaltar que essa racionalidade, binária, tem estreita relação com a classificação racial do mundo, pois o olho colonizador se habituou e ensinou aos demais povos a ver a realidade a partir de pares hierárquicos. As categorias Europa/não-Europa, centro/periferia, civilizado/primitivo, científico/mítico, racional/irracional, moderno/tradicional foram codificadas a partir dessa perspectiva. Por isso, o conhecimento peculiar e particular do eurocentrismo foi impulsionado como totalidade, como o modelo a ser seguido, pois incorporava o Uno em torno do qual todo diferente deveria se igualar, o “nível mais avançado no caminho linear, unidirecional e contínuo” da humanidade (*op. cit.*, p. 287). Segundo Quijano, essa foi a causa mesma da expansão do domínio colonial da Europa sobre o mundo (*op.cit*, p. 799).

Conforme dito anteriormente, a relação de controle do trabalho “mais avançada” sob a perspectiva racional moderna é a do capital-trabalho assalariado. Por isso, como explica

capital, para estabelecer el capitalismo mundial. En efecto, todas las experiencias, historias, recursos y productos culturales, terminaron también articulados en un sólo orden cultural global en torno de la hegemonía europea u occidental”.

Quijano, na periferia colonial, as elites dominadoras não chegam a ser capitalistas autônomas; são “capitalistas tributários ou associados dependentes enquanto que os dominados são escravos, servos, pequenos produtores mercantis, assalariados, classes média e camponeses” (*op. cit.*, p. 322).

Essa perspectiva se verifica ainda hoje. Conforme veremos mais adiante, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, ela esteve vinculada à questão do desenvolvimento/subdesenvolvimento. Compreendo que há uma correlação não só em relação à produção de conhecimento sobre as formas econômicas e sociais, mas de reprodução e manutenção das antigas formas de exploração do trabalho com a colonial/moderna exploração capitalista, com um vocabulário diferenciado: desenvolvido e subdesenvolvido. Na América Latina, segue coexistindo com o capitalismo em suas diversas modalidades (monopólico, industrial, financeiro) as formas de controle do trabalho elencadas por Quijano, mais a utilização em larga escala do trabalho informal e terceirizado, todas sob o guarda-chuva da classificação “subdesenvolvimento” ou “em desenvolvimento”.

Finalizando seus aportes sobre a formação do sistema-mundo colonial/moderno, Quijano se dedicou a compreender a configuração do Estado-nação. O autor considera que o Estado-nação, como toda sociedade, é uma estrutura de poder, que articula diversas formas de organização e existência social, dispersas e diversas, em uma só totalidade. E como estrutura de poder, se configura parcial ou totalmente a partir da imposição de uns sobre os demais. Por consequência, é também produto das diversas relações de poder articuladas, ou seja, o Estado-nação é resultado da configuração das disputas pelo controle do trabalho, do sexo, da autoridade e da intersubjetividade, seus recursos e produtos respectivamente. E, por isso, pode ser sentido como identidade (*op. cit.*, pp. 807-808).

Aliás, pode não somente ser sentido como identidade, como pode ser imaginado como comunidade. Dessa imaginação sobre a comunidade, há algo que os membros do Estado-nação devem compartilhar. Quijano explica que, em todos os Estados-nação modernos, os membros compartilham de uma participação mais ou menos democrática da distribuição do controle sobre o poder (*op. cit.* p. 808).

Contudo, na América Latina, o processo de independência dos Estados se deu sem a descolonização das sociedades, que seguem racializadas e estruturadas em torno da colonial/modernidade. No Brasil, por exemplo, a imposição da “democracia racial” oculta o racismo, a discriminação e a dominação colonial sobre os negros e índios e seus descendentes.

Sobre o debate da democracia racial no País, Lélia Gonzalez (1988) explica que o “racismo disfarçado ou por denegação” é a forma mais eficaz de alienação dos discriminados, pois, uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca possui o efeito de estilhaçamento, fragmentação da identidade racial. A partir do racismo denegado, o desejo de embranquecer (de “limpar” o sangue) é internalizado, de modo que se nega a própria formação histórico racial e histórico cultural.

Destaco, aqui, os aportes de Segato (2007; 2010), que dialogam tanto com Gonzalez quanto com Quijano. Segato, ao analisar o que significa raça e mestiçagem na América (em um processo comparativo dos significados desses conceitos nos EUA, Argentina e Brasil), considera que a raça é um signo que só pode ser entendido no quadro de formação nacional como matriz idiossincrática de produção e organização da alteridade no interior da nação. No caso do Brasil, no processo de formação nacional, a raça foi construída como signo porque o corpo que exhibe as características que nos recordam e nos remetem à derrota histórica dos povos africanos será sempre racializado. Isso implica que, sendo ou não descendentes de negros aprisionados e escravizados, o significante negro é sumariamente lido no contexto dessa história (SEGATO, 2007, pp. 134 e 137).

A autora afirma que no Brasil, quando alguém entra em um espaço publicamente compartilhado é imediatamente classificado, primeiro pelo gênero, depois pela raça, ou seja, como incluído ou excluído, a partir de vários indicadores, dentre os quais a *cor*. Em outros termos, compreende que a racialização do outro se define a partir de indicadores baseados na *visibilidade* (nos EUA, a *origem* é compreendida pelos acadêmicos como indicador de raça) da característica de origem africana; a *cor* é o mais forte indicador de raça no Brasil. Dessa forma, Segato compreende que “é o contexto histórico da leitura e não uma determinação do sujeito o que leva ao enquadramento, ao processo de ‘outrificação’ e consequente exclusão⁸⁷” (SEGATO, 2007, p. 134).

Assim, na formação das identidades nacionais, as elites branqueadas e branqueadoras partiam dessa interpretação do signo negro racializado, de modo que o processo de mestiçagem adquiriu um caráter de negação da “outredade” derrotada na colonização, que foracluía esse signo da memória identitária, subjetiva e afetiva (SEGATO, 2010).

⁸⁷ Tradução livre do original: “Por lo tanto, es el contexto histórico de la lectura y no una determinación del sujeto lo que lleva al encuadramiento, al proceso de “outrificación” y consecuente exclusión”.

Contudo, de forma diferente da leitura de Quijano, para quem o racismo ganha toda força no período colonial, a autora compreende que o racismo no Brasil se faz mais contundente e adquire mais potência como eixo de dominação e exploração do signo racializado com o fim da suspensão das leis escravistas. Em outras palavras, no período colonial brasileiro, a raça era um elemento, um eixo da colonialidade do poder, mas não era suficiente para fixar uma pessoa em uma determinada posição social no sistema, pois a legislação decretava quem era mantido na escravidão. Por isso era possível que dentro da matriz de exploração capitalista escravocrata houvesse negros libertos que tivessem escravos. Com a abolição da legislação que regulava as relações escravistas, a raça se torna independente, cânone invisível e imemorável (principalmente aos olhos dos brancos e branqueados, devo ressaltar). Portanto, a racialização se torna autônoma como estrutura que formata a realidade das relações sociais e econômicas (SEGATO, 2010, p. 33).

Esse racismo extralegal, por ser difuso e inominável, torna o mundo mais hierárquico e racializado, opera naturalizado nos sistemas de autoridade e nas instituições ‘democratizadas’ na modernidade. Compreendo, pois, que o racismo institucional se encontra com o “racismo denegado” de Gonzalez, originando a “desigual distribuição de recursos e direitos”, de modo que “nunca a subordinação foi tão exclusivamente racial como na modernidade avançada”⁸⁸ (*op. cit.*, p. 34).

O que foi a insistência da negação da participação das baianas de acarajé na Copa senão esse racismo denegado moderno que criou mecanismos para legalizar a exploração do capitalismo nas relações capital-trabalho e que, ao mesmo tempo, operou extra legalmente através dos sistemas de autoridade e nas instituições democratizadas para subordinar genérica e racialmente os brasileiros e as baianas? Parece-me que, para ir mais a fundo no racismo da frente estatal-empresarial, seria necessário contextualizar e historicizar a perspectiva do sistema colonial/moderno global, pois agora as elites internacionais e transnacionais interpelam o signo da “outredade” a partir de múltiplos espaços-tempo, espaço-globalizado, descontínuo, heterogêneo.

Finalizando as discussões sobre as teorias descoloniais, destaco ainda que os aportes de Quijano têm sido alvo de intenso debate entre intelectuais latino-americanos. Como apresentei nos parágrafos acima e no Capítulo 2, feministas reinterpretaram a colonialidade do poder a

⁸⁸ Tradução livre do original: “Nunca la subordinación fue tan exclusivamente racial como en la modernidad avanzada (...)”.

partir do olhar das relações de gênero e de raça e enunciaram contribuições importantes para a compreensão da colonialidade do poder, do saber e do ser. Uma coletânea, *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, dedicada a trazer as distintas interpretações sobre a constituição da colonialidade/modernidade a partir das experiências da América Latina, foi publicada sob organização de Edgardo Lander (2000), de modo que o debate sobre o tema segue aberto e pulsante.

Um dos conceitos ainda em discussão pelos teóricos descoloniais diz respeito ao “giro decolonial”, originalmente cunhado por Maldonado-Torres (2007), que, de acordo com Ballestrin (2013), significa o movimento de resistência prático, teórico e epistemológico à lógica da colonialidade/modernidade. Nesse processo de construção da teoria descolonial, os autores frequentemente defendem que concomitante à formação da colonialidade/modernidade do poder, os povos colonizados empreenderam todo tipo de resistências e formulações teóricas e epistemológicas que ia contra a lógica de dominação e exploração do sistema-mundo colonial/moderno, abrindo fissuras nas brechas descoloniais, descolonizando a modernidade. Quijano (2014), por exemplo, enfatiza bastante o caráter descontínuo, heterogêneo, histórico e conflitivo da colonialidade do poder, o que significa que houve movimentos de tentativa de ruptura com esse sistema, como a Revolução Haitiana, “onde se produziu, no mesmo movimento histórico, uma revolução nacional, social e racial. Ou seja, uma descolonização real e global do poder⁸⁹” (Quijano, 2014, p. 817)

Já para com Mignolo, na conceituação mesma da colonialidade como constitutiva da modernidade já se encontra o pensamento decolonial em marcha (MIGNOLO, 2008, p. 249). Assim, esse autor afirma que

Esses fundamentos históricos – claro, históricos, não essenciais – criam as condições para uma narrativa epistêmica que traga a genealogia global do pensamento de-colonial – que é realmente da genealogia pós-colonial –, que se encontra em Mahatma Gandhi, W.E.B Dubois, Juan Carlos Mariátegui, Amílcar Cabral, Aimé Cessaire, Frantz Fanon, Fausto Reinaga, Vine Deloria, Jr., Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, no Movimento dos Sem Terra no Brasil, nos zapatistas em Chiapas, nos movimentos indígenas e afros em Bolívia, Equador ou Colômbia, o Fórum Social Mundial e o Fórum Social das Américas. A genealogia do pensamento de-colonial é planetária e não se limita a indivíduos, senão que se incorpora nos movimentos sociais (o

⁸⁹ Tradução livre do original: “(...) donde se produjo, en el mismo movimiento histórico, una revolución nacional, social y racial. Es decir, una descolonización real y global del poder.”

que nos remete a movimentos sociais indígenas e afros [...] (...).
 ((MIGNOLO, 2008, p. 258)⁹⁰.

A perspectiva teórica descolonial me permitiu compreender as tensões existentes entre as elites colonizadoras e as populações colonizadas, de modo que interpretei as relações de poder entre os diversos sujeitos imbricados no estudo de caso como estando inseridas ainda dentro do padrão colonial/moderno de dominação e exploração capitalista. A partir dessa perspectiva, pude compreender como a raça teve um papel fundamental na relação entre as baianas de acarajé, o Estado e a FIFA. Ainda que não esteja aparente (pois sistematicamente negamos o racismo presente em nossa sociedade), não consigo desvincular a violação dos direitos das baianas de acarajé, mulheres, negras, trabalhadeiras, do racismo fundante e estruturante da colonialidade do poder. Se é a relação capitalista de controle sobre o trabalho delas que primeiro nos salta aos olhos, essa relação está em histórica e interdependente articulação com a divisão racial do trabalho.

Portanto, a primeira “diferença” das baianas de acarajé que percebo reside justamente na classificação racial da colonialidade/modernidade, apresentada neste capítulo, e de gênero, apresentada nos capítulos anteriores. Essa classificação naturaliza as hierarquias sociais em torno de construções identitárias biologizadas, de forma que nos acostumamos a olhar para o outro sempre com o olho binário para o gênero e para a raça. Várias autoras brasileiras se dedicaram a compreender o lugar e os papéis da mulher negra no Brasil, bem como as violências que sofreram, as representações que tiveram, as resistências que empreenderam e os conhecimentos que construíram, como Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (2003), Jurema Werneck (2005), entre outras.

Como sujeitos “inferiores” que são, em relação ao padrão capitalista moderno e eurocentrado, as baianas representam o signo do atraso, do tradicional, do colonial, do pré-moderno, do subdesenvolvimento, que, por resistência e insistência, persistem na nossa paisagem humana, como grão nos olhos ou pedra no sapato, ou, como elas mesmas nos ensinam, indigestas

⁹⁰ Tradução livre do original: “Estos fundamentos históricos -claro, históricos, no esenciales- crean las condiciones para una narrativa epistémica que enlace la genealogía global del pensamiento de-colonial -que es realmente diferente a la genealogía de la teoría post-colonial-, que se encuentra en Mahatma Gandhi, W.E.B Dubois, Juan Carlos Mariátegui, Amílcar Cabral, Aimé Cessaire, Frantz Fanon, Fausto Reinaga, Vine Deloria, Jr., Rigoberta Menchú, Gloria Anzaldúa, el Movimiento de los Sin Tierra en Brasil, los zapatistas en Chiapas, los movimientos indígenas y afros en Bolivia, Ecuador o Colombia, el Foro Social Mundial y el Foro Social de las Américas. La genealogía del pensamiento de-colonial es planetaria y no se limita a individuos, sino que se incorpora en movimientos sociales (lo cual nos remite a movimientos sociales indígenas y afros [...] (...))”.

(lembre-se que frequentemente os sentimentos dos povos de candomblé se expressam pelo estômago) às elites branqueadas, nacionais e internacionais.

Além disso, a baiana é um signo no Brasil, um dos símbolos brasileiros. Como vimos no Capítulo 3, as baianas são frequentemente lembradas como pertencentes a uma unidade, o Estado-nação, construído sobre o mito da democracia racial freyriano. Nos discursos que permeiam esse contexto (da FIFA e do Estado), podemos perceber a reprodução de uma ideologia racista que se realiza na reafirmação do brasileiro e da brasileira cordial, que devem se preparar para receber hospitaleiras e amistosamente a Copa. Dessa forma, a perspectiva eurocentrista que permeia o imaginário dos “dominantes dependentes” quer apresentar ao mundo um Brasil desenvolvido, do qual a baiana de acarajé só pode fazer parte se “se desenvolver”, o que significa virar logomarca, pasteurizada, digerível.

Assim, nesse campo discursivo, há regularidades discursivas⁹¹ que se constituem em estratégias de convencimento e identificação com os projetos nacionais de desenvolvimento produzidos pela frente estatal-empresarial. Uma das estratégias de convencimento é defender o *desenvolvimento* como direito humano universal, subjacente ao modelo de desenvolvimento por megaeventos. Em contraposição, há outras regularidades discursivas que constituem estratégias de afirmação e construção da *diferença* como direito. A seguir, passo a desconstruir esses discursos, para identificar essas regularidades discursivas e como elas constituem e são constituídas, na relação das baianas de acarajé com a FIFA/Estado, pela colonialidade/modernidade do poder. Isto é, primeiro irei apresentar de que forma foi possível identificar o “desenvolvimento” como constituinte do discurso oficial sobre a Copa, bem identificar conceitos que representam a “diferença” presentes no discurso das baianas de acarajé. Só então passo a discutir conceitual e teoricamente esses termos, buscando um diálogo entre a literatura e o discurso.

⁹¹ Cf. Foucault [2002 (1969)]. Para esse autor, regularidade discursiva significa a recorrência de um mesmo tema, objeto, conceito, palavra.

4.2 Discursos sobre desenvolvimento

4.2.1 O Discurso da FIFA

Por que a FIFA realiza, a cada quatro anos, desde 1914, o Mundial de Futebol? Como a FIFA chegou a ter o monopólio de organização da mais importante competição entre seleções do mundo todo? De acordo com Zimbalist (2014), até 1928, FIFA e Comitê Olímpico Internacional (COI) organizavam juntos as competições de futebol. A partir de 1928, a FIFA se dissociou do COI e passou a organizar a Copa do Mundo sozinha, já em 1930. Arrisco-me a dizer que isso tem estreita relação com a formação da máfia do futebol, que passou a articular os interesses esportivos com o incremento de fortunas de elites esportivas. Andrew Jennings (2011) e Andrew Zimbalist (2015) tem empreendido esforços jornalísticos e acadêmicos de investigação da formação dessa máfia. Entretanto, o que posso investigar, a partir do que se apresenta publicamente – o sítio da federação e os discursos de seus dirigentes –, é qual a justificativa da entidade para ter esse monopólio.

No sítio⁹² da Federação Internacional de Futebol, diz que a missão da FIFA é “melhorar o futebol como esporte constantemente e promovê-lo globalmente com a chama de seus valores humanitários, culturais e educacionais, particularmente através de programas de juventude e desenvolvimento.” No texto sobre a missão, segue-se que “a Copa do Mundo da FIFA™ dá suporte a projetos de desenvolvimento do futebol em todos os 209 membros associados em todo mundo”, e uma vez que muitos dos seus membros dependem do apoio financeiro da entidade, “o futebol deve ter uma fundação sólida que atravesse o globo⁹³”.

Consta ainda no sítio que o segundo objetivo da entidade “é organizar as competições internacionais de futebol, para sensibilizar, unir e inspirar o mundo por meio dessas competições e eventos⁹⁴”. Para a entidade, “futebol é muito mais que só um jogo”. O fato de ser um “esporte universal significa que tem um poder e alcance único que precisa ser

⁹² Seção do site da Federação Internacional de Futebol (FIFA): “Sobre a FIFA – O que nós esperamos”, disponível em http://www.fifa.com/about-fifa/who-we-are/explore-fifa.html?intcmp=fifacom_hp_module_corporate, acesso em 09 ago. 2015.

⁹³ Tradução livre do original: “It ensures that football can have a solid foundation throughout the world”. Cf. Seção do site da Federação Internacional de Futebol (FIFA): “Sobre a FIFA – O que nós esperamos”, disponível em http://www.fifa.com/about-fifa/who-we-are/explore-fifa.html?intcmp=fifacom_hp_module_corporate, acesso em 09 ago. 2015.

⁹⁴ Tradução livre do original: “Our second objective is to organise international football competitions. FIFA’s goal is to touch, unite and inspire the world through its competitions and events”. *Op. cit.*

gerenciado cuidadosamente⁹⁵”. Assim, a FIFA tem um “dever com a sociedade que vai além do futebol, qual seja, o de melhorar a vida dos jovens e de suas comunidades⁹⁶”. Preocupada, portanto, com a sociedade e com o meio-ambiente, a entidade procura “reduzir os impactos negativos de suas atividades e fazer sempre o melhor para alcançar impactos positivos⁹⁷”. A federação diz que “reconhece e trabalha duro para limitar seus impactos no meio ambiente, despertando a consciência para os padrões de boas práticas em sustentabilidade em todos os seus eventos⁹⁸”. Por isso, o terceiro e crucial pilar da missão da FIFA é “construir um mundo melhor para todos através do futebol⁹⁹”.

Além da aba ‘sobre a FIFA’, o sítio da entidade possui ainda as abas ‘desenvolvimento’, ‘sustentabilidade’ e ‘governança’. A aba desenvolvimento leva o internauta para outra página do sítio, onde é possível ver, por meio de um globo terrestre interativo, todos os projetos de desenvolvimento do futebol que a entidade promove em todo o mundo. A partir dessas observações, fica evidente que a face pública da FIFA busca atrelar-se a conceitos importantes para a economia política contemporânea: desenvolvimento, sustentabilidade e governança. A justificativa utilizada pela entidade para organizar os megaeventos a cada quatro anos deve-se à necessidade de impulsionar o desenvolvimento de um esporte que é global, bem como contribuir para a indução do desenvolvimento dos países sede das Copas e dos membros que compõem a entidade.

De que forma, para a FIFA, se realiza esse desenvolvimento? No caso do futebol, o desenvolvimento se dá através do investimento financeiro em projetos do chamado futebol de base, o que significa basicamente o financiamento de equipamentos esportivos e o treinamento de jovens jogadores. Pensando nisso, desde a Copa do Mundo da FIFATM na África do Sul, foi criado um “Fundo de Legado da Copa”, no qual a FIFA deposita um montante a ser utilizado no desenvolvimento do futebol de base nos locais que não sediaram o megaevento no país-sede. No caso do Brasil, por exemplo, o Fundo do Legado, de 100 milhões de reais, foi destinado aos 15 estados que não foram sede da Copa. O objetivo do fundo é garantir um “legado mais duradouro” da Copa nos países que sediaram o Mundial.

⁹⁵ Tradução livre do original: “Its universal appeal means it has a unique power and reach which must be managed carefully”. *Op. cit.*

⁹⁶ Tradução livre do original: “(...) we have a duty to society that goes beyond football: to improve the lives of young people and their surrounding communities (...)”. *Op. cit.*

⁹⁷ Tradução livre do original: “(...) to reduce the negative impact of our activities and to make the most we can of the positives”. *Op. cit.*

⁹⁸ Tradução livre do original: “We recognise, and work hard to limit, our impact on the environment, inspiring greater awareness and best practice in sustainability standards at all of our events”. *Op. cit.*

⁹⁹ Tradução livre do original: “building a better future for all through football”. *Op. cit.*

Já no caso do país-sede dos megaeventos, conforme afirmou em uma entrevista¹⁰⁰ o Secretário-Geral da entidade, Jérôme Valcke, o desenvolvimento é impulsionado por meio do turismo, que traz crescimento, e por meio da melhoria de infraestrutura do País, que passa a oferecer à sua população melhores condições de vida. Assim, Valcke explica que “a Copa do Mundo tem sido usada como plataforma por organizações, pelas cidades, pela FIFA, pelo comitê local para promover a educação e o trabalho, além dos benefícios que as cidades irão oferecer para quem vive nelas”. Ele também explica que o “legado é para todo o país, já que vai receber milhões de turistas”. É um “legado múltiplo” dos megaeventos, para o esporte e para a economia e bem-estar das pessoas.

Conforme nos explica Zimbalist (2015), na verdade o discurso do legado foi desenvolvido pelo Comitê Olímpico Internacional, que serviu também para a FIFA, para justificar os enormes gastos realizados para sediar as competições. Esse legado, sinônimo de herança, refere-se aos supostos benefícios de longo prazo que se pode ter com os megaeventos, de forma que se sobreponham aos gastos com evento. O “legado” foi usado pela primeira vez nas Olimpíadas de Sydney, em 2000. De acordo com esse autor, para o COI, são possíveis “legados” dos megaeventos: construção de equipamentos esportivos; construção de infraestrutura em transporte, comunicações e energia; construção de acomodações no ramo da hotelaria; incremento do turismo; melhora nas práticas gerenciais e melhor coordenação entre as entidades federativas e órgãos públicos; melhora no espírito nacional e no humor; benefícios educacionais; melhora na saúde, já que há mais esportes e exercícios físicos, além de melhora na higiene dos restaurantes; mais acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiências; preservação da identidade cultural; menores taxas de crime; redução do racismo; melhora na inclusão social. Os últimos dois pontos foram incluídos em junho de 2014, a partir da reformulação do caderno de relações públicas da FIFA, intitulado *What you need to know about 2014 FIFA World Cup Brazil* (ZIMBALIST, 2015, p. 54).

Dessa forma, em uma estratégia semelhante ao ocorrido no final dos anos 1980, a FIFA procurou se adequar à visão dos países que iriam ser as sedes das próximas Copas do Mundo, dado o movimento de descentralização dos megaeventos em direção ao Sul Global.

¹⁰⁰ Entrevista disponível no site da FIFA, realizado pela divisão de comunicação da entidade, com o objetivo de divulgar o “diamante” que é a Copa do Mundo da FIFA. Disponível em <<http://www.fifa.com/worldcup/videos/y=2014/m=3/video=valcke-will-give-this-diamond-the-world-2296582.html>>, acesso em 08 ago. 2015.

Na década de 1980, considerava-se que a economia mundial estava em más condições, da estagnação ao decrescimento, e a estratégia econômica encontrada foi a adoção de políticas econômicas neoliberais. Na toada do movimento de desregulamentação econômica e liberalização comercial dos países para o mercado internacional, tanto o COI quanto a FIFA procuraram se adequar à conjuntura internacional e juntar os mercados com os valores morais do olimpismo, conforme nos explica Oliveira (2014). A autora afirma que, em conformidade com a proposta de Michael Payne, idealizador do programa de marketing do COI, a chave usada para comercializar foi usar o conjunto de valores do Movimento Olímpico, estimados pelo marketing empresarial: honra, integralidade, determinação, competitividade, excelência (OLIVEIRA, 2014, p. 28). Para a autora, ainda que de forma menos institucionalizada, com menos clareza em suas regras e menor preocupação em manter imaculados os valores de sua marca, “a Fifa também chegaria à autonomia financeira, através de um programa de marketing global semelhante” (*op. cit.* p. 22).

No caso recente, os últimos megaeventos foram quase todos realizados nos chamados “países em desenvolvimento”: desde 2008, cada um dos países integrantes do BRICS (coalisão de países em desenvolvimento – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foi sede de um evento esportivo. China recebeu as Olimpíadas de 2008, África do Sul sediou a Copa do Mundo de 2010, Índia recepcionou os Jogos da *Commonwealth* em 2010, Brasil sediou a Copa do Mundo de 2014 e irá receber as Olimpíadas de 2016 e Rússia sediou as Olimpíadas de inverno de 2015 e irá receber a Copa do Mundo de 2018. Todos esses países estiveram com a economia estável e em crescimento, nos últimos anos, e almejam sair da zona de “países em desenvolvimento” para alcançar o patamar de “países desenvolvidos”, logrando mais poder como *global player*. Portanto, a FIFA, com o discurso de “desenvolver o esporte no globo e impulsionar o desenvolvimento dos países”, nada mais fez que se adequar à conjuntura econômica dos países com os quais firmou contratos para os últimos anos. Os vocábulos utilizados, “desenvolvimento”, “sustentabilidade”, “governança” têm estreita relação com os desafios da agenda global dos BRICS: promover o desenvolvimento sustentável e fortalecer a economia por meio de instituições robustas e de confiança, ao que se denomina governança. No caso do Brasil, foi caro aos últimos governos o fortalecimento da democracia através de políticas públicas de combate à violência e discriminação e políticas públicas de inclusão social.

4.2.2 *Discurso estatal*

Se por um lado a FIFA produziu um discurso que se adequava à conjuntura econômica internacional, por outro o Brasil também articulou a recepção da Copa do Mundo com os interesses das elites políticas e empresariais. De que maneira o Brasil enxergava a Copa do Mundo e que discursos foram produzidos para justificar a escolha pelo modelo de desenvolvimento por megaeventos?

Na ocasião em que o Brasil foi eleito o país-sede da Copa do Mundo da FIFA™ de 2014, o então Presidente Luís Inácio Lula da Silva fez um discurso em que ressaltou que a responsabilidade de sediar uma Copa do Mundo exigia um compromisso do Brasil como uma nação, um Estado, que quer provar ao mundo que tem uma economia crescente e estável (BRASIL, 2007). À época, o Ministro dos Esportes, Orlando Silva, também se pronunciou com o seguinte discurso¹⁰¹:

A Copa do Mundo vai permitir fazer investimentos que mais cedo ou mais tarde o país teria que realizar em segurança, estradas, portos, aeroportos, transporte urbano e qualificar serviços na área de hotelaria, hospitalidade e saúde. Esses investimentos se transformarão em legados, ficarão no país depois da Copa do Mundo.

Percebo aqui que a prioridade para o País com a recepção dos jogos é a) trazer visibilidade para o Brasil no cenário internacional como um país desenvolvido, que cresce e é estável, como uma estratégia de política externa de fortalecimento do seu papel como *global player* e como potência econômica e b) atrair e realizar investimentos, ou seja, movimentar o capitalismo nacional e chamar a atenção dos investidores internacionais, objetivando lograr investimentos nas áreas consideradas estratégicas para a economia nacional, regional e local, e nos projetos sociais e econômicos do governo federal e dos governos estaduais e municipais, gerando um “legado” de desenvolvimento para os anos subsequentes.

Essa interpretação se confirma com uma breve pesquisa no Portal da Copa, canal oficial do Governo Federal para os temas relacionados à Copa. Na aba desse sítio, ‘Sobre a Copa’,

¹⁰¹ Disponível no sítio do Ministério dos Esportes em <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39865-faremos-a-melhor-copa-da-historia-da-fifa-garante-ministro-orlando-silva>> acesso em 08 ago. 2015.

podemos encontrar que o objetivo de se realizar o megaevento no País está relacionado com os aspectos acima citados. Registra-se no Portal¹⁰² que

o objetivo do Governo Federal é coordenar um programa de investimento que transformará algumas das capitais mais importantes do país, de norte a sul e de todas as regiões: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Para todos os brasileiros, qualquer que seja o resultado da Copa, ficará um relevante legado em infraestrutura, criação de emprego e renda e promoção da imagem do país em escala global.

Conforme nos explica Ferreira (2014), com a realização dos megaeventos no País, há uma difusão ampla do discurso do “legado”. A partir dele, estabelece-se uma coalização político-econômica que articula diversos atores: os organismos esportivos internacionais e as entidades esportivas locais, os governos locais e órgãos públicos de financiamento, grandes empreiteiras, elites fundiárias e imobiliárias. “Todos se mobilizam para fazer funcionar uma ‘máquina de crescimento’” (FERREIRA, 2014, p. 12).

De acordo com Gutterres (2014), o uso do discurso do “legado” chegou ao seu ápice quando, em outubro de 2010, a prefeitura do Rio de Janeiro editou um decreto que instituiu o “legadômetro”, ferramenta de medição dos impactos dos projetos da Copa do Mundo e Olimpíadas na cidade, além de instituir também uma Comissão de Avaliação dos Projetos de Legado Urbano, responsável por qualificar as intervenções urbanas relacionadas aos megaeventos (GUTTERRES, 2014, pp. 15-16).

Outros autores, que também se dedicaram a compreender o modelo de desenvolvimento por megaeventos, apresentam uma leitura semelhante sobre os discursos e processos que se desencadearam no país. Fernandes (2014), por exemplo, ressalta que a Copa foi vista como uma “chance única, uma janela singular e histórica para fortalecer e acelerar seu desenvolvimento”. Essa oportunidade se constituía em chance de organizar os eventos de maior representação do planeta, simultânea à aceleração da montagem da infraestrutura necessária para o desenvolvimento do País. Além disso, poderiam alavancar cadeias produtivas e inovadoras a partir do desenvolvimento local em âmbito nacional e regional, expandindo, também, políticas públicas (FERNANDES, 2014, pp. 57-58).

¹⁰² Portal da Copa – Sítio do Governo Federal para a Copa do Mundo da FIFA 2014™. Disponível em <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobreacopa/a-copa-de-2014>>, acesso em 09 ago. 2015.

Analisando o pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff, que foi ao ar em todas as emissoras de televisão no dia 10 de junho de 2014¹⁰³, pode-se perceber a importância e o destaque dado pelo Governo Federal às obras de infraestrutura e mobilidade urbana realizadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Diversas vezes, a Presidenta destacou a importância de se modernizar os aeroportos brasileiros e das mudanças no transporte das cidades-sede. Conforme a Presidenta, com a Copa

Dobramos a capacidade dos nossos aeroportos, que estão prontos para atender quem vier nos visitar, prontos para dar conforto a milhões de brasileiros. [...]. Além das grandes obras físicas e de infraestrutura, estamos entregando um sistema de segurança capaz de proteger a todos, capaz de garantir o direito da imensa maioria dos brasileiros e dos nossos visitantes que querem assistir os jogos da Copa. Estamos entregando também um moderno sistema de comunicação e transmissão, que reúne o que há de mais avançado em tecnologia [...]. Minhas amigas e meus amigos, a Copa apressou obras e serviços que já estavam no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Construimos, ampliamos ou reformamos aeroportos, portos, avenidas, viadutos, pontes, vias de trânsito rápido e avançados sistemas de transporte público. [...] Uma Copa dura apenas um mês, os benefícios ficam para toda a vida. [...] Por isso precisávamos modernizar nossos aeroportos, para acima de tudo melhorar o dia a dia dos brasileiros que cada vez mais viajam de avião. É preciso olhar para os dois lados: a Copa não representa só gastos; ela também traz receitas para o país. É fator de desenvolvimento econômico e social; gera negócios, injeta bilhões de reais na economia, cria empregos.

Dessa maneira, as cidades-sede se tornam o foco principal dessa empreitada por atração das atenções internacionais, para que possam ser alçadas ao patamar de cidade global. A inversão de investimentos externos e a atração de turistas tornariam possíveis às cidades-sede integrarem os circuitos e fluxos do capitalismo globalizado. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento urbano desencadearia um efeito positivo em termos de desenvolvimento também em âmbito regional e nacional. Portanto, a aposta em setores considerados estratégicos para o crescimento nacional, como a construção civil, e no desenvolvimento local permitiria que a Copa fosse positiva e benéfica para o País como um todo.

Também essa visão foi alvo de intensos debates entre os críticos do modelo de desenvolvimento por megaeventos. De acordo com Oliveira (2001) citado por Gutterres (2014), há uma face de subordinação na concepção localista de desenvolvimento, já que o

¹⁰³ Pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff à nação no dia 10 de junho de 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=B8JX_ICUSY8>, acesso em 09 ago. 2015.

local acaba se construindo em comparação com o global, em sua matriz estética e econômica. Para o autor, há uma tentação em se mensurar a noção de desenvolvimento local como qualidade ou âncora da cidadania que deve ser afastada, pois não se revela verossímil na realidade. Segundo Oliveira, essa concepção, que afirmava que o desenvolvimento do local representaria uma forma de resistência e dominação ao neoliberalismo travestido de global, foi muito utilizada no contexto das organizações e movimentos da década de 90. Contudo, o “desenvolvimento local não necessariamente entraria em contradição, em tensão, com a globalização, podendo, ser, ao contrário, um de seus círculos concêntricos”, de forma que as cidades globais integrariam uma rede que “se realiza no plano molecular-digital”, e, por isso mesmo, uma rede “desintegrada” (OLIVEIRA, 2001, p. 18 *apud* GUTTERRES, 2014, p. 25).

Nessa mesma linha de raciocínio, Gutterres (2014) compreende que o *legado das cidades*, o *desenvolvimento urbano*, a ajudou a compreender a estrutura desigual subjacente ao modelo de desenvolvimento por megaeventos, já que o legado das cidades foi impulsionado por grandes corporações financeiras e imobiliárias que estavam muito próximas do Estado, conquistando, pois, crédito, recursos, acordos, concessões e propriedades urbanas.

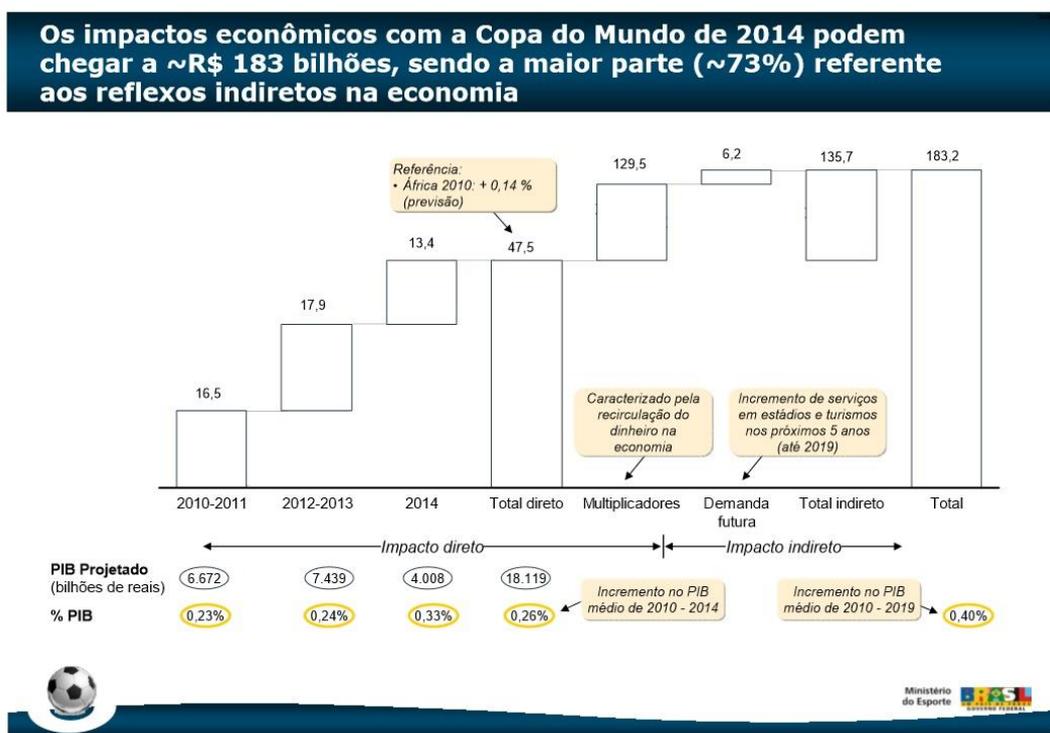
De acordo com Carvalho & Pereira (2013, p. 15), as empresas e corporações envolvidas na transformação das cidades para os megaeventos tem hoje um enorme poder de interferência sobre a estrutura urbana. Os autores consideram que as empresas que mais atuam no mercado de prestadores de serviços para o desenvolvimento urbano não têm mais um caráter local ou regional; são grandes conglomerados, internacionalizados, que constroem obras como barragens, pontes e metrô. Segundo os autores, porque essas empresas participaram ativamente nos processos de privatização ocorridos na Década de 90, também atuam em ramos da petroquímica, telecomunicações e limpeza urbana. Foram empresas como a Odebrecht e a OAS (originalmente eram baianas, hoje são multinacionais), ou a Cyrela (que, em 2011, realizava 205 obras no país e tinha uma previsão de vendas de 8 bilhões de Reais) realizaram os empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento.

Aliás, por falar em Programa de Aceleração do Crescimento, destaco que houve uma confusão comum nas justificativas econômicas para a realização da Copa no País, qual seja, a de considerar crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento. Como veremos mais adiante, esse debate é antigo nas ciências econômicas. É importante, por hora, destacar que, conforme afirma Ferreira, em todos os outros países-sede, como China, Grécia, Canadá, África do Sul, França, os equipamentos construídos em virtude dos megaeventos têm

capacidade de integração muito baixa após a sua finalização. Por isso, o crescimento econômico almejado não necessariamente se traduz em legado de desenvolvimento econômico e social para os países-sede (FERREIRA, 2014, p. 12)

Afirmo isso também com base na análise do relatório do Ministério dos Esportes sobre o legado da Copa do Mundo (BRASIL, 2010). Como se pode ver na figura a seguir, mais de 70% do impacto econômico sobre o PIB (veja que não aparecem variáveis relativas a desenvolvimento social) se daria indiretamente. Destaco ainda que o impacto no PIB é menor do que 1%, tanto direta quanto indiretamente. Em outras palavras, conforme explica Zimbalist (2015), os setores de turismo e hotelaria e de comércio de bens e serviços, por exemplo, frequentemente são iluminados como setores que terão impacto positivo de longo prazo com os megaeventos. Contudo, esse impacto de longo prazo (legado), considerado indireto, não se verificou nos países que foram sede de megaeventos nas edições anteriores. O autor afirma ainda que em alguns casos, no setor turismo, por exemplo, há um aumento moderado ou mesmo um decréscimo nas taxas de arrecadação, pois os turistas vêm para assistir os jogos e não necessariamente fazem as atividades turísticas que as cidades tradicionalmente oferecem (ZIMBALIST, 2015, p. 57).

Figura 5 – Gráfico de impacto da Copa no PIB do País¹⁰⁴



¹⁰⁴ Fonte: Relatório “Impactos da Realização da Copa 2014 no Brasil” (BRASIL, 2010a, p. 5).

Em suma, a partir da análise dos discursos, identifico o ‘crescimento’, o ‘desenvolvimento’ e o ‘legado’ como principais justificativas para a realização dos megaeventos no País. De acordo com Gutterres (2014), tanto os críticos da Copa quanto os entusiastas têm um sentimento e uma percepção em comum: a necessidade de um “salto de maturidade”. Para os críticos, antes de partir para a implementação de iniciativas como a dos megaeventos, seria necessário investir na resolução de problemas estruturais, garantindo um “salto de maturidade”, um patamar mais avançado no desenvolvimento do país; para os entusiastas, devido à necessidade de dar esse “salto de maturidade” e alcançar o lugar de país desenvolvido, era preciso e oportuno se fazer valer do modelo de desenvolvimento por megaeventos. Para a autora, essa tensão, em realidade “expõe um rastro de uma noção iluminista de civilização adotada pelo projeto de desenvolvimento brasileiro” (GUTTERRES, 2014, p. 14).

4.3 Discursos sobre a diferença¹⁰⁵ das Baianas de acarajé

No campo dessa pesquisa, em diversas ocasiões, nas conversas e entrevistas que tive com as baianas de acarajé (descritas nos capítulos 2 e 3), no *Workshop* sobre salvaguarda do ofício de baiana de acarajé, nos documentos do Ministério Público e na petição *online*, pude perceber que havia uma preocupação de todos os atores em definir como uma pessoa se torna baiana de acarajé e o que significa ser baiana de acarajé.

As próprias baianas reiteraram algumas vezes categorias como ‘mulheres’, ‘negras’, ‘trabalhadoras’, ‘autônomas’, ‘independentes’. Esse vocabulário foi utilizado na maioria das vezes, como forma de demarcar as “diferenças” das baianas de acarajé em relação ao mundo: há baianos de acarajé, mas eles provavelmente aprenderam o ofício com as mulheres de seu entorno comunitário; há baianas de acarajé brancas, mas na história do ofício, eram pessoas negras que o realizavam; ser baiana de acarajé implica em trabalhar, trabalho que intermedia a relação delas com o mundo e as constituem como independentes e autônomas, o que as torna diferente de outros trabalhadores que estão sob relações de intensa exploração do trabalho em função do capital. Essas diferenças ora são classificações predicadas pelo olho colonizador que vigia as relações interpessoais, ora são interpelações próprias a esse olho colonizador,

¹⁰⁵ Esse conceito faz referência tanto aos conceitos de gênero e raça, concebido tanto como categorias de classificação social, quanto às “identidades políticas” e às “alteridades políticas”, conceitos que serão explicados em seção mais à frente.

como marcadores de alteridade. São, pois, diferenças que são construídas em processos descontínuos, contextual e historicamente.

Ainda, nas adjetivações sobre baiana de acarajé surgiu a fala de que são vistas como “baianas cartão-postal”, em referência ao uso dessa diferença, do tradicional, como chamariz para o turismo, como logomarca que representa a baianidade e o Brasil. Ao mesmo que representam essa baianidade, são vistas como sujeitos estáticos, como em uma fotografia: não se movimentam, não podem se envolver como ‘agentes do turismo’. Assim, ‘cartão-postal’ é adjetivo que denuncia o uso parasitário do típico e do tradicional pelos agentes do turismo, sejam promotores privados ou estatais.

Também nas conversas e entrevistas das baianas, como já havia dito, há utilização constante das palavras respeito e dignidade em alusão à falta desses elementos na relação da FIFA e do Estado com as baianas de acarajé. Por outro lado, várias falas destacam um comportamento considerado resposta óbvia a essa falta: ‘brigar’, ‘lutar’, ‘exigir os direitos’, ‘não deixar barato’, ‘ir para cima’.

Outra importante categoria que apareceu, implícita e explicitamente, tanto na fala das baianas quanto de um secretário de Estado que participou do *Workshop*, foi ‘herança’: o ofício para as baianas frequentemente era lembrado como uma herança aprendida de suas ascendentes, uma memória das remanescentes de um grupo de mulheres que vendiam comidas nas ruas, que transformaram a diferença que o olho colonial criou em diferença para operar nas dobras e brechas do sistema colonial/moderno. Já o Secretário de Turismo, Pedro Galvão, destacou a herança que as baianas deixam para as gerações futuras ao se referir ao ofício como ‘legado das baianas de acarajé’.

Finalmente destaco a diferença que compreendo ser crucial para o entendimento das estratégias políticas adotadas pelas baianas de acarajé: o ser ‘patrimônio histórico imaterial’. Essa categoria assume também várias significações. Antes de falar delas, cabe aqui apresentar o que é oficialmente considerado patrimônio. De acordo com o IPHAN,

o registro do Ofício das Baianas de Acarajé no Livro de Saberes do Iphan significa o **reconhecimento** de sua dimensão mais ampla. É perceptível o fato de a preservação do valor patrimonial desse bem estar relacionada à atenção ao universo da baiana de acarajé, à valorização e transmissão permanente dos saberes associados a esse universo. E entendemos que o registro do bem enquanto patrimônio cultural nacional poderá mobilizar a sociedade a **reconhecer, recolher, sistematizar, proteger e salvaguardar** esses saberes tradicionais sem frear o fluxo natural das re-apropriações

simbólicas que se processam inevitavelmente na dinâmica das culturas (2005, p. 69) (grifos meus).

O Dossiê do IPHAN sobre o ofício apresenta as características típicas da baiana, destacando aspectos da tradicionalidade, como as vestimentas que as baianas utilizam, a inserção do acarajé num sistema alimentar, os significados do acarajé como comida votiva.

Dito isso, observo que no caso do Ministério Público, patrimônio é significado como o repertório, como a categoria que sintetiza as características elencadas no Dossiê do IPHAN como constituintes do ofício. Porém, ele adquire uma característica a mais, qual seja, a de ser associado à ABAM. O Ministério Público, como órgão estatal, dialoga com as baianas de acarajé a partir de sua resignificação do patrimônio, encapsulando o tradicional e conferindo-lhe um aspecto que não constava na concepção desse patrimônio, estabilizando a categoria para que o Estado possa dialogar com a materialização do ofício nas ruas, a partir de seus controles. Em outras palavras, associada/associado, que não era um atributo que estava entre os aspectos do ofício descritos no Dossiê do IPHAN, passa a constituir o patrimônio, para que o Estado possa interpelar as baianas a partir de uma característica legal(izada).

Já a petição *online* simplesmente reafirma o ofício como ‘patrimônio imaterial’, sem fazer caracterizações e delimitações. Compreendi, a partir da fala das baianas e do assessor jurídico da ABAM, que o patrimônio é interpretado por elas conforme a acepção primeira, a que apresentei logo acima, como definição de patrimônio do IPHAN: é ofício de ancestralidade, com determinadas características do típico e do tradicional que podem ser re-apropriadas no processo histórico e dinâmico de adaptação dos povos.

Por outro lado, houve falas que indagaram a utilidade de se ser ‘patrimônio’, já que não há uma concretização da proteção e garantia do ofício a que a categoria alude. Assim, ‘patrimônio imaterial’, ‘ofício tombado’, ‘as baianas são patrimônios’ aparecem ora como discurso de representação social, principalmente quando o contexto era o de interpelação da FIFA e do Estado, ora como atribuição inócua, que traz obrigações que podem engessar o trabalho e, portanto, passível de crítica. Principalmente a segunda forma do ‘patrimônio’ significa um ceticismo quanto ao valor ou alcance político dessa diferença. Aqui há uma ambiguidade da identidade política, expressada na seguinte síntese das falas sobre ‘patrimônio’: se sou patrimônio, devo ser protegida; se não sou protegida, por que sou patrimônio?

Em suma, identifico muitas “diferenças” apresentadas nos discursos das e sobre as baianas de acarajé. Essas diferenças podem assumir distintas significações, a depender de vários fatores: do contexto em que surgem, de quem enuncia e declara essa diferença, dos usos e desusos dessa diferença. Percebo que a diferença adquire o caráter tanto de identidade política quanto de alteridade histórica, mas indicam sempre o sujeito “outro” ou o lugar da “Outredade” das baianas de acarajé.

4.4 A tensão entre direitos humanos universais e direito à diferença das baianas de acarajé

Conforme vim apontando nos capítulos anteriores, entendo que a implementação do modelo de desenvolvimento por megaeventos foi prejudicial ao País. Não porque considere que deveríamos esperar até sermos ‘desenvolvidos’ para nos apresentarmos como candidatos a país-sede. Penso que, não fossem as exigências descabidas da FIFA, que criou um padrão elitizado de competição para mascarar os reais interesses capitalistas e mafiosos da federação, as competições poderiam ser realizadas onde quer que fosse. Contudo, compreendo, a partir do compartilhamento da percepção de que as pessoas e coletividades atingidas negativamente pelos megaeventos foram cada vez mais alijadas de suas realidades, marginalizadas e violadas em seus direitos, que o modelo de desenvolvimento por megaeventos promoveu o não envolvimento das populações atingidas, como as baianas de acarajé.

Percebo, pois, uma tensão entre desenvolvimento nacional e não envolvimento cidadão. Um pequeno trocadilho linguístico, que apesar de não ser possível em outras línguas, sintetiza meu argumento: a desconstrução da palavra desenvolvimento resulta nos termos “des”, prefixo de negação no português, e envolvimento, substantivo derivado do verbo envolver, indicando sentimento, comportamento, ação decorrente de; ora, significa, pois, o sentimento de não envolver-se em algo, o não envolvimento dos cidadãos em questões mais elementares relacionados aos seus projetos de vivência e subsistência.

Desde 1986, o Direito ao Desenvolvimento foi declarado como direito humano pelas Nações Unidas. A partir de então, o termo passou a ser utilizado também no contexto jurídico como categoria nova de direito que reforça a importância e a necessidade de proteção e garantia dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) – proclamados em 1966 no Pacto

Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais –, bem como o caráter universal, indivisível e interdependente dos direitos humanos¹⁰⁶.

Ora, se desenvolvimento é considerado um direito humano e tem sido utilizado como vocabulário que justifica a violação de outros direitos humanos, visivelmente o caráter universal, indivisível, interdependente dos direitos humanos está sendo colocado em contradição interna. Identificamos, pois, uma tensão entre os direitos humanos universais (no caso, o direito ao desenvolvimento) e os direitos das baianas de acarajé, que, por suas diferenças, foram des-envolvidas.

Para refletir sobre a tensão acima apresentada, parto da perspectiva crítica sobre os direitos humanos de Herrera Flores (2003; 2008; 2011), para quem esses direitos constituem-se mais que normas formais que garantem a dignidade no âmbito nacional e internacional: são processos de conquista e disputa pelas condições sociais, econômicas e culturais que permitem aos humanos perseverarem na luta pela dignidade. A exemplo do caminho¹⁰⁷ realizado por esse autor, e seguindo na proposta da interseccionalidade, passo a realizar *precisões conceituais* (nos termos de Herrera Flores), com o objetivo de articular e desarticular os significados implícitos no Direito ao Desenvolvimento e no Direito à Diferença.

4.4.1 *As precisões conceituais*

4.4.1.1 *Desenvolvimento*

Desde pelo menos os anos 1950, *desenvolvimento* despontou como categoria fundamental de articulação das estratégias e políticas para crescimento econômico, redução da pobreza e desigualdade e proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais dos indivíduos. Contudo,

¹⁰⁶ Cf. Piovesan (2011). De acordo com essa autora, a partir da existência jurídica do direito ao desenvolvimento houve um reforço do entendimento do caráter universal, indivisível e interdependente dos direitos humanos. Cabe, ainda ressaltar que ambos os Pactos, de Direitos Civis e Políticos, e de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, são proclamados em 1966. Contudo, nesse mesmo ano, apenas para os direitos civis e políticos é criado um protocolo, que estabelece um sistema de petição e garante a proteção em um sistema jurídico de tais direitos. O protocolo do Pacto dos DESC só será criado décadas mais tarde, em 2008, o que revela uma marginalização desses direitos pelos Estados e uma hierarquização de tais direitos em relação aos DCP nos sistemas de proteção internacional dos direitos humanos.

¹⁰⁷ Na última sessão apresento mais detidamente a perspectiva de Herrera Flores e suas precisões sobre os direitos humanos.

entendendo que há um discurso específico que embasa os mais diversos modelos de desenvolvimento experimentados principalmente a partir das últimas três décadas, autores de diversas áreas do conhecimento empreenderam uma crítica ao desenvolvimento, caminho que também pretendo seguir na perspectiva os direitos humanos.

Nesse sentido, objetivo discutir os posicionamentos acerca do conceito de desenvolvimento e quais impactos da manutenção e reprodução desse conceito enquanto síntese de uma gramática específica de dignidade humana¹⁰⁸ para a implementação, garantia e proteção dos direitos humanos.

Destaco, antes de tudo, que desenvolvimento é atualmente um a) conceito amplamente discutido; b) um campo de estudos acadêmicos, já que acadêmicos de muitos países se organizam em torno de grupos de pesquisa sobre desenvolvimento e seus conceitos subjacentes (subdesenvolvimento, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento e cooperação) e c) a representação contemporânea da modernidade, em torno da qual os projetos políticos dos governantes do mundo inteiro e das agências e organismos internacionais se definem, portanto, uma designação que orienta a ação dos Estados em suas relações econômicas e políticas. Essas dimensões do desenvolvimento e as reflexões que os teóricos fazem em torno delas, frequentemente, se confundem, de modo que a fronteira de quando se está fazendo a crítica ao conceito em si, aos conhecimentos construídos em torno dele ou ao campo político derivado de determinadas compreensões do conceito é imprecisa.

Segundo Schröder (2011, p. 3), na história desse conceito outras conotações estão atreladas a ele, como “evolução”, “progresso”, “complexidade crescente”, “avanços e melhoramentos”. Para o autor, durante grande parte do Século XX, “desenvolvimento” esteve completamente associado a outro conceito: “modernização” e “progresso”.

De acordo com esse autor, há uma vasta bibliografia sobre o assunto, estudada desde as primeiras formulações na Biologia, no Século XIX, sobre o desenvolvimento das espécies. Em um esforço pessoal de pesquisa, o autor já identificou mais de 3 mil textos, entre manuais, livros e artigos que tratam de desenvolvimento. Schröder considera que a obra do cientista político Ulrich Menzel (1993) sobre a história da teoria do desenvolvimento é uma das mais importantes, pois nela aquele autor identifica que o campo acadêmico gira em torno de quatro

¹⁰⁸ Sobre gramáticas de dignidade humana, vale ressaltar que o termo já fora discutido por Habermas (2010), Panikkar (2004), Santos (2013), entre outros.

posições básicas (universalismo, nacionalismo, socialismo e racionalismo) que por sua vez podem ser identificadas com as obras de quatro pensadores (Ricardo, List, Marx e Weber, respectivamente) (SCHRÖDER, 2011, p. 3).

Conforme nos mostram vários autores¹⁰⁹, o termo foi empregado pela primeira vez, em 1949, pelo presidente dos Estados Unidos (EUA) Harry Truman, em seu discurso de posse, em contraposição a “subdesenvolvimento”. Nesse discurso, Truman diz que “começamos a constatar que há uma distância entre as sociedades colonizadas ou em vias de independência e os Estados Unidos e a Europa e, para nós, desenvolvimento é um processo de aprofundamento” (LAUTIER, 2009, p. 54). Ainda, de acordo com Moraes, a mensagem de Truman destacava também que a principal meta do plano de ajuda aos países ‘subdesenvolvidos’ era evitar que o estado de desespero em que se encontravam resultasse na adoção de comportamentos políticos indesejados, perigosos, ou seja, adotassem regimes comunistas (MORAES, 2006, p. 38).

Assim, o primeiro uso público do termo ‘desenvolvimento’ possui, muito mais que um viés técnico, um viés político bastante importante, que marca a estratégia de diálogo, no plano econômico, com os países periféricos. É com a estratégia de fomento ao progresso nacional que os Estados Unidos estendem sua influencia sobre o globo, em contraposição ao projeto comunista da União Soviética.

Além disso, conforme nos explica Moraes, o desenvolvimento tornou-se a meta dos países que haviam passado por processos de descolonização, paradoxalmente como um objetivo a se alcançar para se diferenciar dos países que os haviam colonizado. Dessa forma, desenvolvimento tinha uma função no processo de reconstrução das nações que haviam saído da Segunda Guerra Mundial (2ª GM) e de construção dos novos Estados que entravam no mapa. Ou seja, iniciava-se uma era de *nation building*, ancorada no desenvolvimento. O paradigma a ser alcançado era os EUA, economia estável, saída da 2ª GM com grande número de credores. O parâmetro era econômico e os “outros” deviam seguir a receita estadunidense para criar/recriar seus Estados-nações. ‘Subdesenvolvido’ e ‘Terceiro Mundo’ torna-se parte da identificação dos novos países, e o espelho no qual os povos dessas nações deveriam se mirar era externo a eles, desenvolvido, os EUA (MORAES, 2006, p. 39).

¹⁰⁹ Praticamente todos os autores que irei apresentar como críticos ao desenvolvimento afirmam que seu primeiro uso político com impacto nas políticas governamentais se deu a partir do discurso do presidente Truman. Para mais informações, Cf. Esteva (2011), Lautier (2009), Escobar (2005), Moraes (2006).

A partir daí, conforme nos explica Esteva (1996 [1992]), se deu por assentado, pois, que tanto o “desenvolvimento” quanto o “subdesenvolvimento” eram realidades, uma representando a carência e escassez da outra, e várias explicações aos dois termos começaram a surgir. Segundo Satrústegui (2009), como um país era considerado subdesenvolvido em função de seu PIB *per capita* – os termos comparativos eram as experiências dos outros países, “desenvolvidos” –, a aposta no crescimento econômico ilimitado ficou sendo a principal formulação do desenvolvimento.

De acordo com Moraes, na década de 1950 e 1960, o ‘desenvolvimento’ foi construído academicamente a partir da “teoria da modernização”. Para o autor, os documentos mais importantes que representam a visão sobre desenvolvimento dessas décadas foram: *Measures for the economic development of under-developed countries*, um relatório das Nações Unidas (1951); *Theory of Economic Growth*, de Lewis (1954) (traduzido para o português como Teoria do Desenvolvimento Econômico); *Approaches to economic development*, de Buchaman (1955); *Economic development, theory, history, policy*, de Robert Baldwin e G.M. Meier (1957); e uma publicação de dois volumes financiada pelo Banco Mundial, intitulada *Pioneers of development* (1984), que, apesar de publicada na década de 80, reforça os paradigmas desenvolvimentistas das décadas anteriores. Em maior ou menor grau, as formulações sobre ‘desenvolvimento’ e ‘subdesenvolvimento’ desses textos apresentavam o desenvolvimento como estágio final da evolução da história econômica dos países (daí a proximidade com a teoria da modernização), propunham quadros explicativos e caminhos de ruptura do atraso econômico dos países subdesenvolvidos, incentivavam um modelo de *desenvolvimento induzido*, conduzido pelos países considerados já desenvolvidos, por meio de programas internacionais de ajuda econômica e da atuação das agências e organizações internacionais de fomento ao crescimento econômico. Destaco uma frase do relatório das Nações Unidas acima citado, a qual representa a linha de raciocínio sobre “desenvolvimento” da época: “E tais governos deverão impor a seus povos o progresso, já que ele ‘é impossível sem penosos ajustamentos’” (Nações Unidas, 1951 apud MORAES, 2006, p. 71).

Nas décadas de 1970 e 1980, há uma vasta produção literária sobre o tema, a maioria no sentido de criticar o paradigma do desenvolvimento induzido e baseado no crescimento econômico. Se o conceito era relacional, ou seja, ‘subdesenvolvimento’ se definia em função de ‘desenvolvimento’, era necessário criar métodos de comparação objetivos do desenvolvimento. Conforme explica Moraes (2006), o foco passou então para as metodologias e métodos para “medir” o desenvolvimento: como comparar os países? Com base em que

moeda? O que se teve ter no numerador: PIB, PNB ou Renda per capita? E no denominador? População total ou População economicamente ativa? Nesse sentido, também as Nações Unidas desenvolveram institucionalmente um sistema de assistência técnica aos países, denominado *System of National Accounts and Supporting Tables*.

Também a partir dessas décadas, o ‘desenvolvimento’ passa a ser estudado por acadêmicos de todo o mundo, deixando de ser uma teoria vista como uma teoria do desenvolvimento para/ou em decorrência do crescimento econômico, passando a ser disputada como uma teoria do desenvolvimento para a mudança social. A partir daqui, o “desenvolvimento” passa a ser considerado uma realidade a ser construída a partir das condições contextuais dos países “subdesenvolvidos”.

No campo acadêmico, surgem as noções de *desenvolvimento endógeno* e *desenvolvimento local*, que destacavam a importância dos mecanismos internos aos países subdesenvolvidos, processuais e contextuais, na promoção do desenvolvimento.

É também nessas décadas que surgem as primeiras críticas mais contundentes ao ‘desenvolvimento’. Para Satrústegui (2009, p. 10), os autores estruturalistas e dependentistas procuraram destacar as diferenças não só quantitativas, mas qualitativas, de caráter estrutural, entre os países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, diferenças essas que geraram e reproduziam relações de dependência entre o “centro” e a “periferia”. Os autores da teoria da dependência principalmente compreendiam que as causas do “subdesenvolvimento” dos países do Terceiro Mundo residiam nessas relações de dependência, que dificultavam, impediam ou estrangulavam o crescimento econômico desses países. Podemos citar, entre os autores da teoria da dependência, Raúl Prebich (cepalino percussor da teoria com a noção de ‘modernidade periférica’), Theotônio dos Santos, Celso Furtado, Gunder Frank, Maria da Conceição Tavares, Rui Mauro Marini.

Destaco também que ainda no bojo da disciplina da Economia, foram gerados outros campos acadêmicos que dialogavam com o campo do desenvolvimento, contribuindo para a crítica do conceito na sua forma tradicional. Assim, surge uma ampla literatura sobre pobreza e desigualdade econômica e social, configurando o que Bustelo (1998 *apud* Satrústegui, 2009) denominou giro social dos anos 1970. A partir da identificação da *pobreza* e da *desigualdade* como sendo constituintes do ‘subdesenvolvimento’, a literatura colocou ênfase na limitação do PIB *per capita* como um indicador, agregado, incapaz de representar toda uma realidade.

Com efeito, autores de diversas disciplinas e correntes de investigação buscaram contribuir para desagregar os fatores que causavam “subdesenvolvimento”. Assim, o conceito foi reelaborado, por exemplo, a partir da perspectiva ecologista, que destacava os impactos ambientais que o crescimento econômico e desmedido gerava, enfatizando o constante deterioro do meio ambiente e dos recursos naturais. Uma das propostas mais eloquentes dessa perspectiva foi enunciada por meio do conceito de *ecodesenvolvimento*, apresentada pelo então diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Maurice Strong (1973), conforme afirma Satrústegui (2009, p. 11).

É importante destacar a contribuição que as feministas trouxeram para a revisão do conceito ‘desenvolvimento’. Em síntese, as feministas procuraram denunciar o caráter sexista das estratégias de desenvolvimento adotadas no pós-guerra, pois as mulheres seguiam sofrendo as desigualdades no mercado de trabalho, mesmo nos países que haviam se “desenvolvido” ou tinham apresentados índices maiores de crescimento e progresso econômico¹¹⁰. O Movimento Mulher em Desenvolvimento foi um dos pioneiros a incorporar a *perspectiva de gênero*¹¹¹ ao desenvolvimento, contribuindo para o que mais tarde iria derivar nas elaborações metodológicas dos Índices de Desenvolvimento relacionado ao Gênero – GDI, de Empoderamento de Gênero – GEM e o *Global Gender Gap Index* (Índice de Desigualdade de Gênero). Vale ainda mencionar a rede de acadêmicas, pesquisadoras e ativistas do Sul Global, o *Development Alternative with Women for a New Era* (DAWN), estabelecida em 1984 e que tinha por objetivo trabalhar para o fortalecimento da justiça econômica e de gênero, bem como para a realização de um desenvolvimento sustentável e democrático. Ainda hoje, feministas de todo o mundo seguem apresentando por de diferentes perspectivas¹¹², contextualizadas desde a experiência de diferentes países e comunidades, leituras sobre o caráter sexista do sistema de produção capitalista e da Economia, que segue desconsiderando a reprodução, por exemplo, como uma esfera da vida humana que possui valor e que contribui para o bem-estar das pessoas, famílias e comunidades.

Por fim, destaco que também acadêmicos e ativistas de direitos humanos foram de encontro ao que o desenvolvimento vinha produzindo como campo político. Conforme nos mostra

¹¹⁰ Cf. Ester Boserup (1970 apud SATRÚSTEGUI, 2009).

¹¹¹ O estudo de Zabala (1999 apud SATRÚSTEGUI, 2009) contribui para a compreensão da evolução da “perspectiva de gênero” nos estudos sobre desenvolvimento.

¹¹² Destaco um excelente livro, *Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*, de Amaia Pérez Orozco (2014), que traz os diferentes aportes acerca das perspectivas feministas sobre os conceitos estudados pela Economia. A autora identifica a formação de pelo menos três correntes feministas que dialogam com essa disciplina: *Economia do gênero*, *Economia feminista integradora* e *Economia feminista da ruptura*.

Satrúsgetui (2009), cada vez haviam mais denúncias relativas às ausências de liberdades ou à violação de direitos que o os modelos desenvolvimentistas dos anos anteriores produziram. Em síntese, a expansão produtiva, o crescimento econômico, o progresso se sustentava sob a retirada de direitos, liberdades e oportunidades dos indivíduos. Além disso, já nessa época havia uma contundente denúncia de que era justamente o desenvolvimento que justificava essas violações, exatamente como no caso estudado nessa dissertação.

É nesse contexto, de profusa produção acadêmica, que surge o “Direito ao Desenvolvimento”, declarado como um direito humano, em 1986. Nessa Declaração¹¹³, define-se desenvolvimento como um “processo econômico, social e político abrangente, que visa ao constante incremento do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos com base em sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na distribuição justa dos benefícios daí resultantes¹¹⁴” (ONU, 1986, p. 1). Segundo Piovesan (2011), é a partir de tal documento que se endossa a importância da participação, da justiça social e da adoção de programas nacionais e internacionais de cooperação.

Destaco que, nesse pequeno trecho da Declaração, há elementos que nos são especialmente importantes, e que se houvesse observado tais elementos, o Estado teria evitado um impacto tão contundente do modelo de desenvolvimento por megaeventos: desenvolvimento é um processo – portanto histórico e heterogêneo – de aumento do bem-estar baseado na participação ativa, livre e significativa das populações e na distribuição justa de seus benefícios. Contudo, importa dizer também que considero que essa Declaração não encerra os conflitos e disputas em torno do desenvolvimento, em suas três dimensões. Ela é um ponto de partida, que indica, como um farol, o caminho, que o Estado e as pessoas e coletividades que interpelam o Estado podem tomar para tornar as vidas melhores. Há de se ressaltar também que não é o único caminho.

Com o fim da Guerra Fria, uma nova ordem internacional começa a se configurar nas relações internacionais, com preponderância dos valores e projetos liberais. Conforme nos explica Svampa (2011), na década de 90, o desenvolvimento é colocado no ostracismo e as políticas econômicas adquirem o formato neoliberal: por meio do “Consenso de Washington”, a

¹¹³ Cf. Resolução nº 4/128 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 4 de dezembro de 1986.

¹¹⁴ Tradução livre do original: “Recognizing that development is a comprehensive economic, social, cultural and political process, which aims at the constant improvement of the well-being of the entire population and of all individuals on the basis of their active, free and meaningful participation in development and in the fair distribution of benefits resulting therefrom”.

valorização financeira se tornou central na agenda econômica, desencadeando políticas de ajustes e privatizações que terminou por redefinir o Estado como um agente meta-regulador (SVAMPA, 2011, p.3).

Dito isso, destaco que uma das mais importantes contribuições teóricas que dialoga com a Declaração foi dada por Amartya Sen (2000). A partir desse autor, o conceito de desenvolvimento foi reconfigurado, de tal maneira que seus escritos basearam toda a formulação internacional, nos anos subsequentes, de normativas, jurisprudências, recomendações, programas e políticas de proteção, garantia e implementação de direitos econômicos, sociais e culturais. Em *Desenvolvimento como liberdade* (SEN, 2000), o autor analisa o desenvolvimento a partir de uma “abordagem de capacidades¹¹⁵”. Segundo o autor, a pobreza, por exemplo, deve ser vista como privação de capacidades básicas, ao invés de meramente como baixo nível de renda, que é um dos critérios de identificação tradicional de pobreza. Muito sinteticamente, de acordo com essa perspectiva, as capacidades são entendidas como liberdades substantivas, que não devem ser tidas apenas como instrumento para o desenvolvimento, mas também o fim em si mesmo do desenvolvimento (SEN, 2000).

Assim, existem liberdades que são meios (liberdades instrumentais) para que os indivíduos tenham a capacidade de realizar aquilo que têm vontade de fazer (liberdades substantivas). A partir daí, tem-se como ideia principal que, no combate a problemas de pobreza e desigualdade, a liberdade individual é central e deve ser um comprometimento social.

O que as pessoas podem realizar positivamente depende de oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições habilitadoras (saúde, educação e incentivo à iniciativa). As instituições que proporcionam essas oportunidades são também influenciadas pelas escolhas sociais e tomadas de decisões públicas que decorrem do exercício de liberdade das pessoas (cidadania).

Assim, para o autor, existem cinco liberdades instrumentais que, inter-relacionadas, permitem que os indivíduos tenham capacidades, por meio das quais se alcança o desenvolvimento: a) liberdades políticas, b) facilidades econômicas, c) facilidades sociais, d) garantias de transparência e e) segurança protetora.

Dessa forma, o autor explica que:

¹¹⁵ Do termo inglês *capabilities*.

- a) liberdades políticas referem-se às oportunidades que os indivíduos têm de escolher seus governantes e os princípios com os quais governam; oportunidade de fiscalizar e criticar as autoridades; oportunidade de expressar-se, por meio inclusive de imprensa sem censura; oportunidade de associar-se em grupos e partidos políticos; de direito de voto e seleção participativa de legisladores e executivos;
- b) facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm de utilizar recursos econômicos para realizar trocas, consumo e produção. A relação entre renda e riqueza nacional e ‘entitamentos’¹¹⁶ econômicos dos indivíduos inclui as considerações distributivas e agregativas. Assim, o modo como as rendas adicionais geradas são distribuídas faz bastante diferença;
- c) oportunidades sociais dizem respeito às disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, saneamento, etc., importantes para a condução da vida privada e também para uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas;
- d) garantias de transparência significa que deve haver mecanismos que possibilitem uns lidar com os outros com base na clareza e no dessegredo. Esses mecanismos garantem que se previna a corrupção, a irresponsabilidade financeira e as transações ilícitas e;
- e) segurança protetora diz respeito às disposições que proporcionam uma rede de segurança social. Tais disposições institucionais fixas – como serviços de proteção aos desempregados, suplementos de renda aos indigentes, etc. –, e *ad hoc* – como distribuição de alimentos em crises de fome coletiva, ou empregos públicos de emergência. (SEN, 2000, p.55).

Nesse sentido, contribuiu sobremaneira os escritos de Amartya Sen (2000) sobre desenvolvimento e liberdade. Nessa linha de raciocínio apresentada anteriormente, o autor apresenta as bases para a objetivação de metas e indicadores de desenvolvimento, sintetizados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e para a criação dos Objetivos do Milênio, principais instrumentos internacionais atuais de aferimento e incentivo ao desenvolvimento.

No entanto, identifico nesse pensamento uma conciliação do desenvolvimento com o capitalismo, já que defende o desenvolvimento como processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas podem desfrutar por meio da amenização de privações e ampliação de escolhas. Ou seja, apesar de tudo, há de se conviver com as capacidades que o sistema

¹¹⁶ Do termo em inglês *entitlement*.

capitalista possibilitam, amenizando as privações decorrentes da falta dessas capacidades e ampliando as escolhas proporcionadas por essas capacidades. Essa perspectiva é adotada pela maioria, senão a totalidade, dos organismos internacionais e agências das Nações Unidas, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio.

Ainda que não concorde totalmente com essa perspectiva de desenvolvimento proposta pelo autor, compreendo que ela é interessante, dadas as condições históricas e o contexto político no qual ela emerge. Como afirma Santos (2006), há, no campo dos Direitos Humanos, uma história de disputas entre as várias gramáticas de dignidade.

Compreendo que o mesmo vale para o direito ao desenvolvimento, já que é um direito humano. Conforme vim mostrando até agora, várias foram as compreensões acerca do desenvolvimento, e a perspectiva de Sen (2000) se apresentou como uma gramática, entre tantas, que emergiu num contexto de liberalização econômica e desregulação estatal. Há implícito aí um esforço de construção de uma categoria capaz de articular desenvolvimento de forma libertadora. E, por isso, ela dialoga com seu contexto histórico, contrapondo-se, de certa forma, ao apagamento do Estado como ator que regula as relações econômicas, uma vez que defende a necessidade de políticas públicas, notadamente políticas sociais, para se expandir as liberdades instrumentais. Naquele contexto, Amartya Sen foi uma voz dissonante entre os economistas. Contudo, entendo que é preciso ir além e desarticular ainda mais o desenvolvimento, principalmente como campo político.

Por isso, apresento a seguir algumas críticas, denominadas por Satrústegui (2009) como críticas ao “mal-desenvolvimento”, ou seja, dos ‘desenvolvimentos’ que não deram certo. Desse modo, Braga (2009) discute, através da teoria sistêmica, as implicações para o meio ambiente da manutenção de desenvolvimento sustentável como paradigma dominante. Para o autor, o conceito de desenvolvimento não é compatível com o conceito de sustentável. O primeiro termo está vinculado à ideia de progresso aliado à promoção de um bem-estar para o ser humano. É, portanto, antropocentrado, pois toma o homem como fim e a natureza como meio ou instrumento; implica ainda em movimento e acúmulo. O segundo termo tem raiz ecológica e está centrado na realização plena da vida de todos e todas em equilíbrio sistêmico. É, pois, ecocentrado e implica em ordem dinâmica, essencialmente distributiva.

De maneira análoga a esse pensamento, Viseu, Menegheti e Seifert (2012) defendem que o desenvolvimento sustentável significa falsa conciliação entre o capitalismo e a questão ecológica. Muito resumidamente, os autores entendem que “na medida em que procura

preservar a natureza sem reconhecer a prerrogativa de limitar o consumo e a expansão econômica das organizações, a lógica dominante do desenvolvimento sustentável torna-se uma impossibilidade” (p. 579).

Já Lautier (2009) considera que há uma ambiguidade constitutiva que caracteriza o pensamento sobre desenvolvimento: o conhecimento construído sobre tal questão não se concentra em compreender como as sociedades se desenvolvem, mas em defender e emitir alguns preceitos de como desenvolvê-las. Trata-se, pois, de uma visão normativa, que defende *um* tipo de produção, consumo e instituições que os garantem. Esse tipo de concepção, se não é uma noção masculina, é no mínimo base para processos hegemonicamente orquestrados e dirigidos por homens. Isso se evidencia, por exemplo, no fato de que os processos de tomada de decisão relativos a todo tipo de políticas são majoritariamente realizados por homens. Além disso, conforme demonstram diversas autoras¹¹⁷, os ‘sucessos’ econômicos dos países em desenvolvimento se realizam com base na exploração do trabalho produtivo, geralmente informal, e reprodutivo das mulheres. Na mesma linha, o papel das mulheres na resistência às crises do capitalismo é também ressaltado pelas feministas, de modo que fica demonstrado que, independente do modelo de desenvolvimento que se estabeleça, enquanto seja dirigido por homens e conciliado com o projeto hegemônico capitalista, a opressão de gênero sempre será transversal a tais modelos.

Em consonância com essas perspectivas, diversos autores contribuíram em uma publicação que se tornou um importante manual crítico do desenvolvimento. Trata-se do *Dicionário de Desenvolvimento*, organizado por Sachs (1996 [1992]). Nesse dicionário, Esteva (1996 [1992]), afirma que, no “desenvolvimento”, está implícita uma percepção do mundo, tomada como fato, concreto, quantificável e identificável. Um adjetivo comparativo foi usado como substantivo, cuja base de sustentação era o suposto, ocidental, da unidade, homogeneidade e evolução linear do mundo. O desenvolvimento foi produzido, pois, a partir do desmembramento da totalidade de processos interconectados que constituem a realidade do mundo, um fragmento do todo tornado ponto de referência universal (ESTEVA, 1996 [1992]),

¹¹⁷ O autor menciona o trabalho pioneiro feito por Esther Boserup, entre 1970 e 1983, que demonstram a importância do trabalho informal das mulheres para o relativo sucesso dos modelos de desenvolvimento. Nesse mesmo sentido, podemos citar Carrasco (1999), Enríquez, Vasconez e Esquivel (2012), García (2006), entre outras que se dedicaram a discutir o impacto da liberalização na agricultura e nos sistemas de proteção social, advindos de um modelo de desenvolvimento neoliberal, na vida das mulheres de países ditos em desenvolvimento.

p. 58). Aqui se evidencia o eurocentramento do desenvolvimento, em suas três dimensões, pois toma uma particularidade e a torna parâmetro homogêneo e universal.

De acordo com Moraes, quanto mais era verificado o caráter complexo e multidimensional que poderia ter o “subdesenvolvimento” mais se tornava latente a necessidade de um olhar multidisciplinar para a compreensão do conceito e da realidade que ele nomeava. Assim, não só as grandezas e variações do mesmo objeto estavam sendo comparadas, mas modos de vida e escolhas civilizacionais, tácitas ou verbalizadas, estavam sendo colocados em disputa (MORAES, 2006, p. 52).

Finalmente, destaco os aportes de Arturo Escobar (2005), para quem é necessário desconstruir o desenvolvimento como discurso que referenda as práticas, as relações e as posições de poder entre os países. Para o autor, o desenvolvimento é uma das facetas da modernidade e o ‘pós-desenvolvimento’ ajuda a desvelar essa faceta.

O autor elabora a tabela a seguir, que traz os principais aportes dos guarda-chuvas paradigmáticos sobre as teorias do desenvolvimento (ESCOBAR, 2005, p. 21):

Tabela nº 1: Teorias sobre desenvolvimento segundo seus “paradigmas de origem”

Paradigma Variáveis	Teoria Liberal	Teoria Marxista	Teoria pós-estruturalista
Epistemologia	Positivista	Realista/dialética	Interpretativa/construtivista
Conceitos Chaves	- Indivíduo - Mercado	- Produção (p. ex. modos de produção) - Trabalho	- Linguagem - Sentido (significação)
Objeto de estudo	- “Sociedade” - Mercado - Direitos	- Estruturas sociais (relações sociais) - Ideologias	- Representação/discurso - Conhecimento-poder
Atores relevantes	- Indivíduos - Instituições - Estado	- Classes sociais - Movimentos sociais - Estado (democrático)	- Comunidades “locais” - Novos movimentos sociais e ONGs - <i>Todos</i> os produtores de conhecimento (Estado, indivíduos, mov. Sociais)
Perguntas ao desenvolvimento	Como pode uma sociedade se desenvolver através de uma combinação de capital e tecnologia e ações individuais e estatais?	- Como funciona o desenvolvimento como ideologia dominante? - Como pode se desvincular o desenvolvimento do capitalismo?	Como Ásia, África e América Latina chegaram a ser representados como subdesenvolvidos?

Critérios de mudança	- “Progresso”, crescimento. - Crescimento mais distribuição (anos setenta) - Adoção de mercados	- Transformação de relações sociais - Desenvolvimento das forças produtivas - Desenvolvimento de consciência de classe	- Transformação da economia política da verdade - Novos discursos e representações (pluralidade de discursos)
Mecanismos de mudança	- Melhores teorias e dados - Intervenções mais focalizadas	- Luta social (de classe)	- Mudar as práticas de saber e fazer
Etnografia	Como o desenvolvimento e a mudança são mediados pela cultura? - Adaptar os projetos às culturas locais	Como os atores sociais resistem às intervenções do desenvolvimento?	Como os produtores de conhecimento resistem, adaptam, subvertem o conhecimento dominante e criam seu próprio conhecimento
Atitude crítica respeito ao desenvolvimento e à modernidade	Promover um desenvolvimento mais igualitário (aprofundar e completar o projeto da modernidade)	Reorientar o desenvolvimento para a justiça social e sustentabilidade (modernismo crítico: desvincular o capitalismo e modernidade)	Articular uma ética do conhecimento especializado como prática de liberdade (modernidades alternativas e alternativas à modernidade)

Conforme se pode perceber na tabela, a ideia de *pós-desenvolvimento* proposta pelo autor se refere a) à possibilidade de que diferentes discursos e representações, que não estejam mediados pela construção do desenvolvimento (ideologias, metáforas, linguagem, premissas), sejam criados; b) à necessidade de mudanças nas práticas de saber e fazer na “economia política da verdade” definida no regime de desenvolvimento; c) à necessidade de dar visibilidade à multiplicidade de centros e agentes de produção do conhecimento, principalmente dos que são considerados como “objetos” do desenvolvimento, que nessa perspectiva podem se transformar em sujeitos e agentes; d) e à possibilidade de focar nas adaptações, subversões, resistências que as pessoas realizam em relação com as intervenções do desenvolvimento, bem como de destacar essas estratégias alternativas ao desenvolvimento produzidas pelos movimentos sociais (ESCOBAR, 2005, p. 20).

Me identifico particularmente com essa perspectiva crítica, pois percebo que as reflexões dessa pesquisa vão ao encontro dessa proposta. Conforme vim argumentando ao longo da dissertação, as baianas me ensinaram que sobrevivem e realizam seu trabalho apesar de todas as adversidades, inclusive apesar da FIFA e do Estado, com seu modelo de desenvolvimento por megaeventos. Além disso, considero que não se trata apenas de um equívoco tratar

‘desenvolvimento’ dessa ou daquela maneira; o equívoco reside em desconsiderar todas as outras “gramáticas de dignidade”, os conhecimentos e práticas de vida que os “Outros”, que constituem o nós, nos ensinam. Elas vivem à margem do sistema colonial/moderno, agindo nas brechas dele e criando fissuras que podem transformar as relações de poder em relações não hegemônicas, ainda que heterogêneas.

Ainda, essa perspectiva, utilizada também por Svampa (2011) para fazer a leitura da atual configuração econômica dos projetos implementados nas últimas décadas na América Latina, me orientou na compreensão do modelo de desenvolvimento por megaeventos. A autora se dedicou a *Pensar el desarrollo desde America Latina*, identificando aí a retomada do modelo desenvolvimentista dos anos 1950, sob dois paradigmas, que apesar de terem algumas diferenças, apresentam pontos em comum, principalmente no que diz respeito à conciliação com o capitalismo.

Assim, Svampa (2011) nos apresenta as características do modelo “neodesenvolvimentista neoliberal”, implementado no continente na década de 1990, seguindo os preceitos do “Consenso de Washington”. Anteriormente, já dissertei brevemente sobre esse modelo e, por isso, não me detenho a ele aqui; importa mais, aqui, compreender os anos mais recentes da nossa política econômica e social. Com diferentes nuances, se aproximando mais ou menos do antigo consenso (cujas características se resumem na tríade “Desenvolvimento Sustentável/Responsabilidade Socioambiental/Governança”), Svampa identifica a configuração, desde o começo dos anos 2000, de um “neodesenvolvimentismo progressista”, sob o chamado “Consenso de Commodities”. Para essa autora, esse consenso, de “geometria variável”, está saturado por tensões e antagonismos. De uma parte há discursos e ações que acentuam as rupturas com o modelo liberal, como a valorização de conceitos-horizontes que marcaram a nova agenda constitucional, como “descolonização”, “Estado Plurinacional”, “autonomias”, “Buen-vivir”, “direitos da natureza”; de outra parte os governos progressistas acentuam uma visão otimista sobre o que a natureza pode oferecer, com suas “vantagens comparativas”, alimentadas pelo alto preço das commodities (SVAMPA, 2011, pp. 7-8). Trata-se, pois, de uma “ilusão desenvolvimentista”, que, apoiadas nas oportunidades econômicas atuais (como o alto preço das matérias primas e a crescente demanda da Ásia por commodities), alimentam a percepção de que é possível, com o crescimento econômico gerado por tais commodities, alcançar o “desenvolvimento”.

Seguindo nessa linha de raciocínio, os governantes do “Consenso de Commodities” vêm apostando em um projeto econômico que se bifurca em duas faces de uma mesma moeda: uma capitalista, que promove a aliança com setores industriais e do agronegócio, com vistas a impulsionar megaprojetos de mineração, em associação com grandes corporações transnacionais, energia, construção de obras de infraestrutura, no âmbito da *Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana* (IIRSA), e incentivo aos latifúndios e projetos do agronegócio (ou seja, todos projetos capital-intensivos e não trabalho-intensivos); e uma estatal progressista, com ênfase na atuação estatal na elaboração de uma pauta de inclusão social, por meio de uma bateria de políticas sociais e de distribuição de renda, cuja base mesma é a renda “extrativista” das commodities. Contudo, para a autora, esse Estado está atuando no marco de um espaço de geometria variável, num “esquema de muitos atores”, cuja sociedade civil se complexifica, ao mesmo tempo em que há uma estreita associação desse Estado com os capitais privados multinacionais, que, cada vez mais, têm peso maior nas econômicas nacionais (SVAMPA, 2011, p. 9).

Para a autora, o “neodesenvolvimentismo progressista” encerra, em si mesmo, um projeto contraditório e ambíguo, pois pretende uma maior ação estatal no controle da economia e no direcionamento do crescimento econômico, avaliado com base na importância de setores considerados estratégicos e na exploração das “vantagens comparativas”, ao passo que tem que lidar com a demanda de democratização das comunidades e populações afetadas pelos megaempreendimentos (SVAMPA, 2011, p. 9).

Assim, nesse modelo “neodesenvolvimentista progressista”, o Estado procura remediar os processos que ele mesmo cria. Como me afirmou a baiana Vera, “é um Estado que dá com uma mão e tira com a outra”. Em outros momentos, referi-me a essa moeda com duas faces mediante a designação “frente estatal empresarial”. Tomei esse termo emprestado de Segato (2014), que em consonância com o que observei no campo, afirma que o Estado tenta ir amenizando, com uma mão, os males que a outra mão semeou. Para essa autora, há uma aparência de contradição nesse modelo, em que a frente estatal-empresarial abre, de um lado, portas à agressão do mercado global e, de outro, expande direitos e serviços aos cidadãos. Contudo, diferente de Svampa (2012), Segato (2014b) considera que o pacto estatal-empresarial não é contraditório nem ambíguo, mas sim opera um “processo coevo e complementar: a colonização econômica e a colonização pelo discurso dos direitos e da esfera pública” (SEGATO, 2014b, p. 597).

Percebo que os megaeventos se encontram dentro do marco do “neodesenvolvimentismo progressista”, na convergência de três aspectos. Primeiro, a grande oportunidade que se apresenta no horizonte econômico do país deve ser aproveitada, de modo que se explorem as “vantagens comparativas” ao máximo (por exemplo, as atrações turísticas que as cidades oferecem); segundo, essa oportunidade incentiva uma aliança entre o Estado e as elites capitalistas nacionais e internacionais, com vistas a impulsionar “setores estratégicos” (como a construção civil), o que justifica a opção pelos megaeventos como projetos que ajudam a alavancar a economia; e terceiro, há uma interpelação bastante contundente da sociedade civil, que se vê afetada em vários de seus direitos com a implementação dos megaeventos. Por isso tenho chamado o que ocorreu no Brasil, em virtude da “aporia Copa”, de modelo de desenvolvimento por megaeventos.

É a partir dessa perspectiva que dialogo com o Direito ao Desenvolvimento, como um direito humano que tem sido mobilizado como linguagem hegemônica e universalizadora. Como pensar um Direito ao “Desenvolvimento” se as designações, os contornos, os projetos e os modelos que envolvem esse conceito, e esse direito estão inseridos em um paradigma moderno que reforça o eurocentramento e a própria colonialidade/modernidade do poder nas vidas dos povos que vivem sob (mas não dependentes de) esse paradigma? Voltarei a essas indagações quando apresentar as teorias que tratam da tensão dos Direitos Humanos universais e do Direito à Diferença, bem como em minhas reflexões nas considerações finais.

4.4.1.2 Diferença

Assim como ‘desenvolvimento’, a literatura que trata da ‘diferença’ é extensa. A *diferença* foi tratada como “etnicidade”, como “cultura”, como “nação”, entre outros termos. Trago aqui um pouco da discussão sobre a ‘diferença’ como “identidade política”, pois é a categoria frequentemente utilizada pelos atores para afirmar, por meio da linguagem do reconhecimento, a diferença. Em seguida, apresento as críticas a essa visão, que compreendem a ‘diferença’ como “alteridade histórica” de povos que estão em constante inter-relação.

A identidade na modernidade foi amplamente discutida por diversos autores no bojo do que se convencionou denominar o campo do multiculturalismo. A título de ilustração do “estado da arte” da perspectiva multiculturalista, resgato a argumentação de três autores que apresentam

distintas soluções em relação ao reconhecimento das identidades e à formação de alteridades. Em linhas gerais, Taylor (1994) compreende que, nos debates sobre reconhecimento, frequentemente se faz uma associação entre ‘identidade’ e ‘reconhecimento’, como se para reconhecer a diferença fosse necessário reconhecer a identidade. Esse autor procura resgatar o debate acadêmico sobre identidade, observando que esse termo surge no final do Século XVIII como ideal de autenticidade. A partir daí, Taylor procura dialogar filosoficamente com as categorias (*dignidade, igualdade, originalidade*) que, na visão dele, estão na base da formação da identidade como autenticidade.

Ao final de sua discussão filosófica, Taylor (*op. cit*) conclui que há dois tipos de reconhecimento: o reconhecimento negativo, constantemente expressado como ‘não ferir’, ou ‘seus direitos vão até onde não ferem os meus’; e o reconhecimento positivo, da representação identitária como afirmação do diferente, que ele diz ser falsa condescendência e auto-piedade, pois significa atribuição de *valor* ao diferente. O autor não está de acordo com os dois reconhecimentos, e defende que a igualdade entre os diferentes se dá não pelo reconhecimento da identidade. Segundo ele, como humanos que somos, temos *potência* de criação e a exigência dessa potência, dessa igualdade, é diferente, pois, da exigência do *valor* dessa *potência*. Assim, para a realização da dignidade de seres livres e iguais, é preciso que as instituições democráticas não sejam nem repressivas nem discriminatórias, mas promovam a comunicação e a negociação, de modo que a potencia de criação, por meio desse diálogo e negociação, adquira valor de autenticidade. Com efeito, o autor advoga, pelas minorias e pela criação de políticas de reconhecimento igualitário de caráter permanente, na perspectiva de que a multiculturalidade não signifique que há subculturas sobreviventes, e sim que o reconhecimento das identidades seja resultado de deliberações democráticas, a partir das quais o *valor* de *potência* é reconhecido. Esse argumento está na base do reconhecimento dos direitos dos indígenas na Carta Canadense dos Direitos e das Liberdades, parte da Constituição do Canadá de 1982.

Já Walzer (1994) traz um debate importante para essa seção, pois justamente contrapõe direitos humanos universais e direito à diferença. Para esse autor, a diferença entre as sociedades não pode ser suplantada pela suposta universalidade dos direitos humanos, mas estes também não podem ser esquecidos em virtude do relativismo cultural. Ele explica que toda sociedade se pretende universal em sua particularidade, o que significa que toda sociedade explicará moralmente sua particularidade como tendo validade universal. Dessa feita, partindo de “máximos morais” (conjunto das argumentações morais das mais diversas

sociedades), é preciso haver um espaço de deliberação exaustiva que permita o alcance de um denominador comum, os “mínimos morais”, os quais irão embasar moralmente os direitos humanos, para que estes possam respeitar as diferentes identidades e possuir valor de universalidade. Essa perspectiva está presente, por exemplo, na Sentença da Corte Constitucional da Colômbia sobre as contradições entre a justiça ordinária e a justiça comunitária. Ela é a base da afirmação da Corte sobre os mínimos fundamentais¹¹⁸ que devem ser observados por todas as justiças que operam no Estado-nação pluricultural, quais sejam, o direito à vida (as justiças não podiam incluir a pena de morte, nem tortura, nem escravidão), e o mínimo de previsibilidade, ou seja, respeitar o devido processo legal. Dessa forma, as identidades culturais dos povos afro-colombianos e dos indígenas, bem como as justiças comunitárias são reconhecidas como iguais às demais identidades e à justiça ordinária; contudo, estão limitadas por esses mínimos fundamentais.

Finalmente, Kymlica (1995) argumenta contra os teóricos liberais que defendem que a proteção formal dos direitos humanos é o que torna capaz de garantir justiça entre grupos etnoculturais em Estados multiétnicos. Para esse autor, há áreas do direito em que os princípios dos direitos humanos são incapazes de proteger minorias nacionais contra injustiças. Há uma fé cívica no Estado que é preciso ser rompida, pois o Estado pretende administrá-los e não devolver agência a tais grupos, uma vez que é capaz de tirar o poder político e destruir as instituições coletivas, sem necessariamente destruir os indivíduos. Nesse sentido, para sair da armadilha do Estado, o autor defende que os direitos humanos devem ser suplementados com direitos de minorias específicos de cada grupo, havendo necessidade de novas normas internacionais de justiça etnocultural e mecanismos nacionais e internacionais de proteção e garantia de direitos de minorias. O reconhecimento das identidades se dá, dessa forma, na efetivação individual dos direitos de minoria.

Os debates sobre identidade e diferença no âmbito do multiculturalismo também tem importantes contribuições de autoras feministas. Célia Amorós (2004) compreende que o multiculturalismo liberal “nivela as culturas por baixo”, propõe uma “tolerância que no melhor dos casos pode ser um respeito meramente passivo”. Para essa autora, é preciso compreender que a *Ilustração* europeia que conhecemos hoje foi produto de uma relevante diálogo intercultural entre autores de diferentes nacionalidades no âmbito do continente europeu. Disso, a autora depreende que é apenas a partir de uma chave de leitura, uma

¹¹⁸ Cf. Fajardo (2011).

Ilustração, que se encontra dentro da tradição interna às próprias culturas, que a diferença e as identidades podem ser interpeladas e se inter-relacionarem com simetria. Assim, ao refletir sobre a validade dos direitos humanos para as culturas árabes, a autora compreende que é em vão esperar que haja um assimilacionismo por parte dos árabes de um patrimônio cultural que lhe é completamente estranho a seus temas e problemas. Os direitos humanos, como patrimônio humano em geral, só pode ser vivido por um povo a partir de sua própria tradição, nunca a partir da exterioridade (AMORÓS, 2004, pp. 71-72).

Contudo, para a autora, esse argumento não se dá no sentido de romancear as culturas e as identidades, reificando a postura da tolerância. Ela defende uma política cultural democrática, que se realiza, em seu ponto de vista, em um multiculturalismo ilustrado (construção de problemas e temas que são percebidos de dentro para fora como indagações em comum entre os povos) e numa Ilustração multicultural, resultado de interpelações, conflitos e diálogos internos às culturas que promovem o resgate histórico da tradição racionalista dos povos e criam as chaves de leitura crítica e autocrítica, sem cair em fundamentalismos e trincheiras relativistas. Por isso, diferente do multiculturalismo liberal, a Ilustração multicultural “igualada por cima”, pois promove a interação cultural que induz à reflexividade e cada vez mais Ilustração.

Nessa linha, há também as reflexões de Aura Cumes (2014) e Rosalva Castillo (2003), que a partir das experiências com mulheres indígenas de Guatemala e México, respectivamente, problematizam os essencialismos em torno do gênero que o feminismo defendeu por anos. Cumes (2014) compreende que o tempo de hoje é importante porque estamos em um momento de revisão crítica de nossos achados feministas. As identidades e diferenças foram intensamente debatidas e defendidas em decorrência de uma longa história de anulação ou remarcação das diferenças das e dos inferiores. Foi uma defesa importante para interpelar a homogeneidade do paradigma da liberdade na igualdade que a modernidade pretendeu universalizar. Mas, nesse caso, as identidades foram postas como fim em si mesmas e não como meio de dar força às mobilizações que fortalecem os desafios contra a dominação, que, por muitos séculos, se sustentou na diferença que o olho do colonizador predicou (CUMES, 2014, p. 246).

Em raciocínio semelhante, Rosalva Castillo (2003) compreende que atualmente é preciso pensar a diferença dentro do processo global de dominação capitalista, de forma a historicizá-las e contextualizar as lutas locais e identitária contra essa dominação. Em consonância com o

que diz Mohanty (2002), Castillo afirma que é preciso ver como as diferenças nos oferecem explicações sobre as conexões e os cruzamentos na “fronteira” dessas diferenças, para que possamos teorizar nossas preocupações universais de forma mais apropriada. Segundo essa autora, o multiculturalismo deve ser repensado: o conceito da diferença cultural deve ser vinculado ao conceito de poder. A partir desse reposicionamento, as políticas de reconhecimento cultural se tornam estratégias de luta de contextos particulares, localizados. Por isso, o foco das reflexões sobre as diferenças deve ser a formação de alianças e coalizões através das “fronteiras” (MOHANTY, 2002 apud CASTILLO, 2003). Portanto, é preciso construir “pontes de comunicação” que reconheçam as diversidades e as tornem um *potencial* de luta e não um limitante. Essas pontes são o primeiro passo para construir redes de solidariedade de modo que as lutas locais possam afetar de forma mais profunda os poderes globais.

Esse debate segue em aberto, com importantes contribuições dos autores que pensam a interculturalidade como categoria que sintetiza o diálogo, as conexões, os dissensos e os conflitos entre as diferenças, principalmente a partir dos exemplos das experiências do novo constitucionalismo latino-americano. Catherine Walsh (2009) é uma das principais autoras que trabalham com essa categoria em diálogo com as teorias descoloniais. Ainda há a perspectiva do pluralismo jurídico, também pensado a partir das reflexões sobre as constituições multiculturalistas, pluriculturais e plurinacionais dos países latino-americanos. Xavier Albó (2012), Raquel Fajardo (2011) e Ester Sánchez Botero (2001) são autores e autoras que merecem ser citados como expoentes do pluralismo latino-americano. Em linhas gerais, os autores analisam as mudanças que as lutas identitárias dos povos indígenas impulsionaram na reformulação recente dos Estados-nação na América Latina. Sem pormenorizar a proposta de cada um deles, enfatizo que esses autores apresentam novas perspectivas sobre como o Estado-nação deve ser repensado a partir das diferenças que o constituem, de modo que deixe de se configurar como um Estado monista e passe a constituir-se como um novo espaço-tempo plural e heterogêneo.

Finalmente, trago aqui a perspectiva do “pluralismo histórico” de Segato (2007; 2014a). Por questão de aproximação com o objeto de pesquisa, já que a autora analisa a diferença do signo racial na formação do Estado-nação brasileiro, compreendo que essa perspectiva se apresenta mais frutífera para a análise a que me proponho fazer.

Em sua crítica ao multiculturalismo, Segato (2007) distingue entre “identidades políticas” e “alteridades históricas” como sendo construções distintas que merecem atenção. Para a autora, identidades políticas, tais como as defendidas pelos multiculturalistas, são um subtexto dos dominados que reflete coesão do grupo social e garante a inclusão na esfera pública por meio de um espaço diferenciado. Isto é, por meio de dois caminhos, as *identidades políticas transnacionais* tem se configurado como produto da globalização: a) com um perfil definido, povos que sempre foram constituídos na marginalidade passam por um processo de aquisição de visibilidade em termos étnicos, e tornam-se solicitantes de direitos e legislações específicas; b) povos que estiveram marginalizados atravessam um processo de etnogêneses ou reemergência étnica, também como aspirantes a tais recursos (SEGATO, 2007, p. 63).

Já as alteridades históricas, conforme explica Segato, são aquelas que se formaram ao longo das histórias nacionais e que tem formas de inter-relação que são idiossincráticas dessa história. Assim, alteridades históricas refletem um mito próprio, espaço de cultura com valores e metas que não necessariamente são compatíveis com o sistema (*op. cit.*).

Para a autora, as identidades políticas se contrapõem às alteridades históricas porque aspiram a uma inclusão que é falsa consciência, uma vez que o capitalismo – que acumula e concentra – não permite a inclusão, a não ser que essas identidades sirvam para a reprodução e renovação dele mesmo. Por isso, identidades políticas são “enlatadas”, “globalizadas”, “chapadoras” das *alteridades históricas* e impedem as diferenças radicais, com projetos distintos do capitalismo.

Assim, apesar de discutir as diferenças, multiculturalistas a defendem como inclusão, através dos indivíduos, da comunicação/negociação, de mínimos morais deliberados e traduzidos em direitos; mas não há questionamento do capitalismo como sistema que impede a realização plena dos direitos porque não é inclusivo em si mesmo. O direito continua sendo visto como instrumento de inclusão, não como processo de luta por sobrevivência e instrumento contra hegemônico.

Ora, segundo esse raciocínio, a alteridade é sempre realizada pelos “outros”, que, por sua vez, são vistos em um enquadramento estático e não historicizado. Nesse sentido, como o reconhecimento da diferença se dá por meio da inclusão no sistema hegemônico, o Outro sempre terá de resistir e lutar pela sua sobrevivência como povo, provando a sua “outredade”. Isso porque, considerando que cultura, nos termos de Segato (2014a), não é o repertório de costumes de um povo, mas seu projeto histórico de povo – e, portanto, dinâmico e histórico –

tanto o sistema, com seus padrões hegemônicos, estará em mutação quanto os Outros estarão em mutação. Deste modo, a que a diferença outrora reconhecida, no futuro, pode acabar operando como reforço de estereótipos e opressões intra e extra comunitariamente.

A autora alerta que não está afirmando que toda identidade política é completamente perversa, mas compreende que há de se distinguir entre novas identidades políticas e formas de alteridade que se formaram, historicamente, a partir de uma cena nacional. Isso porque é preciso impedir que as identidades políticas tomem o lugar das alteridades históricas, em um processo de substituição por verossimilitude (como ocorreu com o gênero do mundo aldeia na história colonial) (SEGATO, 2007, p. 62).

Para essa autora, há perdas e ganhos com a exigência de reconhecimento das identidades políticas. De uma parte, o pertencimento a grupos marcados por sua diferença como identidade política garante possibilidade de acesso a recursos e garantias de direitos. Ainda, a luta pela inclusão promove a “agitação”, no sentido de que chacoalha a sociedade e a faz notar essa diferença. Além disso, há um ganho que a autora chama de “fé histórica”, pois a sociedade percebe que existe em si mesma capacidade de decisão para impulsionar o movimento das estruturas e desativar suas práticas e substituí-las por outras. Em outras palavras, a luta pela inclusão aponta para uma fé de que a história está aberta e exposta à vontade coletiva (SEGATO, 2010, p. 42).

De outra parte, para essa autora, ao se valer da mobilização de identidades como estratégia política, um povo perde de vista a definição própria do futuro, pois a interpelação ao Estado se dá mecânica e racionalizada por meio de políticas públicas já prontas. Isso significa que o que é passível de reclamação (os recursos e os direitos) já chegam definidos, como finalidades impostas. Nesse sentido, há perda de memória das finalidades alternativas que a interpelação a partir da consciência prática das *alteridades históricas* permitem; ou seja, a pluralidade dos desejos e aspirações humanas é dissuadida. Além disso, as políticas de reconhecimento não alcançam os grupos que ainda não foram interpelados pelos agentes transnacionais e pelo processo modernizador da globalização, pois não se constituem como grupo ou coletividade que se entende diferente, já que a interpelação dessa diferença ainda não aconteceu. E, finalmente, há perda de imaginação, de criatividade que cria soluções culturais singulares, além do esquecimento das formas de convivência mestiças próprias no mundo latino-americano, já que não cabem no modelo das identidades políticas (SEGATO, 2007, pp. 64-65).

Um exemplo de construção de alteridade radical é o caso da realidade afro-americana em alguns países da América Latina, dentre eles o Brasil. Segundo Segato,

o mundo afro-americano continua sendo realmente diverso e divergente, e continua falando de uma África viva com valores e metas próprias que não se confundem com as estabelecidas pelo regime de mercado pleno¹¹⁹ (SEGATO, 2007, pp. 116-117).

Nesse sentido, a autora explica que as tradições afro-brasileiras foram capazes de inscrever um código africano enorme, de experiências e estratégias que os afro-descendentes acumularam, de modo que, distinto das tradições afro-estadunidenses, se coloca como alternativa radical ao essencialismo racista branco, essencialismo que confina a subjetividade a uma identidade rígida e substantiva, típica das identidades políticas.

De que maneira as tradições afro-brasileiras inscrevem esse código? A apropriação de materiais dos mais diversos, inclusive do universo branco e indígena, proporcionou um grande dinamismo a essas tradições, de forma que uma perspectiva radicalmente pluralista permite não só a sobrevivência, mas o enfrentamento ao padrão hegemônico europeu, patriarcal, racial e socialmente desigual.

Como um exemplo, a autora cita as religiões de matriz africana, que são abertas a todas e cada um. Em conjunção com a validade universal atribuída aos *orixás* como descritores da personalidade de qualquer ser humano, e por meio de um voto ritualmente selado, as genealogias religiosas criam um sentido de comunidade e solidariedade disponível para todos, independentemente da origem. Assim, afirma a autora que

essa filosofia contrapõe uma alternativa real ao essencialismo branco, se liberando da armadilha que o último coloca a um sentido de *self* negro – uma armadilha que o confina a uma definição da subjetividade e da identidade rígida, substantiva e essencialista, típica do estilo monológico dominante da civilização ocidental¹²⁰ (SEGATO, 2007, p. 122).

¹¹⁹ Tradução livre do original: “(...) el mundo afro-americano continúa siendo realmente diverso y divergente, y continúa hablando de un África viva con valores y metas propias que no se confunden con las establecidas por el régimen de mercado pleno”.

¹²⁰ Tradução livre do original: “(...) esa filosofía contrapone una alternativa real al esencialismo racista blanco, liberándose de la trampa que el último coloca a un sentido del *self* negro –una trampa que lo confina a una definición de la subjetividad y de la identidad rígida, substantiva y esencialista, típica del estilo monológico dominante de la civilización occidental”.

A partir dessas reflexões, Segato perscruta: qual o valor da luta pelas políticas de inclusão? A autora explica que não bastam as políticas de identidade, nem as políticas públicas que delas derivam (não bastam, não significa que não sejam necessárias). Ela considera que uma perspectiva, definida como “pluralismo histórico”, que proponha a “devolução aos povos das rédeas de sua própria história”, é muito mais interessante que o multiculturalismo e os essencialismos que decorrem das políticas de reconhecimento (SEGATO, 2010, p. 35). Isso implica passar a compreender as diferenças dos povos como *alteridades históricas*, que possuem memória de resistência e criatividade para sobreviver nas brechas do sistema colonial/moderno global, e nos apresentam “finalidades alternativas” para onde se direcionam as ações desses povos.

Em consonância com essa perspectiva, observo que as diferenças das baianas ora são identidade política, ora são alteridade histórica. A diferença das baianas, identificadas tanto por meio das categorias usuais de classificação do “outro” (gênero e raça) quanto pela categoria “patrimônio”, quando atribuídas pelos olhos do colonizador e do colonizado, adquirem formato de identidade política. Elas têm consciência desse formato e, apesar de questioná-lo internamente, criticando sua eficácia como categoria de identificação de suas diferenças, o mobilizam como categoria que as possibilita interpelar o Estado e a FIFA.

Coadunando com essa interpretação, Rios (1999) explica que frequentemente

“a grife impressa no tabuleiro de algumas baianas constitui-se em marca distintiva reveladora da necessidade de se rearticular símbolos identitários de culturas locais em época de economia e informação globalizada” (RIOS, 1999 *apud* TORRES, 2007, p. 246).

Entretanto, quando a diferença é enunciada pelos sujeitos mesmos dessa diferença, esta vem ressignificada por meio de categorias que indicam e reivindicam sua “alteridade histórica”. O desejo das baianas de acarajé é de que o seu ofício seja respeitado e, para isso, mobilizam os saberes e conhecimentos construídos e constituídos em torno dele como alteridade histórica. É com um olhar para o futuro, para o “projeto de povo”, que as baianas se indignam, se rebelam, vão à luta, brigam e se mobilizam visando à perpetuação desse ofício e de seus significados descoloniais na história. Noto que as baianas refletem o olho externo do colonizador e ao mesmo tempo refletem e são refletidas pelo olho interno descolonial.

4.5 As teorias que distendem a tensão

Após as *precisões* sobre o que entendo que significam, no caso analisado, o Direito ao Desenvolvimento e o Direito à diferença, volto à tensão que frequentemente se estabelece entre esses Direitos. Essa tensão é tema de debate profícuo no campo dos Direitos Humanos. Diversos autores procuraram investigar a base filosófica dos Direitos Humanos, o que significa a universalidade dos direitos humanos e o diálogo com a diferença a partir desse campo.

Apresento aqui os autores que dialogam com as duas principais perspectivas que adoto como propostas frutíferas para interpretar o estudo de caso em questão. Em seguida, me ateno nas propostas de Herrera Flores (2003; 2008; 2011) e Segato (2014a), que são importantes contribuições para uma abordagem *crítica e plural* dos Direitos Humanos, respectivamente.

Frequentemente, os autores se indagam *por que e se* os Direitos Humanos são universais. Alguns consideram que – pelo fato de terem sido materializados, a partir de discussões em âmbito internacional, em fóruns plurais, legítimos e democráticos, como categorias de direito nas Declarações, recomendações, jurisprudências e costumes do Direito Internacional – podem ser legitimamente considerados universais. Outros consideram que a universalidade dos Direitos Humanos é, na verdade, um particularismo tornado universal pelos poderes hegemônicos, com a finalidade de promover o controle do capitalismo sobre os povos, utilizando-se da linguagem dos direitos.

Em uma perspectiva intercultural dos direitos humanos, com uma visão bastante próxima à de Célia Amorós, Raimundo Pannikar (2004), ao se indagar se os Direitos Humanos seriam uma concepção ocidental, compreende que sim, e que tais direitos são produto de uma interpretação ocidental sobre a realidade. E, por isso, são universalizados (note-se, são universalizados, não necessariamente universais). Considerando que os povos têm diferentes formas de compreender o mundo, os direitos humanos são vistos pelo autor como uma das janelas para a realidade humana (há muitas janelas). A questão das condições de universalidade de tais direitos (condições que impediriam a ganância e a maldade humanas), por exemplo, não é nem mesmo uma questão universal. Como, então, é possível impedir que as ganâncias do mercado e as maldades humanas se perpetuem, provocando o sofrimento? De

acordo com o autor, é preciso um “diálogo dialógico” entre as culturas para que, a partir de seus *topos*¹²¹ uma cultura possa compreender os construtos de outra.

Assim, a *hermenêutica diatópica* é apontada pelo autor como metodologia que possibilita esse diálogo dialógico entre os *topos*. Essa hermenêutica diatópica, para o autor, é uma reflexão temática de que os *topoi* de uma cultura não possibilitam a compreensão de outra cultura, o que se torna uma problemática. Os Direitos Humanos são um *topos*, a noção de *Dharma*, por exemplo, na tradição indiana é um *topos*, e muitos outros *topos* existem como construtos de outras culturas, como janelas de compreensão do mundo. Para encontrar equivalentes homeomórficos ao direito à vida, por exemplo, ou à dignidade humana, é preciso que as culturas, em diálogo dialógico, encontrem perguntas em comum, problemas em comum. Dessa forma, assim como a Ilustração multicultural, a hermenêutica diatópica é a forma pela qual as culturas, em inter-relação, olham para suas tradições, para o *topos* e, em um processo de autocrítica, definem problemas em comum com outras tradições. Não se trata de encontrar valores transculturais, pois um valor só existe como tal em um dado contexto; mas, sim, trata-se de encontrar problemas universais com seus equivalentes homeomórficos (PANIKKAR, 2004, pp. 208-209).

Diante da constatação de que os Direitos Humanos são uma concepção ocidental, “o mundo deveria renunciar a proclamar ou colocar em prática os Direitos Humanos?” O autor considera que não. Por três razões: a) os direitos humanos são um imperativo, um *dever ser* que deve ser defendido, diante das tendências socioeconômicas e ideológicas atuais; b) entretanto, para não ser ferramenta de imposição ideológica do ocidente, é preciso criar espaços para que outras tradições encontrem suas visões homeomórficas que correspondam ou se oponham aos ‘direitos humanos’ ocidentais, ou seja, é fundamental uma filosofia intercultural e pluralista que proporcione esses espaços; c) e essa prática dos direitos humanos não prescindia de espaço intermediário para o diálogo dialógico, que permita o enriquecimento e a fecundação mútuas entre as culturas. Sem essa perspectiva, intercultural e pluralista, os direitos humanos, ainda que não sejam universais, devem ser tornados símbolos contra a maldade e ganância do mercado (PANIKKAR, 2004, p. 237).

¹²¹ Cf. Pannikar (2004) e Santos (2006). Os dois autores apresentam definições parecidas sobre esse termo. Para Pannikar, são construtos localizados fundados na tradição. Para Santos (2006), “são os lugares comuns retóricos mais abrangentes de determinada cultura. Funcionam como premissas de argumentação que, por não se discutirem, dada a sua evidência, tornam possível a produção e troca de argumentos.” (SANTOS, 2006, P. 447)

Também sob a perspectiva intercultural, com uma outra visão sobre a hermenêutica diatópica, Boaventura de Souza Santos (2006; 2013) traz importantes contribuições para a autocrítica do campo dos Direitos Humanos. Este autor se propõe a debater certas ilusões acerca dos direitos humanos, desfazendo a crença de que tais direitos são a única “gramática possível de dignidade humana”.

Santos (2006) afirma que é necessário haver uma hermenêutica de suspeita em relação aos direitos humanos, genealogicamente construídos em matrizes liberais e ocidentais. Para ele, há quatro ilusões acerca dos Direitos Humanos que precisam ser desfeitas: a primeira ilusão é teleológica, a qual lê a história dos direitos humanos de trás para frente e interpreta diferentes fatos históricos à luz da atual concepção hegemônica; a segunda ilusão é um triunfalismo do campo, que compreende a vitória dos direitos humanos como incondicional, esquecendo-se de que já esteve em disputa com outras gramáticas da dignidade humana (socialismo, comunismo, nacionalismo, etc.); a terceira ilusão é descontextualizadora, que utiliza tais direitos com objetivos contraditórios, a depender do contexto em questão, e, frequentemente, como linguagem hegemônica que justifica novas formas de dominação; e a quarta ilusão diz respeito à visão monolitista, que tende a reduzir as tensões e mesmo contradições entre as teorias de direitos humanos.

A partir disso, Santos se propõe a interpretar os Direitos Humanos dentro de um quadro histórico de intensas transformações globais, no atual contexto de globalização. Para o autor, a globalização é o “processo pelo qual determinada entidade local estende sua influencia a todo o globo, e ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (SANTOS, 2006, p. 438). Nessa perspectiva, há duas globalizações, uma hegemônica e outra contra hegemônica, e o autor compreende que os Direitos Humanos se inserem nessa luta, como componente importante dela. Assim, em sua vertente hegemônica, esses direitos constituem-se inseridos no projeto liberal moderno ocidental, portanto, como um projeto específico e localizado que se pretende universalizado. O “desenvolvimento”, nessa vertente, se inscreve como uma forma de globalização denominada pelo autor de localismo globalizado: “processo pelo qual determinado fenômeno, entidade, condição ou conceito local é globalizado com sucesso (...). Neste processo de produção de globalização, o que se globaliza é o vencedor de uma luta (...) pela imposição de uma determinada (des)ordem internacional” (*op. cit.*). Já em sua vertente contra hegemônica, os direitos humanos decorrem da emergência de lutas transnacionais por valores, ou recursos, que sejam globais; frequentemente, nessas lutas, recorre-se ao direito internacional como

patrimônio comum da humanidade. Dessa forma, esses valores e recursos só podem fazer sentido na medida em que tiverem potencial de interpelar a todos, ao planeta em sua totalidade.

Com efeito, os Direitos Humanos também para Santos é uma concepção ocidental. Entretanto, o autor considera que há validade na concepção de tais direitos como universais, contudo, essa validade só tem sentido para os olhos dos ocidentais. É preciso, pois, situá-los e situá-los sempre historicamente. No momento histórico de sua concepção, os Direitos Humanos foram criados como um discurso hegemônico; mas a história de tais direitos não é só essa, já que em vários lugares do mundo muitas pessoas, organizações vem lutando para ressignificá-los a partir de objetivos políticos emancipatórios. Compreendendo, pois, que os direitos são históricos, não-monolíticos e por isso mesmo são incompletos, como outros *topos*, é possível e necessário estabelecer um diálogo intercultural, por meio da hermenêutica diatópica (SANTOS, 2006, p. 446)

Para esse autor, a hermenêutica diatópica

é um trabalho de colaboração intercultural e não pode ser levado a cabo a partir de uma única cultura ou por uma só pessoa. (...) [Ela] exige uma produção do conhecimento coletiva, participativa, interativa, intersubjetiva e reticular. Deve ser perseguida com a consciência plena de que existirão sempre áreas sombrias, zonas de compreensão ou inteligibilidade irremediáveis, as quais, para evitar a paralisia ou faccionalismo, devem ser relativizadas em nome de interesses comuns na luta contra a injustiça social (SANTOS, 2006, p 454).

De forma distinta, pois, de Pannikar (2004), Santos considera que a hermenêutica diatópica é o processo de produção de soluções comuns para os problemas interculturais. Como é um processo que deve ser impulsionado a partir do diálogo intercultural, uma proposta com contornos utópicos, o autor defende que os direitos humanos devem continuar sendo defendidos, contra hegemonicamente, como guião emancipatório. Nesse sentido, nas lutas contra hegemônicas em defesa e construção dos Direitos Humanos, é preciso se atentar para 4 premissas políticas: a) a de que é preciso superar o debate universalismo x relativismo; para tal, devemos compreender que é possível uma b) transformação cosmopolita dos direitos humanos, que se realiza do diálogo dialógico entre c) culturas incompletas nas suas concepções de dignidade humana; por isso mesmo, não são d) monolíticas. Disso decorre-se que é preciso descobrir qual delas tem um círculo de reciprocidade mais amplo, mais aberta

ao diálogo com as outras culturas. A última premissa, que mais nos interessa, diz respeito a compreender que uma política emancipatória de direitos humanos deve saber diferenciar a luta pelo reconhecimento igualitário das diferenças da luta pela igualdade, para poder travar ambas de forma eficaz (SANTOS, 2006, pp. 446-447).

Finalmente, apresento aqui o que explica Flávia Piovesan (2011) uma das poucas autoras que encontrei na literatura que falam diretamente sobre o Direito ao Desenvolvimento como Direito Humano universal. Essa autora traz um interessante resgate da formação desse direito humano, apresentando o contexto econômico e político da normatização e positivação do desenvolvimento na linguagem do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Esse contexto já foi bastante discutido aqui em outras ocasiões. Importa, então, destacar a conclusão da autora acerca do Direito ao Desenvolvimento como direito humano universal.

Em linhas gerais, Piovesan (2011) afirma que a realização do Direito ao Desenvolvimento, na sua forma contra hegemônica, necessita de uma ruptura com a visão tradicional acerca dos direitos humanos e da criação de uma arquitetura protetiva internacional que compreenda as dimensões nacionais e internacionais. Isso porque, para ela, na atual ordem global, não só o Estado é violador, assim como as vítimas não são só indivíduos, mas grupos e comunidades, o que invoca um padrão de conflitualidade diverso do clássico. A partir disso, em uma afirmação mais contundente que as dos demais autores, Piovesan afirma que é preciso encarar desafios não só políticos – lidar com tensões ideológicas e ambivalências políticas –, mas também (e não menos importante) desafios de natureza econômica.

A partir da interpretação de todos esses autores, é possível perceber que a realização do Direito ao Desenvolvimento tal como se encontra concebido atualmente, segundo padrões liberalizantes que se pretendem hegemônicos, possui efeitos negativos para os próprios direitos humanos. Apesar de serem considerados universais, indivisíveis e interdependentes, os direitos humanos, na prática, não são assim aplicados. Alguns autores apresentam saídas filosóficas para a resolução da tensão do (pretense) universalismo dos Direitos Humanos em conflito com o Direito à Diferença das culturas e dos povos; outros indicam saídas mais específicas, que dizem respeito ao confronto com os sujeitos detentores de poderes globais que, ou violam direitos humanos, ou se utilizam desses direitos humanos para aumentarem e reproduzirem seus poderes.

Apesar de concordar com as perspectivas dialógicas dos autores acima apresentados, compreendo que há nelas três limitações. A primeira diz respeito a uma tendência em

romancear a tensão entre os direitos humanos universalizados e o direito à diferença, apresentando soluções “interculturais” que dependem de uma boa-fé e de um interesse comum entre os diferentes povos. A segunda também diz respeito à factibilidade de tais resoluções interculturais, uma vez que do ponto de vista prático, concebido a partir da luta cotidiana pela defesa dos direitos humanos, percebo que tanto os direitos humanos quanto o direito à diferença só são evocados e protegidos depois que sofrimento humano já foi causado pelas elites que detêm o poder. A terceira, decorrente das outras duas, é a percepção de que provavelmente essa tensão não esteja sendo completamente compreendida, pois ela pode adquirir diferentes formas a depender do contexto em que é avaliada. Os direitos humanos podem ser hegemonicamente usados para justificar violação do direito à diferença, assim como o direito à diferença pode ser conservadoramente utilizado para justificar violações de direitos humanos.

O estudo de caso dessa dissertação evidencia a tensão aparente entre um direito humano universal, o Direito ao Desenvolvimento, utilizado para justificar a violação do Direito à Diferença das baianas de acarajé. Por outro lado, muitas feministas indígenas têm alertado para a reprodução do sexismo de lideranças indígenas sobre as mulheres com base no direito à diferença comunitária, que deve ser preservada, a despeito da opressão que produz sobre essas mulheres. Nessas situações, compreendo, pois, que o Direito à Diferença pode ser simulacro¹²² da pluralidade mesma, assim como direitos humanos podem ser simulacro da humanidade. Daí teríamos que a tensão entre simulacros também seria uma simulação da realidade. A realidade subjacente a essa tensão é a existência de um sistema colonial/moderno capitalista que observa a toda essa dança das cadeiras entre os direitos e se beneficia dela como pode, mantendo-se intacta sob o manto da tensão simulada. Os ativistas e acadêmicos de direitos humanos mantem-se ocupados na armadilha de resolver a tensão entre universalidade e particularidade, enquanto as elites seguem ampliando seus poderes, atendendo aos seus interesses, expandindo o capitalismo, reproduzindo desigualdades.

Devo ainda retomar aqui, conforme dito anteriormente, as propostas de Herrera Flores (2003; 2008; 2011) e de Rita Segato (2014a). Herrera Flores propõe uma teoria crítica e contextualizada dos direitos, em que o autor considera que é preciso haver um compromisso ético inicial, uma tomada de decisão prévia para dar lugar à reflexão crítica emancipadora. De

¹²² Cf Baudrillard, citado por Segato (2006). Utilizando-se do conceito de simulacro de Baudrillard, essa autora explica como certas realidades podem ser modificadas e mascaradas, operando de forma diferente com a nomenclatura e os vocabulários anteriores.

acordo com Flores, é fundamental, para essa perspectiva, que sejamos capazes de reconhecer que há uma realidade abissalmente separada da normatividade abstrata, e que há também uma cínica contradição entre as normas e os fatos (FLORES, 2008 *apud* PRONER, 2011, pp. 30-32). Portanto, o nosso compromisso ético deve ser o de ter uma visão realista que seja consciente da nossa capacidade humana de construir e desconstruir os mundos que nos aparecem dados. O segundo passo desse compromisso ético é o de se propor a desestabilizar o sentido comum opressor por meio de perguntas e respostas possíveis. Com efeito, uma investigação crítica em assuntos relativos a direitos humanos só é possível se partir de um “universalismo de combate” – garantir a todos a possibilidade de lutar, plural e diferenciadamente pela dignidade humana (*op cit.*, p. 33).

Segundo essa abordagem dos direitos humanos, Proner (2011) nos explica que é importante considerar que tornar visível a legalidade pretendidamente neutra e a parcialidade não nos leva necessariamente a negar as garantias formais reconhecidas, nem a rejeitar as normas. Essas garantias são importantes, constituem essencialmente a luta pelos direitos humanos; mas elas não nos eximem, e muito menos são substitutivas, da luta e da expectativa pela realização e satisfação do direito mesmo, e, em última instância do acesso aos bens (*op. cit.*, p. 34).

Proner ainda nos explica que, no marco da perspectiva crítica dos direitos humanos, há dois conceitos de grande valor teórico, subjacentes à aplicação da teoria e à problematização das coisas: a) a interculturalidade e a racionalidade de resistência e b) a riqueza humana como critério de valor (*op. cit.* p. 38).

Assim, Herrera Flores (2003) inicia seus escritos normalmente assentando as bases do que se tratam, para ele, os direitos humanos. Há que se fazer, para tanto, precisões filosófica, teórico-política e jurídico-filosófica. Em sua precisão filosófica dos Direitos Humanos, o autor explica se embasou em duas tendências, a universalidade dos direitos e sua atribuição à pessoa humana. Isso, em realidade, significa uma espécie de anti-humanismo, sobretudo porque supõem uma esfera ‘objetiva’ do que é ser humano, impondo, pois, limites à ação humana. Os direitos humanos “objetivos”, como categoria transcendente e benevolente, não são suficientes para fundamentar práticas sociais e articular movimentos de luta por direitos. Diferentes significados de dignidade estão constantemente em disputa e a dignidade da pessoa humana é um dos sentidos possíveis.

Em sua precisão teórica-política, o autor afirma que os direitos humanos foram legitimados segundo uma visão liberal, que os compreende não como obrigação, mas como marco de autonomia para a ação pública, e, por isso mesmo, são automaticamente justificados quando positivados. Ora, os Direitos Humanos, baseados moralmente na dignidade da pessoa humana, fundam uma simetria entre direitos e deveres. Contudo, como obrigar agentes públicos e privados, se a única função do direito é estabelecer e garantir limites para a ação, sem referenciar deveres e responsabilidades? Em certa medida, os sistemas jurídicos internacionais e regionais podem envergonhar os Estados por ferir os direitos, mas e o que dizer dos horrores produzidos pelos processos de acumulação do capital global? A respostas a essas questões apontam para o fato de ser impossível garantir jurídica e institucionalmente os direitos econômicos, sociais e culturais, gerando um mal estar e reforçando a ambiguidade dessa constituição teórico-política dos direitos humanos.

O autor conclui em sua precisão teórico-política, que ao campo dos Direitos Humanos carece de “levar a sério o pluralismo, não como mera ‘superposição’ de consensos, mas como a prática democrática que reforça a diferença das posições em conflito e se sustenta na singularidade de suas interpretações e perspectivas acerca da realidade¹²³” (FLORES, 2003, p. 13).

O autor explica ainda que, no plano jurídico-cultural, direitos humanos implicaram/implicam em tensões entre as categorias identidade e diferença. A igualdade cidadã perante a lei significou a tomada de partido prioritariamente pela identidade, a qual prevalece sobre a pluralidade e diversidade. A figura do “contrato” social permitiu a separação entre política – contratual – e economia. O “contrato” garante igualdade jurídica e política, mas, no campo econômico, os contratos são realizados autonomamente. Entretanto, toda organização política dos Estados-nações se realizou para articular a organização capitalista das relações sociais, ou como diria Quijano (2014), a colonialidade do poder realizou-se atrelada ao desenvolvimento do capitalismo e interdependente dele. Em outros termos, o contrato político se dá relacionado e em função do referencial econômico. Ficticiamente, houve uma separação ideológica de esferas que não se separam, apartando ficticiamente também os indivíduos e grupos das situações concretas, considerados idealmente iguais politicamente. Essa separação, porém, normaliza, legitima e legaliza posições de desigualdade. Não havendo espaço, pois, para a

¹²³ Tradução livre do original: “Se trata, por tanto, de tomarse en serio el pluralismo, no como mera “superposición” de consensos, sino como práctica democrática que refuerza la diferencia de las posiciones en conflicto y se sustenta en la singularidad de sus interpretaciones y perspectivas acerca de la realidad”.

diferença e a pluralidade, reproduzem-se desigualdades econômicas que não se resolvem politicamente, visto que são esferas distintas. É fundamental destacar, aqui, que, para esse autor, a igualdade no plano material se dá pela superação da desigualdade.

Assim, a saída para a tensão não pode se dar meramente por meio do reconhecimento da diferença (importante do ponto de vista estratégico-político), que pode acabar incorrendo em falsa inclusão, quando se promove a construção de identidades políticas enlatadas ao invés de alteridades históricas resistentes¹²⁴. Antônimo de igualdade é desigualdade e não diferença. Por isso não se trata de universalizar os direitos humanos ou relativizar a diferença, mas compreender as diversas estratégias de sobrevivência e vivência que promovem o envolvimento do todo – das pessoas, das pessoas entre si, das pessoas com a natureza e vice-versa - e dar espaço para a realização delas com autonomia. Dessa forma, reconhecer a diferença é dar espaço para essas diversas estratégias e projetos de ser, inclusive e principalmente quando pretendem superar a desigualdade por vias independentes do capital ou anticapitalistas.

Diferente da atribuição corriqueira dos Direitos Humanos como normas formais, Flores (2008), que já vinha realizando a crítica à utopia da validade formal, define os direitos humanos, então, como parte da história humana de construção das condições que permitam aos seres humanos permanecerem na luta pela dignidade humana, ou ainda nos termos de Spinoza, o impulso que lhes dá possibilidade de continuar na luta por ser o que são.

Flores (2008) resgata um conceito de Spinoza que se torna fundamental para compreender os direitos humanos como processos. Spinoza denomina as lutas – nas quais os valores liberdade, igualdade, solidariedade estão subjacentes – de *conatus*. O *conatus* é “a potência política da multidão para se perseverar na existência e ampliar o poder do conhecimento e da ação humana”. Para Flores, quando o social, o jurídico, o econômico ou o político são usados para fortalecer a potência cidadã dos sujeitos, aí tem-se uma definição de Direitos Humanos que supera a redução jurídico formal a que estão condicionados.

Assim, os Direitos Humanos são uma convenção terminológica e político-jurídica, de onde se materializa o *conatus* que impulsiona os seres humanos a construir teias de relações – sociais, políticas, econômicas e culturais – que aumente as potencialidades humanas. A partir dessa

¹²⁴ Cf. Segato (2007).

perspectiva dos direitos humanos, os sujeitos podem se situar em outra narrativa, em outra *grundnorm* (essa ideia utópica do direito), em um discurso normativo de resistência.

Com efeito, para esse autor, os processos de luta, ao que convencionalmente denominamos Direitos Humanos, situam-se historicamente com o estabelecimento de novas formas de relação social instauradas com o modo de produção capitalista e seus mercados ‘auto reguladores’. O capital como “estrutura imanente do mundo social” vai se estabelecendo e se generalizando historicamente e consolidando estruturas de poder que servem à necessidade de acumulação e dominação. Concomitantes dinâmicas sociais, de diferentes formas, impulsionaram a ação ou criaram marcos para a ação e o pensamento alternativos à estrutura dominante do capital. Esses processos e dinâmicas históricas produziram os textos e declarações que são, por um lado, reflexo da reação social às diferentes fases do capitalismo, por outro, construtos ideológicos de um discurso privado e particular. Contudo, novos processos seguem colocando em xeque o caráter individualista, formalista e essencialista dos direitos humanos.

A título de conclusão, o autor (*op. cit*) retoma a ideia de *conatus* e reafirma que tomar a concepção dos direitos humanos como processos derivados das tramas de relações na disputa pela dignidade é ter maturidade política para compreender que a realidade nunca é dada e que é possível não só situar e contextualizar os direitos como dependentes das categorias sociais de existência, mas também reforçar o caráter revolucionário e antagônico que tais direitos podem assumir.

Finalmente, apresento aqui os corolários do Direito à Diferença, apresentados por Segato (2014). Devo dizer que tendo apresentado em diversas partes do texto, sintetizo aqui o argumento dessa autora acerca do pluralismo histórico por meio de seus “corolários” do Direito à Diferença.

Com efeito, inicialmente a autora faz sua primeira precisão conceitual acerca do Direito à Diferença, que é também o primeiro corolário da sua perspectiva pluralista: ao invés de falar da diferença dos grupos e coletividades em contraposição ao Estado monolítico, é mais interessante falar em “povo”. O termo “grupo étnico” na concepção da autora é categoria objetificadora, que reforça a classificação dos povos e ancora um grupo em uma etnicidade que se baseia em um patrimônio fixo de cultura. Assim, visto a-historicamente e descontextualizado, o grupo étnico não nos permite ter a dimensão dinâmica da vida que os povos em movimento têm.

Disso se depreende, também, que povo é um coletivo que olha para si mesmo como tecelões da teia de uma história comum, que vem de um passado comum em direção a um futuro compartilhado. Essa perspectiva não exclui a possibilidade da conflitividade como parte constitutiva das relações entre os sujeitos, em seu caminho histórico comum. Tecer essa teia é uma tarefa coletiva, que se dá de forma contínua, ainda que haja rupturas e esgarçamentos de alguns de seus fios; mas o resultado da trama tecida torna evidentes as convergências e divergências entre seus membros.

O terceiro corolário, parcialmente explicado no primeiro, diz respeito a ser mais adequado, segundo Segato, falar de “história” que falar de “cultura”, já que este termo é normalmente utilizado como argumento que possibilita o sequestro dos costumes de um povo de seu fluxo histórico, transformados em peças museológicas. Se cultura, como compreende a autora, é resultado da decantação da experiência acumulada por um coletivo, uma simbolização de um processo histórico, é interessante impedir o engessamento museológico dessa experiência, e denominá-la simplesmente história.

O quarto corolário diz respeito à compreensão de que o Estado deve ter um papel de “devolvedor/restituidor” não só da justiça própria dos povos, mas de outros recursos que devem ser restituídos a eles. Disso deriva o quinto e sexto corolários: para a autora, devolver a justiça própria significa promover a reparação do tecido comunitário (rasgado pelas relações de poder coloniais/modernas) e restituir à comunidade as rédeas de sua história. Isso implica que a devolução de terras às comunidades, por exemplo, é necessária, mas insuficiente para o fim dessas reparações: o foro próprio interno deliberativo reconstruído é crucial para a compreensão e reconstituição do caminho histórico de um sujeito coletivo. Finalmente, o último corolário diz respeito ao fato de que nesse processo de restituição das rédeas da história, o Estado, interventor de longa data, de olhar branqueador e branqueado, não pode se retirar súbita e completamente do mundo-aldeia¹²⁵. Isso porque a desordem que as estruturas classificatórias do sistema colonial/moderno criaram significou para os povos uma reformulação de suas estruturas anteriores de classificação, resultando, por exemplo, na formação de um patriarcado de mais periculosidade. Como havia exemplificado antes, as estruturas de cacicado, ressignificadas a partir da interpelação da classificação racial dos povos, são justificadas como estruturas de opressão com o manto do discurso da diferença comunitária. Portanto, retirar-se subitamente significaria ser omissos quanto à responsabilidade

¹²⁵ Cf. Segato (2012).

e participação desse Estado-nação na formação das alteridades históricas desses povos (SEGATO, 2014, p. 28).

Depreende-se, portanto, do diálogo entre os autores, que os direitos humanos se constituem na inter-historicidade dos processos de disputa e luta. Assim, considero que pelo menos *a priori*, os direitos humanos representam a tentativa dos que lutam contra a imposição de sofrimento aos povos, de fazer coincidir o tempo do direito com o tempo da história. Nesses processos, não podem ser tomados como finalidade última das lutas (ter direitos garantidos), e, sim, ponto de partida, pois é a linguagem que temos para interpelar o Estado. Mas é preciso estar alerta para a utilização desses direitos como linguagem hegemônica da frente-estatal empresarial para encobrir, simular, um discurso colonial, reconfigurando as alteridades históricas em identidades políticas e forjando uma falsa inclusão no sistema e oprimindo os projetos que pretendem abrir brechas nesse sistema. Além disso, é condição *sine qua non* garantir a pluralidade de “projetos de povo”, para que os direitos humanos não sejam colocados contra o direito à diferença, e sim sejam linguagem contra hegemônica.

Expresso minha compreensão sobre a tensão entre os direitos humanos e o direito à diferença através da metáfora do jogo do cabo de guerra. Os direitos humanos constituem-se, metaforicamente, como uma corda que funciona como um cabo de guerra. Essa corda, formada por uma trança de vários fios – que são os anseios, os desejos, as necessidades, os interesses, as expectativas dos povos, transformados, pela sociedade, em direitos –, configura a linguagem moderna encontrada pela sociedade para permitir aos sujeitos interpelarem uns aos outros, por intermédio do Estado. Ao longo da história, mais fios podem ser trançados, tornando a corda mais robusta. Em um jogo de cabo de guerra (uma situação em disputa, onde se instala o conflito), todos somos potenciais jogadores: qualquer um pode ir para uma das pontas da corda. É isso que nos iguala. Em tudo o mais somos diferentes, porque somos seres plurais. Aprendemos jeitos diferentes de puxar a corda, temos estratégias de tensionar mais a corda em um dado momento e relaxar mais em outro, colocamos mais ou menos fé nesse jogo, e assim por diante. O árbitro desse jogo é a sociedade (como um todo, sociedade civil e Estado). A força nesse jogo não deriva de uma característica física entre os jogadores, mas dos poderes que esses jogadores têm. Quanto mais jogadores poderosos forem para um lado da corda, menos igualdade há na disputa/jogo. Nesse cabo de guerra, o que se opõe à *igualdade* de qualquer um poder jogar e ganhar é a *desigualdade* de poderes em campo e não a *diferença* entre os jogadores. Assim, na igualdade cidadã, o que faz um jogador perder o

jogo ou a corda arrebentar para um lado não é a diferença entre os jogadores, mas a desigualdade entre eles.

Devo ainda dizer que o acesso a essa corda é desigual, e é, justamente, por isso que somos apenas potencialmente jogadores, o que não significa que todos possam jogar. Além disso, ainda que as características particulares dos jogadores, *a priori*, não signifiquem mais força, o olho da sociedade colonial/moderna começou a perceber as diferenças como fatores a) que tiravam dos jogadores a possibilidade de jogar, o seja, o seu potencial de jogador era menosprezado e b) que faziam dos outros jogadores mais merecedores de ganhar o jogo. Assim, a diferença constitui o fator que conferiu mais ou menos poder aos jogadores, o que a fez se tornar sinônimo de desigualdade. Além disso, a diferença não tornava só os jogadores mais merecedores, mas fazia com que o árbitro julgasse em favor do considerado mais merecedor, e, muitas vezes (mas muitas vezes mesmo!), o árbitro foi um jogador ao lado de outro jogador considerado mais merecedor, tornando as forças ainda mais desiguais.

Essa metáfora do cabo de guerra serve para reforçar os seguintes aspectos dessa tensão: os direitos humanos, indivisíveis e indissociáveis, são constantemente disputados e constituem-se e são constituídos em um processo de luta; a colonial/modernidade transformou as diferenças em desigualdades, e ainda que a modernidade tenha instaurado igualdade entre os sujeitos como potenciais jogadores, a desigualdade entre eles faz com que um ou outro tenha mais força para ganhar o jogo.

Atenção! Não é a diferença que se opõe à igualdade, mas, sim, a desigualdade. Só faz sentido falar em tensão entre a universalidade dos direitos humanos e o direito à diferença porque essa diferença foi tornada desigualdade. Nessa perspectiva, a tensão entre a *universalidade* dos direitos humanos – que iguala os seres – e a *particularidade* do direito à diferença só pode ser resolvida quando deixarmos de ver a *diferença* como desigualdade e enquanto lutamos para que não haja concentração de poder com um ou poucos jogadores.

No cabo de guerra desse estudo de caso, os desejos/interesses de uma sociedade, tornados direitos e universais, estão em tensão com os desejos e interesses de um grupo (que tem outros desejos e interesses), constituídos em direito à diferença. Esses sujeitos estão em conflito não só para ter a corda para si, mas para construí-la com seus fios. Um direito em específico foi mais tensionado, o direito ao desenvolvimento. Em uma ponta da corda está a FIFA, e o árbitro esteve na maior parte do tempo ao lado desse jogador, configurando-se também um jogador. Enquanto tinha a corda para si, esses jogadores justificaram a

materialização de seus interesses com a linguagem de um dos fios da corda – é preciso se desenvolver, a Copa nos ajuda nisso e deixará um legado que promoverá mais desenvolvimento. Na outra ponta, estavam as baianas de acarajé, que, apesar de estarem em desigualdade em relação ao outro jogador, conhecem várias estratégias de tensionar e flexibilizar a corda. Elas foram juntando forças de outros jogadores que se colocaram ao seu lado (assinaturas de 17 mil jogadores, os internautas), e o árbitro se posicionou em alguns momentos em seu favor. Quando tiveram a corda para si, elas chamaram os seus desejos e interesses mediante designações de um dos fios da corda – patrimônio, respeito, dignidade –, ainda que tivessem receio de que o formato desse fio as amarrasse e restringisse seus desejos e interesses.

Seguindo o raciocínio dessa metáfora, podemos ir além e pensar em outras formas de dialogar os Direitos Humanos e o Direito à Diferença. Daí temos que, a partir dos ensinamentos de Segato (2014), é possível vislumbrar que os povos construam juntos, com os fios de seus interesses, desejos, necessidades e expectativas em suas mãos, um enorme tapete que represente a pluralidade humana. Esses fios, que podem estar sob o formato de direitos ou sob outros formatos construídos a partir dos *topos* de cada povo, começam andando em paralelo, mas logo se tocam, tangenciam-se, se separam, formando desenhos próprios, ou se entrelaçam, formando nós que representam a conflitividade, e desenhos em comum, que representam formações plurais inter-históricas.

Para que isso aconteça, é preciso que lutemos autocriticamente para que 1) deixemos de ver os direitos humanos como único formato que os fios das histórias humanas podem ter, pois isso seria incorrer na ilusão teleológica de que falava Santos (2006) e 2) os fios sejam desconcentrados das mãos de uns e distribuídos entre todos. Só assim o *conatus* dos povos contribuirá para a descolonização do sistema colonial/moderno de poder global.

Assim, retomando uma indagação que fiz ao final da sessão sobre a precisão conceitual de desenvolvimento, compreendo que a tensão aparente entre o direito ao desenvolvimento e o direito à diferença não se resolve contrapondo um direito ao outro. É preciso ir mais à fundo, perturbar o paradigma moderno no qual esses direitos são criados.

Ao tratarmos de direitos humanos como dimensão teórico-política, compreendo que é preciso e necessário descolonizar os direitos humanos, mobilizando-os a partir de uma linguagem contra hegemônica. Eles são importantes na medida em que contribuem para a luta das identidades políticas, e devem passar a contribuir também para a reconstituição de alteridades

históricas. Mas não só os direitos humanos precisam ser descolonizados, mas o Estado-Nação. Os direitos criados pela Ilustração moderna devem ser uma chave de leitura da realidade, entendidos, pois, como uma janela de interpretação do mundo em que vivemos. Mas não a única. Outras chaves de leitura da realidade, criativas quanto às suas finalidades alternativas, devem poder passar a constituir, em pé de igualdade, o Estado-nação. Não só os recursos do estado devem ser distribuídos, mas os poderes do Estado também em uma verdadeira revolução democrática. Apenas em uma perspectiva pluralista podemos fazer essa distribuição de poderes.

Considerações finais

O estudo de caso aqui apresentado surgiu da proposta/indagação de compreender de que forma a realização da Copa do Mundo da FIFATM afetou a vida das baianas de acarajé. Procurei interpretar a relação entre o capitalismo internacional e a economia local a partir da visão e da narrativa que as baianas de acarajé me ofereceram. Identifiquei, nessa relação, distintas percepções sobre a eficiência e a necessidade de se impulsionar o ‘desenvolvimento’ do país e a promoção da inclusão social que a realização do megaevento no País promoveria. Percebi que a implementação do modelo de desenvolvimento por megaeventos gerou violações de direitos e instalou uma tensão, entre Direitos Humanos universais – na figura do Direito ao Desenvolvimento – e o Direito à Diferença, que necessitava ser investigada.

Vimos no Capítulo 1 os diferentes aspectos da realização do modelo de desenvolvimento por megaeventos. Apresentei o contexto nacional e soteropolitano de tal implementação e trouxe vários exemplos de violações de direitos humanos. Concluo, então, que tanto no caso das remoções forçadas quanto no caso da expulsão dos trabalhadores informais, houve uma completa falta de diálogo entre os governos municipais, estaduais, federal e a FIFA com as comunidades atingidas, resultando num completo des-envolvimento dos cidadãos. Isso foi possível graças à criação da Lei Geral da Copa, de processos licitatórios excepcionais e outros instrumentos institucionais que legalizaram, autorizaram e legitimaram a execução dos projetos desse modelo, sem a devida realização dos processos de escuta da audiência pública e uma formulação conjunta e participativa necessários à elaboração de programas e políticas.

Assim, procurei mostrar como a atuação mafiosa da FIFA e patrocinadores que construíram um “padrão” de megaeventos que possibilita a expansão do seu poder capitalista e monopolista. Para executar esse padrão, a FIFA e as elites políticas sequestraram o Estado e construíram mecanismos de institucionalização da dominação e da exploração, que, apesar de serem ‘transitórios’, adquirem caráter permanente.

A partir da descrição do campo, nos Capítulos 2 e 3, a identificação da formação dessa frente estatal empresarial ficou mais evidente. Houve uma insistência em impedir as baianas de acarajé de trabalhar, e várias formas de controle do seu trabalho e foram realizadas. Isso porque a FIFA o monopólio das empresas concessionária e patrocinadoras devia ser resguardado. Percebi também a tentativa de transformação de espaços públicos em lugares privados, sob controle mafioso da FIFA. Conforme argumentei, o padrão FIFA, em realidade,

é uma estratégia contemporânea de rapinha dos corpos-territórios, expressão colonialidade do poder, ou ainda conquistualidade do poder.

Além disso, identifiquei também, por meio da pesquisa de campo, quais foram as estratégias de luta utilizadas pelas baianas, antes e depois da Copa, para garantir e realizar seu trabalho. Antes da Copa, mobilizaram-se e procuraram negociar a participação nos megaeventos de várias formas, estratégias usuais e novas formas virtuais de mobilização. A rua foi reivindicada como o espaço público e como lugar que constitui o ofício delas; espaço onde elas aparecem e são vistas como sujeitos políticos e autônomos. Depois da Copa, tanto as baianas que puderam trabalhar quanto as que não puderam tinham a percepção de que houve um grande desrespeito com elas e o impedimento da realização do seu ofício atentava não só contra elas, mas também, simbolicamente, contra o povo brasileiro, já que esse ofício é patrimônio imaterial nacional. Por outro lado, a luta delas pela sobrevivência e pela continuidade seguia firme e servia de exemplo para outros atingidos e atingidas pelo modelo de desenvolvimento por megaeventos. Por isso, a disputa contra a FIFA era não só uma batalha para reconquistar o espaço delas, mas também uma guerra simbólica, de discursos sobre “projetos de povo” distintos. E, nessa guerra simbólica, as baianas se consideram vitoriosas, pois a possibilidade de continuação do ofício no espaço público permanece aberta ao futuro.

No Capítulo 4 apresentei as teorias com as quais dialoguei e a partir das quais compreendi o significado do que observei e aprendi em campo. As teorias descoloniais me apontaram que o caminho de compreensão de um conflito social tem relação com disputas pelo controle das dimensões da vida das pessoas. Essas disputas estão inseridas em contextos históricos, descontínuos e heterogêneos, todos articulados em uma estrutura colonial /moderna de dominação e exploração global do capitalismo. Da mesma forma, a luta dos povos por sobrevivência nos mostra que existe sempre a possibilidade de viver e lutar nas brechas dessa estrutura, criando fissuras descoloniais que garantam a permanência de alteridades históricas no mundo.

Também o estudo de caso me apresentou a existência de regularidades discursivas que construía um campo de tensão entre os Direitos Humanos – na figura do Direito ao Desenvolvimento – e o do Direito à Diferença. Procurei esmiuçar os significados que ‘desenvolvimento’ e ‘diferença’ adquiriram ao longo dos últimos anos e sob que perspectiva eles foram mobilizados como discursos que justificavam uma ou outra ação dos atores do

campo de e em disputa. Procurei, a partir daí, compreender os significados, as leituras e resoluções para essa tensão. Percebi que, sob essa tensão aparente, se esconde uma realidade na qual a diferença é manipulada como desigualdade.

Finalmente, baseado com base nas perspectivas críticas de Herrera Flores e pluralista de Rita Segato construí um raciocínio sob a tensão Direitos Humanos e Direito à Diferença, tensão que, em verdade, deve ser vista sobre outro prisma, da igualdade contra a desigualdade, e não do universalismo contra a particularidade. A perspectiva do pluralismo nos é interessante porque aponta um caminho para a percepção da diferença não como desigualdade, mas como pluralidade humana, que é chave estratégica de descolonização dos direitos humanos e da mobilização para a ação humana descolonial.

Devo dizer ainda que aprendi muito mais com as baianas de acarajé. A luta para garantir o trabalho durante a Copa não foi só motivada por uma questão econômica. Como procurei mostrar, houve um ímpeto ético que as impelia a defender sua cidadania e sua vida mesma, pois o trabalho para as baianas de acarajé é constitutivo de suas subjetividades. Compreendi isso não só por meio de diversas explicações, expressadas de diversas formas, inclusive por meio do conhecimento mitológico referente ao ofício do acarajé e dos mitos sobre a orixá Iansã.

Por isso mesmo, por meio da amefricanidade, as baianas de acarajé questionam sempre as discriminações de gênero e raça a que são submetidas: não aceitam e nem caem nos discursos ‘desenvolvimentistas’ das elites, que justificam o mal que é bom para a maioria, que, na verdade, reproduz racismo e desigualdade. Além disso, não se veem como vítimas, pelo contrário, são e querem ser agentes: do turismo e de suas vidas.

Identifico ainda que há tentativa de transformá-las em logomarca de exportação, um atrativo que o Brasil oferece ao mundo como mercadoria ou objeto com valor de publicidade. Ao questionarem sobre ser vistas como ‘baiana cartão-postal’, as baianas se reivindicam como signo vivo, que lutam para não serem chanceladas como identidade política. A marca, o logo, é a identidade política globalizada, que tem que se logotipar para conseguir algum recurso. Como signo é relacional, as baianas indicam que não estão chapadas, como uma fotografia, mas estão em movimento, na dinâmica da história, se relacionando com os outros (com o Brasil e com o mundo) e com elas mesmas, como alteridades históricas.

Sob a perspectiva do multiculturalismo, as baianas deveriam dialogar com o Estado reivindicando a proteção de seus direitos como mulheres, direitos de minorias étnicas ou do direito à não discriminação étnica. Contudo, apesar de estarem articuladas sob todas essas bandeiras de luta e reivindicação identitária (não à toa a ABAM organizou um curso de formação política sobre história do feminismo negro e da luta de mulheres negras), elas resistiram à dominação da FIFA e interpelaram o Estado a partir de seu lugar, do que elas compreendem ser o ofício e da importância dele para a continuidade de sua existência. Fizeram, pois, uso do ‘patrimônio’, que o Estado lhes atribuiu como identidade política, a partir de seus anseios e expectativas em relação ao futuro. Sob essa perspectiva autocrítica, o patrimônio adquiriu, para elas, caráter de instrumento para a realização de sua alteridade histórica.

Finalmente, como disse anteriormente, aprendi com as baianas que o ofício delas significa um ‘trabalho’ realizado não só com a finalidade econômica a que normalmente atribuímos quando pensamos essa categoria (como atividade destinada a prover meios para subsistência). Para as baianas de acarajé, as relações de comércio que elas estabelecem e o trabalho que elas realizam não tem função apenas capitalista, no sentido de acumulação e exploração. O trabalho tem dimensão constitutiva de suas subjetividades, no sentido de que essa dimensão de suas vidas não tem a mesma função que o trabalho para outras pessoas, trocado nas relações capitalistas por salário. O comércio também é constitutivo do ofício, pois não se trata apenas de vender o acarajé – se fosse apenas isso ele seria mais uma mercadoria no mercado. Como sabemos, ser comerciante para as baianas de acarajé significa se relacionar com o mundo de uma forma muito própria, com vários significados simbólicos, culturais e religiosos, entre os quais a reprodução e a perpetuação de uma herança afro-brasileira. Um dos significados, por exemplo, se relaciona com a oferta de vida, de amor, de bem-estar e de renúncia à usura, pois a expressão dos sentimentos se dá pelo estômago. Me explicaram, por exemplo, que mesmo quando se é pobre, sempre se deixa um pouco para devolver à natureza, porque ela compartilha o mundo conosco; o que sobra prato retorna para realimentar a natureza.

A partir disso, cheguei à seguinte indagação: ao invés de falar ‘desenvolvimento’ possível para todos, por que não pensamos em vida digna e autônoma para todos? Existem outras lógicas econômicas que convivem “de portas semiabertas” com o capitalismo, mas que não prescindem dele para existir.

A proposta do desenvolvimento, como expliquei, se origina da necessidade de reorganizar as relações coloniais/modernas do capitalismo global e, portanto, está completamente inserida e atrelada a esse sistema, apresentando-se como destino final e inequívoco de toda sociedade. Qualquer proposta que objetive estabelecer em torno do ‘desenvolvimento’ parâmetros universais debatidos, dialogados, consensuados, por mais democrática que seja, seguirá operando sob a lógica capitalista.

Conforme nos explica Segato:

A economia do mercado colonizou completamente o mundo-da-vida, e nessas condições, não se vê onde e como outros valores que não sejam a maximização da produtividade e do lucro podem encontrar um lugar legítimo sobre o sol. Penso que essa situação é nova e possibilita uma compreensão da globalização como expansão das regras do mercado para abarcar todos os aspectos da vida social e sobre-determinar não só a localidade senão *também* a cultura dos grupos minoritários. Em outras palavras, não consigo vislumbrar como, sob tal pressão, um grupo pode subsistir sustentando uma visão diferente sobre o significado dos recursos, seus modos de produção e seu papel na vida humana (SEGATO, 2007, p. 144).

Assim, sob a ótica do ‘desenvolvimento’, outras lógicas econômicas a) que não reproduzem as relações de exploração capital-salário e capital-trabalho, b) que estabelecem outros vínculos com o mundo, a partir do comércio, c) cuja a produção não se destina unicamente à acumulação de riquezas, d) que veem a natureza não como depósito de recursos, mas como mãe-terra que oportuniza a reprodução da vida e) que compreendem o mundo como um lugar de abundância, que pode ser compartilhada e dividida entre todos e não de escassez que deve ser disputada, etc., não podem existir porque entram em conflito direto com a lógica capitalista, que não permite pluralidade de destinos.

É aí que está a chave descolonial para a reoriginalização de uma nova totalidade, heterogênea e descontínua por sua característica essencial: é preciso lutar para que cada vez mais o mundo se estruture em torno da pluralidade econômica.

Ora, se as estruturas de dominação e exploração do sistema colonial/moderno se valem de relações de poder binárias, hierarquizadoras, a desconstrução dessa estrutura deve se dar a partir de uma proposta ontológica não binária. Por isso, o eixo estrutural de um sistema descolonial global deve ser a pluralidade mesma da vida, em todas as suas dimensões.

Enfatizo aqui a dimensão das relações humanas com o trabalho, porque, como nos explica Quijano (2014, p. 299), essa dimensão é capaz de organizar e orientar todas as demais.

Assim, como explica esse autor, se por um lado o capital conseguiu articular em torno de si todas as formas de relações de trabalho, hegemônicas e se apropriando de formas de trabalho heterogêneas, por outro, esse sistema não é absolutamente homogêneo, pois, ao lado das relações de trabalho assalariadas, servis e escravas, existem formas produtivas baseadas na solidariedade comunitária e de reciprocidade, que seguem se reinventando à margem não incluída do capital, nas comunidades indígenas, camponesas, ribeirinhas, tradicionais, e na forma de economia solidária e popular (QUIJANO, 2014, p. 803).

Assim, a proposta do Pluralismo Econômico pretende desarticular o capitalismo como sistema de controle do trabalho e dos demais campos em articulação, pois esse campo, apesar de não ser o primeiro nem mais importante que os demais, deve ser destacado porque se contrapõe ao eixo central de articulação da colonialidade/modernidade do poder.

No fim do Capítulo 4 já tinha adiantado um pouco algumas reflexões sobre essa proposta, ao apresentar a metáfora do tapete, que guarda estreita relação com a “teia de uma história comum” de Segato (2014). Aqui, como lá, defendo que a melhor forma para que a pluralidade humana se expresse, livre das amarras da estrutura colonial/moderna capitalista, que articula em torno de si todas as formas de controle das dimensões da vida, é preciso seguir os corolários do pluralismo histórico proposto pela autora.

Encontro, pois, inspiração para a proposta do Pluralismo Econômico nos ensinamentos advindos da perspectiva do pluralismo histórico e do pluralismo jurídico. Também percebo que a perspectiva mais próxima disso é a *Buen-Vivir*, que tem ganhado cada vez mais força na América Latina. O diálogo que há entre essas perspectivas reside na expectativa de se reorganizar o mundo a partir da vida que se deseja. Como nos aponta Quijano, estes são tempos em que despontam um novo horizonte de sentido histórico, no qual as lutas e práticas alternativas dos povos disputam e defendem, contra toda forma de dominação/exploração da existência social, as condições de suas próprias vidas. Elas também têm em comum a expectativa de descolonizar o poder, que, segundo esse autor implica na aposta por práticas sociais configuradas: a) pela igualdade social de indivíduos heterogêneos e diversos, contra a *desigualizante* classificação e identificação racial/sexual/social da população mundial; b) pela reciprocidade entre grupos e/ou indivíduos socialmente iguais, na organização do trabalho e

na distribuição dos produtos; c) pela redistribuição igualitária de recursos e produtos, tangíveis e intangíveis, do mundo, entre a população mundial (QUIJANO, 2014, p. 857).

Além disso, em conformidade com os aportes de teóricas feministas da perspectiva chamada “economia feminista da ruptura”, compreendo que é urgente deslocar os eixos analíticos sobre os processos de valorização, expansão e reprodução do capital e observar os processos de “sustentabilidade da vida”, isto é, compreendendo, também, que a vida se dá em um circuito integrado de produção reprodução, trabalhos diversos, mercado-Estado-lares-comunidades, valorizando aquilo que gera condições para um novo paradigma, de viver a “vida que se deseja”. Como fazer esse deslocamento? Orozco explica que é fundamental a atitude de encarar tanto a existência de um conflito entre a sustentabilidade da vida e a lógica de acumulação quanto da insustentabilidade das tentativas de conseguir igualdade sem uma transformação radical do sistema (OROZCO, 2014, p. 48).

O Pluralismo econômico parte desse conflito entre o capital e a vida e indica a pretensão da formação de uma estrutura heterogênea de relações plurais de realização dos desejos e do trabalho (que compreendo não estarem dissociados¹²⁶). Essa estrutura é heterogênea porque, como se percebe, que há um número infinito de possibilidades de relações econômicas entre os povos¹²⁷, bem como dentro das sociedades (relações de cuidado, de trabalho não remunerado, reprodutivo, produtivo, entre outras).

Esses apontamentos são ainda básicos. As reflexões aqui apresentadas surgem elucubrações que desenvolvi a partir dos ensinamentos do campo e das reflexões sobre as teorias estudadas. Compreendo haver necessidade de investigar mais, estudar mais, debater mais, ouvir mais e aprender mais com as experiências plurais que a humanidade nos apresenta, incluindo-se aí o caso das baianas de acarajé. É preciso indagar mais. Nesse sentido, considero que ‘descolonialidade do poder’ é um campo teórico profícuo para esse tipo de investigação. A construção ontológica, não só de uma nova perspectiva teórica, mas de práticas descoloniais, deve partir da compreensão da pluralidade da existência humana como eixo de articulação capaz de reorientar uma nova totalidade heterogênea. É diante dessa expectativa, de seguir na curiosidade e na vontade de contribuir para a construção de uma perspectiva descolonial, anticapitalista e plural que encerro essas páginas.

¹²⁶ Cf. Orozco, que nos explica haver, desde uma perspectiva feminista da ruptura, total relação entre os desejos e as necessidades, ao que a autora chama de desessidades.

¹²⁷ Cf. Quijano (2014). Conforme esse autor, as relações de controle sobre o trabalho sob a égide capitalista adquire várias formas. Penso que também sob a perspectiva do pluralismo econômico, como o próprio nome diz, as relações de realização do trabalho também podem adquirir várias formas.

Bibliografia

- ALBÓ, Xavier. Justicia indígena en la Bolivia plurinacional. Em SANTOS, Boaventura de Souza & RODRÍGUEZ, José Luis Exeni (eds), *Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Bolivia*. La Paz: Fundación Rosa Luxemburg y Abya-Yala, eds. 2012, pp. 201-248.
- AMORÓS, Célia. Por uma Ilustración multicultural. *Quaderns de filosofia i ciència*, 34, 2004, pp. 67-79.
- ANCOP. *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil 2014*. Fundação Heinrich Böll, Fundo Brasil de Direitos Humanos, ETERN IPPUR UFRJ, Observatório das Metrópoles, PACS, 2ªEd., 2014. Disponível em <http://br.boell.org/sites/default/files/ancop_dossie2014_web_bollbrasil.pdf>. Acesso em 30 mai. 2015.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro descolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117.
- BECKER, Howards. *Métodos de Pesquisa em ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BOTERO, Ester S. Aproximación desde la antropología jurídica a la justicia de los pueblos indígenas. Em: SANTOS, Boaventura de Souza; VILLEGAS, Mauricio García. *El caleidoscopio de las Justicias en Colombia*. Colombia: Siglo del Hombre Editores, 2001.
- BRAGA, E. C. Desenvolvimento sustentável: paradoxos e contradições. Em busca de um design ecocêntrico. In: SILVA, Jofre, MOURA, Mônica & SANTOS, Aguinaldo (orgs.). *Anais do 2º Simpósio Brasileiro de Design Sustentável (II SBDS) Rede Brasil de Design Sustentável – RBDS São Paulo*, 2009.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação, *Cadernos Pagu* 26, 2006, pp.329-365.
- CARDOSO, Cláudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. Tese de doutorado. Salvador: PPGNEIM/UFBA, 2012.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. pp. 49-58.
- CARRASCO, C. Hacia una economía feminista. In: CARRASCO, C (ed.). *Mujeres y economía. Nuevas perspectivas para viejos e novos problemas*. Barcelona: Icaria Editions, 1999. pp. 1-14.
- CARVALHO, Inaiá; PEREIRA, Gilberto Corso. *A cidade como negócio*. Revista EURE, vol 39, nº 118, setembro 2013.
- CASTELLS, Manuel. *La Galaxia Internet*. Reflexiones sobre Internet, empresa y sociedad. Madrid: Areté. 2001.

CASTILLO, Rosalva Aída H.. Re-pensar el multiculturalismo desde el género. Las luchas por el reconocimiento cultural y los feminismos de la diversidad. *Revista de Estudios de Género*. La ventana, núm. 18, diciembre, 2003, pp. 9-39.

_____. Entre el etnocentrismo feminista y el esencialismo étnico. Las mujeres indígenas y sus demandas de género. Em: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa, CORREAL, Diana Gómez , MUÑOZ, Karina Ochoa (Ed.) Tejiendo de *otro modo*: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en *Abya Yala*. Colombia: Popayán:Editorial Universidad del Cauca, 2014.

CEBRELLI, Alejandra. El discurso y la práctica de la hechicería en el NOA: Transformaciones entre dos siglos (Contribución al estudio de la heterogeneidad cultural), 2005. . 464 f., il. Tesis (Doctorado en Letras) – Universidad Nacional de Salta, Salta, Argentina, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2ªed., New York: Routledge. 2000.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E OLIMPÍADAS. *Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://www.apublica.org/wpcontent/uploads/2012/09/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanosno-rio-de-janeiro.pdf>>. Acesso em 30 mai. 2015.

_____. *Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2ª Ed., 2012. Disponível em <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%3%AA-nacional-de-viola%3%A7%3%B5es-de-direitos-humanos>. Acesso em 30 mai. 2015.

CRENSHAW, Kimberlé W. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1989, pp. 139-167.

CUMES, Aura. Multiculturalismo, género y feminismos: mujeres diversas, luchas complejas Em: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa, CORREAL, Diana Gómez , MUÑOZ, Karina Ochoa (Ed.) Tejiendo de *otro modo*: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en *Abya Yala*. Colombia: Popayán:Editorial Universidad del Cauca, 2014.

CUNHA, Maria Cleyber N. B. *Cultura e identidades: as baianas que vendem acarajé*, em salvador. V Fórum identidades e alteridades, I Congresso nacional educação e diversidade, Sergipe, UFS, set. 2011.

CURIEL, Ochy. Hacia la construcción de un feminismo descolonizado. In MIÑOSO, Yuderkys Espinosa (coord). *Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano* – Vol 1 – Buenos Aires: En la Frontera, 2010, pp 69 – 78.

DAVIS, Angela. *Women, race, class*. New York: Random House, 1981.

ESCOBAR, Arturo El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. Em: MATO, Daniel (coord.), *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005, pp. 17-31.

ESQUIVEL, Valeria (ed). *La Economía Feminista na América Latina: una hoja de ruta sobre los debates actuales em la región*. Onu Mujeres: Santo Domingo, 2012. Disponível em <<http://www.unwomen.org/~media/Headquarters/Media/Publications/es/Economiafeministadesdeamericalatina.pdf>>, acesso em 16 de jul. 2013.

ESTEVA, Gustavo. Desarrollo. Em: SACHS, Wolfgang (ed.). *Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder*. Perú: PRATEC, 1996 (1992).

FAJARDO, Raquel Yrigoyen Z.: El horizonte del constitucionalismo pluralista: del multiculturalismo a la descolonización. Em GARAVITO, César Rodríguez (coord.). *El derecho en América Latina: un mapa para el pensamiento jurídico del siglo XXI* 1ª ed., Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

FERNANDES, Luis. Para além dos Jogos: os grandes eventos esportivos e a agenda do desenvolvimento nacional. Em: Em JENNINGS, Andrew, ROLNIK, Raquel, LASSANCE, Antonio (et al.), *Brasil em Jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. 1ª Ed, São Paulo: Boitempo-Carta Maior, 2014.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Apresentação: um teatro milionário. Em JENNINGS, Andrew, ROLNIK, Raquel, LASSANCE, Antonio (et al.), *Brasil em Jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. 1ª Ed, São Paulo: Boitempo-Carta Maior, 2014.

FLORES, Joaquín Herrera, *Los derechos humanos en el contexto de la globalización: tres precisiones conceptuales*. International Conference on Law and Justice in the 21st Century, mai. 2003. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/direitoXXI/comunic/HerreraFlores.pdf>>, acesso em 17 ago. 2015.

_____. *La reivención de los derechos humanos*. Andalucía: Ed. Atrapasueños, 2008.

_____. Premisas de uma teoria crítica del derecho. In: PRONER, Carol & CORREAS, Oscar (coords.). *Teoria crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2011, pp. 13-22.

Foucault. M. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro – RJ/São Paulo – SP: Forense Universitária, 2002 (1969).

GARCÍA, Z. *Agricultura, expansión del comercio y equidad de género*. Roma: FAO, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. En: *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984, pp. 223-244.

_____. A categoria político-cultural de amefricanidade. En: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, pp. 69-82.

GROSZ, Elizabeth Bodies-Cities, Em: JONES, Amelia (ed) *The Feminism and Visual*, London and NY: Routledg, 2003, pp. 507-513.

GUILLAUMIN, Collete. *Racism, sexism, power and ideology*. 1ª ed, London: Routledge, 1995.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. *A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a*

moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese de doutorado), Porto Alegre, 2014.

HABERMAS, J. O conceito de dignidade humana e a utopia realista dos direitos humanos. *Metaphilosophy*, Volume 41, Issue 4, julho de 2010, pp. 464-480.

HIRATA, H. (et. al. orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

_____. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Em: *Tempo Social*, Revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014, p. 61-73.

HOOKS, bell. Black Women: shaping feminist theory. Em HOOKS, bell. *Feminist theory: from margin to center*. Boston: South End Press, 2000 (1984).

JENNINGS, Andrew. *Jogo Sujo (Foul!): o mundo secreto da FIFA compra de votos e escândalo de ingressos*. OLIVEIRA, Renato M. (trad.). 1ª Ed, São Paulo: Panda Books, 2011.

JIMENEZ, Marco A. Entre identidad y diferencia: apuntes para una economía política del cuerpo y la ciudad. *Soc. Estado*. [online]. 2013, vol.28, n.3, pp. 635-648. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/se/v28n3/a09v28n3.pdf>>, acesso em set. 2014.

KYMLICKA, *Multicultural Citizenship*, Oxford: Clarendon Press, 1995.

LANDER, Edgardo (ed). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires, Argentina:UNESCO-CLACSO 2000*.

LAUTIER, Bruno. Desenvolvimento. Em HIRATA, H. (et. al. orgs.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

LUGONES, María. The coloniality of gender. Em: *Worlds and Knowledges Otherwise*, Spring, 2008.

MACHADO, Taís de Sant'Anna. De dendê e baianidade – a construção de um bem cultural denominado comida baiana. *Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, volume 12, nº 1, 2013.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permante. Em JENNINGS, Andrew, ROLNIK, Raquel, LASSANCE, Antonio (et al.), *Brasil em Jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. 1ª Ed, São Paulo: Boitempo-Carta Maior, 2014.

MARICATO, Ermínia. "É a questão urbana, estúpido!" Em: *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013. pp. 19-28

_____, Ermínia. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda desigualdade urbana. Em JENNINGS, Andrew, ROLNIK, Raquel, LASSANCE, Antonio (et al.), *Brasil em Jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?*. 1ª Ed, São Paulo: Boitempo-Carta Maior, 2014.

MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. Em: MIÑOSO, Yuderlys Espinosa (coord). *Aproximaciones críticas a las*

prácticas teórico-políticas del feminismo latinoamericano – Volume 1 – Buenos Aires: En la Frontera, 2010, p.19 – 36.

McKLINTOCK, Anne. *Imperial leather, Race, gender and sexuality in the colonial contest*. New York: Routledge, 1995.

MIGNOLO, Walter. La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Um manifesto y un caso. *Tabula Rasa*, n.8,2008, p. 243-282. Disponível em <<http://www.revistatabularasa.org/numero-8/mignolo1.pdf>>, acesso em 12 ago. 2015.

MOHANTY, Chandra. Bajo los ojos de Occidente. Academia feminista discurso colonial. Em: NAVAZ, Liliana Suárez Navaz & CASTILLO, Aída Hernández (ed.): *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Madrid: Ed. Cátedra, 2008.

MORAES, Reginaldo C. Estado, desenvolvimento e globalização. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

OLIVEIRA, A. A economia dos megaeventos: impactos setoriais e regionais. Em: *Revista paranaense de desenvolvimento*, Curitiba, n.120, jan./jun. 2011, pp.257-275.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral das Nações Unidas. Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, 4 de Dezembro de 1986. A/RES/41/128. Disponível em < <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r128.htm>>. Acesso em 12 ago. 2015.

OROZCO, Amaia P. Subversión feminista de la economía: aportes para um debate sobre el conflicto capital-vida. Madrid: Traficante de Sueños, 2014.

PANIKKAR, R. Seria a noção de direitos humanos uma concepção ocidental? Em: BALDI: C. A. *Direitos humanos na sociedade cosmopolita*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

PAREDES, Julieta. Hilando fino desde el feminismo indígena comunitário. In *Comunidad Mujeres creando comunidad y CEDEC*. La Paz, Bolívia, 2008.

PIOVESAN, Flávia. Direito ao desenvolvimento: desafios contemporâneos. In: PRONER, Carol & CORREAS, Oscar (coords.). *Teoria crítica dos direitos humanos: in memoriam Joaquín Herrera Flores*. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2011, pp. 219-240.

PISCITELLI, Adriana G. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez. 2008. pp. 263 a 274.

QUIJANO, Anibal. *Dom Quixote e os moinhos de vento da América Latina*. Ver. Estudos Avançados 19(55), São Paulo, USP, 2005.

_____. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*; CLÍMACO, Danilo Assis (prólogo e seleção). 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

QUIJANO, Aníbal & WALLERSTEIN, Immanuel. Americanity as a concept, or the Americas in the moderno world-system. Em: *International Social Science Journal*, v. 44, n°. 4, p. 549 -557. Disponível em <<http://www.javeriana.edu.co/blogs/syie/files/Quijano-and-Wallerstein-Americanity-as-a-Concept.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2015.

SACHS, Wolfgang (ed.). *Diccionario del desarrollo. Una guía del conocimiento como poder*. Perú: PRATEC, 1996 (1992).

SANTOS, Boaventura de Souza. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. S. Paulo: Cortez, 2006.

_____. *E se Deus fosse um ativista dos Direitos Humanos?* 1ª Ed., São Paulo: Editora Cortez, 2013.

SANTOS, Lígia A. S. *O corpo, o comer e a comida: um estudo sobre as práticas corporais e alimentares no mundo contemporâneo* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. p.330

SANTOS, Vagner José. *O sincretismo na culinária afro-baiana: o acarajé das filhas de iansã e das filhas de Jesus*. 2013. 161. fl. il. dissertação (mestrado em multidisciplinar em cultura e sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SATRÚSTEGUI, Koldo U. Desarrollo, subdesarrollo, maldesarrollo y postdesarrollo - una mirada transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones. *Carta Latinoamericana*, nº 7, 2009. Disponível em <<http://www.cartalatinamericana.com/numeros/CartaLatinoAmericana07Unceta09.pdf>>, acesso em 30 jul. 2015.

SCHRÖDER, Peter. *Antropologia e 'desenvolvimento'*. Anais do I Ciclo de Debates Acadêmicos, II Conferência do Desenvolvimento CODE 2011.

SEGATO, Rita L. *Santos e daimones*. 2ª Ed. Brasília: UNB, 2005.

_____. *O Édipo brasileiro: a dupla negação do gênero e raça*, em *Serie Antropologia*, 400. Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em <<http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie400empdf.pdf>>. Acesso em 14 mar. 2015.

_____. *La Nación y sus otros*, Buenos Aires: Prometeo, 2007.

_____. *Los cauces profundos de la raza latino-americana. Una relectura del Mestizaje, Crítica y emancipación*. *Revista latinoamericana de ciencias sociales*, II/3, 2010. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/secret/CyE/CyE3/CyE3.pdf>>, acesso em 26 mar. 2015.

_____. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. Em e-cadernos ces [Online], 18 | 2012, posto online no dia 01 Dezembro 2012.

_____. *Ejes argumentales de la perspectiva de la Colonialidad del Poder*. *Revista Casa de las Americas*, nº 272, julio/septiembre, 2013, pp. 17-39

_____. *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. 1ª Ed., Buenos Aires: Tinta Limón, 2013a.

_____. “Que cada povo teça os fios da sua história: o pluralismo jurídico em diálogo didático com legisladores”, *Revista DIREITO*. UnBRevista de Direito da Universidade de Brasília, Volume 1, Número 1, 2014. Disponível em

<<http://revistadireito.unb.br/index.php/revistadireito/article/view/19>>, acesso em 27 mar. 2015.

_____. “El Sexo y la Norma: frente Estatal, patriarcado, desposesión y colonialidad”, *Revista de Estudos Feministas*, volume 22, nº 2, Florianópolis, 2014a. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36550/28557>>, acesso em 27 mar. 2015.

SEN, A. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA, Zilda Pereira da. *Controle sanitário: construção e desconstrução de sentios em linguagem publicitária*. 2011. 290 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SOUZA, Débora Simões. *Tabuleiro da Baiana de Acarajé: as Práticas Sociais e os Elementos Simbólicos*. VI Encontro Nacional de Estudos do Consumo, II Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo Vida Sustentável: práticas cotidianas de consumo, de set. de 2012. Disponível em <[http://www.estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2012-GT05-Souza-Tabuleiro da baiana de acaraje.pdf](http://www.estudosdoconsumo.com.br/artigosdoenec/ENEC2012-GT05-Souza-Tabuleiro_da_baiana_de_acaraje.pdf)>, acesso em 15 jun. 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? ALMEIDA, Sandra (Trad.). 1ª Ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SVAMPA, Maristella. Pensar el desarrollo desde America Latina. *Seminario latino-americano Derechos de la naturaleza y alternativas al extractivismo*. Buenos Aires, Argentina, nov. 2011. Disponível em <<http://maristellasvampa.net/archivos/ensayo56.pdf>>, acesso em 12 ago. 2015.

TAYLOR, C. A política de Reconhecimento, em Gutman, Amy (ed.): *Multiculturalismo*, Lisboa: Instituto Piaget, 1998 (1994).

TORRES, Gerlaine Martini. *Baiana do Acarajé: A uniformização do típico em uma tradição culinária afro-brasileira*. 2007. 291 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília. 2007.

TORRES, Maldonado. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto Em: GÓMEZ, Santiago Castro & GROSGOUEL, (comp.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global..* Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

VAINER, Carlos. “Pátria, empresa e mercadoria: a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano” IN Arantes, O.; Maricato, E.; Vainer, C. B. *A Cidade do Pensamento Único. Desmanchando Consensos*. Petropolis: Vozes, 5ª ed., 2009. pp. 75-103.

_____. Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Em XIV Encontro Nacional da ANPUR “Quem Planeja o Território: atores, arenas e estratégias. V. 14, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/issue/view/100>>. Acesso em 10 jun. 2015.

VIZEU, F, MENEGHETTI, F. K, SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. Cad. *EBAPE.BR*, v. 10, nº 3, artigo 6, Rio de Janeiro, Set. 2012.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, estado, sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. 1ª Ed.: Quito, Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, 2009.

WALZER, M: *Thick and Thin Moral Argument at Home and Abroad*, Notre Dame, Indiana: University of Notre Dame Press, 1994.

WERNECK, Jurema. De Ialodês e Feministas. In.: *Nouvelles Questions Féministes – Revue Internationale Francophone*, vol. 24, nº 2, 2005. Disponível em <<http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/2008/10/de-ialods-e-feministas.html>>, acesso em 12 jul. 2015.

ZIMBALIST, Andrew. *Circus Maximus: the economic gamble e behind hosting the Olympics and the World Cup*. Washington, D.C.:The Brookings Institution, 2015.

Documentos utilizados

BAHIA. Decreto 10.629 de 03 de dezembro de 2007. Institui o Grupo de Trabalho Executivo, com a finalidade de acompanhar a candidatura e viabilizar a escolha de Salvador como Cidade Anfitriã da Copa do Mundo de Futebol de 2014, e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*, Salvador, BA, n/c. Disponível em < <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75921/decreto-10629-07>>. Acesso em 24 mai. 2015.

_____. Lei 12.663 de 04 de maio de 2011. Modifica a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. *Diário Oficial [do] Estado da Bahia*, Salvador, BA, n/c. 2012. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1027676/lei-12212-11>>. Acesso em 22 mai. 2015.

_____.MINISTÉRIO PÚBLICO. *Recomendação. Nº 02*. Núcleo de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, Salvador, 2012.

BRASIL. PRESIDENCIA. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014. 30 de outubro de 2007*. Brasília: Biblioteca da Presidência. Disponível em <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2007/2o-semester/30-10-2007-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-anuncio-do-brasil-como-sede-da-copa-do-mundo-de-2014/>>, acesso em 15 ago. 2015.

_____. MINISTÉRIO DOS ESPORTES. *Legados de Megaeventos Esportivos*. Brasília 2008.

_____. Lei 12.350 de 20 de dezembro de 2010. Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 21 dez. 2012. Disponível

em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/Lei/L12350.htm>. Acesso em 05 jun. 2015.

_____. MINISTERIO DOS ESPORTES. *Impactos da Realização da Copa 2014 no Brasil*. Brasília, 2010a.

_____. Lei 12.462 de 4 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n/c. 2011a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm>. Acesso em 05 jun. 2015.

_____. Tribunal de Contas da União. *O TCU e a Copa do Mundo de 2014*: relatório de situação: junho de 2011. Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, 2011a.

_____. Lei 12.663 de 5 de junho de 2012. Dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e à Jornada Mundial da Juventude - 2013, que serão realizadas no Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 8 ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm>. Acesso em 22 mai. 2015.

_____. Portaria nº 88 do Ministério das Cidades de 19 de fevereiro de 2013. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 20 fev. 2013.

_____. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4976/DF – Distrito Federal. Relator: Ministro Ricardo Levandowsky. *Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos*, 31 maio 2013a. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI_4976_VOTO_MRL.pdf>. Acesso em 05 jun. 2015.

FEDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA). *Brazil BID Inspection Report for the 2014 FIFA World Cup*. Zurich, Switserzland, 2007. Disponível em <http://www.fifa.com/mm/document/affederation/mission/62/24/78/inspectionreport_e_24841.pdf>. Acesso em 20 mai. 2015.

_____. *Invitation to tender for the rights of the FIFA Food & Beverage Concessionaire Programme Phase I*. Zurich, Switserzland, 30 jan. 2012. Disponível em <<http://www.fifa.com/mm/document/tournament/loc/01/57/49/58/phase1ofitt2014.pdf>>. Acesso em 23 mai. 2015.

_____. *Financial Report*. 65th FIFA Congress | Zurich, 28 and 29 May 2015. Disponível em <http://www.fifa.com/mm/document/affederation/administration/02/56/80/39/fr2014weben_neutral.pdf>. Acesso em 22 mai. 2015.

_____. *Manual de Diretrizes Sobre as Marcas e Símbolos Oficiais*. Edição geral 6,. Zurich, Switserzland, abr. 2013. Disponível em <http://www.ntcpe.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Manual_uso_marcas_oficiais_fifa-portugues.pdf>. Acesso em 21 mai. 2015.

IPHAN. *Ofício das Baianas de Acarajé*. Brasília, DF: Iphan, 2007.

SALVADOR. *Diário Oficial do Município*. Ano XXV – nº 5873, 13 ju. 2013.

Reportagens

BITTENCOURT, Julio. Faremos a melhor Copa do Mundo, garante Ministro Orlando Silva. *Ascom-Ministério dos Esportes*, 30/10/2007. Disponível em <<http://esporte.gov.br/index.php/noticias/24-lista-noticias/39865-faremos-a-melhor-copa-da-historia-da-fifa-garante-ministro-orlando-silva>>. Acesso em 19 mai. 2015.

_____. Acarajé será vendido na área externa da Fonte Nova na Copa das Confederações, *PortaldaCopa*, 07/06/2013. Disponível em <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/acaraje-sera-vendido-na-area-externa-da-fonte-nova-na-copa-das-confederacoes>>. Acesso em 30 jun. 2015.

_____. Conheça os investimentos do PAC nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo. *Ministério do Planejamento*, 11/06/2014. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/noticia/acc7b92b>>. Acesso em 19 mai. 2015.

_____. Definidas as concessionárias de comidas e bebidas para as Copas das Confederações e do Mundo, *PortaldaCopa*, 29/05/2015. Disponível em <<http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/definidas-concessionarias-de-comidas-e-bebidas-para-copas-das-confederacoes-e-do-mundo>>. Acesso em 31 mai. 2015.

CARAM, Bernardo. Governo confirma concessão dos aeroportos de Salvador, Porto Alegre e Florianópolis”. *Estado de São Paulo*, 24/03/2015. Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-confirma-concessao-dos-aeroportos-de-salvador-porto-alegre-e-florianopolis,1656797>>. Acesso em 22 mai. de 2015.

CARDOZO, Cláudia. Defensora denuncia situação de moradores de rua em SSA: ‘não temos abrigo nenhum”. *Bahia Notícias*, 04/06/2015. Disponível em <<http://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/51509-defensora-denuncia-situacao-de-moradores-de-rua-em-ssa-039nao-temos-mais-abrigo-nenhum039.html>>. Acesso em mai. de 2015.

CFC. Dívida pública sobre mais em cidades-sede da Copa. *Agência de Notícias – Conselho Federal da Contabilidade*, 24/04/2014. Disponível em <<http://www.portalcfc.org.br/noticia.php?new=13871>>. Acesso em 28 mai. de 2015.

ESTADAO. Fonte Nova é o primeiro estádio a acertar *namings rights*. *Agência Estado*, 01/04/2013. Disponível em <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,fonte-nova-e-1-estadio-da-copa-a-acertar-naming-rights,1015641>>. Acesso em 10 mai. de 2015.

FIFA. ARAMARK and Convivas Brasil named Food and Beverage Concessionaire for 2014 FIFA World Cup, *FIFA.com*, 29/05/2013. Disponível em <<http://www.fifa.com/worldcup/news/y=2013/m=5/news=aramark-and-convivas-brasil-named-food-and-beverage-concessionaire-for-2-2086172.html>>. Acesso em 31 mai. 2015.

GABARDO, Eduardo. Como funciona o Comitê Organizador Local Responsável por planejar a Copa do Mundo, *Zero Hora Esportes*, 23/05/2013. Disponível em <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/esportes/noticia/2013/05/como-funciona-o-comite-organizador-local-responsavel-por-planejar-a-copa-do-mundo-4146988.html>>. Acesso 04 mai. 2015.

GAGO, Veronica. Pedagogia de la crueldade, *Página 12*, 29/05/2015. Disponível em <<http://www.pagina12.com.ar/diario/suplementos/las12/13-9737-2015-05-29.html>>. Acesso em 30 mai. 2015.

GLOBO. Funcionários da Arena Fonte decidem encerrar a greve. *G1*, 18/04/2012. Disponível em <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/04/funcionarios-da-arena-fonte-nova-decidem-encerrar-greve-em-salvador.html>>. Acesso em 11 mai. de 2015.

HARRIS, Nick. Qatar paid £17.17 billion to host the 2022 World Cup finals, and new research shows where all that Money went. *MailOnline*, 25/04/2015. Disponível em <<http://www.dailymail.co.uk/sport/football/article-3055550/Qatar-paid-17-17billion-host-2022-World-Cup-finals-new-research-shows-money-went.html>>. Acesso em 04 jul. 2015.

HOMEWOOD, Brian. Ministro descarta dinheiros públicos para estádios da Copa de 2014. Agência *Reuters/Estadão*, 04/12/2007. Disponível em <<http://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,ministro-descarta-dinheiro-publico-para-estadios-da-copa-2014,90335>>. Acesso em 31 mai. 2015.

IDEC. Idec pede alterações da Lei Geral da Copa no Senado. *Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor*, 09/05/2012. Disponível em <<http://www.idec.org.br/em-acao/em-foco/idec-pede-alteracoes-da-lei-geral-da-copa-no-senado>>. Acesso em 27 mai. de 2015.

NITAHARRA, Akemi. Justiça nega pedido de suspensão de trabalho voluntário na Copa. *EBC/Agência Brasil*, 05/06/2014. Disponível em <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/06/justica-nega-pedido-de-suspensao-de-trabalho-voluntario-na-copa>>. Acesso em 01 jul. 2015.

PEDUZZI, Pedro; BRANDAO, Marcelo. Em 2013, 14 obras foram retirados da matriz da Copa”. *EBC/Agência Brasil*. 18/01/2014. Disponível em <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2014-01-18/em-2013-14-obras-foram-retiradas-da-matriz-da-copa>>. Acesso em 12 jun. 2015.

RIBEIRO, Luana. Após anúncio de concessão, obras do Aeroporto de Salvador não tem prazo de conclusão. *Bahia Notícias*, 11/06/2015. Disponível em <<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/173735-apos-anuncio-de-concessao-obras-do-aeroporto-de-salvador-ainda-nao-tem-prazo-de-conclusao.html>>. Acesso em 22 mai. 2015.

UOL. Excesso de democracia afeta organização da Copa, diz Valcke. *UOL Copa*, 24/04/2013. Disponível em <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/24/excesso-de-democracia-no-brasil-afeta-organizacao-da-copa-diz-valcke.htm>>. Acesso em 18 mai. 2015.

_____. Valcke não descarta ‘chute no traseiro’ do Brasil após a Copa do Mundo, *UOL Copa*, 01/03/2014. Disponível em <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/01/valcke-nao-descarta-chute-no-traseiro-do-brasil-apos-a-copa-do-mundo.htm>. Acesso em 18 mai. 2015.

_____. Fifa vai investir R\$ 260 milhões no futebol brasileiro; saiba como e onde”. *ESPN/UOL*, 20/01/2015. Disponível em http://espn.uol.com.br/noticia/476510_fifa-vai-investir-r-260-milhoes-no-futebol-brasileiro-saiba-como-e-onde. Acesso em 15 jun. 2015.

_____. CPI contrata empresa fantasma para fazer auditoria de corrupção na Copa”. *Portal UOL*, 09/06/2015. Disponível em <http://esporte.uol.com.br/futebol/ultimas-noticias/2015/06/09/cpi-contrata-empresa-fantasma-para-fazer-auditoria-de-corrupcao-na-copa.htm>. Acesso em 14 jun. 2015.

Vídeos

BRASIL. Pleno – STF julga improcedente ADI contra Lei Geral da Copa (2/2), *Canal STF*, 08/05/2014. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=F_duOkJ4-I0. Acesso 11 jun. 2015.

CASTILLO, Rosalva Aída H. *Feminismos de la diversidad en América Latina*. (Gobernabilidad Democrática prod.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6ifvq2ycW58>. Acesso 28 jul. 2015.

NASRALLAH, Yousry. *On boys, girls and the veils*, 72 min. Color. 1995.

PAREDES, Julieta. Palestra de Julieta Paredes no Segundo Seminário Internacional de Reflexión y Análisis Planeta Tierra Movimientos Antisistémicos”, Chiapas, México, 2011. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=KGSvEmlBX_4 e <http://segundoseminarioint.blogspot.mx/p/videos.html>. Acesso 29 jul. 2015.]

PRONZATO, Carlos (ed e direção). *Copa do mundo sem baianas de acarajé?* Salvador: Lametiza Audiovisual, 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=QwFFsSkIHdI>. Acesso em 25 mai. 2015.

SANTOS, Rita. A Baiana que desafiou a FIFA – Rita Santos. *Correio Nagô*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8klDx7aIqTg&feature=share>. Acesso em 27 jul. de 2015.

ANEXOS

Anexo I

MATRIZ DE RESPONSABILIDADES QUE ENTRE SI CELEBRAM OS ENTES FEDERATIVOS ABAIXO NOMINADOS COM O OBJETIVO DE VIABILIZAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA 2013 E DA COPA DO MUNDO FIFA 2014

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO ESPORTE**, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 7º andar, em Brasília/DF, CNPJ nº 02.961.362/0001-74, neste ato representado pelo seu Ministro, Senhor **Orlando Silva de Jesus Júnior**, RG nº 319.902.404 – SSP/BA, CPF nº 565.244.555-68; o **GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, situado na 3ª Avenida, Plataforma IV, Ala Sul, nº 390, em Salvador/BA, CNPJ nº 13.937.032/0001-60, neste ato representado pelo seu Governador, Senhor **Jaques Wagner**, RG nº 022.861.819 SSP/RJ, CPF nº 264.716.207-72; e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR**, situada na Praça Municipal s/n, em Salvador/BA, CNPJ nº 13.927.801/0001-49, neste ato representada pelo seu Prefeito, Senhor **João Henrique de Barradas Carneiro**, RG nº 1.177.924 SSP/BA, CPF nº 140.349.485-15,

CONSIDERANDO QUE:

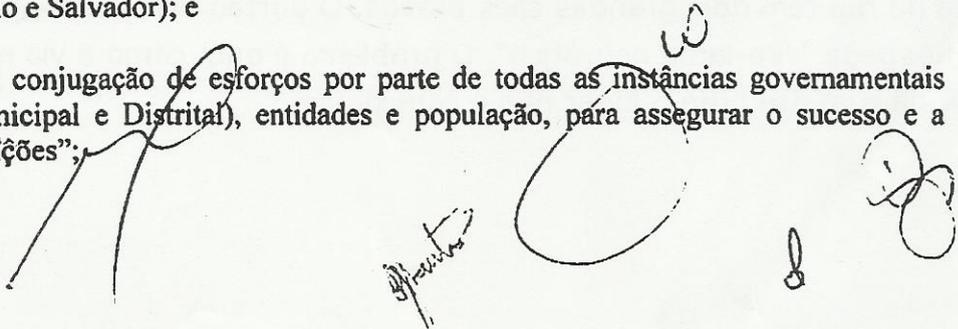
I – A Copa do Mundo FIFA 2014 será um dos maiores eventos esportivos do mundo, com a participação de atletas e técnicos representando 32 países, e que será realizada no período de junho a julho de 2014, em data a ser fixada pela FIFA;

II – O Brasil, em 30 de outubro de 2007, foi escolhido pela FIFA como país sede da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014 e (juntas denominadas “Competições”);

III – Foi assinado um Termo de Compromisso entre o Comitê Organizador Brasileiro Ltda. (“Comitê Organizador”), pessoa jurídica de direito privado, reconhecido pela FIFA, constituído com o objetivo de zelar pela observância de todas as obrigações e prazos inerentes à organização das “Competições”, e cada uma das “Cidades Candidatas”, pelo qual as cidades selecionadas à sede das “Competições” se comprometeram a firmar os instrumentos necessários à conjugação de esforços entre os Entes Federativos para definição de prioridades, prazos e responsabilidades relativos aos empreendimentos relacionados às “Competições”;

IV – Das 18 (dezoito) cidades candidatas, 12 (doze) cidades foram selecionadas como Cidades-Sede (Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador); e

V – Há necessidade da conjugação de esforços por parte de todas as instâncias governamentais (Federal, Estadual, Municipal e Distrital), entidades e população, para assegurar o sucesso e a realização das “Competições”;

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there is a signature that appears to be 'S. Paulo'. To the right, there are several circular and scribbled marks, including a large circle and some smaller scribbles.

RESOLVEM:

Firmar a presente **Matriz de Responsabilidades** com o objetivo de viabilizar a execução das ações governamentais necessárias à realização das "Competições", sob o regime de mútua cooperação, mediante as considerações, cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Instrumento tem por objeto a definição da Matriz de Responsabilidades de cada um dos seus signatários (União, Estado, Distrito Federal ou Município) para a execução de medidas conjuntas e projetos imprescindíveis para a realização das "Competições", por meio das ações constantes dos documentos Anexos e futuros Termos Aditivos, partes integrantes desta Matriz de Responsabilidades.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES

Cabe aos partícipes definir e viabilizar os meios necessários para atingir o objeto da presente Matriz de Responsabilidades, bem como implementar as ações previstas e referenciadas nos Anexos e seus futuros Aditivos, observando suas competências institucionais e o disposto na Cláusula Terceira deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTÍCIPES

I - Compete ao Estado e/ou ao Município, sem prejuízo da repartição de atribuições prevista nos Anexos, executar e custear as intervenções associadas às "Competições" e expressas nesta Matriz, referente a:

- i) Mobilidade Urbana;
- ii) Estádios e seu entorno;
- iii) Entorno de aeroportos; e
- iv) Entorno de terminais turísticos portuários.

II - Compete à União executar e custear as intervenções em:

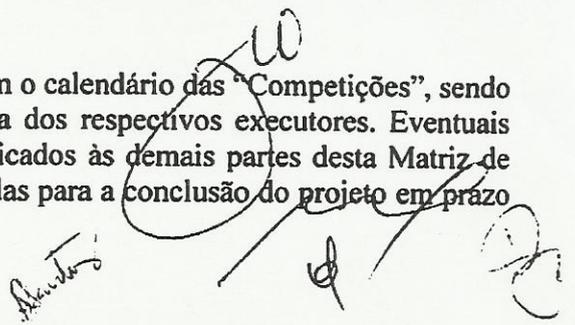
- i) Aeroportos: terminais de passageiros, pistas e pátios; e
- ii) Portos: terminais turísticos.

III - A União oferecerá aos entes a possibilidade de contratar financiamento a intervenções em Estádios e Mobilidade Urbana, nas condições estabelecidas em resolução do Conselho Monetário Nacional, exigindo do tomador de recursos adequação e satisfação com estas e outras condições requeridas para a assinatura do contrato de financiamento.

IV - Os Estados e Municípios deverão observar rigorosamente a legislação específica para a contratação de operações de crédito, em especial, mas não se limitando às seguintes normas: Lei Complementar 101/2000 e Resoluções do Senado Federal nº 40/2001 e nº 43/2001. Os Estados deverão incluir as referidas operações de crédito nos seus respectivos Programas de Reestruturação e Ajuste Fiscal.

V - Os projetos destacados nos anexos são compatíveis com o calendário das "Competições", sendo sua conclusão em tempo hábil responsabilidade exclusiva dos respectivos executores. Eventuais atrasos de cronograma deverão ser imediatamente comunicados às demais partes desta Matriz de Responsabilidades, assim como as providências identificadas para a conclusão do projeto em prazo

Assinaturas



compatível com as “Competições”. Caso os atrasos previstos tragam prejuízos às “Competições”, o executor deverá indicar as medidas mitigadoras e se responsabilizar por sua implementação, inclusive financeiramente, de modo a minimizar o impacto esperado nas “Competições”.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES

I – As ações previstas na presente Matriz de Responsabilidades não são exaustivas, sendo que todas as alterações e complementações necessárias serão consolidadas mediante assinatura de Termos Aditivos.

II – Os partícipes atestam seu comprometimento com todas as cláusulas e disposições da presente Matriz de Responsabilidades e futuros Aditivos, empenhando os recursos possíveis a seu alcance.

III – É obrigatória a publicação desta Matriz de Responsabilidades pelos signatários deste Documento.

IV – Os prazos estipulados nos Anexos pressupõem a realização de todas as etapas necessárias para a conclusão da obra.

V – Todos os documentos que se fizerem necessários à execução das ações previstas na presente Matriz de Responsabilidades e seus Anexos serão considerados partes integrantes deste Instrumento.

VI – Os partícipes deverão indicar as fontes orçamentárias utilizadas no custeio de todas as ações relacionadas nesta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos.

VII – Outras ações voltadas à realização das “Competições”, que não estejam previstas na presente Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos, poderão ser executadas pelos signatários, desde que custeadas por receitas provenientes exclusivamente de seus orçamentos próprios, parcerias ou patrocínios.

VIII – Com a preocupação de viabilizar ao máximo os investimentos, os partícipes poderão optar por qualquer modelo de contratação, sempre de acordo com a legislação específica.

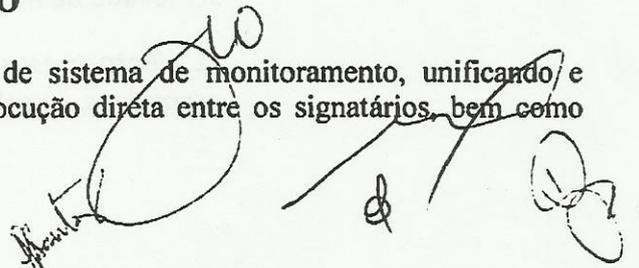
IX – Deverão ser discriminados meios eficazes para o gerenciamento e a fiscalização dos projetos de empreendimentos e dos investimentos realizados, inclusive por meio de terceiros especialmente contratados para este fim, permitindo-se o monitoramento do cumprimento dos prazos de execução e do atendimento aos requisitos técnicos exigidos pela FIFA.

X – Caberá aos signatários indicar interlocutores oficiais, que comporão o Comitê de Responsabilidade da Copa 2014, a fim de centralizar e uniformizar as informações relativas às ações previstas nesta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos.

XI – As responsabilidades dos signatários não se limitam às previstas nesta Matriz de Responsabilidades, estendendo-se àquelas decorrentes de compromissos assumidos perante a FIFA e/ou o “Comitê Organizador”.

CLÁUSULA QUINTA – DO MONITORAMENTO

Caberá à União a criação, implantação e gestão de sistema de monitoramento, unificando e uniformizando um canal de informação para interlocução direta entre os signatários, bem como



para consulta e fiscalização de todas as ações por órgãos de controle do Governo Federal, Estados, Municípios, Distrito Federal e por toda a sociedade.

Parágrafo único. Os signatários se obrigam a disponibilizar todas as informações necessárias à alimentação e atualização do sistema, inclusive aquelas realizadas exclusivamente com recursos próprios.

CLÁUSULA SEXTA - DO COMITÊ PARA A COORDENAÇÃO, O ACOMPANHAMENTO E A AVALIAÇÃO

Os interlocutores oficiais indicados na forma do inciso X da Cláusula Quarta constituirão comitê que se responsabilizará pela coordenação e consolidação das ações previstas na presente Matriz de Responsabilidades.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

A liberação de quaisquer recursos financeiros previstos nas ações desta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos, somente será efetivada após a assinatura do presente Instrumento.

§ 1º Os signatários da presente Matriz de Responsabilidades não estão eximidos de cumprir demais exigências necessárias à obtenção de recursos, inclusive de firmar compromissos, convênios e contratos.

§ 2º A contrapartida ao financiamento oferecido pela União é de responsabilidade exclusiva do Tomador, e não poderá conter recursos oriundos do Orçamento Geral da União.

§ 3º Eventual alteração no orçamento, que gere a necessidade de aporte de recursos superior ao previsto nas ações desta Matriz de Responsabilidades e seus Aditivos, será de responsabilidade exclusiva da parte executora do empreendimento, devendo a União ser imediatamente informada da elevação de custos.

§ 4º Para a execução das atividades pactuadas nesta Matriz de Responsabilidades e eventuais Termos Aditivos que envolvam recursos financeiros, os partícipes deverão observar rigorosamente a legislação pertinente, em especial, mas não se limitando às seguintes Leis: Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 e Lei Complementar 101/2000.

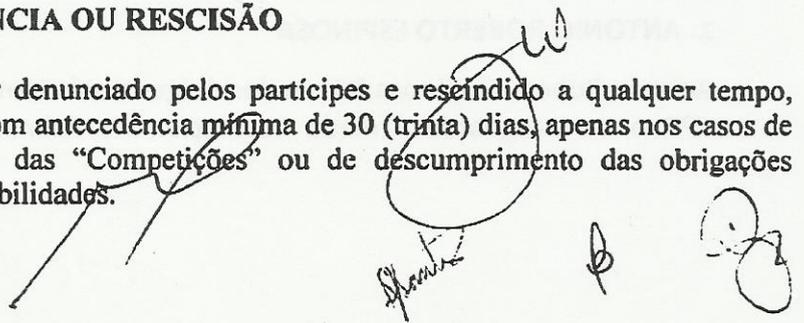
CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES

A presente Matriz de Responsabilidades vigorará da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogada por acordo dos partícipes.

Parágrafo único. A alteração ou complementação da presente Matriz de Responsabilidades ocorrerá a qualquer tempo, por acordo dos partícipes, mediante a celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

O presente Instrumento poderá ser denunciado pelos partícipes e rescindido a qualquer tempo, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, apenas nos casos de exclusão do país ou cidades-sede das "Competições" ou de descumprimento das obrigações pactuadas nesta Matriz de Responsabilidades.

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page. On the left, there is a signature that appears to be 'Shant'. To its right, there are several other initials and marks, including a large circular scribble and a signature that looks like 'B'. There are also some smaller, less distinct marks to the right.

Parágrafo único. A exclusão da cidade-sede, por qualquer motivo que seja, desobrigará os signatários das responsabilidades previstas nos Anexos e Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS COMUNICAÇÕES

As comunicações entre as partes havidas no âmbito deste Instrumento poderão ser realizadas por quaisquer meios eletrônicos e/ou telegráficos, tais como: mensagem eletrônica, fac-símile, videoconferência, entre outros.

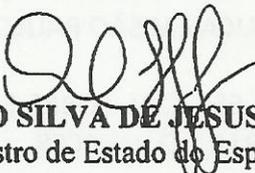
Parágrafo único. Especificamente no que tange às notificações para cumprimento de eventuais obrigações não concluídas no prazo assinalado nesta Matriz, a comunicação deverá ser realizada por Cartório de Títulos e Documentos.

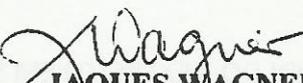
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias desta Matriz de Responsabilidades deverão ser resolvidos administrativamente entre os partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando-se prazo para resposta. Todas as questões que não puderem ser resolvidas desta forma serão dirimidas pelo Supremo Tribunal Federal, *ex vi* do art. 102, inciso I, alínea "F" da Constituição Federal, ou, no caso do Município partícipe, pelo Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Brasília-DF.

E, por estarem assim justos e de acordo, firmam este Instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, que também assinam, para que surtam seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

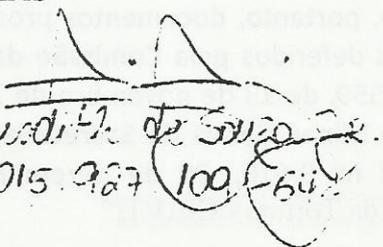
Brasília, 13 de janeiro de 2010.

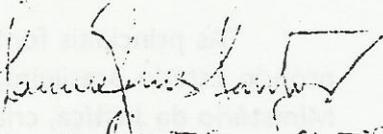

ORLANDO SILVA DE JESUS JUNIOR
Ministro de Estado do Esporte


JAQUES WAGNER
Governador do Estado da Bahia


JOÃO HENRIQUE DE BARRADAS CARNEIRO
p. /r. Prefeito Municipal de Salvador

TESTEMUNHAS


NOME: **Domicilia de Souza**
CPF: 015.927.100-60


NOME: **LUENE FONTES**
CPF: 822.672.541-87

Anexo II

Janeiro/2010

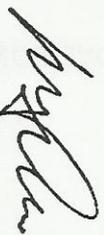
ANEXO A
MOBILIDADE URBANA

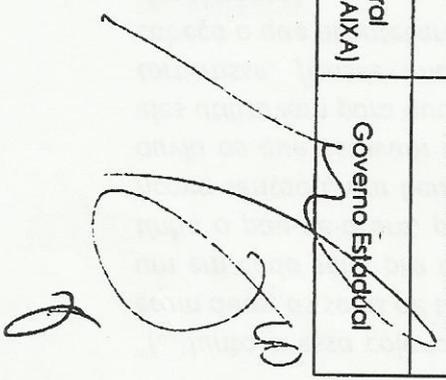
Matriz de Responsabilidades
Salvador - Bahia
SALVADOR - BAHIA

BRT: Corredor Estruturante Aeroporto / Acesso Norte¹
Total do Projeto: R\$ 567,7 milhões

Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
BA-A.01/01	BRT: Corredor Estruturante Aeroporto / Acesso Norte - Projeto Básico	14,6	Jul/09	Abr/10	Governo Estadual Governo Municipal	Governo Estadual Governo Municipal
BA-A.01/02	BRT: Corredor Estruturante Aeroporto / Acesso Norte - Desapropriações	11,3	Jun/10	Fev/11	Governo Estadual	Governo Estadual
BA-A.01/03	BRT: Corredor Estruturante Aeroporto / Acesso Norte - Obras	541,8	Ago/10	Ago/12	Governo Federal (Financiamento CAIXA)	Governo Estadual

¹As contrapartidas serão definidas conforme regras da linha de financiamento.


MARCIO FORTES DE ALMEIDA
Ministro de Estado das Cidades





SALVADOR - BAHIA

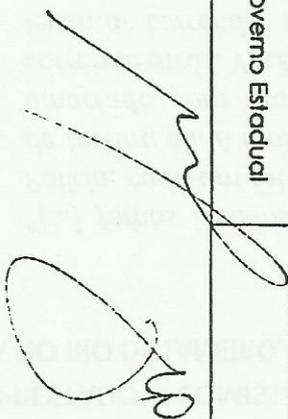
**ANEXO B
ESTÁDIO / ARENA**

**Reconstrução do Estádio da Fonte Nova
Valor do Projeto: R\$ 591,7 milhões**

BA-B.01

Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
BA-B.01/01	Reconstrução do Estádio da Fonte Nova - Projeto Básico	2,2	Set/08	Jan/09	Governo Estadual	Governo Estadual
BA-B.01/02	Reconstrução do Estádio da Fonte Nova - Obra	400,0*	Mar/10	Dez/12	Governo Federal (Financiamento BNDES)	Governo Estadual
		189,5			Governo Estadual	

* Valor limite máximo para financiamento, conforme Resolução 3.801/2009, do Conselho Monetário Nacional.




φ

SALVADOR – BAHIA

ANEXO C
INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

Aeroporto Internacional de Salvador – Deputado Luís Eduardo Magalhães
Total dos Projetos: R\$ 45,1 milhões

Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros e Ampliação do Pátio de Aeronaves
Total do Projeto: 30,0 milhões

Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Recursos	Responsabilidade	
			Início	Conclusão		Execução	
BA-C.01/01	Projeto Básico	0,8	Dez/ 10	Jun/ 11	Governo Federal (Infraero)	Governo Federal (Infraero)	Governo Federal (Infraero)
	Licenciamento Ambiental ¹	29,2 ²	Jun/ 11	Jan/ 12		Governo Estadual (SEMA – IMA)	Governo Federal (Infraero)
	Obra		Jan/ 12	Mar/ 13		Governo Federal (Infraero)	

¹ Compreende-se como Licenciamento Ambiental apenas a etapa indispensável para o início das obras.

² Não inclui o valor do Licenciamento Ambiental, sendo este definido a partir do processo de licenciamento junto ao órgão ambiental competente.

Legenda: Infraero – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente,

IMA – Instituto do Meio Ambiente.

Termo aditivo
Julho 2010

Construção de Torre de Controle
Total do Projeto: 15,1 milhões

Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
BA-C.01/02	Projeto Básico ³	0,0	Set/ 09	Jul/ 10	Governo Federal (Infraero)	Governo Federal (Infraero)
	Licenciamento Ambiental ¹	15,1 ²	Jul/ 10	Jan/ 11		Governo Estadual (SEMA – IMA)
	Obra		Jan/ 11	Dez/ 11		Governo Federal (Infraero)

¹ Compreende-se como Licenciamento Ambiental apenas a etapa indispensável para o início das obras.

² Não inclui o valor do Licenciamento Ambiental, sendo este definido a partir do processo de licenciamento junto ao órgão ambiental competente.

³ Valor do Projeto Básico incluso nos custos administrativos da INFRAERO.

Legenda: Infraero – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária,
SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente,
IMA – Instituto do Meio Ambiente.


NELSON AZEVEDO JOBIM
Ministro de Estado da Defesa


MURILO MARQUES BARBOZA
Presidente da Infraero

Ampliação do Pátio de Aeronaves
Total do Projeto: R\$ 16,8 milhões

Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Recursos	Responsabilidade		
			Início	Conclusão		Execução		
BA-C.01/01/02	Projetos Básico e Executivo	-	Abr/11	Fev/12*	Governo Federal (Infraero)	Governo Federal (Infraero)	Governo Estadual (INEMA)	
	Licenciamento Ambiental ¹	-	Dispensado em Jul/11					Governo Federal (Infraero)
	Obra	16,8	Ago/12	Set/13				

¹ Compreende-se como Licenciamento Ambiental apenas a etapa indispensável para o início das obras.

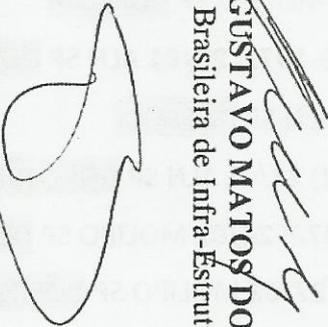
² Anexo incluído em Abr/12.

*A data refere-se à conclusão do projeto básico. O projeto executivo será concluído até Abr/12.

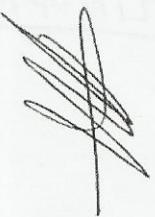
Nota: Projeto único contratado para Terminal de Passageiros e Pátio de Aeronaves.

Legenda: INEMA - Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE
 Presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária



WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA
 Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil
 da Presidência da República




SALVADOR – BAHIA

ANEXO D
INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA – TERMINAL MARÍTIMO

Terminal Marítimo de Salvador	BA-D.01
Total do Projeto: R\$ 36 milhões	

Adaptação de Armazém para Terminal Marítimo de Passageiros. ¹

Referência	Ação	Valor (em R\$ milhões)	Prazo		Responsabilidade	
			Início	Conclusão	Recursos	Execução
BA-D.01/01	Projeto Básico	36,0	Mar/ 11	Ago/ 11	Governo Federal	Governo Federal (SEP/PR – Codeba)
	Licenciamento Ambiental ²		Ser/ 11	Fev/ 12		Governo Federal e Estadual (IBAMA – SEMA/IMA)
	Obra		Mar/ 12	Dez/ 13		Governo Federal (SEP/PR – Codeba)

¹ Todos os investimentos serão realizados na área do Porto Organizado de Salvador.

² Compreende-se como Licenciamento Ambiental apenas a etapa indispensável para o início das obras.

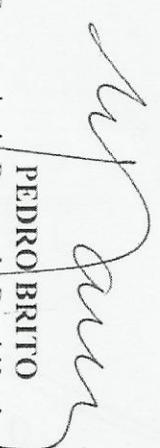
Legenda: SEP/PR - Secretaria de Portos da Presidência da República.

Codeba - Companhia das Docas do Estado da Bahia.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

SEMA – Secretaria do Meio Ambiente da Bahia.

IMA – Instituto do Meio Ambiente.



PEDRO BRITO

Ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República



Belo Horizonte

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento (R\$ Mi)	Executor da Obra
MG-C.01/01	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e	set/11	dez/13	239,7	Governo Federal (Infraero)
MG-C.01/02	Reforma e Ampliação da Pista de Pouso e do Sisten	set/12	dez/13	169,0	Governo Federal (Infraero)
MG-C.01/03	Implantação do Terminal Remoto, Estacionamento	mar/12	mar/13	100,0	Governo Federal (Infraero)
Total				508,7	

Brasília

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento (R\$ Mi)	Executor da Obra
DF-C.01/01	Reforma e Ampliação Sul do Terminal de Passageiro	abr/11	dez/13	743,9	Governo Federal (Infraero)
DF-C.01/02	Implantação do Módulo Operacional – MOP	ago/11	nov/11	4,6	Governo Federal (Infraero)
DF-C.01/03	Construção do segundo viaduto de aeronaves, imp	mai/12	nov/13	116,2	Governo Federal (Infraero)
Total				864,7	

Cuiabá

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento (R\$ Mi)	Executor da Obra
MT-C.01/01	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiro	mai/12	jul/13	88,4	Governo Federal (Infraero)
MT-C.01/02	Implantação do Módulo Operacional	jun/11	nov/11	2,9	Governo Federal (Infraero)
Total				91,3	

Curitiba

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento (R\$ Mi)	Executor da Obra
PR-C.01/01	Ampliação do Terminal de Passageiros e Ampliação	abr/12	out/13	41,3	Governo Federal (Infraero)

PR-C.01/02	Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios, Infra-estr	jul/11	mar/12	25,4	Governo Federal (Infraero)
PR-C.01/03	Restauração das Pistas de Pouso e Decolagem e de	set/11	abr/12	17,8	Governo Federal (Infraero)
Total				84,5	

Fortaleza

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento (R\$ Mi)	Executor da Obra
CE-C.01/01	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e	fev/12	dez/13	349,8	Governo Federal (Infraero)
Total				349,8	

Manaus

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento (R\$ Mi)	Executor da Obra
AM-C.01/01	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e	nov/11	dez/13	394,1	Governo Federal (Infraero)
Total				394,1	

Natal

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento (R\$ Mi)	Executor da Obra
RN-C.01/01	Infraestrutura de Pista de Pouso, Infraestrutura dos	nov/09	nov/13	174,4	Governo Federal (Infraero)
RN-C.01/02	Construção do Terminal de Passageiros, Sistema Vi	abr/11	abr/14	408,0	Concessionário
Total				582,4	

Porto Alegre

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento (R\$ Mi)	Executor da Obra
RS-C.01/01	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e	set/12	dez/13	345,8	Governo Federal (Infraero)
RS-C.01/02	Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem	mai/12	dez/13	228,2	Governo Federal (Infraero)

RS-C.01/03	Implantação do Módulo Operacional	mai/11	nov/11	5,2	Governo Federal (Infraero)
Total				579,2	

Recife

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento (R\$ Mil)	Executor da Obra
PE-C.01/01	Construção de Nova Torre de Controle	fev/12	dez/13	18,5	Governo Federal (Infraero)
Total				18,5	

Rio de Janeiro

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento (R\$ Mil)	Executor da Obra
RJ-C.01/01	Reforma do Terminal de Passageiros 1 e Obras Com	set/08	dez/13	301,1	Governo Federal (Infraero)
RJ-C.01/02	Reforma do Terminal de Passageiros 2	nov/08	dez/13	354,7	Governo Federal (Infraero)
RJ-C.01/03	Recuperação e revitalização dos sistemas de pistas	out/11	out/13	157,4	Governo Federal (Infraero)
Total				813,3	

Salvador

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento (R\$ Mil)	Executor da Obra
BA-C.01/01	Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros	mai/12	jul/13	15,4	Governo Federal (Infraero)
BA-C.01/02	Ampliação do Pátio de Aeronaves	mar/12	abr/13	16,8	Governo Federal (Infraero)
BA-C.01/03	Construção de Torre de Controle	fev/12	nov/13	15,4	Governo Federal (Infraero)
Total				47,6	

São Paulo - Guarulhos

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento (R\$ Mi)	Executor da Obra
SP-C.01/01	Construção do Terminal de Passageiros 3 (1ª Fase)	mai/11	nov/13	754,0	Governo Federal (Infraero)
SP-C.01/02	Implantação do Terminal Remoto - Fase 1	jul/11	jan/12	86,0	Governo Federal (Infraero)
SP-C.01/03	Implantação do Terminal Remoto - Fase 2	abr/12	dez/12	23,2	Governo Federal (Infraero)
SP-C.01/04	Ampliação e Revitalização do Sistema de Pista e Pátio	fev/12	out/13	253,0	Governo Federal (Infraero)
SP-C.01/05	Ampliação e Revitalização do Sistema de Pistas	mai/10	dez/11	156,7	Governo Federal (Infraero)
SP-C.01/06	Construção de Pistas de Táxi e de Saída Rápida	jan/12	mar/13	58,8	Governo Federal (Infraero)
Total				1.331,7	

Campinas - Viracopos

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento (R\$ Mi)	Executor da Obra
SP-C.02/01	Implantação do Módulo Operacional	out/10	ago/11	7,0	Governo Federal (Infraero)
SP-C.02/02	Adequação do Terminal de Passageiros Existente	ago/12	out/13	48,1	Governo Federal (Infraero)
SP-C.02/03	Construção do Novo Terminal de Passageiros e Pátio	jul/12	dez/13	741,5	Governo Federal (Infraero)
SP-C.02/04	Reforço com Alargamento da Pista de Táxi (PR-G e Pátio)	fev/12	dez/13	80,3	Governo Federal (Infraero)
Total				876,9	
Total				6.542,8	

Anexo IV Resolução nº 3 Novembro/2011

Estádios

Estádios - Belo Horizonte

Código na Matriz	Atividade	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento Total (R\$ MI)	Financiamento Federal (R\$ MI)	Responsável
MG-B-01	Reforma e adaptação do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão)	jan/10	dez/12	695,0	400,0	Governo Estadual (Concessionário)
Total				695,0	400,0	

Estádios - Brasília

Código na Matriz	Atividade	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento Total (R\$ MI)	Financiamento Federal (R\$ MI)	Responsável
DF-B-01	Reforma do Estádio Nacional de Brasília	jul/10	dez/12	688,3	0,00	Governo Distrital
Total				688,3		

Estádios - Cuiabá

Código na Matriz	Atividade	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento Total (R\$ MI)	Financiamento Federal (R\$ MI)	Responsável
MT-B-01	Construção da Arena Multiuso Pantanal	mai/10	dez/12	518,9	285,0	Governo Estadual
Total				518,9	285,0	

Estádios - Curitiba

Código na Matriz	Atividade	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento Total (R\$ MI)	Financiamento Federal (R\$ MI)	Responsável
PR-B-01	Complexo Esportivo Curitiba 2014 (reforma e Ampliação do Estádio)	out/11	dez/12	234,0	0,00	Clube Atlético Paranaense (CAP S/A)
Total				234,0		

Estádios - Fortaleza

Código na Matriz	Atividade	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento Total* (R\$ MI)	Financiamento Federal (R\$ MI)	Responsável
CE-B-01	Reforma do Estádio Governador Plácido Castelo (Castelão)	mar/10	dez/12	518,6	351,5	Governo Estadual (Concessionário)
Total				518,6	351,5	

*Inclui custos com operação do estádio e não inclui custos com gerenciamento

Estádios - Manaus

Código na Matriz	Atividade	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento Total (R\$ Mil)	Financiamento Federal (R\$ Mil)	Responsável
AM-B-01	Reconstrução da Arena da Amazônia	jul/10	jun/13	532,2	400,0	Governo Estadual
Total				532,2	400,0	

Estádios - Natal

Código na Matriz	Atividade	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento Total (R\$ Mil)	Financiamento Federal (R\$ Mil)	Responsável
RN-B-01	Construção da Arena das Dunas	ago/11	dez/13	417,0	396,5	Governo Estadual (Concessionário)
Total				417,0	396,5	

Estádios - Porto Alegre

Código na Matriz	Atividade	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento Total (R\$ Mil)	Financiamento Federal (R\$ Mil)	Responsável
RS-B-01	Reforma do Estádio Beira Rio	jul/10	dez/12	290,0	0,00	Sport Club Internacional
Total				290,0		

Estádios - Recife

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento Total (R\$ Mil)	Financiamento Federal (R\$ Mil)	Executor da Obra
PE-B-01	Construção da Arena Pernambuco	ago/10	dez/12	500,24	400,00	Governo Estadual (Concessionário)
Total				500,24	400,00	

Estádios - Rio de Janeiro

Código na Matriz	Atividade	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento Total (R\$ Mil)	Financiamento Federal (R\$ Mil)	Responsável
RI-B-01	Reforma do Estádio Mário Filho (Maracanã)	ago/10	fev/13	883,5	400,0	Governo Estadual
Total				883,5	400,0	

Estádios - Salvador

Código na Matriz	Projeto	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento Total (R\$ Mil)	Financiamento Federal (R\$ Mil)	Executor da Obra
BA-B-01	Reconstrução do Estádio da Fonte Nova	jun/10	dez/12	597,00	323,63	Governo Estadual (Concessionário)
Total				597,00	323,63	

Estádios - São Paulo

Código na Matriz	Atividade	Data início Obra	Data conclusão Obra	Investimento Total (R\$ Mil)	Financiamento Federal (R\$ Mil)	Responsável
SP-B-01	Construção da Arena São Paulo (Itaquera)	mai/11	dez/13	820,0	400,0	Sport Club Corinthians
Total				820,0	400,0	

*Valor limite máximo disponível para financiamento, conforme resolução 3.937/2010, do Conselho Monetário Nacional

Código na Matriz	Investimento Total (R\$ Mil)	Financiamento Federal (R\$ Mil)
Total	6.694,7	

Matriz de Responsabilidades Consolidada

Estádios							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto, gerenciamento e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Fonte
Belo Horizonte	Reforma e adaptação do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão)	695,0	400,0	-	295,0	-	Atualização abr/12
Brasília	Reforma do Estádio Mané Garrincha	745,3	400,0	-	345,3	-	Matriz de jan/10
Cuiabá	Construção da Arena Multiuso Pantanal	518,9	285,0	-	233,9	-	Atualização abr/12
Curitiba	Complexo Esportivo Curitiba 2014 (Reforma e Ampliação do Estádio)	234,0	123,0	-	14,0	97,0	Atualização abr/12
Fortaleza	Reforma do Estádio Castelão	623,0	400,0	-	223,0	-	Matriz de jan/10
Manaus	Reconstrução do Estádio Vivaldão	515,0	375,0	-	140,0	-	Matriz de jan/10
Natal	Construção da Arena das Dunas	350,0	250,5	-	99,5	-	Matriz de jan/10
Porto Alegre	Reforma do Estádio Beira Rio	330,0	235,0	-	-	95,0	Atualização abr/12
Recife	Construção de Novo Estádio "Cidade da Copa"	529,5	397,1	-	132,4	-	Matriz de jan/10
Rio de Janeiro	Reforma do Estádio Mário Filho (Maracanã)	808,4	400,0	-	408,4	-	Atualização abr/12
Salvador	Reconstrução do Estádio da Fonte Nova	591,7	400,0	-	191,7	-	Matriz de jan/10
São Paulo	Construção do Estádio do Corinthians	820,0	400,0	-	-	420,0	Atualização abr/12
		6760,8	4065,6	0,0	2083,2	612,0	
Mobilidade Urbana							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Fonte
Belo Horizonte	BRT: Antônio Carlos / Pedro I	633,9	428,0	-	205,9	-	Atualização abr/12
Belo Horizonte	Corredor Pedro II	27,9	21,8	-	6,1	-	Atualização abr/12
Belo Horizonte	BRT: Área Central	56,0	55,0	-	1,0	-	Matriz de jan/10

Não tem governador

Mobil/1012 (Urbanidade 10512)

Belo Horizonte	Expansão da Central de Controle de Trânsito	30,0	30,0	-	0,0	-	Matriz de Jan/10
Belo Horizonte	Via 210 (Ligação Via Mirim / Tereza Cristina)	96,0	72,0	-	24,0	-	Matriz de Jan/10
Belo Horizonte	Via 710 (Andradas / Cristiano Machado)	156,1	78,0	-	78,1	-	Matriz de Jan/10
Belo Horizonte	BRT: Cristiano Machado	135,3	128,5	-	6,8	-	Atualização abr/12
Belo Horizonte	Boulevard Arrudas / Tereza Cristina	213,0	210,0	-	3,0	-	Matriz de Jan/10
Brasília	VL: Linha 1 / Trecho 1 (Aeroporto / Terminal Asa Sul)	276,9	263,0	-	13,9	-	Revisão abr/12
Brasília	DF 047	103,1	98,0	-	5,1	-	Revisão abr/12
Cuiabá	VL T Cuiabá / Várzea Grande	1261,6	423,7	-	837,9	-	Revisão out/11
Cuiabá	Corredor Mário Andraazza	32,6	31,0	-	1,6	-	Atualização out/11
Cuiabá	Adequação Viária e Obras de Acessibilidade à Arena Multuso Panlanal	145,9	107,5	-	38,4	-	Revisão abr/12
Curitiba	Corredor Aeroporto / Rodoferrviária	160,3	104,8	-	55,5	-	Atualização abr/12
Curitiba	Sistema Integrado de Monitoramento	69,1	68,2	-	0,9	-	Matriz de Jan/10
Curitiba	Corredor Avenida Cândido de Abreu	14,2	4,9	-	9,3	-	Atualização abr/12
Curitiba	Requalificação da Rodoferrviária (inclusive acessos)	48,9	35,0	-	13,9	-	Atualização abr/12
Curitiba	BRT: Extensão da Linha Verde Sul	15,5	14,7	-	0,8	-	Atualização abr/12
Curitiba	Requalificação do Terminal Santa Cândida (reforma e ampliação)	12,1	12,0	-	0,1	-	Matriz de Jan/10
Curitiba	Requalificação do Corredor Marechal Floriano	44,5	33,8	-	10,7	-	Atualização abr/12
Curitiba	Corredor Metropolitano (Requalificação de Vias Existentes)	137,6	125,0	-	12,6	-	Atualização abr/12
Curitiba	Vias de Integração Radial Metropolitanas	38,4	36,5	-	1,9	-	Atualização abr/12

Fortaleza	VI.T.: Parangaba/Mucuripe	265,5	170,0	-	95,5	-	Matriz de jan/10
Fortaleza	Eixo Via Expressa/Raul Barbosa	151,6	141,7	-	9,9	-	Revisão abr/12
Fortaleza	BRT Avenida Dedé Brasil	41,6	21,6	-	20,0	-	Matriz de jan/10
Fortaleza	BRT Av. Alberto Craveiro	33,7	23,7	-	10,0	-	Matriz de jan/10
Fortaleza	BRT Av. Paulino Rocha	34,6	19,6	-	15,0	-	Matriz de jan/10
Fortaleza	Estações: Padre Cícero e Juscelino Kubitschek	35,0	33,2	-	1,8	-	Matriz de jan/10
Manaus	Monotilho Norte/Centro	1307,0	600,0	-	707,0	-	Matriz de jan/10
Manaus	BRT - Eixo Leste/Centro	230,0	200,0	-	30,0	-	Matriz de jan/10
Natal	Corredor Estruturante – Zona Norte / Estádio Arena das Dunas	338,8	293,0	-	45,8	-	Revisão abr/12
Natal	Acesso ao Novo Aeroporto de São Gonçalo do Amarante	73,1	12,1	-	61,0	-	Revisão abr/12
Natal	Reestruturação da Av. Eng. Roberto Freire	221,7	45,3	-	176,4	-	Revisão abr/12
Natal	Eixo 2: Implantação da Via Prudente de Morais	27,7	10,6	-	17,1	-	Matriz de jan/10
Porto Alegre	Corredor Avenida Tronco	133,6	129,3	-	4,3	-	Atualização jul/10
Porto Alegre	Corredor 3ª Perimetral (05 obras de arte)	120,4	94,6	-	25,8	-	Atualização jul/10
Porto Alegre	Corredor Padre Cacique / Av. Beira-Rio (Av. Edvaldo Pereira Paiva)	78,2	78,2	-	0,0	-	Atualização jul/10
Porto Alegre	Monitoramento dos 3 Corredores	13,7	13,7	-	0,0	-	Atualização jul/10
Porto Alegre	BRT: Protásio Alves	55,8	53,0	-	2,8	-	Atualização abr/12
Porto Alegre	BRT: João Pessoa	32,5	28,0	-	4,5	-	Revisão abr/12
Porto Alegre	Corredor Rua Voluntário da Pátria e Terminal de Ônibus São Pedro	30,0	24,0	-	6,0	-	Atualização jul/10
Porto Alegre	Prolongamento da Avenida Severo Dullius	40,8	21,6	-	19,2	-	Atualização abr/12
Porto Alegre	Complexo da Rodoviária	21,0	19,0	-	2,0	-	Atualização jul/10
Porto Alegre	BRT: Avenida Bento Gonçalves e Terminal Antônio Carvalho	24,2	23,0	-	1,2	-	Atualização abr/12

Recife	Corredor Caxangá (Leste/Oeste)	74,0	71,0	-	3,0	-	Atualização jan/11
Recife	BRT: Norte / Sul - Trecho Igarassu / Tacaruna / Centro do Recife	180,9	162,0	-	18,9	-	Atualização abr/12
Recife	BRT: Leste / Oeste - Ramal Cidade da Copa	137,0	99,0	-	38,0	-	Atualização abr/12
Recife	Corredor da Via Mangue	433,2	331,0	-	102,2	-	Atualização jan/11
Recife	Metrô: Terminal Cosme e Damião	15,8	15,0	-	0,8	-	Atualização jan/11
Rio de Janeiro	BRT: Corredor T5 (Aeroporto / Penha / Barra)	1610,0	1190,0	-	420,0	-	Matriz de Jan/10
São Paulo	Construção do Monotrilho Linha 17 - Ouro	1881,5	1082,0	-	799,5	-	Atualização abr/12
		11351,8	7386,6	0,0	3965,2	0,0	

Aeroportos

Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Fonte
Belo Horizonte	Reforma e Modernização do Terminal de Passageiros e Adequação do Sistema Viário	238,1	-	238,1	-	-	Matriz de jul/11
Belo Horizonte	Reforma e Ampliação da Pista de Pouso e do Sistema de Pátios	170,5	-	170,5	-	-	Matriz de jul/11
Belo Horizonte	Construção do Terminal de Passageiros 3, Pátio de Aeronaves, Estacionamento de Veículos e Adequação do Sistema Viário	100,0	-	100,0	-	-	Revisão de abr/12
Brasília	Reforma do Corpo Central do Terminal de Passageiros	6,4	-	6,4	-	-	Revisão de abr/12
Brasília	Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Brasília - Fase 1B	640,0	-	-	-	640,0	Revisão de abr/12
Brasília	Construção do Módulo Operacional - MOP	4,0	-	4,0	-	-	Matriz de jul/11
Cuiabá	Reforma e Modernização do Terminal de Passageiros, Adequação do Sistema Viário e Construção de Estacionamento	87,5	-	87,5	-	-	Matriz de jul/11

Cuiabá	Implantação do Módulo Operacional - MOP	2,9	-	2,9	-	-	Revisão de abr/12
Curitiba	Ampliação do Terminal de Passageiros e Ampliação do Sistema Viário	41,3	-	41,3	-	-	Matriz de jul/11
Curitiba	Ampliação do Pátio, Infraestrutura, Macrodrenagem e Obras Complementares	25,4	-	25,4	-	-	Revisão de abr/12
Curitiba	Restauração da Pista de Pouso e Decolagem e de Táci e Obras Complementares	17,8	-	17,8	-	-	Revisão de abr/12
Fortaleza	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e Adequação do Sistema Viário (1ª Fase)	349,8	-	349,8	-	-	Alteração de abr/12
Manaus	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros (1ª Fase)	327,4	-	327,4	-	-	Matriz de jul/11
Natal	Infraestrutura de Pista de Pouso, Infraestrutura dos Sistemas de Auxílio e Proteção ao Voo	168,9	-	168,9	-	-	Matriz de jul/11
Natal	Construção do Terminal de Passageiros, Sistema Viário de Acesso e Obras Complementares	408,0	-	8,0	-	400,0	Matriz de jul/11
Porto Alegre	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros (1ª Fase)	345,8	-	345,8	-	-	Matriz de jul/11
Porto Alegre	Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem	228,2	-	228,2	-	-	Revisão de abr/12
Porto Alegre	Implantação do Módulo Operacional – MOP	5,2	-	5,2	-	-	Revisão de abr/12
Recife	Construção de Nova Torre de Controle	19,8	-	19,8	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Reforma do Terminal de Passageiros 1	301,1	-	301,1	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Conclusão da Reforma do Terminal de Passageiros 2	386,2	-	386,2	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Recuperação e Revitalização dos Sistemas de Pistas e Pátios	157,4	-	157,4	-	-	Revisão de abr/12
Salvador	Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros	15,4	-	15,4	-	-	Revisão de abr/12
Salvador	Ampliação do Pátio de Aeronaves	16,8	-	16,8	-	-	Revisão de abr/12
Salvador	Construção de Torre de Controle	15,1	-	15,1	-	-	Matriz de jul/11
São Paulo - Guarulhos	Terraplanagem do Terminal de Passageiros 3	417,0	-	417,0	-	-	Revisão de abr/12
São Paulo - Guarulhos	Terminal de Passageiros 4 (Fase 1)	86,0	-	86,0	-	-	Alteração de abr/12
São Paulo - Guarulhos	Ampliação e Revitalização do Sistema de Pista e Pátio (PR-B e PR-FF)	148,0	-	148,0	-	-	Revisão de abr/12

São Paulo - Guarulhos	Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Guarulhos - Fase 1B	1420,0	-	-	-	1420,0	Revisão de abr/12
São Paulo - Viracopos	Construção do Módulo Operacional - MOP	5,0	-	5,0	-	-	Matriz de jul/11
São Paulo - Viracopos	Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Viracopos - Fase 1B	1180,0	-	-	-	1180,0	Revisão de abr/12
		7335,1	0,0	3695,1	0,0	3640,0	

Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global previsto (R\$ mil)	Portos				Investimento Inicitava Privada previsto (R\$ mil)	Fonte
			Financiamento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mil)			
Fortaleza	Terminal Marítimo de Mucuripe	149,0	-	149,0	-	-	Alteração de abr/12	
Manaus	Porto de Manaus	89,4	-	89,4	-	-	Alteração de abr/12	
Natal	Terminal Marítimo de Natal	53,7	-	53,7	-	-	Matriz de jul/11	
Recife	Terminal Marítimo de Recife	21,8	-	21,8	-	-	Matriz de jul/11	
Rio de Janeiro	Terminal Marítimo de Rio de Janeiro	314,0	-	314,0	-	-	Matriz de jul/11	
Salvador	Terminal Marítimo de Salvador	36,0	-	36,0	-	-	Matriz de jul/11	
Santos	Terminal Marítimo de Santos	235,0	-	235,0	-	-	Alteração de abr/12	
		898,9		898,9				

Matriz Consolidada	26346,6	11452,2	4594,0	6048,4	4252,0
---------------------------	----------------	----------------	---------------	---------------	---------------

Anexo VI

Resolução nº 11

Julho/2012

Matriz de Responsabilidades Consolidada

Cidade	Empreendimento (obra, projeto, gerenciamento e desapropriação)	Estádios					Fonte
		Investimento Global previsto (R\$ m)	Financiamento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Governo Local previsto (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ m)	
Belo Horizonte	Reforma e adaptação do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão)	695,0	400,0	-	295,0	-	Atualização abr/12
Brasília	Reforma do Estádio Mané Garrincha	745,3	400,0	-	345,3	-	Matriz de jan/10
Cuiabá	Construção da Arena Multiuso Pantanal	518,9	285,0	-	233,9	-	Atualização abr/12
Curitiba	Complexo Esportivo Curitiba 2014 (Reforma e Ampliação do Estádio)	234,0	123,0	-	14,0	97,0	Atualização abr/12
Fortaleza	Reforma do Estádio Castelão	623,0	400,0	-	223,0	-	Matriz de jan/10
Manaus	Reconstrução do Estádio Vivaldão	515,0	375,0	-	140,0	-	Matriz de jan/10
Natal	Construção da Arena das Dunas	350,0	250,5	-	99,5	-	Matriz de jan/10
Porto Alegre	Reforma do Estádio Beira Rio	330,0	235,0	-	-	95,0	Atualização abr/12
Recife	Construção de Novo Estádio "Cidade da Copa"	529,5	397,1	-	132,4	-	Matriz de jan/10
Rio de Janeiro	Reforma do Estádio Mário Filho (Maracanã)	808,4	400,0	-	408,4	-	Atualização abr/12
Salvador	Reconstrução do Estádio da Fonte Nova	591,7	400,0	-	191,7	-	Matriz de jan/10
São Paulo	Construção do Estádio do Corinthians	820,0	400,0	-	-	420,0	Atualização abr/12
Total Estádios		6.760,8	4.065,6	0,0	2.083,2	612,0	

Mobilidade Urbana							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Fonte
Belo Horizonte	BRT: Antônio Carlos / Pedro I	588,2	382,3	-	205,9	-	Atualização jul/12
Belo Horizonte	Corredor Pedro II e Obras Complementares nos BRTs Antonio Carlos/Pedro I e Cristiano Machado	158,8	146,0	-	12,8	-	Atualização jul/12
Belo Horizonte	BRT: Área Central	56,0	55,0	-	1,0	-	Matriz de jan/10
Belo Horizonte	Expansão da Central de Controle de Trânsito	30,0	30,0	-	0,0	-	Matriz de jan/10
Belo Horizonte	Via 210 (Ligação Via Minério / Tereza Cristina)	96,0	72,0	-	24,0	-	Matriz de jan/10
Belo Horizonte	Via 710 (Andradas / Cristiano Machado)	156,1	78,0	-	78,1	-	Matriz de jan/10
Belo Horizonte	BRT: Cristiano Machado	52,6	50,0	-	2,6	-	Atualização jul/12
Belo Horizonte	Boulevard Arturadas / Tereza Cristina	213,0	210,0	-	3,0	-	Matriz de jan/10
Brasília	VLT: Linha 1 / Trecho 1 (Aeroporto / Terminal Asa Sul)	276,9	263,0	-	13,9	-	Revisão abr/12
Brasília	DF 047	103,1	98,0	-	5,1	-	Revisão abr/12
Cuiabá	VLT Cuiabá / Várzea Grande	1261,6	423,7	-	837,9	-	Revisão out/11
Cuiabá	Corredor Mário Andreazza	46,0	31,0	-	15,0	-	Atualização jul/12
Cuiabá	Adequação Viária e Obras de Acessibilidade à Arena Multuso Pantanal	145,9	107,5	-	38,4	-	Revisão abr/12
Curitiba	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária	160,3	104,8	-	55,5	-	Atualização abr/12
Curitiba	Sistema Integrado de Monitoramento	69,1	68,2	-	0,9	-	Matriz de jan/10
Curitiba	Corredor Avenida Cândido de Abreu	14,2	4,9	-	9,3	-	Atualização abr/12
Curitiba	Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos)	48,9	35,0	-	13,9	-	Atualização abr/12
Curitiba	BRT: Extensão da Linha Verde Sul	15,5	14,7	-	0,8	-	Atualização abr/12
Curitiba	Requalificação do Terminal Santa Cândida (reforma e ampliação)	12,1	12,0	-	0,1	-	Matriz de jan/10
Curitiba	Requalificação do Corredor Marechal Floriano	57,3	33,8	-	23,5	-	Atualização jul/12
Curitiba	Corredor Metropolitano (Requalificação de Vias Existentes)	137,6	130,7	-	6,9	-	Atualização abr/12
Curitiba	Vias de Integração Radial Metropolitanas	58,4	36,5	-	21,9	-	Atualização jul/12
Fortaleza	VLT: Parangaba/Mucuripe	265,5	170,0	-	95,5	-	Revisão Nov/11
Fortaleza	Eixo Via Expressa/Raul Barbosa	151,6	141,7	-	9,9	-	Revisão abr/12
Fortaleza	BRT Avenida Dedé Brasil	41,6	21,6	-	20,0	-	Revisão Nov/11
Fortaleza	BRT Av. Alberto Craveiro	33,7	23,7	-	10,0	-	Revisão Nov/11
Fortaleza	BRT Av. Paulino Rocha	34,6	19,6	-	15,0	-	Revisão Nov/11
Fortaleza	Estações: Padre Cícero e Juscelino Kubitschek	35,0	33,2	-	1,8	-	Revisão Nov/11
Manaus	Monotrilho Norte/Centro	1307,0	600,0	-	707,0	-	Matriz de jan/10
Manaus	BRT Leste/Centro	290,7	200,0	-	90,7	-	Atualização jul/12
Natal	Corredor Estruturante - Zona Norte / Estádio Arena das Dunas	338,8	293,0	-	45,8	-	Revisão abr/12
Natal	Acesso ao Novo Aeroporto de São Gonçalo do Amarante	73,1	12,1	-	61,0	-	Revisão abr/12
Natal	Reestruturação da Av. Eng. Roberto Freire	221,7	45,3	-	176,4	-	Revisão abr/12
Natal	Eixo 2: Implantação da Via Prudente de Moraes	27,7	10,6	-	17,1	-	Matriz de jan/10
Porto Alegre	Corredor Avenida Tronco	133,6	129,3	-	4,3	-	Atualização jul/10
Porto Alegre	Corredor da 3ª Perimetral	194,1	94,6	-	99,5	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	Corredor Padre Cacique - Av. Beira Rio (Av. Edvaldo Pereira Paiva)	119,2	78,2	-	41,0	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	Monitoramento dos 3 Corredores	13,7	13,7	-	0,0	-	Atualização jul/10
Porto Alegre	BRT: Protásio Alves e Terminal Manoel Elias	77,9	53,0	-	24,9	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	BRT: João Pessoa e Terminal Azenha	64,5	28,0	-	36,5	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	Corredor Rua Voluntários da Pátria e Estação São Pedro	95,3	24,0	-	71,3	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	Prolongamento da Avenida Severo Dullius	83,0	21,6	-	61,4	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	Complexo da Rodoviária	31,5	19,0	-	12,5	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	BRT: Avenida Bento Gonçalves e Terminal Antônio de Carvalho	52,7	23,0	-	29,7	-	Atualização jul/12
Recife	Corredor Caxangá (Leste/Oeste)	74,0	71,0	-	3,0	-	Atualização jan/11
Recife	BRT: Norte / Sul - Trecho Igarassu / Tacaruna / Centro do Recife	180,9	162,0	-	18,9	-	Atualização abr/12
Recife	BRT: Leste / Oeste - Ramal Cidade da Copa	137,0	99,0	-	38,0	-	Atualização abr/12
Recife	Corredor da Via Manque	433,2	331,0	-	102,2	-	Atualização jan/11
Recife	Metrô: Terminal Cosme e Damião	15,8	15,0	-	0,8	-	Atualização jan/11
Rio de Janeiro	BRT Transcarioca (Aeroporto / Penha / Barra)	1883,6	1179,0	-	704,6	-	Atualização jul/12
São Paulo	Construção do Monotrilho Linha 17 - Ouro	1881,5	1082,0	-	799,5	-	Atualização abr/12
Total Mobilidade Urbana		12.050,1	7.381,3	0,0	4.668,8	0,0	

Aeroportos							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Fonte
Belo Horizonte	Reforma e Modernização do Terminal de Passageiros e Adequação do Sistema Viário	238,1	-	238,1	-	-	Matriz de jul/11
Belo Horizonte	Reforma e Ampliação da Pista de Pouso e do Sistema de Pátios	170,5	-	170,5	-	-	Matriz de jul/11
Belo Horizonte	Construção do Terminal de Passageiros 3, Pátio de Aeronaves, Estacionamento de Veículos e Adequação do Sistema Viário	100,0	-	100,0	-	-	Revisão de abr/12
Brasília	Reforma do Corpo Central do Terminal de Passageiros	6,4	-	6,4	-	-	Revisão de abr/12
Brasília	Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Brasília - Fase 1B	640,0	-	-	-	640,0	Revisão de abr/12
Brasília	Construção do Módulo Operacional - MOP	4,0	-	4,0	-	-	Matriz de jul/11
Cuiabá	Reforma e Modernização do Terminal de Passageiros, Adequação do Sistema Viário e Construção do Estacionamento	87,5	-	87,5	-	-	Matriz de jul/11
Cuiabá	Implantação do Módulo Operacional - MOP	2,9	-	2,9	-	-	Revisão de abr/12
Curitiba	Ampliação do Terminal de Passageiros e Ampliação do Sistema Viário	41,3	-	41,3	-	-	Matriz de jul/11
Curitiba	Ampliação do Pátio, Infraestrutura, Macro drenagem e Obras Complementares	25,4	-	25,4	-	-	Revisão de abr/12
Curitiba	Restauração da Pista de Pouso e Decolagem e de Taxi e Obras Complementares	17,6	-	17,8	-	-	Revisão de abr/12
Fortaleza	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e Adequação do Sistema Viário (1ª Fase)	349,8	-	349,8	-	-	Alteração de abr/12
Manaus	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros (1ª Fase)	327,4	-	327,4	-	-	Matriz de jul/11
Natal	Infraestrutura de Pista de Pouso, Infraestrutura dos Sistemas de Auxílio e Proteção ao Voo	168,9	-	168,9	-	-	Matriz de jul/11
Natal	Construção do Terminal de Passageiros, Sistema Viário de Acesso e Obras Complementares	408,0	-	8,0	-	400,0	Matriz de jul/11
Porto Alegre	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros (1ª Fase)	345,8	-	345,8	-	-	Matriz de jul/11
Porto Alegre	Ampliação da Pista de Pouso e Decolagem	228,2	-	228,2	-	-	Revisão de abr/12
Porto Alegre	Implantação do Módulo Operacional - MOP	5,2	-	5,2	-	-	Revisão de abr/12
Recife	Construção de Nova Torre de Controle	19,8	-	19,8	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Reforma do Terminal de Passageiros 1	301,1	-	301,1	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Conclusão da Reforma do Terminal de Passageiros 2	386,2	-	386,2	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Recuperação e Revitalização dos Sistemas de Pistas e Pátios	157,4	-	157,4	-	-	Revisão de abr/12
Salvador	Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros	15,4	-	15,4	-	-	Revisão de abr/12
Salvador	Ampliação do Pátio de Aeronaves	16,8	-	16,8	-	-	Revisão de abr/12
Salvador	Construção da Torre de Controle	15,1	-	15,1	-	-	Matriz de jul/11
São Paulo - Guarulhos	Terraplanagem do Terminal de Passageiros 3	417,0	-	417,0	-	-	Revisão de abr/12
São Paulo - Guarulhos	Terminal de Passageiros 4 (Fase 1)	86,0	-	86,0	-	-	Alteração de abr/12
São Paulo - Guarulhos	Ampliação e Revitalização do Sistema de Pista e Pátio (PR-B e PR-FF)	148,0	-	148,0	-	-	Revisão de abr/12
São Paulo - Guarulhos	Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Guarulhos - Fase 1B	1420,0	-	-	-	1420,0	Revisão de abr/12
São Paulo - Viracopos	Construção do Módulo Operacional - MOP	5,0	-	5,0	-	-	Matriz de jul/11
São Paulo - Viracopos	Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Viracopos - Fase 1B	1180,0	-	-	-	1180,0	Revisão de abr/12
Total Aeroportos		7.335,1	0,0	3.695,1	0,0	3.640,0	

Portos							
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Fonte
Fortaleza	Terminal Marítimo de Mucuripe	149,0	-	149,0	-	-	Alteração de abr/12
Manaus	Porto de Manaus	89,4	-	89,4	-	-	Alteração de abr/12
Natal	Terminal Marítimo de Natal	53,7	-	53,7	-	-	Matriz de jul/11
Recife	Terminal Marítimo de Recife	21,8	-	21,8	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Terminal Marítimo de Rio de Janeiro	314,0	-	314,0	-	-	Matriz de jul/11
Salvador	Terminal Marítimo de Salvador	36,0	-	36,0	-	-	Matriz de jul/11
Santos	Terminal Marítimo de Santos	235,0	-	235,0	-	-	Alteração de abr/12
Total Portos		898,9		898,9			

Telecomunicações							
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Fonte
Todas	Modernização da Infraestrutura e serviços e suporte às competições	371,2	-	371,2	-	-	Inclusão em abr/12
Total Telecomunicações		371,2		371,2			

Matriz Consolidada	27.416,1	11.446,9	4.965,2	6.752,0	4.252,0	
---------------------------	-----------------	-----------------	----------------	----------------	----------------	--

Anexo VII

Resolução nº 22 Dezembro/2012

Matriz de Responsabilidades Consolidada

Ministério do Esporte **BRASIL**
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA

Anexo A - Mobilidade Urbana							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ mil)	Financiamento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mil)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mil)	Referência
Belo Horizonte	BRT: Antônio Carlos / Pedro I	588,2	382,3	-	205,9	-	Atualização jul/12
Belo Horizonte	Corredor Pedro II e Obras Complementares nos BRTs Antonio Carlos/Pedro I e Cristiano Machado	158,8	146,0	-	12,8	-	Atualização jul/12
Belo Horizonte	BRT: Área Central	56,0	55,0	-	1,0	-	Matriz de jan/10
Belo Horizonte	Expansão da Central de Controle de Trânsito	30,0	30,0	-	0,0	-	Matriz de jan/10
Belo Horizonte	Via 210 (Ligação Via Minério / Tereza Cristina)	96,0	72,0	-	24,0	-	Matriz de jan/10
Belo Horizonte	Via 710 (Andradas / Cristiano Machado)	156,1	78,0	-	78,1	-	Matriz de jan/10
Belo Horizonte	BRT: Cristiano Machado	52,6	50,0	-	2,6	-	Atualização jul/12
Belo Horizonte	Boulevard Arrudas / Tereza Cristina	213,0	210,0	-	3,0	-	Matriz de jan/10
Brasília	DF 047	103,1	98,0	-	5,1	-	Revisão abr/12
Cuiabá	VLT Cuiabá / Várzea Grande	1261,6	423,7	-	837,9	-	Revisão out/11
Cuiabá	Corredor Mário Andreazza	46,0	31,0	-	15,0	-	Atualização jul/12
Curitiba	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária	160,3	104,8	-	55,5	-	Atualização abr/12
Curitiba	Sistema Integrado de Monitoramento	69,1	68,2	-	0,9	-	Matriz de jan/10
Curitiba	Corredor Avenida Cândido de Abreu	14,2	4,9	-	9,3	-	Atualização abr/12
Curitiba	Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos)	48,9	35,0	-	13,9	-	Atualização abr/12
Curitiba	BRT: Extensão da Linha Verde Sul e Obras Complementares da Requalificação do Corredor Marechal Floriano	20,6	18,5	-	2,1	-	Atualização Dez/12
Curitiba	Requalificação do Terminal Santa Cândida (reforma e ampliação)	12,1	12,0	-	0,1	-	Matriz de jan/10
Curitiba	Requalificação do Corredor Marechal Floriano	52,2	30,0	-	22,2	-	Atualização dez/12
Curitiba	Vias de Integração Radial Metropolitanas	58,4	36,5	-	21,9	-	Atualização jul/12
Fortaleza	VLT: Parangaba/Mucuripe	265,5	170,0	-	95,5	-	Revisão Nov/11
Fortaleza	Eixo Via Expressa/Raul Barbosa	151,6	141,7	-	9,9	-	Revisão abr/12
Fortaleza	BRT Avenida Dedé Brasil	41,6	21,6	-	20,0	-	Revisão Nov/11
Fortaleza	BRT Av. Alberto Craveiro	33,7	23,7	-	10,0	-	Revisão Nov/11
Fortaleza	BRT Av. Paulino Rocha	34,6	19,6	-	15,0	-	Revisão Nov/11
Fortaleza	Estações: Padre Cicero e Juscelino Kubitschek	35,0	33,2	-	1,8	-	Revisão Nov/11
Natal	Corredor Estruturante – Zona Norte / Estádio Arena das Dunas	338,8	293,0	-	45,8	-	Revisão abr/12
Natal	Acesso ao Novo Aeroporto de São Gonçalo do Amarante	73,1	12,1	-	61,0	-	Revisão abr/12
Natal	Eixo 2: Implantação da Via Prudente de Moraes	27,7	10,6	-	17,1	-	Matriz de jan/10
Porto Alegre	Corredor Avenida Tronco	156,0	71,7	-	84,3	-	Atualização nov/12
Porto Alegre	Corredor da 3ª Perimetral	194,1	94,6	-	99,5	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	Corredor Padre Cacique – Av. Beira Rio (Av. Edvaldo Pereira Paiva)	119,2	78,2	-	41,0	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	Monitoramento dos 3 Corredores	13,7	13,7	-	0,0	-	Atualização jul/10
Porto Alegre	BRT: Protásio Alves e Terminal Manoel Elias	77,9	53,0	-	24,9	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	BRT: João Pessoa e Terminal Azenha	64,5	28,0	-	36,5	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	Corredor Rua Voluntários da Pátria e Estação São Pedro	95,3	24,0	-	71,3	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	Prolongamento da Avenida Severo Dullius	83,0	21,6	-	61,4	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	Complexo da Rodoviária	31,5	19,0	-	12,5	-	Atualização jul/12
Porto Alegre	BRT: Avenida Bento Gonçalves e Terminal Antônio de Carvalho	52,7	23,0	-	29,7	-	Atualização jul/12
Recife	Corredor Caxangá (Leste/Oeste)	74,0	71,0	-	3,0	-	Atualização jan/11
Recife	BRT: Norte / Sul - Trecho Igarassu / Tacaruna / Centro do Recife	180,9	162,0	-	18,9	-	Atualização abr/12
Recife	BRT: Leste / Oeste - Ramal Cidade da Copa	137,0	99,0	-	38,0	-	Atualização abr/12
Recife	Corredor da Via Mangue	433,2	331,0	-	102,2	-	Atualização jan/11
Recife	Metrô: Terminal Cosme e Damião	15,8	15,0	-	0,8	-	Atualização jan/11
Rio de Janeiro	BRT Transcarioca (Aeroporto / Penha / Barra)	1883,6	1179,0	-	704,6	-	Atualização jul/12
Total Mobilidade Urbana		7.811,2	4.895,2	0,0	2.916,0	0,0	

Anexo A - Mobilidade Urbana - Obras de Entorno							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ mil)	Financiamento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Federal previsto (R\$ mil)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mil)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mil)	Referência
Cuiabá	Adequação Viária e Obras de Acessibilidade à Arena Multiuso Pantanal	145,9	107,5	-	38,4	-	Revisão de abr/12
Porto Alegre	3 Vias de Acesso ao Estádio Beira Rio	8,0	-	-	8,0	-	Revisão de dez/12
Recife	Obras da Estação de Metrô Cosme e Damião	7,4	-	7,4	-	-	Revisão de dez/12
Recife	Obras do Viaduto da BR 408	25,0	-	-	25,0	-	Revisão de dez/12
Rio de Janeiro	Projeto de Reurbanização do Entorno do Estádio do Maracanã e ligação com a Quinta da Boa Vista - 1ª Fase	109,6	-	-	109,6	-	Revisão de dez/12
Rio de Janeiro	Reformulação e Modernização da Estação Multimodal de Mangueira	161,5	-	-	161,5	-	Revisão de dez/12
Salvador	Obras de Microacessibilidade	12,5	-	10,3	2,2	-	Revisão de dez/12
Salvador	Obras de Rotas de Pedestres	7,1	-	5,8	1,4	-	Revisão de dez/12
São Paulo	Intervenções Viárias no Entorno da Arena Itaquerã	317,7	-	-	317,7	-	Revisão de dez/12
Total Mobilidade Urbana - Obras de Entorno		794,7	107,5	23,4	663,8	0,0	
Total Consolidado Mobilidade Urbana		8.605,9	5.002,7	23,4	3.579,8	0,0	

Total = 18,3 mil

Investimento Federal = 23,4

Investimento Local = 3,0

Investimento Privado = 0,0

Matriz de Responsabilidades Consolidada

Anexo B - Estádios							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto, gerenciamento e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Referência
Belo Horizonte	Reforma e adaptação do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão)	695,0	400,0	-	295,0	-	Atualização abr/12
Brasília	Reforma do Estádio Nacional de Brasília	1.015,6	-	-	1015,6	-	Atualização dez/12
Cuiabá	Construção da Arena Multiuso Pantanal	518,9	285,0	-	233,9	-	Atualização abr/12
Curitiba	Complexo Esportivo Curitiba 2014 (Reforma e Ampliação do Estádio)	234,0	123,0	-	14,0	97,0	Atualização abr/12
Fortaleza	Reforma do Estádio Castelão	623,0	400,0	-	223,0	-	Matriz de jan/10
Manaus	Reconstrução do Estádio Vivaldão	515,0	375,0	-	140,0	-	Matriz de jan/10
Natal	Construção da Arena das Dunas	350,0	250,5	-	99,5	-	Matriz de jan/10
Porto Alegre	Reforma do Estádio Beira Rio	330,0	235,0	-	-	95,0	Atualização abr/12
Recife	Construção de Novo Estádio "Cidade da Copa"	529,5	397,1	-	132,4	-	Matriz de jan/10
Rio de Janeiro	Reforma do Estádio Mário Filho (Maracanã)	808,4	400,0	-	408,4	-	Atualização abr/12
Salvador	Reconstrução do Estádio da Fonte Nova	591,7	400,0	-	191,7	-	Matriz de jan/10
São Paulo	Construção do Estádio do Corinthians	820,0	400,0	-	-	420,0	Atualização abr/12
Total Estádios		7.031,1	3.665,6	0,0	2.753,5	612,0	

Anexo C - Aeroportos							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Referência
Belo Horizonte	Reforma e Modernização do Terminal de Passageiros e Adequação do Sistema Viário	238,1	-	238,1	-	-	Matriz de jul/11
Belo Horizonte	Reforma e Ampliação da Pista de Pouso e do Sistema de Pátios	170,5	-	170,5	-	-	Matriz de jul/11
Belo Horizonte	Construção do Terminal de Passageiros 3, Pátio de Aeronaves, Estacionamento de Veículos e Adequação do Sistema Viário	100,0	-	100,0	-	-	Revisão de abr/12
Brasília	Reforma do Corpo Central do Terminal de Passageiros	6,4	-	6,4	-	-	Revisão de abr/12
Brasília	Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Brasília - Fase 1B	640,0	-	-	-	640,0	Revisão de abr/12
Brasília	Construção do Módulo Operacional - MOP	4,0	-	4,0	-	-	Matriz de jul/11
Cuiabá	Reforma e Modernização do Terminal de Passageiros, Adequação do Sistema Viário e Construção de Estacionamento	87,5	-	87,5	-	-	Matriz de jul/11
Cuiabá	Implantação do Módulo Operacional - MOP	2,9	-	2,9	-	-	Revisão de abr/12
Curitiba	Ampliação do Terminal de Passageiros e Ampliação do Sistema Viário	41,3	-	41,3	-	-	Matriz de jul/11
Curitiba	Ampliação do Pátio, Infraestrutura, Macrodrenagem e Obras Complementares	25,4	-	25,4	-	-	Revisão de abr/12
Curitiba	Restauração da Pista de Pouso e Decolagem e de Táxi e Obras Complementares	17,8	-	17,8	-	-	Revisão de abr/12
Fortaleza	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e Adequação do Sistema Viário (1ª Fase)	195,8	-	195,8	-	-	Alteração de dez/12
Manaus	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros (1ª Fase)	327,4	-	327,4	-	-	Matriz de jul/11
Natal	Infraestrutura de Pista de Pouso, Infraestrutura dos Sistemas de Auxílio e Proteção ao Voo	168,9	-	168,9	-	-	Matriz de jul/11
Natal	Construção do Terminal de Passageiros, Sistema Viário de Acesso e Obras Complementares	408,0	-	8,0	-	400,0	Matriz de jul/11
Porto Alegre	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros (1ª Fase)	345,8	-	345,8	-	-	Matriz de jul/11
Porto Alegre	Implantação do Módulo Operacional - MOP	5,2	-	5,2	-	-	Revisão de abr/12
Recife	Construção de Nova Torre de Controle	19,8	-	19,8	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Reforma do Terminal de Passageiros 1	301,1	-	301,1	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Conclusão da Reforma do Terminal de Passageiros 2	386,2	-	386,2	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Recuperação e Revitalização dos Sistemas de Pistas e Pátios	157,4	-	157,4	-	-	Revisão de abr/12
Salvador	Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros	15,4	-	15,4	-	-	Revisão de abr/12
Salvador	Ampliação do Pátio de Aeronaves	16,8	-	16,8	-	-	Revisão de abr/12
Salvador	Construção de Torre de Controle	15,1	-	15,1	-	-	Matriz de jul/11
São Paulo - Guarulhos	Terraplanagem do Terminal de Passageiros 3	269,4	-	269,4	-	-	Revisão de dez/12
São Paulo - Guarulhos	Terminal de Passageiros 4 (Fase 1)	86,0	-	86,0	-	-	Alteração de abr/12
São Paulo - Guarulhos	Ampliação e Revitalização do Sistema de Pista e Pátio (PR-B e PR-FF)	148,0	-	148,0	-	-	Revisão de abr/12
São Paulo - Guarulhos	Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Guarulhos - Fase 1B	1420,0	-	-	-	1420,0	Revisão de abr/12
São Paulo - Viracopos	Construção do Módulo Operacional - MOP	5,0	-	5,0	-	-	Matriz de jul/11
São Paulo - Viracopos	Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Viracopos - Fase 1B	1180,0	-	-	-	1180,0	Revisão de abr/12
Total Aeroportos		6.805,2	0,0	3.165,2	0,0	3.640,0	

Matriz de Responsabilidades Consolidada

Anexo D - Portos							
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Referência
Fortaleza	Terminal Marítimo de Mucuripe	149,0	-	149,0	-	-	Alteração de abr/12
Manaus	Porto de Manaus	89,4	-	89,4	-	-	Alteração de abr/12
Natal	Terminal Marítimo de Natal	53,7	-	53,7	-	-	Matriz de jul/11
Recife	Terminal Marítimo de Recife	21,8	-	21,8	-	-	Matriz de jul/11
Rio de Janeiro	Terminal Marítimo de Rio de Janeiro	91,0	-	91,0	-	-	Alteração de dez/12
Salvador	Terminal Marítimo de Salvador	36,0	-	36,0	-	-	Matriz de jul/11
Santos	Terminal Marítimo de Santos	235,0	-	235,0	-	-	Alteração de abr/12
Total Portos		675,9		675,9			

Anexo E - Telecomunicações							
Cidade	Empreendimento (implantação)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Referência
Todas	Modernização da Infraestrutura e serviços e suporte às competições	371,2	-	371,2	-	-	Matriz de abr/12
Total Telecomunicações		371,2		371,2			

Anexo F - Segurança							
Cidade	Empreendimento (aquisição e implantação)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Referência
Todas	Ações de Segurança Pública: Integração de Instituições e Sistemas	782,0	-	782,0	-	-	Matriz de nov/12
Todas	Ações de Segurança Pública: Controle dos Pontos de Entrada no País	158,2	-	158,2	-	-	Matriz de nov/12
Todas	Ações de Segurança Pública: Segurança do Evento	230,0	-	230,0	-	-	Matriz de nov/12
Todas	Ações de Defesa - AERONÁUTICA	252,9	-	252,9	-	-	Matriz de nov/12
Todas	Ações de Defesa - EXERCITO	247,4	-	247,4	-	-	Matriz de nov/12
Todas	Ações de Defesa - MARINHA	207,7	-	207,7	-	-	Matriz de nov/12
Todas	Ações de Defesa - ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS-MD	0,9	-	0,9	-	-	Matriz de nov/12
Total Segurança		1.879,1		1.879,1			

Anexo G - Turismo							
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Referência
Belo Horizonte	Ações de Infraestrutura do Turismo	18,5	-	16,8	1,7	-	Matriz de set/12
Brasília	Ações de Infraestrutura do Turismo	10,2	-	9,3	0,9	-	Matriz de set/12
Cuiabá	Ações de Infraestrutura do Turismo	13,8	-	13,0	0,8	-	Matriz de set/12
Curitiba	Ações de Infraestrutura do Turismo	19,4	-	17,8	1,6	-	Matriz de set/12
Fortaleza	Ações de Infraestrutura do Turismo	22,1	-	17,4	4,7	-	Matriz de set/12
Manaus	Ações de Infraestrutura do Turismo	8,8	-	8,3	0,5	-	Matriz de set/12
Natal	Ações de Infraestrutura do Turismo	23,0	-	22,1	0,9	-	Matriz de set/12
Porto Alegre	Ações de Infraestrutura do Turismo	25,7	-	23,3	2,4	-	Matriz de set/12
Recife	Ações de Infraestrutura do Turismo	17,6	-	16,8	0,8	-	Matriz de set/12
Rio de Janeiro	Ações de Infraestrutura do Turismo	25,9	-	23,9	2,0	-	Matriz de set/12
Salvador	Ações de Infraestrutura do Turismo	12,0	-	11,3	0,7	-	Matriz de set/12
São Paulo	Ações de Infraestrutura do Turismo	15,6	-	14,5	1,1	-	Matriz de set/12
Total Turismo		212,5		194,5	18,0		

Matriz Consolidada	25.581	8.668	6.309	6.351	4.252		
---------------------------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------	--	--

Anexo VIII Resolução nº 25 Novembro/2013

Matriz de Responsabilidades Consolidada

Ministério do Esporte **BRASIL**
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

Anexo A - Mobilidade Urbana							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Referência
Belo Horizonte	BRT: Antônio Carlos / Pedro I	713.40	382.30	-	331.10	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	Corredor Pedro II e Obras Complementares nos BRTs Antonio Carlos/Pedro I e Cristiano Machado	168.54	146.00	-	22.50	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	BRT: Área Central	70.49	55.00	-	15.50	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	Expansão da Central de Controle de Trânsito	31.60	30.00	-	1.60	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	Via 210 (Ligação Via Minério / Tereza Cristina)	130.30	58.70	-	71.60	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	BRT: Cristiano Machado	57.39	50.00	-	7.40	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	Boulevard Arrudas / Tereza Cristina	233.90	210.00	-	23.90	-	Atualização Set/13
Brasília	DF-047	44.20	42.00	-	2.20	-	Atualização Out/13
Cuiabá	VLT Cuiabá / Várzea Grande	1,577.60	423.70	-	1,153.90	-	Atualização Set/13
Cuiabá	Corredor Mário Andreazza	46.00	31.00	-	15.00	-	Atualização Set/13
Curitiba	BRT: Extensão da Linha Verde Sul e Obras Complementares da Requalificação do Corredor Marechal Floriano	24.20	18.50	-	5.70	-	Atualização Set/13
Curitiba	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária (Gov. Estadual)	51.50	42.30	-	9.20	-	Atualização Set/13
Curitiba	Corredor Aeroporto / Rodoferroviária (Gov. Municipal)	131.70	62.50	-	69.20	-	Atualização Set/13
Curitiba	Requalificação do Terminal Santa Cândida	12.60	12.00	-	0.60	-	Atualização Set/13
Curitiba	Vias de Integração Radial Metropolitanas	53.30	36.10	-	17.20	-	Atualização Set/13
Curitiba	Requalificação da Rodoferroviária (inclusive acessos)	48.90	35.00	-	13.90	-	Atualização Set/13
Curitiba	Requalificação do Corredor Marechal Floriano (Gov. Estadual)	23.40	10.00	-	13.40	-	Atualização Set/13
Curitiba	Requalificação do Corredor Marechal Floriano (Gov. Municipal)	38.60	20.00	-	18.60	-	Atualização Set/13
Curitiba	Sistema Integrado de Monitoramento (Gov. Estadual)	20.40	10.00	-	10.40	-	Atualização Set/13
Curitiba	Sistema Integrado de Monitoramento (Gov. Municipal)	61.60	58.20	-	3.40	-	Atualização Set/13
Fortaleza	VLT Parangaba/Mucuripe	275.45	170.00	-	105.45	-	Atualização Set/13
Fortaleza	Eixo Via Expressa / Raul Barbosa	151.60	141.70	-	9.90	-	Atualização Set/13
Fortaleza	BRT Avenida Dedé Brasil	41.60	21.60	-	20.00	-	Atualização Set/13
Fortaleza	Estações: Padre Cícero e Juscelino Kubitschek	38.22	33.20	-	5.02	-	Atualização Set/13
Fortaleza	BRT Avenida Paulino Rocha	34.60	19.60	-	15.00	-	Atualização Set/13
Fortaleza	BRT Avenida Alberto Craveiro	33.70	23.70	-	10.00	-	Atualização Set/13
Natal	Acesso ao Novo Aeroporto de São Gonçalo do Amarante	73.10	12.10	-	61.00	-	Atualização Set/13
Natal	Eixo 2 - Implantação da Via Prudente de Moraes	28.20	10.60	-	17.60	-	Atualização Set/13
Natal	Corredor Estruturante - Zona Norte / Estádio Arena das Dunas	370.95	293.00	-	77.90	-	Atualização Set/13
Recife	Corredor Via Mangue	433.20	331.00	-	102.20	-	Atualização Set/13
Recife	BRT: Norte / Sul - Trecho Igarassu / Tacaruna / Centro do Recife	180.90	162.00	-	18.90	-	Atualização Set/13
Recife	BRT: Leste / Oeste - Ramal Cidade da Copa	137.00	99.00	-	38.00	-	Atualização Set/13
Recife	Corredor Caxangá (Leste / Oeste)	88.10	71.00	-	17.10	-	Atualização Set/13
Recife	Terminal Integrado Cosme e Damião	19.10	15.00	-	4.10	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	BRT do Corredor Transcarioca	1,582.20	1,179.00	-	403.20	-	Atualização Set/13
Total Mobilidade Urbana		7,027.54	4,315.80	-	2,711.67	-	

Anexo A - Mobilidade Urbana - Obras de Entorno							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ mi)	Financiamento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Federal previsto (R\$ mi)	Investimento Governo Local previsto (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ mi)	Referência
Cuiabá	Adequação viária e obras de acessibilidade à Arena Pantanal	95.80	55.00	-	40.80	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Entorno Beira Rio: 3 Vias de Acesso	8.00	-	-	8.00	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Projeto de Pavimentação do Entorno do Estádio Beira-Rio	7.90	7.10	-	0.80	-	Atualização Set/13
Recife	Viaduto da BR-408	25.00	-	-	25.00	-	Atualização Set/13
Recife	Estação de Metrô Cosme e Damião	7.37	-	7.37	-	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Projeto de Reurbanização do Entorno do Estádio do Maracanã e Ligação com a Quinta da Boa Vista - 1ª Fase	109.60	-	-	109.60	-	Atualização Jun/13
Rio de Janeiro	Reformulação e Modernização da Estação Multimodal do Maracanã	174.80	-	-	174.80	-	Atualização Set/13
Salvador	Microacessibilidade	12.40	-	10.26	2.14	-	Atualização Set/13
Salvador	Rotas de Pedestres	7.15	-	-	7.15	-	Atualização Set/13
São Paulo	Intervenções Viárias no entorno do Polo de Desenvolvimento da Zona Leste	548.50	-	-	548.50	-	Atualização Set/13
Total Mobilidade Urbana - Obras de Entorno		996.52	62.10	17.63	916.79	-	
Total Consolidado Mobilidade Urbana		8,024.06	4,377.90	17.63	3,628.46	-	

Matriz de Responsabilidades Consolidada

Anexo B - Estádios							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto, gerenciamento e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ m)	Financiamento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Governo Local previsto (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ m)	Referência
Belo Horizonte	Reforma do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão)	695,00	400,00	-	295,00	-	Atualização Set/13
Brasília	Reconstrução do Estádio Nacional de Brasília	1.403,30	-	-	1.403,30	-	Atualização Set/13
Cuiabá	Reconstrução da Arena Multiuso Pantanal	570,10	339,00	-	231,10	-	Atualização Set/13
Curitiba	Reforma e Ampliação do Complexo Esportivo Curitiba 2014	326,70	234,10	-	14,25	78,35	Atualização Set/13
Fortaleza	Reforma do Estádio Governador Plácido Castelo (Castelão)	518,60	351,50	-	167,10	-	Atualização Set/13
Manaus	Reconstrução da Arena da Amazônia	669,50	400,00	-	269,50	-	Atualização Set/13
Natal	Construção da Arena das Dunas	400,00	396,50	-	3,50	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Reforma do Estádio Beira-Rio	330,00	275,10	-	-	54,90	Atualização Set/13
Recife	Construção da Arena Pernambuco	532,60	400,00	-	132,60	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Reforma do Estádio Mário Filho (Maracanã)	1.050,00	400,00	-	650,00	-	Atualização Set/13
Salvador	Reconstrução do Estádio Fonte Nova	689,40	323,60	-	365,80	-	Atualização Set/13
São Paulo	Construção do Estádio do Corinthians	820,00	400,00	-	420,00	-	Atualização Set/13
Total Estádios		8.005,20	3.919,80	-	3.952,15	133,25	

Anexo C - Aeroportos							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global previsto (R\$ m)	Financiamento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Governo Local previsto (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ m)	Referência
Belo Horizonte	Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Confin. TPS e Sistema Viário	218,57	-	218,57	-	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Confin. Pista de Pouso e Sistema de Pátios	184,70	-	184,70	-	-	Atualização Set/13
Belo Horizonte	Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Confin. TPS 3 / TAG	26,82	-	26,82	-	-	Atualização Set/13
Brasília	Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek - Concessão	642,40	-	-	-	642,40	Atualização Set/13
Brasília	Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek - Reforma do Corpo Central do TPS	4,16	-	4,16	-	-	Atualização Set/13
Brasília	Aeroporto Internacional de Brasília - Presidente Juscelino Kubitschek - Módulo Operacional	4,81	-	4,81	-	-	Atualização Set/13
Cuiabá	Aeroporto Internacional Marechal Rondon - TPS, Sistema Viário e Estacionamento	98,68	-	98,68	-	-	Atualização Set/13
Cuiabá	Aeroporto Internacional Marechal Rondon - Módulo Operacional	2,53	-	2,53	-	-	Atualização Set/13
Curitiba	Aeroporto Internacional Afonso Pena - Pátio de Aeronaves	28,04	-	28,04	-	-	Atualização Set/13
Curitiba	Aeroporto Internacional Afonso Pena - Terminal de Passageiros e Sistema Viário	110,16	-	110,16	-	-	Atualização Set/13
Curitiba	Aeroporto Internacional Afonso Pena - Pistas de Pouso e Decolagem e de Táxi	19,06	-	19,06	-	-	Atualização Set/13
Fortaleza	Aeroporto Internacional Pinto Martins - TPS e Sistema Viário	171,11	-	171,11	-	-	Atualização Set/13
Manaus	Aeroporto Internacional Eduardo Gomes - TPS e Sistema Viário	445,07	-	445,07	-	-	Atualização Set/13
Natal	Aeroporto São Gonçalo do Amarante - Concessão	383,40	-	8,00	-	375,40	Atualização Set/13
Natal	Aeroporto Internacional Salgado Filho - Pistas e Pátio	189,15	-	189,15	-	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Aeroporto Internacional Salgado Filho - Terminal de Passageiros e Área de Desembarque	58,99	-	58,99	-	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Aeroporto Internacional Salgado Filho - Pátios	23,78	-	23,78	-	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Aeroporto Internacional Salgado Filho - Módulo Operacional	4,95	-	4,95	-	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim - TPS 2	188,69	-	188,69	-	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim - Pistas e Pátio	139,10	-	139,10	-	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim - TPS 1	115,86	-	115,86	-	-	Atualização Set/13
Salvador	Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luis Eduardo Magalhães - Terminal de Passageiros	79,23	-	79,23	-	-	Atualização Set/13
Salvador	Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luis Eduardo Magalhães - Torre de Controle	16,14	-	16,14	-	-	Atualização Set/13
Salvador	Aeroporto Internacional de Salvador - Deputado Luis Eduardo Magalhães - Pátio	17,56	-	17,56	-	-	Atualização Set/13
São Paulo - Guarulhos	Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos - Governador André Franco Montoro - Terraplanagem TPS 3	235,51	-	235,51	-	-	Atualização Set/13
São Paulo - Guarulhos	Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos - Governador André Franco Montoro - Terminal 4	83,65	-	83,65	-	-	Atualização Set/13
São Paulo - Guarulhos	Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos - Governador André Franco Montoro - Sistema de Pistas	183,53	-	183,53	-	-	Atualização Set/13
São Paulo - Guarulhos	Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos - Governador André Franco Montoro	1.420,00	-	-	-	1.420,00	Atualização Set/13
São Paulo - Viracopos	Aeroporto Internacional de Viracopos - Módulo Operacional	4,91	-	4,91	-	-	Atualização Set/13
São Paulo - Viracopos	Aeroporto Internacional de Viracopos - Concessão	1.180,00	-	-	-	1.180,00	Atualização Set/13
Total Aeroportos		6.280,56	-	2.662,76	-	3.617,80	

Atualização Set/13

15/04/2013

Matriz de Responsabilidades Consolidada

Anexo D - Portos							
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global previsto (R\$ m)	Financiamento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Governo Local previsto (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ m)	Referência
Fortaleza	Terminal Marítimo de Fortaleza (Mucuripe)	202,60	-	202,60	-	-	Atualização Set/13
Manaus	Terminal Hidroviário de Manaus	89,40	-	89,40	-	-	Atualização Set/13
Natal	Terminal Marítimo de Natal	72,50	-	72,50	-	-	Atualização Set/13
Recife	Terminal Marítimo	28,10	-	21,80	6,30	-	Atualização Set/13
Salvador	Terminal Marítimo de Salvador	40,70	-	40,70	-	-	Atualização Set/13
São Paulo	Santos - Alinhamento de Cais	154,00	-	154,00	-	-	Atualização Set/13
Total Portos		587,30	-	581,00	6,30	-	

Anexo E - Telecomunicações							
Cidade	Empreendimento (implantação)	Investimento Global previsto (R\$ m)	Financiamento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Governo Local previsto (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ m)	Referência
Todas	Modernização da Infraestrutura e serviços e suporte às competições	404,00	-	404,00	-	-	Atualização Set/13
Total Telecomunicações		404,00	-	404,00	-	-	

Anexo F - Segurança							
Cidade	Empreendimento (aquisição e implantação)	Investimento Global previsto (R\$ m)	Financiamento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Governo Local previsto (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ m)	Referência
Todas	Ações de Segurança Pública: Integração de Instituições e Sistemas	782,00	-	782,00	-	-	Atualização Set/13
Todas	Ações de Segurança Pública: Controle dos Pontos de Entrada no País	75,20	-	75,20	-	-	Atualização Set/13
Todas	Ações de Segurança Pública: Segurança do Evento	313,00	-	313,00	-	-	Atualização Set/13
Todas	Ações de Defesa - AERONÁUTICA	252,90	-	252,90	-	-	Atualização Set/13
Todas	Ações de Defesa - EXERCÍCIO	247,40	-	247,40	-	-	Atualização Set/13
Todas	Ações de Defesa - MARINHA	207,70	-	207,70	-	-	Atualização Set/13
Todas	Ações de Defesa - ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS-MD	0,90	-	0,90	-	-	Atualização Set/13
Total Segurança		1,879,10	-	1,879,10	-	-	

Anexo G - Turismo							
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global previsto (R\$ m)	Financiamento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Governo Local previsto (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ m)	Referência
Belo Horizonte	Ações de Infraestrutura do Turismo	8,33	-	7,62	0,71	-	Atualização Set/13
Brasília	Ações de Infraestrutura do Turismo	4,34	-	3,04	1,30	-	Atualização Set/13
Cuiabá	Ações de Infraestrutura do Turismo	4,05	-	3,77	0,28	-	Atualização Set/13
Cunitiba	Ações de Infraestrutura do Turismo	18,14	-	16,64	1,50	-	Atualização Set/13
Fortaleza	Ações de Infraestrutura do Turismo	22,05	-	17,43	4,62	-	Atualização Set/13
Manaus	Ações de Infraestrutura do Turismo	7,97	-	7,19	0,78	-	Atualização Set/13
Natal	Ações de Infraestrutura do Turismo	19,24	-	17,58	1,66	-	Atualização Set/13
Porto Alegre	Ações de Infraestrutura do Turismo	12,78	-	11,30	1,48	-	Atualização Set/13
Recife	Ações de Infraestrutura do Turismo	15,70	-	14,97	0,73	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Ações de Infraestrutura do Turismo	18,94	-	17,46	1,48	-	Atualização Set/13
Salvador	Ações de Infraestrutura do Turismo	23,51	-	22,50	1,01	-	Atualização Set/13
São Paulo	Ações de Infraestrutura do Turismo	25,23	-	23,25	1,98	-	Atualização Set/13
Total Turismo		180,28	-	162,75	17,53	-	

Anexo H - Instalações Complementares* (Copa das Confederações)							
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global previsto (R\$ m)	Financiamento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Federal previsto (R\$ m)	Investimento Governo Local previsto (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada previsto (R\$ m)	Referência
Belo Horizonte (1)	Construção de instalações complementares	40,60	-	-	40,60	-	Atualização Set/13
Brasília	Construção de instalações complementares	27,00	-	-	27,00	-	Atualização Set/13
Fortaleza	Construção de instalações complementares	35,00	-	-	35,00	-	Atualização Set/13
Recife	Construção de instalações complementares	35,60	-	-	35,60	-	Atualização Set/13
Rio de Janeiro	Construção de instalações complementares	37,70	-	-	37,70	-	Atualização Set/13
Salvador	Construção de instalações complementares	32,90	-	-	32,90	-	Atualização Set/13
Total Instalações Complementares		208,80	-	-	208,80	-	

* Conforme Stadium Agreement firmado com a FIFA, a responsabilidade da montagem das estruturas temporárias é dos titulares dos estádios de cada cidade-sede. Os valores da Copa do Mundo 2014 não estão incluídos e serão atualizados assim que concluídos os processos licitatórios.

(1) Além de três jogos, Belo Horizonte foi sede do IECC (centro de transmissão internacional).

Matriz Consolidada	25,569.30	8,297.70	5,707.24	7,813.24	3,751.05
---------------------------	------------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

Anexo IX

Resolução nº 27 Dezembro/2014

Matriz de Responsabilidades Consolidada						Ministério do Esporte		GOVERNO FEDERAL FUNDAÇÃO DE DESPORTOS		
Anexo A - Mobilidade Urbana						Investimento Global (R\$ m)	Investimento Federal (R\$ m)	Investimento Federal (R\$ m)	Investimento Governo Local (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ m)
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global (R\$ m)	Financiamento Federal (R\$ m)	Investimento Federal (R\$ m)	Investimento Governo Local (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ m)				
1 Belo Horizonte	BRT: Antônio Carlos / Pedro I	726,4	382,3	-	-	344,2				
2 Belo Horizonte	Corredor Pedro II e Obras Complementares nos BRTs Antonio Carlos/Pedro I e Cristiano Machado	161,6	146,0	-	-	15,6				
3 Belo Horizonte	BRT: Área Central	75,5	55,0	-	-	20,5				
4 Belo Horizonte	Expansão da Central de Controle de Tráfego	31,6	30,0	-	-	1,6				
5 Belo Horizonte	Via 210 (Ligação Via Mineiro / Tereza Cristina)	129,6	72,0	-	-	57,6				
6 Belo Horizonte	BRT: Cristiano Machado	55,3	50,0	-	-	5,3				
7 Belo Horizonte	Boulevard Arturas / Tereza Cristina	233,4	210,0	-	-	23,4				
8 Brasília	Ampliação da DF-047	54,2	50,4	-	-	3,9				
9 Curitiba	VLT Curitiba / Varzea Grande	1577,6	423,7	-	-	1.153,9				
10 Curitiba	Corredor Mario Andreazza	52,9	31,0	-	-	21,9				
11 Curitiba	BRT: Extensão da Linha Verde Sul e Obras Complementares da Requalificação do Corredor Marechal Floriano	28,1	18,5	-	-	9,6				
12 Curitiba	Corredor Aeroporto / Rodoviária (Gov. Estadual)	66,2	42,3	-	-	22,9				
13 Curitiba	Corredor Aeroporto / Rodoviária (Gov. Municipal)	165,3	62,5	-	-	102,8				
14 Curitiba	Requalificação do Terminal Santa Cândida (reforma e ampliação)	12,6	12,0	-	-	0,6				
15 Curitiba	Vias de Integração Radial Metropolitanas	56,3	36,5	-	-	19,8				
16 Curitiba	Requalificação da Rodoviária (inclusive acessos)	47,8	35,0	-	-	12,8				
17 Curitiba	Requalificação do Corredor Marechal Floriano (Gov. Estadual)	30,5	10,0	-	-	20,5				
18 Curitiba	Requalificação do Corredor Marechal Floriano (Gov. Municipal)	39,4	20,0	-	-	19,4				
19 Curitiba	Sistema Integrado de Monitoramento (Gov. Estadual)	20,0	10,0	-	-	10,0				
20 Curitiba	Sistema Integrado de Monitoramento (Gov. Municipal)	61,3	58,2	-	-	3,1				
21 Fortaleza	VLT Parangaba/Mucuripe	307,5	170,0	-	-	137,5				
22 Fortaleza	Eixo Via Expressa/Rauli Barbosa	152,0	141,7	-	-	10,3				
23 Fortaleza	BRT Avenida Dedé Brasil	41,6	21,6	-	-	20,0				
24 Fortaleza	Estações: Padre Cicero e Juscelino Kubitschek	43,5	33,2	-	-	10,3				
25 Fortaleza	BRT Av. Paulino Rocha	66,9	19,6	-	-	46,3				
26 Fortaleza	BRT Av. Alberto Craveiro	41,4	23,7	-	-	17,7				
27 Natal	Acesso ao Novo Aeroporto de São Gonçalo do Amarante	73,1	12,1	-	-	61,0				
28 Natal	Corredor Estruturante – Zona Norte / Estádio Arena das Dunas	371,0	293,0	-	-	78,0				
29 Recife	Corredor da Via Mangue	430,4	331,0	-	-	99,4				
30 Recife	BRT: Norte / Sul - Trecho Igarassu / Tacaruna / Centro do Recife	197,7	162,0	-	-	35,7				

Matriz de Responsabilidades Consolidada

31 Recife	BRT: Leste / Oeste - Ramal Cidade da Copa	196,0	99,0	-	97,0	-
32 Recife	Corredor Caxanga' (Leste/Oeste)	146,1	71,0	-	75,1	-
33 Recife	Terminal Integrado Cosme e Damião	24,5	15,0	-	9,5	-
34 Rio de Janeiro	BRT Transcarioca (Aeroporto / Penha / Barra)	1989,6	1.179,0	-	790,6	-
Total Mobilidade Urbana		7684,8	4.327,2	-	3.357,6	-

Anexo A - Mobilidade Urbana - Obras de Entorno

Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global (R\$ mil)	Financiamento Federal (R\$ mil)	Investimento Federal (R\$ mil)	Investimento Governo Local (R\$ mil)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mil)
35 Curitiba	Adequação viária e obras de acessibilidade à Arena Pantanal	76,0	55,5	-	20,5	-
36 Porto Alegre	Obras das 3 Vias de Acesso ao Estádio Beira-Rio	8,0	-	-	8,0	-
37 Porto Alegre	Projeto de Pavimentação do Entorno do Estádio Beira-Rio	8,7	-	7,1	1,6	-
38 Recife	Obras do Viaduto da BR-408	25,0	-	-	25,0	-
39 Recife	Obras da Estação de Metrô Cosme e Damião	7,4	-	7,4	-	-
40 Rio de Janeiro	Projeto de Reurbanização do Entorno do Estádio do Maracanã e Ligação com a Quinta da Boa Vista - 1ª Fase	109,0	-	-	109,0	-
41 Rio de Janeiro	Reformulação e Modernização da Estação Multimodal do Maracanã	178,1	-	-	178,1	-
42 Salvador	Obras de Microacessibilidade	12,4	-	10,3	2,1	-
43 Salvador	Obras de Ridas de Pedestres	7,2	-	-	7,15	-
44 São Paulo	Intervenções Viárias no Entorno da Arena Itaquera	610,5	-	-	610,5	-
Total Mobilidade Urbana - Obras de Entorno		1042,2	55,5	24,7	962,0	-
Total Consolidado Mobilidade Urbana e Entorno		8727,0	4.382,7	24,7	4.319,6	-

Matriz de Responsabilidades Consolidada

Ministério do



Anexo B - Estádios							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto, gerenciamento e desapropriação)	Investimento Global (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)	Investimento Governo Local (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)	
45	Belo Horizonte	Reforma e adaptação do Estádio Magalhães Pinto (Mineirão)	695,0	400,0	-	295,0	-
46	Brasília	Reforma do Estádio Nacional de Brasília	1403,3	-	-	1.403,3	-
47	Cuiabá	Construção da Arena Multíuso Panamai	596,4	337,9	-	258,5	-
48	Curitiba	Complexo Esportivo Curitiba 2014 (reforma e ampliação do estádio)	391,5	131,2	-	-	260,3
49	Fortaleza	Reforma do Estádio Governador Plácido Castelo (Castelão)	518,6	351,6	-	167,0	-
50	Manaus	Reconstrução da Arena da Amazônia	660,5	400,0	-	260,5	-
51	Natal	Construção da Arena das Dunas	400,0	396,6	-	3,4	-
52	Porto Alegre	Reforma do Estádio Beira Rio	366,3	275,1	-	-	91,2
53	Recife	Construção da Arena Pernambuco	532,6	400,0	-	132,6	-
54	Rio de Janeiro	Reforma do Estádio Mario Filho (Maracanã)	1050,0	400,0	-	650,0	-
55	Salvador	Reconstrução do Estádio da Fonte Nova	689,4	323,6	-	365,8	-
56	São Paulo	Construção do Estádio do Corinthians	1080,0	400,0	-	420,0	260,0
Total Estádios			8383,6	3.816,0	-	3.956,0	611,6

Anexo C - Aeroportos							
Cidade	Empreendimento (obra, projeto e desapropriação)	Investimento Global (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)	Investimento Governo Local (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)	
57	Belo Horizonte	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e Adequação do Sistema Viário	218,6	-	218,6	-	-
58	Belo Horizonte	Reforma e Ampliação da Pista de Pouso e do Sistema de Pátios	184,7	-	184,7	-	-
59	Belo Horizonte	Construção do terminal de Passageiros 3.º Pátio de Aeronaves, Estacionamento de Veículos e Adequação do Sistema Viário	26,8	-	26,8	-	-
60	Brasília	Concessão para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de Brasília - Fase 1B	642,4	-	-	-	642,4
61	Brasília	Reforma do Corpo Central	4,2	-	4,2	-	-
62	Brasília	Implantação do Módulo Operacional – MOP	4,8	-	4,8	-	-
63	Cuiabá	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros, Adequação do Sistema Viário e Construção de Estacionamento	98,7	-	98,7	-	-
64	Cuiabá	Implantação do Módulo Operacional	2,5	-	2,5	-	-
65	Curitiba	Ampliação do Sistema de Pistas e Pátios, Infra-estrutura, Manutenção e Obras Complementares	28,0	-	28,0	-	-

Matriz de Responsabilidades Consolidada

66	Curitiba	Ampliação do Terminal de Passageiros e Ampliação do Sistema Viário	110,2	-	110,2	-	-
67	Curitiba	Restauração das Pistas de Pouso e Decolagem e de Taxi	19,1	-	19,1	-	-
68	Fortaleza	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e Adequação do Sistema Viário	171,1	-	171,1	-	-
69	Manaus	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros e Adequação do Sistema Viário	445,1	-	445,1	-	-
70	Natal	Construção do Terminal de Passageiros, Sistema Viário de Acesso e Obras Complementares	383,4	-	8,0	-	375,4
71	Natal	Infraestrutura de Pista de Pouso, Infraestrutura dos Sistemas de Auxílio e Proteção ao Voo	189,2	-	189,2	-	-
72	Porto Alegre	Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros	59,0	-	59,0	-	-
73	Porto Alegre	Reforma e Ampliação do Pátio de Aeronaves (1ª Fase)	23,8	-	23,8	-	-
74	Porto Alegre	Implantação do Módulo Operacional	5,0	-	5,0	-	-
75	Rio de Janeiro	Reforma do Terminal de Passageiros 2	188,7	-	188,7	-	-
76	Rio de Janeiro	Recuperação e revitalização dos sistemas de pistas e pátios	139,1	-	139,1	-	-
77	Rio de Janeiro	Reforma do Terminal de Passageiros 1 e Obras Complementares	115,9	-	115,9	-	-
78	Salvador	Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros	79,2	-	79,2	-	-
79	Salvador	Construção de Torre de Controle	16,1	-	16,1	-	-
80	Salvador	Ampliação do Pátio de Aeronaves	17,6	-	17,6	-	-
81	São Paulo - Guarulhos	Teraplenagem do Pátio de Aeronaves do Terminal de Passageiros 3	235,5	-	235,5	-	-
82	São Paulo - Guarulhos	Implantação do Terminal de Passageiros 4 - Fase 1	83,7	-	83,7	-	-
83	São Paulo - Guarulhos	Ampliação e Revitalização do Sistema de Pistas - PR-B e PR-FF	183,5	-	183,5	-	-
84	São Paulo - Guarulhos	Concessão para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de São Paulo - Fase 1B	1420,0	-	-	-	1420,0
85	São Paulo - Viracopos	Implantação do Módulo Operacional	4,9	-	4,9	-	-
86	São Paulo - Viracopos	Concessão para ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional de Viracopos - Fase 1B	1180,0	-	-	-	1.180,0
Total Aeroportos			6280,6	-	2.662,8	-	3.617,8

Ministério do



Matriz de Responsabilidades Consolidada

Ministério do



Anexo D - Portos						
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)	Investimento Governo Local (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)
87 Fortaleza	Terminal Marítimo de Fortaleza (Mucuripe)	224,0	-	224,0	-	-
88 Manaus	Terminal Hidroviário de Manaus	71,1	-	71,1	-	-
89 Natal	Terminal Marítimo de Natal	79,8	-	79,8	-	-
90 Recife	Terminal Marítimo de Recife	28,1	-	21,8	6,3	-
91 Salvador	Terminal Marítimo de Salvador	40,7	-	40,7	-	-
92 São Paulo	Alinhamento do Cais de Quebrirhos	154,0	-	154,0	-	-
Total Portos		597,7	-	591,4	6,3	-

Anexo E - Telecomunicações						
Cidade	Empreendimento (implantação)	Investimento Global (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)	Investimento Governo Local (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)
93 Todas	Modernização da Infraestrutura e serviços e suporte às competições	383,3	-	383,3	-	-
Total Telecomunicações		383,3	-	383,3	-	-

Anexo F - Segurança						
Cidade	Empreendimento (aquisição e implantação)	Investimento Global (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)	Investimento Governo Local (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)
94 Todas	Ações de Segurança Pública: Integração de Instituições e Sistemas	705,5	-	705,5	-	-
95 Todas	Ações de Segurança Pública: Controle dos Pontos de Entrada no País	55,2	-	55,2	-	-
96 Todas	Ações de Segurança Pública: Segurança do Evento	342,5	-	342,5	-	-
97 Todas	Ações de Defesa - AERONAUTICA	252,0	-	252,0	-	-
98 Todas	Ações de Defesa - EXÉRCITO	245,5	-	245,5	-	-
99 Todas	Ações de Defesa - MARINHA	195,3	-	195,3	-	-
100 Todas	Ações de Defesa - ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS-IND	1,7	-	1,7	-	-
Total Segurança		1797,7	-	1.797,7	-	-

Anexo G - Turismo

Matriz de Responsabilidades Consolidada

Ministério do

GOVERNO FEDERAL

Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)	Investimento Governo Local (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)	
101	Belo Horizonte	Ações de Infraestrutura do Turismo	8,3	-	7,6	0,7	-
102	Brasília	Ações de Infraestrutura do Turismo	4,3	-	3,0	1,3	-
103	Cuiabá	Ações de Infraestrutura do Turismo	4,1	-	3,8	0,3	-
104	Curitiba	Ações de Infraestrutura do Turismo	18,1	-	16,6	1,5	-
105	Fortaleza	Ações de Infraestrutura do Turismo	22,1	-	17,4	4,6	-
106	Manaus	Ações de Infraestrutura do Turismo	8,0	-	7,2	0,8	-
107	Natal	Ações de Infraestrutura do Turismo	19,2	-	17,6	1,7	-
108	Porto Alegre	Ações de Infraestrutura do Turismo	12,8	-	11,3	1,5	-
109	Recife	Ações de Infraestrutura do Turismo	15,7	-	15,0	0,7	-
110	Rio de Janeiro	Ações de Infraestrutura do Turismo	18,9	-	17,5	1,5	-
111	Salvador	Ações de Infraestrutura do Turismo	15,5	-	14,8	0,7	-
112	São Paulo	Ações de Infraestrutura do Turismo	25,2	-	23,3	2,0	-
Total Turismo			172,3	-	155,0	17,2	-

Anexo H - Instalações Complementares* (Copa 2014)

Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global (R\$ mi)	Financiamento Federal (R\$ mi)	Investimento Federal (R\$ mi)	Investimento Governo Local (R\$ mi)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ mi)	
113	Belo Horizonte	Construção de instalações complementares	37,0	-	-	37,0	-
114	Brasília	Construção de instalações complementares	28,4	-	-	28,4	-
115	Cuiabá	Construção de instalações complementares	35,5	-	-	35,5	-
116	Curitiba	Construção de instalações complementares	26,0	-	-	26,0	-
117	Fortaleza	Construção de instalações complementares	27,1	-	-	27,1	-
118	Manaus	Construção de instalações complementares	123,6	-	-	123,6	-
119	Natal	Construção de instalações complementares	30,7	-	-	30,7	-
120	Porto Alegre	Construção de instalações complementares	25,0	-	-	25,0	-
121	Recife	Construção de instalações complementares	33,9	-	-	33,9	-
122	Rio de Janeiro	Construção de instalações complementares	66,0	-	-	66,0	-
123	Salvador	Construção de instalações complementares	37,0	-	-	37,0	-
124	São Paulo	Construção de instalações complementares	107,9	-	-	-	107,9
Total Instalações Complementares			578,0	-	-	470,1	107,9

* Conforme Stadium Agreement firmado com a FIFA, a responsabilidade da montagem das estruturas temporárias é dos titulares dos estádios de cada cidade-sede.

Anexo H - Instalações Complementares* (Copa das Confederações 2013)							
Cidade	Empreendimento (obra e projeto)	Investimento Global (R\$ m)	Financiamento Federal (R\$ m)	Investimento Federal (R\$ m)	Investimento Governo Local (R\$ m)	Investimento Iniciativa Privada (R\$ m)	
125	Belo Horizonte	Construção de instalações complementares	38,3	-	-	38,3	-
126	Brasília	Construção de instalações complementares	27,0	-	-	27,0	-
127	Fortaleza	Construção de instalações complementares	27,4	-	-	27,4	-
128	Recife	Construção de instalações complementares	35,7	-	-	35,7	-
129	Rio de Janeiro	Construção de instalações complementares	37,7	-	-	37,7	-
130	Salvador	Construção de instalações complementares	34,0	-	-	34,0	-
Total Instalações Complementares			200,1	-	-	200,1	-

* Conforme Stadium Agreement firmado com a FIFA, a responsabilidade da montagem das estruturas temporárias e dos titulares dos estádios de cada cidade-sede.

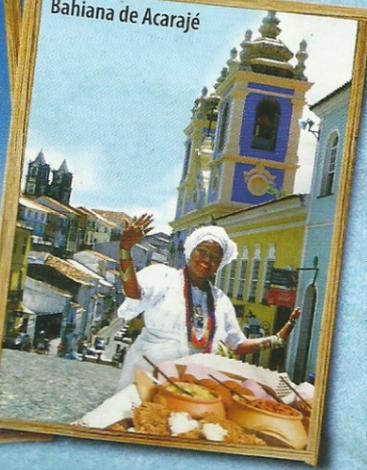
Matriz Consolidada	27.120	8.199	5.615	8.969	4.337
---------------------------	---------------	--------------	--------------	--------------	--------------

ANEXO X

Iglesia de Bonfim



Bahiana de Acarajé



Fotos: João Ramos, Jotafreitas, Rita Barreto/Arquivo Bahiatursa.

Municipios (y localidades):

Aratuípe, Cachoeira, Candeias, Itaparica y Vera Cruz (Isla de Itaparica), Jaguaripe, Madre de Deus, Maragojipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Salvador, Santo Amaro, São Félix, São Francisco do Conde y Saubara.



Ciudad de Salvador

SALVADOR

BAHÍA DE TODOS LOS SANTOS

BAHÍA - BRASIL



Informaciones Turística 24h

DISQUE BAHIA TURISMO (+55 71) 3103.3103



24h

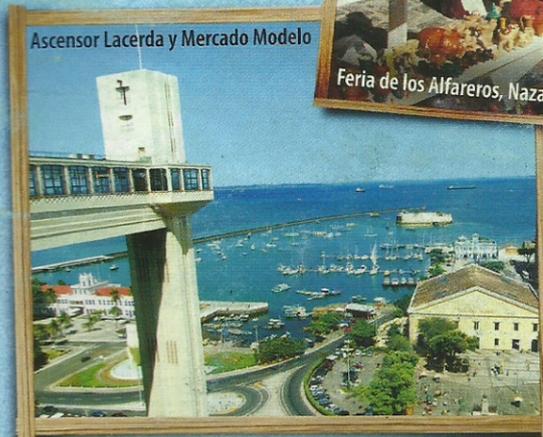
www.bahia.com.br



Carnaval en Salvador bloco Afro.Filhos de Gandhi



Feria de los Alfareros, Nazaré



Ascensor Lacerda y Mercado Modelo

BAHIATURSA

SECRETARÍA DE TURISMO

